



a África

PEDRO REINEL, c. 1485

Original 711 >

Archives Départementales de la Gironde, Bordeaux

SOB O OLHAR DO OUTRO

A Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV

KATIUSCIA QUIRINO BARBOSA





a África

PEDRO REINEL, c. 1485

António Damasceno, da 1ª Grande Biblioteca

SOB O OLHAR DO OUTRO

A Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fabio Barboza Passos

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

© 2020 EDUFF

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Equipe de realização

Direção da EDUFF: Renato Franco

Coordenação Editorial: Ricardo Borges

Revisão: Graça Carneiro

Normalização: Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Projeto gráfico e diagramação: Glaucio Coelho | MC&G Editorial

Capa: Victoria Sacagami | MC&G Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B238 Barbosa, Katiuscia Quirino.

A África sob o olhar do outro : a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV [recurso eletrônico] / Katiuscia Quirino Barbosa . — Niterói, RJ : EDUFF, 2020. — 2,2mb

Dados eletrônicos (e-Pub)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5831-046-4

1. Guiné - Descobrimento e explorações. 2. Descobertas geográficas. 3. África - Descobertas e explorações portuguesas - História. 4. Cartografia. 5. Guiné - Geografia histórica. I. Título.

CDD: 960 . 22096652

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB - 7/6971

Observação:

Imagens dos mapas foram pesquisadas e estão disponíveis na internet; são imagens de quase mil anos e de domínio público; outras são de obras expostas em museus públicos.

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco.eduff@id.uff.br



AGRADECIMENTOS

Ao apoio concedido pelo PROEX/PPGH-UFF/CAPES

Ao PPGH-UFF.

À secretaria do PPGH-UFF.

À Prof^a. Dr^a. Vânia Leite Fróes, pela orientação da tese que deu origem a este livro.

Aos familiares e amigos cujo apoio e compreensão foram fundamentais para a realização deste trabalho, em especial aos meus pais, à Iaponira Oliveira dos Santos, ao Felipe Gomes, à Pâmela Peregrino, ao Paulo Viana, à Ludmila Costa e à Aline Fernandes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPAS

Figura 1:	Mapa em T.O. de Santo Isidoro de Sevilha	67
Figura 2:	Mapa-múndi de Ebstorf	69
Figura 3:	La baleine prise pour une île	92
Figura 4:	Une sirene-oiseau au found des flots	93
Figura 5:	Mapa do Império do Mali em 1325	134
Figura 6:	Mapa das principais rotas transaarianas no século XIV	135
Figura 7:	Atlas Catalão de 1375	141
Figura 8:	Carta anônima de Módena	163
Figura 9:	Carta de Pedro Reinel	167
Figura 10:	Carta de Jorge Aguiar	170

LISTAS DE ESQUEMAS

Esquema 1:	Relação entre cultura, representações, alteridade e identidade	181
Esquema 2:	O outro de acordo com as descrições físicas e morais das fontes do século XV	198

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1:	A visão tripartite espaço absoluto-relativo-relacional com a leitura lefebvreana dos espaços percebido, concebido e vivido	60
Tabela 2:	A percepção do espaço nos textos de Zurara, cadamosto e Diogo Gomes Sintra	149
Tabela 3:	Elementos simbólicos nas cartas náuticas portuguesas do século XV	173
Tabela 4:	Geografia e Imaginário	191
Tabela 5:	Geografia e Imaginário	192
Tabela 6:	Geografia e Imaginário	192
Tabela 7:	Geografia e Imaginário	192
Tabela 8:	Descrições físicas	195
Tabela 9:	Descrições físicas	195
Tabela 10:	Descrições físicas	195
Tabela 11:	Descrições físicas	195
Tabela 12:	Descrições morais	196
Tabela 13:	Descrições morais	196
Tabela 14:	Descrições morais	196
Tabela 15:	Descrições morais	196
Tabela 16:	Vestimentas	199
Tabela 17:	Vestimentas	199
Tabela 18:	Alimentação	201
Tabela 19:	Alimentação	201
Tabela 20:	Moradia	203
Tabela 21:	Moradia	203
Tabela 22:	Moradia	203
Tabela 23:	Religião	204
Tabela 24:	Religião	205
Tabela 25:	Organização Política	206
Tabela 26:	Organização Política	207
Tabela 27:	Organização Política	207
Tabela 28:	Organização Política	209
Tabela 29:	Organização Política	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
-------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE: ÁFRICA, PORTUGAL E A EXPANSÃO QUATROCENTISTA: ESPAÇO E IMAGINÁRIO

Capítulo 1

HISTORIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA SOBRE A EXPANSÃO ATLÂNTICA PORTUGUESA E A EXPLORAÇÃO DA GUINÉ	20
--	-----------

1.1 A HISTORIOGRAFIA	20
-----------------------------	-----------

1.1.1 A expansão quatrocentista: as grandes questões historiográficas	20
1.1.2 A África e a expansão marítima: abordagens possíveis	27

1.2 AS FONTES: ENTRE TEXTOS E MAPAS	32
--	-----------

1.2.1 Fontes cartográficas: a produção cartográfica portuguesa do século XV	32
1.2.2 Humanismo, produção literária e propaganda política no quatrocentos português	35
1.2.3 A produção cronística de Gomes Eanes de Zurara	39
1.2.4 A crônica do descobrimento e conquista da Guiné	41
1.2.5 Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra	44
1.2.6 O Descobrimento Primeiro da Guiné	46
1.2.7 Fontes arquivísticas e normativas	47

Capítulo 2

ENTRE O MEDIEVO OCIDENTAL E A ÁFRICA: ESPAÇO E IMAGINÁRIO NA BAIXA IDADE MÉDIA	50
---	-----------

2.1 O ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	50
---	-----------

2.2 O IMAGINÁRIO E AS PERCEPÇÕES DO ESPAÇO NA IDADE MÉDIA	61
--	-----------

2.2.1 Cartografia e apreensão do espaço no Ocidente Medieval	65
--	----

2.3 A ÁFRICA NO IMAGINÁRIO EUROPEU	70
---	-----------

2.3.1 A África no imaginário medieval	70
2.3.2 A construção da África no imaginário ocidental	75

2.4 O ATLÂNTICO E A COSTA OCIDENTAL AFRICANA: APROXIMAÇÕES ATUAIS	80
--	-----------

O MAR COMO MISSÃO: A DINASTIA DE AVIS E A EXPANSÃO SOBRE A ÁFRICA	88
3.1 MAR E IMAGINÁRIO	88
3.1.1 O mar no Imaginário Medieval	88
3.1.2 A apreensão e a representação do espaço oceânico durante a Idade Média	93
3.2 PORTUGAL E O ATLÂNTICO	97
3.2.1 Portugal e o Atlântico antes das navegações quatrocentistas	97
3.2.2 A navegação Atlântica no século XV: aspectos técnicos	98
3.3 A DINASTIA DE AVIS: DA RESSIGNIFICAÇÃO DO IDEAL CRUZADISTA À APROPRIAÇÃO DO ATLÂNTICO	104
3.3.1 De D. João I a D. Duarte: o avanço para o mar e a construção de um ideal missionação	104
3.3.2 D. Afonso V e o avanço sobre a Guiné	123

SEGUNDA PARTE: A ÁFRICA E OS AFRICANOS: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES

IMAGENS DA ÁFRICA: GEOGRAFIA E REPRESENTAÇÕES DA GUINÉ NAS FONTES QUATROCENTISTAS	132
4.1 A ÁFRICA OCIDENTAL ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES	132
4.2 O CONHECIMENTO E A EXPLORAÇÃO DA GUINÉ PELOS PORTUGUESES: A GEOGRAFIA AFRICANA NOS RELATOS DOS CRONISTAS E VIAJANTES QUATROCENTISTAS	137
4.3 A ÁFRICA E AS REPRESENTAÇÕES	149
4.3.1 Representações, ideologia e representações sociais	149
4.3.2 A África nas representações cartográficas do século XV	161
4.3.2.1 A Carta de Modena	162
4.3.2.2 A Carta de Pedro Reinel	165
4.3.2.3 A Carta de Jorge de Aguiar	168
4.3.4 A Cartografia Portuguesa Quatrocentista: representações e ideologia	171

NÓS E OS OUTROS: IDENTIDADE E ALTERIDADE NOS RELATOS QUATROCENTISTAS SOBRE A GUINÉ	175
5.1 IDENTIDADE E ALTERIDADE	175
5.2 A GUINÉ NOS RELATOS DE ZURARA E CADAMOSTO: REPRESENTAÇÕES, ESPAÇO E ALTERIDADE	182
5.3 OS PORTUGUESES E OS GUINÉUS: IDENTIDADE E ALTERIDADE	193
CONCLUSÃO	212
REFERÊNCIAS	216
APÊNDICES	
	<hr/> 234
APÊNDICE I [QUADRO COMPARATIVO DOS MAPAS PORTUGUESES DO SÉCULO XV]	235
APÊNDICE II [CATÁLOGO DE MAPAS]	237
Introdução	237
1 Mapas anteriores ao século XV	239
Figura 1: Mapa em T.O. de Santo Isidoro de Sevilha	239
Figura 2: Mapa-mundi de Ebstorf	240
Figura 3: Mapa das Zonas climáticas de macróbio	241
Figura 4: Mapa do Beato de Liébana	242
Figura 5: Atlas catalão de 1375	242
2 Mapas do século XV	243
2.1 Mapas de cartógrafos Portugueses	243
Figura 6: Fragmento anônimo do século XV	243
Figura 7: Carta anônima de Módena	244
Figura 8: Carta de Pedro Reinell	245
Figura 9: Carta de Jorge Aguiar	245
2.2 Mapas de cartógrafos Italianos	246
Figura 10: Atlas de 1436	246
Figura 11: Mapa-múndi de Fra Mauro	247

Figura 12: Portulano de 1463	248
Figura 13: Portulano de 1468	249
Figura 14: Carta de Soligo	250
2.3 Mapas de cartógrafos Germânicos	251
Figura 15: Mapa-múndi de Henricus Martelus	251
Figura 16: Globo de Martin Behaim	252
3 Mapas produzidos para a pesquisa	253
Figura 17: Mapa das expedições de Luis de Cadamosto (1455-1456)	253
Figura 18: Mapa Expedições realizadas nos reinados de D. João I e D. Afonso V	253
Figura 19: Mapa das expedições de Diogo Gomes Sintra (1456)	254
Figura 20: Mapa de Jorge Aguiar sobreposto ao mapa da Costa Ocidental Africana	254
4 Descrição dos mapas que compõem o Catálogo	255
SOBRE A AUTORA	259

INTRODUÇÃO

Até o século XV, a África foi uma região pouco conhecida e, por conseguinte, pouco explorada pelos europeus. O norte do continente era o território dos “infiéis” muçulmanos; a parte subsaariana, praticamente desconhecida, sendo, por esta razão, alvo de especulações míticas sobre a existência de terras e habitantes na região. Seis séculos depois das primeiras incursões europeias no continente, a África continua desconhecida de boa parte da população ocidental.

Hoje entendemos que todo povo tem História e que cada civilização conheceu formas distintas de praticar e compreender a noção de História. Contudo, tal perspectiva é fruto do próprio desenvolvimento da disciplina, através de gerações de historiadores e de diversas escolas e correntes historiográficas. A elevação da História à categoria de ciência no século XIX e o estabelecimento do método histórico tradicional fez com que a sua escrita e a própria noção de “História” fossem uma espécie de domínio europeu (WESSELING, 2011, p. 102). Nessa perspectiva, a proposição de Hegel de que a África não possui história se insere perfeitamente em um contexto em que o conceito de História e o pensamento histórico são entendidos de forma inflexível a partir de um único ponto de vista, cujas vias de análise são limitadas.

A ideia de “povos sem história” transcende à conjuntura em que foi elaborada, deixando marcas nessas sociedades, as quais podem ser observadas na forma como encaramos a história de povos não europeus, como os asiáticos, os ameríndios e os africanos. Como exemplo disso, podemos citar a História do Brasil da forma como ainda é veiculada no Ensino Básico. Aprendemos que ao chegarem neste território os portugueses se depararam com “índios” e que esse contato foi amistoso em alguns casos, mas conflituosos em outros. Fala-se brevemente da escravidão indígena e da catequização dos mesmos. Mas em nenhum momento se fala das etnias, das línguas e das lutas indígenas, da violência da aculturação etc. A mesma lógica é observada no que se refere aos africanos e ao continente como um todo, o qual sendo incessantemente tratado como um bloco monolítico, não dá conta da miríade de povos e culturas que foram trazidos para o Brasil durante o período colonial e imperial.

Por outro lado, a história dos colonizadores nos parece bastante familiar. Nesse sentido, nós, brasileiros, nos identificamos muito mais com a história dos portugueses do que com a dos guaranis ou a dos iorubas, por exemplo. O que se explica por razões diversas, o que não cabem neste trabalho. O que nos instiga é entender o porquê de tal identificação não ser questionada. Desse modo, a questão que colocamos primeiramente é a do estabelecimento dessas relações de identidade e, por conseguinte o estabelecimento das relações de alteridade. Como surgem o “eu”, o “nós” e os “outros”? Quais são os elementos que os estruturam? Como essas formulações se dão em relação ao espaço? Como o eu representa o outro? Essas são algumas das questões norteadoras deste trabalho que tem por finalidade compreender as relações entre portugueses e africanos durante a expansão quatrocentista, a fim de analisar o impacto dessas relações na construção de uma nova perspectiva de mundo, que passa tanto por aspectos culturais, quanto por aspectos geográfico-espaciais. Destacamos as formas como a África foi representada pelos viajantes do período com o intuito de compreender como o continente e seus habitantes foram apreendidos pelos europeus e de que modo os novos contatos culturais estabelecidos à época contribuíram para a formação e consolidação da identidade portuguesa, pautada em valores cristãos, erigida na relação de alteridade com os povos da região da Guiné.

O desconhecido sempre fascinou os seres humanos. Ao depararmos--nos com algo novo não conseguimos compreendê-lo de pronto, logo buscamos em nossas experiências fatos, fenômenos, eventos, objetos ou qualquer outra coisa já elaborada para explicar aquilo que nos é externo. O encontro com o novo estabelece de imediato uma relação de alteridade que se dá diante de um lugar ou de indivíduos diferentes. A alteridade está diretamente vinculada à noção de identidade, na verdade ela é o seu oposto, e ambas constituem as principais questões que nortearam esta pesquisa que se propôs a analisar o encontro dos guinéus com os portugueses quatrocentistas. De forma geral, tratamos da relação da Europa com a África em sua plenitude, abarcando aqui não só as relações sociais, mas também a relação entre homem e espaço no novo mundo que surgia com o avanço das navegações do século XV e, consequentemente, com a conquista da Guiné pelos portugueses.

A navegação pelo Oceano Atlântico ao longo da costa africana era feita somente no chamado “Mar Pequeno” que fica entre o norte do continente e o Mediterrâneo, sendo, portanto, desconhecidas ou ao menos inexploradas as rotas oceânicas que ficassem abaixo do Magreb. Não havia, até o século XV embarcações suficientemente fortes para navegar pela costa ocidental da África, o que dificultava a exploração do continente. No entanto, ao longo desse século, tal situação se modifica.

No reino de Portugal observa-se uma série de novas demandas políticas e econômicas com a ascensão da Dinastia de Avis e nesse contexto insere-se a expansão territorial, a qual ultrapassou os limites ibéricos, apresentando-se como uma forma de escoar as tensões internas causadas pela emergência de uma nova nobreza que surge com a revolução de 1385. Iniciada em 1415, com a tomada da praça marroquina de Ceuta, a expansão portuguesa sobre a África avançou ao longo do século XV. Esse fato será extremamente representativo não só para os portugueses, mas para toda a Cristandade Medieval que doravante, inicia um processo de profundas transformações no que tange ao desenvolvimento tecnológico e as percepções geográfico-espaciais, marcando a era das grandes navegações europeias e o alvorecer da era moderna.

Se no início do século XV era impensável navegar no Atlântico, notadamente na costa africana, fosse por dificuldades técnicas ou em razão de especulações míticas acerca da região, fomentadas pelo desconhecimento geográfico, ao final do quatrocentos os portugueses haviam alcançado o tão cobiçado caminho alternativo para Índias exercendo um grande domínio da navegação atlântica.

Neste trabalho, nosso intuito foi o de compreender de que forma os cristãos do final da Idade Média lidaram com a “redescoberta” de um continente que eles julgavam conhecer, sobretudo a partir de relatos de viajantes e das escrituras sagradas, bem como o impacto das constatações “reais” acerca de seus habitantes, sua geografia, sua natureza e suas dimensões espaciais diante de dados imaginados, outrora considerados como verdades intransponíveis.

Entender como o contato com o “outro” contribuiu para a formulação da identidade portuguesa, compreender os significados da noção de espaço e de que forma os medievais o apreendiam, bem como as mudanças das perspectivas geográfico-espaciais ao longo

do século XV e a formulação de uma nova percepção de espaço com o avanço da exploração atlântica e africana, constituíram os objetivos gerais deste livro.

Cronologicamente limitamo-nos ao período entre 1438 e 1481 e espacialmente ao estudo da região da Guiné. No que concerne ao nosso recorte temático, vinculamo-nos à História da Cultura, especificamente a Nova História Cultural, abordando temáticas associadas a essa corrente como identidade, representações sociais e história das viagens.

Nosso corpus documental baseou-se nas seguintes fontes: a Crônica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por Gomes Eanes de Zurara, o livro Viagens, do navegador italiano Luís de Cadamosto e o relato do navegador português Diogo Gomes de Sinta, intitulado O descobrimento primeiro da Guiné, a Carta náutica de Módena, de autoria anônima, a Carta náutica de Pedro Reinel e a Carta náutica de Jorge Aguiar.

O trabalho norteou-se a partir da hipótese de que o contato com o “outro” serviu para consolidar a identidade portuguesa e, em última instância europeia, com base em valores caros ao universo cristão baixo-medieval. Nesse sentido, o projeto expansionista e tudo o que o envolvia atuaram como elementos de coesão. Sustenta-se também que, a partir do processo de Expansão Marítima, desenvolveu-se uma nova forma de compreensão do espaço oceânico que passa pela cristianização deste e pela sua apreensão como um espaço do vivido, construído a partir das práticas sociais. Dessa forma, O espaço oceânico foi, paulatinamente, apropriado pelo reino português, tornando-se um espaço de confrontos, mas também de trocas, onde a hegemonia portuguesa se afirmou. Nessa perspectiva, destaca-se a importância da região da Guiné na configuração desse espaço Atlântico, que por muito tempo teve Portugal como protagonista.

Para melhor apreciação do tema, este trabalho está dividido em duas partes, dispostas em cinco capítulos. A primeira parte, intitulada África, Portugal e a Expansão Quatrocentista: Espaço e Imaginário, é formada por três capítulos. No primeiro capítulo, denominado Historiografia e fontes de pesquisa sobre a expansão atlântica portuguesa e a exploração da Guiné dedicamo-nos a apresentação e a discussão das questões historiográficas que envolvem o tema desta

pesquisa. Nesse sentido, enfatizamos as problemáticas referentes não só à História da Expansão Marítima Portuguesa Quatrocentista, mas também aos estudos sobre a importância da navegação na costa africana no período e principalmente aos estudos sobre a História da África pré-colonial. Além disso, neste capítulo, apresentamos nosso corpus documental, com descrição das fontes, considerando as suas especificidades e as problemáticas que envolveram a sua produção, e apontando de que forma elas podem ser utilizadas para o estudo da Guiné no século XV.

O capítulo apresenta-se dividido em quatro tópicos, quais sejam: 1) As grandes questões historiográficas; 2) A África e a Expansão Marítima: abordagens possíveis; 3) As fontes: entre textos e mapas; o primeiro item apresenta e discute os principais debates da historiografia portuguesa “clássica” sobre História dos Descobrimentos, circunscrita, cronologicamente, entre a primeira metade do século XIX e meados do século XX, além de analisar as abordagens contemporâneas do tema. O segundo item discute questões referentes ao estudo da História da África, com ênfase na perspectiva da produção historiográfica brasileira sobre o tema. O terceiro tópico faz um balanço das principais correntes historiográficas e aponta os eixos seguidos em nossa pesquisa. O quarto item refere-se às fontes utilizadas para a elaboração desta pesquisa.

Nosso segundo capítulo, intitulado Entre o medievo ocidental e a África: espaço e imaginário na Baixa Idade Média, toma como eixo as problemáticas referentes ao espaço e as percepções do espaço a Idade Média. Construindo-se como um capítulo de caráter teórico. Além disso, analisamos de que forma a África se construiu no imaginário europeu medieval e de que maneira essa construção reflete na percepção que a Sociedade Ocidental possui, ainda hoje, em relação ao continente africano, tanto em relação às questões espaciais, quanto no que se refere às sociedades africanas.

No terceiro capítulo, intitulado O mar como missão: a Dinastia de Avis e a expansão sobre a África analisamos o desenvolvimento do processo de expansão marítima portuguesa no século XV e sua relação com as formas de conceber uma nova realidade espacial e o “outro”. Considerando o fenômeno da expansão marítima, sobretudo, pelo seu caráter cultural, contemplamos aqui a relação estabelecida, tanto no plano simbólico quanto prático, entre a dinastia avisina e

o Atlântico, bem como, a apropriação desse espaço, gradativamente transformado em um espaço de missão.

A partir de tais considerações, inicia-se a segunda parte deste trabalho, cujo título é “Nós” e os “Outros”: Portugal e Guiné entre o Imaginário e as Representações, na qual aprofundamos as questões referentes à construção das identidades (portuguesa e europeia), bem como a relação de alteridade entre portugueses e africanos, na Guiné, durante o século XV. Esta parte encontra-se disposta em dois capítulos. O quarto capítulo, intitulado, Imagens da África: as representações da Guiné nos relatos quatrocentistas, consiste na análise das representações da África observadas nas fontes coevas. Nosso intuito é demonstrar como dados imaginados se confrontam com dados reais e como se dá o processo de atualização do imaginário, conforme as navegações portuguesas vão avançando até alcançarem a região da Guiné. Desse modo, as “imagens da África” presentes no imaginário baixo medieval vão se transformando conforme os portugueses conquistavam novos territórios no continente africano. Isto fica claro tanto em fontes textuais, como nas crônicas e nos relatos de viagem, como em fontes imagéticas, como os documentos cartográficos. Neste capítulo utilizamos como fontes a carta de Módena, a carta de Pedro Reinel e a Carta de Jorge Aguiar, além dos relatos de Cadamosto, Diogo Gomes Sintra e a Crônica do descobrimento e conquista da Guiné, de Zurara.

Em nosso capítulo final, intitulado Nós e os Outros: identidade e alteridade nos relatos quatrocentistas sobre a Guiné analisamos como as noções de identidade e alteridade se expressam nas crônicas e relatos de viagem quatrocentistas, compreendendo como se dá a marcação de diferença do “nós” para os “outros”. Nosso objetivo é a compreensão dessa relação entre espaço e alteridade estabelecida a partir da penetração dos portugueses em regiões além do Cabo Bojador. Nesse sentido, analisamos também de que forma os europeus quatrocentistas se apropriam do espaço do “outro” e integram a região da Guiné ao seu mundo. As fontes quatrocentistas que relatam os primeiros contatos entre os europeus e os africanos da região subsaariana evidenciam a construção de uma autoimagem europeia através da construção da imagem do outro, a qual se dá a partir da diferenciação entre o “nós” (europeus/cristãos) e o “outro” (africano). Nessa perspectiva, destaca-se que essa alteridade não

se estabeleceu apenas na relação homem e homem, mas também na relação homem e espaço. Estrutura-se assim o espaço do eu e o espaço do outro. A medida em que as navegações avançam, e com elas o conhecimento dessas novas regiões, observa-se o processo de apropriação desses espaços por parte dos portugueses. Processo este que envolve a exclusão e a alienação do “outro”. Para tanto, utilizamos os relatos de viagem de Cadamosto e de Diogo Gomes Sintra e a Crônica da Guiné, de Zurara.

Esta obra é o texto adaptado da tese de doutorado homônima, desenvolvida no âmbito do PPGH-UFF entre os anos de 2013 e 2017, sob a orientação da Professora Vânia Leite Fróes. Nossa pesquisa procurou contribuir não apenas para os estudos sobre a História da Expansão Quatrocentista, mas também para os estudos de História da África Ocidental pré-colonial, especificamente a região que os portugueses chamavam genericamente de “Guiné” ou “Terra dos negros”, considerando o processo de construção e apropriação do espaço Atlântico em sua totalidade, envolvendo não só os aspectos técnicos do domínio desse espaço, mas, sobretudo, o desenvolvimento de práticas sociais e a criação de um eixo euroafricano que envolve tanto a navegação e as trocas comerciais, como também o confronto e a conquista.



Primeira Parte

ÁFRICA, PORTUGAL E A
EXPANSÃO QUATROCENTISTA:
ESPAÇO E IMAGINÁRIO

HISTORIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA SOBRE A EXPANSÃO ATLÂNTICA PORTUGUESA E A EXPLORAÇÃO DA GUINÉ

1.1 A HISTORIOGRAFIA

1.1.1 A expansão quatrocentista: as grandes questões historiográficas

A Expansão Marítima Portuguesa do século XV e a “revolução” geográfica que ela possibilitou¹ constituem temas de grande relevância para este trabalho. Há que se ressaltar que o movimento expansionista português é um assunto que há muito vem sendo explorado pelos historiadores europeus, notadamente os portugueses, cuja produção foi por muito tempo dotada de um caráter nacionalista.

Boa parte das pesquisas sobre a expansão quatrocentista, em especial as que se desenvolveram entre o segundo quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, buscou identificar a razão ou as razões do movimento expansionista, negligenciando diversos outros aspectos que envolveram esse processo, como por exemplo as mudanças geográfico-espaciais e a nova percepção de espaço que o movimento trouxe.

Diante disso, cabe esclarecer que este trabalho não tem por finalidade identificar a causa ou os objetivos da expansão ultramarina portuguesa. Nosso intuito, ao analisar o movimento, é compreendê-lo em sua totalidade, a fim de contribuir para os estudos da temática, no que concerne aos impactos das “descobertas”, no âmbito

1 Destaca-se nesse processo a incorporação do Atlântico Central e da Costa Ocidental Africana às rotas comerciais europeias.

geográfico-espacial, bem como para os estudos Oceano Atlântico e da região da Guiné. Sendo assim, trazemos aqui uma discussão historiográfica acerca da Expansão Marítima Portuguesa do século XV, contemplando obras e autores “clássicos” e contemporâneos cujas abordagens são significativas para a apreensão e o entendimento do processo expansionista e de seu impacto na sociedade portuguesa quatrocentista.

Começaremos por destacar obras produzidas em Portugal entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX. Essa produção historiográfica caracteriza-se pelo caráter nacionalista atribuído ao movimento, relacionado a um contexto de valorização do sentimento nacional, observado em vários países na Europa durante o século XIX. Outro elemento que justifica essa tendência historiográfica é a questão da manutenção das colônias portuguesas na África, tema de muitas discussões não só acadêmicas, mas sobretudo, políticas, durante o século XX, principalmente ao longo do Regime Salazarista.

Nesse sentido, destaca-se o prefácio da edição de 1841 da Crônica da Guiné, feito pelo Visconde de Santarém, no qual o autor dedica-se à exaltação dos “grandes feitos” dos portugueses, durante o século XV, ressaltando a importância da expansão no que tange ao contato com outras culturas e regiões, além do caráter missionário e senhorial do movimento. Essa perspectiva que valoriza o viés religioso e cavaleiresco do movimento foi observada, também, no século XX, destacando-se os trabalhos de Joaquim Bensaúde e do padre António Brásio.

Em *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Bensaúde ([S.l]:[s.n.], 1959) afirma ser a ação do Infante Navegador na África motivada por um ímpeto cavaleiresco-cruzadístico, enfatizando o papel do infante D. Henrique na expansão quatrocentista. Os estudos do padre António Brásio (S.l):[s.n.], 1958) concentram-se na ação missionária dos portugueses na África, durante o século XV. Assim como Bensaúde, Brásio orienta suas análises com base na atuação do infante no continente africano. O autor é responsável pela compilação de documentos que compõem a *Monumenta Missionária Africana*.

Em 1919, António Sérgio (ALBUQUERQUE, 1930, p. 50) nos oferece uma posição distinta acerca das razões da expansão, afirmando que a sua causa motriz fora econômica e não religiosa.

O autor nega a razão senhorial da conquista, apontando como principal razão a crise econômica no reino. De acordo com Sérgio, *a carência de pão que era causa de sobressalto para as gentes do reino* (SERRÃO, p. 25, v. II, 1980) rebatendo, portando as teses cruzadistas e religiosas.

Outro importante autor a ampliar o campo de possibilidades explicativas à conquista de Ceuta foi David Lopes, em 1925, apontado três razões para a empresa – não isoladas, mas complementares – capazes de justificar a expansão, quais sejam:

A força política da coroa de Avis, desejosa de impor o seu poderio e de expandir a fé cristã em Marrocos; a necessidade de evitar a pirataria moura que assolava as costas do Algarve e punha em perigo a navegação lusa no Estreito; e as vantagens de uma cidade africana que nos podia servir de base naval. (SERRÃO, p. 26, v. II, 1980)

Na década de 1930, Mario de Albuquerque busca em sua obra *O significado das navegações* (ALBUQUERQUE, 1930, p. 51) estabelecer as razões e o impacto das navegações portuguesas do século XV, a partir de um ponto de vista mais abrangente do que os observados nos estudos que o antecederam. Para o autor, as motivações principais para as grandes navegações foram a crise econômica, que abatia o reino naquele período, a necessidade guerreira da nobreza e os ideais cruzadistas e religiosos.

No quadro da história econômica, destaca-se Jaime Cortesão, que, de acordo com Mario de Albuquerque, apresenta uma tese eclética, pois agrega elementos das teses de António Sérgio e David Lopes reconhecendo a preponderância do aspecto material sobre os espirituais, vendo na tomada de Ceuta um meio de reforçar o comércio com o norte da África. Sua contribuição para o estudo do tema foi de grande importância, pois, ao longo de sua vida acadêmica, o autor produziu uma vasta obra acerca da Expansão Marítima Portuguesa. Muito embora enfatizasse o aspecto econômico e social do reino português, considerou também outros elementos do movimento, como os recursos técnicos e científicos, a cartografia e o impacto cultural da expansão, a partir do estabelecimento de relações entre povos tão distintos.

Acerca da produção historiográfica portuguesa sobre o mar e o conhecimento do oceano, notadamente, no final da Idade Média, esta encontra-se vinculada aos estudos sobre a Expansão Marítima. De fato, o Oceano e especificamente o Atlântico, como objeto de pesquisa tem sido pouco explorado pelos medievalistas.

De acordo com o historiador português António dos Santos Pereira (2005-2006, p. 43-67, p. 49) o estudo do tema a partir da perspectiva dos descobrimentos portugueses é redutor e não dá conta de sua amplitude. Pereira atenta para a importância de enquadrar a temática no campo da História da Cultura, da Ciência e da Técnica e do desenvolvimento do conhecimento científico. A maior parte dos trabalhos acerca do movimento expansionista português tomam o mar por coadjuvante, no máximo um obstáculo físico que fora vencido pelos navegadores portugueses.

Vitorino Magalhães Godinho e Luís de Albuquerque destacam-se como os precursores dos estudos que relacionam os descobrimentos e a ciência, ou melhor, as ciências. Godinho, conforme aponta Pereira, enquadrou o tema na ciência econômica, valorizando também os aspectos geohistóricos do movimento, analisando-o a partir do complexo histórico-geográfico seguindo o modelo braudeliano (PEREIRA, 2005-2006, p. 50). Os trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho figuram como obras de referência no que tange aos estudos de história econômica portuguesa no período das grandes navegações. Em *A economia dos descobrimentos henriquinos* (GODINHO, 1962), o autor analisa a importância do fator econômico para o processo de expansão marítima, considerando também a relevância dos outros aspectos que motivaram o movimento.

Luís de Albuquerque possui uma vasta obra sobre a História dos Descobrimentos, sua ênfase foi na história das navegações e das técnicas, contribuindo imensamente para a História da Ciência dos Descobrimentos. Dentre as suas inúmeras obras sobre o tema, destacamos o *Dicionário da História dos Descobrimentos* (ALBUQUERQUE, 1994). A obra possui dois volumes e reúne uma série de verbetes relacionados à Expansão Marítima, incluindo desde cartógrafos quatrocentistas a tipos de embarcação.

Indubitavelmente Albuquerque e Godinho abriram caminhos para os estudos da Expansão marítima a partir de novas perspectivas. Doravante, passou-se a considerar os aspectos técnicos e

geográficos do movimento, dando espaço para reflexões maiores acerca do conhecimento do Oceano, o que também se relaciona com os estudos náuticos, em especial estudos sobre modelos de embarcação, instrumentos de navegação e cartografia náutica.

A partir da década de 1970, com o desfecho da revolução dos cravos em Portugal, observa-se uma nova tendência na historiografia portuguesa sobre o tema. A começar pela despreocupação dos autores em buscar argumentos que legitimem a presença portuguesa em território africano. Valoriza-se então os agentes do movimento, tal quais os marinheiros – ou como querem as fontes “mareantes” –, os astrônomos, cartógrafos e toda a sorte de estudiosos que estiveram envolvidos nesse processo, bem como a presença de especialistas de outras partes da Europa, especialmente da Itália, em Portugal durante o período das grandes navegações. Nesse sentido, merecem destaque as contribuições feitas por Joel Serrão, José Mattoso, António Henrique de Oliveira Marques, Francisco Bethencourt, Kirt Chaudhuri, Luís Krus e Luís Adão da Fonseca.

Luís Adão da Fonseca é, atualmente, uma das grandes referências sobre os estudos do Oceano Atlântico durante a expansão quatorcentista. Em *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico* (FONSECA, 1999) o autor analisa de que forma o movimento expansionista corroborou para a construção do espaço oceânico. Além da referida obra o autor possui diversos artigos sobre o tema.

Na obra *História da Expansão Portuguesa*, organizada por Kirt Chaudhuri e Francisco Bethencourt (CHAUDHURI e BETHENCOURT, 1997, v. I), encontram-se vários artigos de autores como Francisco Domingues (1997, v. I), Maria Fernanda Alegria e João Carlos Garcia (1997, v. I), Diogo Ramada Curto (1997, v. I), que representam uma nova geração da historiografia portuguesa sobre a expansão. Observa-se na obra, um viés muito mais relacionado à História Cultural e a História da Ciência e das práticas náuticas do que à História Política e Econômica, abordando temas como o imaginário das viagens durante a Idade Média, a importância da literatura na consolidação de padrões sociais, a história das práticas navais, e o impacto do contato com outras civilizações.

António Henrique de Oliveira Marques, em *A expansão quatorcentista*, analisa as conquistas portuguesas no continente africano, revelando os diferentes contornos que o processo expansionista

tomou ao longo do século XV. O autor dedica capítulos para a discussão de técnicas navais, antes e durante o processo de expansão, além de fazer análises do cotidiano dos marinheiros nas embarcações quatrocentistas. Trata-se de um estudo riquíssimo dos aspectos políticos e, sobretudo, cultural do movimento expansionista, onde a navegação no Atlântico e a sua construção como espaço de práticas sociais e intercâmbios culturais aparecem de forma marcante.

Outra obra de relevo de Oliveira Marques intitula-se *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (MARQUES, 1987). Nesse livro o autor aborda toda a conjuntura portuguesa desde a ascensão de Avis até o final do século XV, abarcando as várias fases da expansão quatrocentistas, o papel da realeza e o da nobreza nesse contexto, além do impacto do movimento na sociedade portuguesa.

Os trabalhos de José Mattoso não são direcionados especificamente para a Expansão Quatrocentista, contudo, estando o autor voltado para a sociedade portuguesa da Baixa Idade Média, em obras como “*História de Portugal*” (MATTOSO, 1993, v. 1, 2 e 3) ele acaba por entrar em questões que se vinculam ao tema como a consolidação da Casa de Avis, no final do século XIV. No artigo “*Antecedentes medievais da expansão portuguesa*” (MATTOSO, 1993, v. 1, 2 e 3), Mattoso dedica-se à análise do imaginário medieval europeu, notadamente o português, sobre viagens e a concepção de natureza, universo, mar e espaço no início do século XV.

Ainda sobre o imaginário do mar, destacamos o artigo de Luís Krus, intitulado *o imaginário português e os medos do mar* (KRUS, 1998, p. 95-106), que integra o livro *a descoberta do homem e do mundo*. A obra fora organizada por Aducci Novais, por ocasião dos V centenário do descobrimento do Brasil e traz uma série de artigos sobre o movimento expansionista, escrito por grandes historiadores portugueses contemporâneos, como Maria Helena da Cruz Coelho, Luís Felipe Barreto, Francisco Contento Domingues e Luís Felipe de Alencastro.

Joel Serrão, no segundo volume de *História de Portugal*, faz um levantamento dos principais debates da historiografia portuguesa sobre as razões das conquistas ultramarinas, abordando os aspectos, políticos, econômicos, sociais e ideológicos do movimento, destacando o papel da nobreza e também da mentalidade cavaleiresca da época.

Destaca-se também o livro do historiador português João Marinho dos Santos, intitulado *A guerra e as Guerras na Expansão*

portuguesa: Séculos XV e XVI, no qual o autor analisa a função da guerra nos primeiros anos de expansão. A hipótese principal de Marinho é de que a guerra externa e sua assimilação como “cruzada” converteu-se em um meio de fomentar a identidade nacional pautada na “vocação guerreira” e na missão evangelizadora a qual estariam destinados o povo português. O autor relaciona essa missão ao mito fundador de Portugal, o “Milagre de Ourique”, segundo o qual o primeiro rei, D. Afonso Henriques, auxiliado por Deus, venceu cinco reis mouros que lideravam um vasto e poderoso exército.

Para o autor, essa missão histórica, que se consubstanciava na guerra contra um inimigo comum, era o principal elemento aglutinador da sociedade portuguesa e capaz de fornecer coesão a mesma, sendo, portanto, a base de um ideal de na o, uma identidade portuguesa que começa a ser forjada neste período. Na obra, o autor faz uma importante análise acerca da no o de guerra em Portugal e da guerra no processo de expansão, bem como a rela o desse processo com a forma o da identidade portuguesa, o que pode ser apreendida a partir dos discursos coevos.

No que tange à produ o acadêmica brasileira sobre o tema, destacamos em nossa pesquisa dois trabalhos elaborados no âmbito do *Scriptorium-UFF*, são estes: *Pera Espelho de Todollos Uivos: A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta* (QUEIRÓS, 1997), de S lvio Galvão de Queiróz, *A Constru o de um Infante Santo em Portugal* (AMARAL, 2005, p. 32) de Clinio Amaral.

Queiróz analisa a figura do Infante D. Henrique a partir da perspectiva de Zurara relacionando-a com o projeto político de Avis. O autor toma como base a *Crônica da Tomada de Ceuta*, utilizando também outras obras do cronista, demonstrando como o Infante foi apresentado por Zurara como paradigma de cavaleiro perfeito, atendendo assim as demandas do período Afonsino e eternizando a imagem do dito príncipe como o grande herói da expansão em África.

Na disserta o de Clinio Amaral, o autor busca em Zurara as especificidades do discurso cron stico em rela o   sacraliza o da monarquia avisina. Para Amaral, a segunda metade do século XV, em Portugal, foi um momento em que havia uma demanda pela santidade de um membro da dinastia. Nessa perspectiva, o autor faz uma longa discussão sobre o processo de Expansão, seus impactos internos no reino de Portugal e, principalmente, seus usos político-ideológicos,

enfatizando o viés propagandístico do discurso monárquico acerca do movimento e assinalando que para além do caráter agregador da ideologia Avisina, o discurso monárquico constituiu um poderoso mecanismo simbólico *por apresentar em sua estrutura narrativa alguns elementos da tradição cristã, visando legitimar e sacralizar a guerra na África* (AMARAL, 2005, p. 53).

Além da produção acadêmica luso-brasileira sobre a temática, destacam-se também os trabalhos do historiador inglês Charles R. Boxer, cujos estudos foram voltados para a História Colonial Portuguesa e Holandesa, durante a Idade Moderna. Acerca do movimento expansionista e a colonização ultramarina, o livro intitulado *the portuguese e seaborns empire*, publicado pela primeira vez em língua inglesa, em 1969 (BOXER, 1969), e que possui diversas edições em português, é ainda hoje uma grande referência sobre o tema e uma das principais publicações em língua estrangeira. Outro autor britânico que possui uma importante obra sobre a atuação dos portugueses na África durante o movimento expansionista é Anthony John R. Russell-Wood que em 1992 publicou o livro *A world on the Move: The Portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1805* (RUSSEL-WOOD, 1992).

São intensas as discussões na historiografia acerca das motivações e impactos da expansão e, como observa Clinio Amaral, *a maioria dos autores tende a apontar uma multiplicidade de causas para a expansão* (AMARAL, 2005, p. 49). Como já dissemos, não constitui nosso objetivo apontar uma ou várias causas para a expansão, nem tampouco advogar em prol de uma específica. Nosso intuito com esse balanço historiográfico é dar luz as principais discussões acerca do movimento expansionista, sobretudo, as mais recentes que contribuem para pensar a História da Expansão Marítima a partir de uma perspectiva mais culturalista que priorize não os “feitos” individuais, mas o movimento como um processo complexo, considerando o seu impacto em todos os agentes envolvidos, sejam europeus, africanos ou o próprio Atlântico.

1.1.2 A África e a Expansão Marítima: abordagens possíveis

Muito embora a História da Expansão Marítima Portuguesa seja há muito discutida, sobretudo, pela historiografia portuguesa,

entende-se que se trata de um tema ainda longe de ser esgotado em seus múltiplos aspectos. Comentando tal questão, o historiador português Luís Filipe Thomas afirma, no prólogo de seu livro intitulado *De Ceuta a Timor*, publicado no início da década de 1990, que “quase tudo está por fazer” e “no que está feito, muito há a refazer”; o autor continua, afirmando o seguinte:

Tirante dois períodos – o dos descobrimentos henriquinos e o das conquistas albuquerqueanas – dissecados, ruminados e celebrados *ad nauseam*, quase todo o resto permanece na penumbra: não só faltam estudos circunstanciados e coletâneas documentais onde os assentar, como a própria documentação inédita dos arquivos está em boa parte por classificar ou apenas inventariada pelo grosso. (THOMAS, 1994, p. 13)

Thomas, que à altura do trecho supracitado já possuía mais de trinta anos de pesquisa e docência na área, fez parte de uma geração de historiadores portugueses que, em razão dos centenários dos descobrimentos e do interesse governamental em exaltar esses feitos, tiveram a oportunidade de trabalhar em pesquisas de grande vulto sobre o tema. Entre as décadas de 1960 e 1990, muitas pesquisas sobre a Expansão Marítima portuguesa foram impulsionadas em decorrência de incentivos governamentais e nesse período muitas obras importantes foram compostas, muitos documentos foram catalogados e muitos destes documentos foram revisitados, como as crônicas de Zurara e os relatos de Viagem de Luís de Cadamosto e de Diogo Gomes Sintra, por exemplo.

O medievalista francês Jean Devisse e o africanista egípcio Shubi Labibi ressaltam que no lugar do termo “descobertas,” usado para se referir ao fenômeno das grandes navegações europeias durante o século XV, seria preferível utilizar “redescoberta” (DEVISSE, 2010, p. 751). Relativiza-se assim a própria noção de descoberta, no que tange à exploração europeia, notadamente portuguesa, sobretudo, na Costa Atlântica Africana. No mesmo sentido converge o pensamento do historiador congolês Elikia M’Bokolo, segundo o qual “o descobrimento” é um tema a ser “reapreciado”, elencando três razões para se visitar a problemática do descobrimento.

Primeiramente o autor afirma que muito antes dos portugueses, os árabes já tentavam há muito explorar a costa africana; a segunda razão se deve ao fato de os próprios africanos que habitavam o litoral Atlântico *não terem alimentado, nas relações com o mar, a irreprimível fobia que lhes foi durante muito tempo atribuídas* (M'BOKOLO, 2011, p. 257); assim, segundo M'Bokolo:

A abertura do Atlântico foi uma operação de grande fôlego durante a qual a sede de ouro e a busca das especiarias, a audácia de navegadores portugueses, assim como de espanhóis e de italianos, interessados no lucro das operações, os lentos progressos técnicos e o conhecimento progressivo do terreno acumularam os seus efeitos. (M'BOKOLO, 2011, p. 257)

Nesse sentido, entendemos necessária a apreciação da História da Expansão Marítima Portuguesa, no século XV, vinculada à própria História da África, mais precisamente com a História da África Ocidental, considerando as especificidades dos povos ali consolidados e das relações estabelecidas entre estes e os exploradores europeus. É necessário, portanto, entender o movimento expansionista não apenas a partir de uma via única, mas levando em conta também a importância de outros povos nesse processo, notadamente os árabes e os “guinéus”, da Costa Ocidental Africana.

Nesse sentido, há que se ressaltar a situação dos estudos acerca do continente africano. Por muito tempo a produção historiográfica sobre a História da África fora eminentemente estrangeira e marcada pelo colonialismo europeu. A temática fora, portanto, tratada de maneira racializada e eurocêntrica de modo que tal visão se perpetuou na sociedade ocidental, sendo percebida, ainda hoje, em estudos sobre o assunto (KI-ZERBO, 2010, p. 10). Quanto a tal questão, Elikia M'Bokolo faz as seguintes considerações:

O fato de os primeiros que escreveram a história da África tenham sido estrangeiros – árabes e europeus não deixa de ter consequências sobre as orientações posteriores da historiografia africana e sobre a excepcional vitalidade de algumas lendas, mais negras do que douradas.

Curiosidade e ingenuidade, simpatia e repulsa, busca da verdade e defesa de interesses, vontade de deformação sistemática e dúvida metódica, as atitudes mais contraditórias misturam-se em proporções variáveis conforme as épocas e conforme os indivíduos para desenhar configurações epistemológicas às quais os historiadores de hoje ainda não conseguiram escapar. O contexto particular que presidiu a formação dessas historiografias estrangeiras foi sempre, além disso, caracterizado por relações desigualitárias entre os africanos e aqueles que produziram esta história, comerciantes ou missionários, negreiros ou colonizadores. O maravilhoso componente quase obrigatório de qualquer encontro com o outro, sempre se misturou, no contexto africano, com o nada mais absoluto, quer se trate das trevas do paganismo, que seria necessário dissipar de qualquer maneira, ou de homens cuja humanidade, custasse o que custasse, deveria ser negada para os transformar em mercadorias. Para acrescentar à complexidade, africanos roçados pelas culturas dos outros ou formados nas suas escolas e nas suas historiografias recuperaram e, às vezes, alargaram as hipóteses e as conclusões, conferindo-lhes, assim o carimbo suplementar da autenticidade. (M'BOKOLO, 2011, p. 50-51)

Diante disso, podemos assumir que, em seus primórdios, a História da África resumiu-se a visão do outro, especificamente o europeu. Tal perspectiva, reducionista e estereotipada, impediu por muito tempo o conhecimento mais aprofundado acerca dos povos e das diversas expressões culturais existentes na África. Tal panorama começa a mudar a partir de finais das décadas de 1950 e 1960, sobretudo em razão das lutas pela independência dos países africanos que se refletiu na produção acadêmica das ex-colônias e das regiões africanas que buscavam a sua soberania. Nessa conjuntura, a UNESCO promove, no final da década de 1960, a elaboração de uma coleção vultosa sobre História da África, a qual é organizada por intelectuais e acadêmicos africanos.

Trata-se de uma ruptura com um modelo anterior de produção historiográfica sobre História da África, levando os estudos acerca

do tema para novos patamares. No que tange à produção acadêmica de História da África no Brasil, Mauricio Waldman e Carlos Serrano apontam que por muito tempo houve um “vazio” na produção de estudos nessa área, segundo os autores:

Tal lacuna é evidente tanto na ausência pura e simples de uma visão realista sobre o continente quanto em seu desdobramento direto na persistência de uma visão estereotipada e preconceituosa impingida, sem maiores delongas, à África. Não seria demasiado sublinhar, essa perspectiva associa-se à exclusão de parcela ponderável da população brasileira do pleno exercício dos seus direitos enquanto cidadãos, veredito que recai de forma marcante sobre os nacionais de origem africana, isto é, os afrodescendentes. (WALDMAN e SERRANO, 2013, p. 11)

A despeito da temática ainda não estar completamente consolidada em nosso país, Waldman e Serrano atentam para a projeção que os estudos de História da África ganharam nas universidades do mundo inteiro e revelam a importância da lei federal 10.639 para a inserção do tema na Educação Básica e para o aumento da produção acadêmica e da formação de profissionais na área. Acerca dessa questão o historiador José Rivair Macedo afirma o seguinte:

Desde 2003, a lei federal 10.639 tornou obrigatório o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes no ensino fundamental e médio. Não foi uma decisão unilateral imposta de cima para baixo, mas o atendimento a uma reivindicação encaminhada pelos movimentos sociais. O objetivo é romper com o silêncio que persiste nos currículos tradicionais e ampliar o espaço da África e dos africanos na memória coletiva do Brasil, que é considerado o país com maior população afrodescendente do mundo. (MACEDO, 2014, p. 7)

Macedo sinaliza para a falta de disponibilidade de materiais publicados no Brasil ou em português sobre o tema. O autor também ressalta o salto da produção historiográfica acerca do movimento expansionista, observado no Brasil a partir das comemorações dos

quinhentos anos dos “descobrimientos” da América (1492) e da chegada dos portugueses ao Brasil (1500).

1.2 AS FONTES: ENTRE TEXTOS E MAPAS

1.2.1 Fontes cartográficas: a produção cartográfica portuguesa do século XV

Cabe ressaltar a importância da Nova História e da Nova História Cultural para a ampliação do rol de fontes a serem utilizadas na pesquisa histórica. Nesse sentido, destacamos aqui o uso das fontes ditas literárias e das fontes cartográficas e sua relevância para o estudo das relações entre portugueses e africanos, bem como das representações da Guiné no século XV.

Se por muito tempo os mapas foram vistos como elementos neutros e objetivos, as mudanças observadas nas ciências humanas nos últimos trinta anos, notadamente a chamada “virada cultural”, passaram a apreender os discursos presentes nas obras cartográficas como importantes elementos culturais, sendo, portanto, de interesse de diversas áreas, como a Geografia, a Antropologia, e, claro, a História. A partir de uma perspectiva culturalista, assinala-se a importância da cartografia como representação e como discurso ideológico.

Acerca da produção cartográfica em Portugal durante a Idade Média, assinala-se que as primeiras notícias de uma cartografia genuinamente lusitana remontam ao século XV, muito embora alguns historiadores, como Armando Cortesão (CORTESÃO, 1969, v. 1), considerado por muitos o maior historiador da cartografia antiga portuguesa, afirmem a existência de uma cartografia anterior ao quatrocentos (MARQUES, 1988, p. 63). De acordo com Alfredo Pinheiro Marques, não há documentos que provem a existência de uma cartografia lusa anterior à expansão marítima. O que se pode provar é a presença de muitos especialistas, sobretudo, maiorquinos e italianos, no reino ao longo século XV, contudo não é possível afirmar que houve produção de cartas por especialistas portugueses antes do primeiro quartel desse século.

A cartografia que se desenvolve em Portugal está atrelada às necessidades do movimento expansionista. Em um primeiro momento, ainda é embasada nos padrões mediterrânicos, mas com

o avanço das “descobertas”, novas técnicas devem ser aplicadas as cartas que precisam se expandir geograficamente para darem conta das novas realidades espaciais que se apresentam aos mareantes. Doravante, nasce uma cartografia que, gradativamente, distancia-se das escolas mediterrânicas para ganhar um novo contorno, conforme assinala Pinheiro Marques:

O momento seguinte desse processo, na continuação destes mesmos descobrimentos (e dos seus resultados positivos e revolucionários, mostrando a possibilidade de navegação da costa africana a sul do Bojador), o momento seguinte, dizíamos, será o de limitação dessa mesma cartografia mediterrânica, cujo valor tradicional histórico e técnico se reconhecia, cuja colaboração tinha sido requerida na pessoa de um dos seus maiores especialistas, mas que então se notava ser limitada e necessitar de emenda e acrescento.

E foi mesmo isso que aconteceu: à medida que se vão desenvolvendo as navegações para o sul do Cabo Bojador, primeiro em busca do Rio do Ouro, ao longo da Mauritânia, depois chegando ao Cabo Verde e à Terra dos Negros e por aí adiante, resolve-se corrigir e continuar as cartas disponíveis. (MARQUES, 1988, p. 74)

A cartografia portuguesa nasce vinculada aos descobrimentos e às novas demandas que as navegações na costa atlântica africana traziam. Trata-se, portanto, de uma cartografia náutica, desenvolvida para a navegação no Atlântico. Entende-se apropriado alguns esclarecimentos acerca da História da Cartografia Portuguesa. Esta, de acordo com Luís de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 1988, p. 9), nasce na primeira metade do século XIX, a partir dos estudos feitos pelo Visconde de Santarém sobre cartas náuticas antigas. Todavia, a verdadeira guinada nos estudos de História da Cartografia se dá em 1932, quando Armando Cortesão publica a monografia intitulada “*os homens. Cartógrafos Portugueses do século XVI*” (ALBUQUERQUE, 1988, p. 10). Albuquerque atenta para o fato de serem poucos os estudiosos a se dedicarem à História da Cartografia Portuguesa. Além de Cortesão, Albuquerque, na introdução do livro *Origem e*

desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos, de Alfredo Pinheiro Marques, publicado em 1987, destaca os estudos de A. Teixeira da Mota, A. Fontoura da Costa e do próprio Alfredo Pinheiro Marques sobre o tema. Ao rol dos historiadores da cartografia portuguesa podemos acrescentar Joaquim Alves Gaspar, investigador português que há mais de uma década vem apresentando diversas publicações consistentes na área (GASPAR, 2010; 2011, p. 227-247; 2012, p. 126-135 e 2013, p. 35-49).² Note-se que a relativa escassez de pesquisadores não corresponde há uma escassez de obras sobre o assunto, nem tampouco análises das cartas, dos cartógrafos e do contexto social em que estavam inseridos. Nesse sentido destaca-se a vasta produção de Armando Cortesão e em especial a compilação intitulada *Portugalia monumenta cartográfica* realizada em esforço conjunto com A. Fontoura da Costa entre 1955 e 1960.

Trata-se de uma coletânea que reúne fac-símiles de Mapas portugueses do período que vai da segunda metade do século XV até o século XVIII. Os mapas compreendem as regiões conquistadas pelos portugueses entre finais da Idade Média e ao longo da Idade Moderna. A obra está disposta em cinco volumes, sendo publicada em 1960 sob a coordenação de Armando Cortesão. A coletânea foi lançada à época das comemorações dos quinhentos anos das navegações Henricinas. A envergadura do projeto e a sua concretização, coloca a *Portugaliae Monumenta Cartográfica* dentre as maiores obras da História da Cartografia, pois além de apresentar centenas de mapas, possui um estudo crítico para cada um deles.

A obra apresenta os quatro mapas portugueses do século XV que chegaram ao nosso conhecimento, quais sejam: o *Fragmento anônimo da Biblioteca Nacional*, a *Carta Anônima de Modena*, a *Carta de Pedro Reinel*³ e a *Carta de Jorge Aguiar*.⁴ Neste trabalho utilizamos a *Carta Anônima de Modena*, a *Carta de Pedro Reinel* e a *Carta de Jorge Aguiar*. Os três mapas foram produzidos na segunda metade do século XV e apresentam características que começam a distanciá-los dos mapas mediterrânicos,

2 Conferir sobre escassez de pesquisadores e cartógrafos em Gaspar (2010; 2011, p. 227-247; 2012, p. 126-135 e 2013, p. 35-49).

3 Integrada na segunda edição da obra, que data de 1988, pois à época de sua publicação a carta permanecia desconhecida.

4 Assim como a carta de Pedro Reinel, este mapa só foi integrado a segunda edição da obra, pois era desconhecido até 1968.

muito embora ainda seja possível observar a influência das escolas Maiorquina e Italiana em suas composições. Estas obras constituíram as primeiras produções cartográficas genuinamente portuguesa, além de constarem entre os primeiros mapas europeus conhecidos atualmente a representar a Costa Ocidental Africana, à época genericamente chamada de Guiné, e o Atlântico Central.

1.2.2 Humanismo, produção literária e propaganda política no quatrocentos português

Ao optarmos pela utilização de fontes literárias em nosso *corpus* entendemos a literatura como um elemento da cultura e esta, por sua vez, é compreendida como parte constitutiva do todo social, portanto inserida em um contexto histórico específico que deve ser considerado. Há muito a Literatura vem sendo utilizada como fonte à pesquisa histórica, destacando-se em Idade Média a *história social da arte e da literatura* de Arnold Hausser na década de 50 e os estudos do historiador holandês Johan Huizinga na década de 20 que analisou a influência dos romances de cavalaria na percepção da realidade social e política (BURKE, 2000, p. 250). A partir da década de 1970, a utilização da Literatura como fonte histórica vai se tornar mais abundante graças à contribuição da “Nova História”, tendo como principal expoente o medievalista Jacques Le Goff, o qual apresenta uma nova concepção de documento histórico, segundo a qual *o documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador; ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impo ruma imagem desse passado quanto para dizer a “verdade”* (LE GOFF, 2005, p. 76).

Le Goff aponta que a busca por uma história total e do imaginário necessita da consideração de todos os documentos de uma sociedade, destacando nessa perspectiva aos documentos artísticos e literários (LE GOFF, 2005, p. 77). No final da década de 1980, o surgimento da “Nova História Cultural” vai aproximar ainda mais a História da Crítica Literária, além de propor novos campos de pesquisa como a História da leitura, contribuindo ainda mais para a utilização da Literatura como fonte de investigação em História.

No que se refere à literatura portuguesa na baixa Idade Média, observa-se desde os primeiros anos do reinado de D. João I, primeiro

monarca da Casa de Avis, a proliferação de obras literárias escritas em prosa dotadas de forte entonação moralística. Estes escritos, de acordo com António José Saraiva, passam a ter um propósito didático e moralista. *A prosa, por suas especificidades, atende melhor ao ímpeto normatizador e centralizador que são características da dinastia de Avis* (SARAIVA, 1988, p. 41).

No século XV, floresceu na Corte portuguesa uma cultura palaciana, na qual a literatura teve extrema relevância, pois difundia valores e ideais de sociedade forjados no bojo do projeto político avisino. Essa cultura, de acordo com Oliveira Marques, se fazia evidente a partir da produção de textos como o *Livro da virtuosa benfeitoria* do Conde D. Pedro, *o leal conselheiro* e *o livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, do rei D. Duarte. Obras estas que atendem às expectativas moralizantes e pedagógicas da realeza em relação ao grupo aos quais se destinam, trata-se, pois, de uma literatura que objetivava estabelecer um rígido controle da afetividade (ACCORSI, 1997, p. 56).

A consolidação da literatura em prosa à época de Avis coincide com o amadurecimento da língua portuguesa. As composições poéticas em galego-português e em castelhano, bem como os romances de cavalaria de influência provençal – tão comuns durante a dinastia de Borgonha – cediam espaço para uma prosa austera e comedida, como eram as obras dos príncipes de Avis e para uma literatura de cunho propagandístico, produzida pelos cronistas oficiais do reino a mando da Monarquia.

Já em meados do século XV é possível observar o florescimento do humanismo na corte portuguesa, o que se observa, sobretudo, na produção literária do período. Nesse sentido, destacam-se as já citadas produções literárias da corte avisina em língua vernácula, notadamente, os tratados técnicos e a prosa moralística, além das diversas traduções de autores clássicos greco-romanos como Cícero e Sêneca. Ao longo do reinado de D. Afonso V esse movimento se consolida não apenas na corte portuguesa, mas em diversas regiões da Europa, especialmente naquelas onde há uma intensa atividade urbana e burguesias bem consolidadas.

O historiador Luís de Sousa Rebelo utiliza a expressão “Humanismo Cívico” (REBELO, 1997) para caracterizar tal movimento em Portugal, referindo-se assim a notável oposição entre os valores da cavalaria e os interesses do reino ou da comunidade (CURTO, 2009, p. 59).

Trata-se, nas palavras de Diogo Ramada Curto, de uma oposição entre o “humanismo cortesão” e o “espírito cavalheiresco” (CURTO, 2009, p. 61), expressas, sobretudo, nos conselhos a D. Duarte e a D. Afonso V.

Outra novidade do período é a criação do cargo de cronista-mor do reino, fato que se relaciona com a necessidade de legitimar a nova Dinastia. Nesse contexto, o paço tornou-se o centro de irradiação do poder monárquico estruturado a partir de um discurso ordenador que atua como sustentáculo ideológico da dinastia, servindo como propagador do projeto político avisino, veiculado, em grande parte, a partir da referida produção literária. A esse “discurso”, presente na literatura portuguesa quatrocentista patrocinada pela realeza, a historiadora brasileira Vânia Leite Fróes denominou “*Discurso do Paço*”. O paço constituiu-se como um espaço simbólico, capaz de absorver as demandas dos “novos tempos”, fornecendo explicações ao novo quadro social e político que se configurou com a ascensão de Avis, além de fornecer elementos capazes de legitimar o poder da nova casa.

O “discurso do paço” constitui um modelo ordenador, atuando como sustentáculo ideológico da dinastia e servindo como propagador do seu projeto político, abarcando a prosa moral, os tratados técnicos, crônicas, peças teatrais, trovas, etc. De acordo com Fróes, esse discurso pretende legitimar o poder régio a partir da consolidação de um modelo messiânico onde o rei figura como salvador, não só do reino, mas também de toda a Cristandade (FRÓES, 1995, p. 4) além de fornecer “*um substrato ideológico, através de seus mecanismos de consolidação e de resolução dos conflitos políticos, por meio de uma releitura da tradição cristã, conferindo uma sacralidade à monarquia.*” (FRÓES, 1995, p. 49).

Diretamente ligada ao movimento de expansão portuguesa, a literatura em prosa circulante no reino de Portugal possui importante papel legitimador dessa expansão e conseqüentemente das guerras empreendidas na África ao longo dos séculos XV e XVI, sendo, dessa forma, um poderoso instrumento político. O domínio da produção literária significava o controle dos discursos veiculados nas obras. Dessa forma, torna-se evidente a intenção da monarquia de criar um campo literário que atue como propaganda política dos feitos dinásticos.⁵ A literatura doutrinária,

5 Conferir Neto Soria (1988, p. 42), pois adotamos aqui a concepção de propaganda política de Nieto Soria que a define como: “*o conjunto dos processos de comunicação pelos quais se difundem os valores, as normas e as crenças e que formam as ideologias políticas.*”

ao mesmo tempo em que expressa os ideais do grupo dominante, constitui uma forma eficaz de controlá-lo.

Nesse sentido, o discurso do paço e suas implicações sociais são aqui entendidos como expressão do poder simbólico exercido pela realeza. Esta forma de poder é, na concepção de Pierre Bourdieu, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica. Assim, o poder simbólico estabelece instrumentos de dominação sem a utilização da força física, sendo ainda mais eficaz no sentido de que sua constituição se dá, sem a percepção clara daqueles que estão sendo dominados (BOURDIEU, 2011, p. 10).

Produzidas nesse contexto de legitimação, consolidação e exibição do poder da Casa de Avis ao longo do século XV, as crônicas revelam preocupação com a necessidade de criar uma memória oficial do reino e, por conseguinte, uma identidade portuguesa, bem como marcar, em um primeiro momento, um traço de continuidade dinástica. Nesse sentido Saul Antônio Gomes assinala que:

A historiografia portuguesa de Quatrocentos é marcada pela afirmação endógena da consciência histórica do reino, visto como nação política soberana. Reside nesta premissa, cremos, a virtude mais relevante do “fazer da história” que se verificou nesta centúria. A escrita do passado serve à nova casa reinante, que nela encontra desde muito cedo, um precioso meio de consolidação da sua própria identidade e legitimidade dinásticas. Essa composição do passado é entregue a intelectuais emergentes de estratos sociais relativamente humildes que encontram no culto das letras uma porta para a Corte e para o conhecimento pessoal. (GOMES, 2009, p. 184)

O domínio da produção literária significava, portanto, o controle dos discursos veiculados nas obras. A afirmação da hegemonia da língua portuguesa sobre os demais dialetos constitui um fenômeno de grande valor simbólico e representatividade no que tange à formação da identidade portuguesa.

O cronista-mor do reino, cargo criado durante o reinado de D. Duarte e que foi inicialmente exercido por Fernão Lopes, atuou nessa conjuntura como porta-voz de um discurso que se pretende oficial. A linguagem atua como forma legítima de expressão da

realeza; sua autoridade é delegada ao cronista que a representa e a propaga através de sua produção. Assim, a literatura converte-se no principal mecanismo difusor da ideologia monárquica que doravante, busca seus significados na ressignificação das noções de cavalaria, cruzada e missão.

1.2.3 A produção cronística de Gomes Eanes de Zurara

Ao assumir o trono, em 1448, o rei D. Afonso V modificou muitos aspectos da política monárquica, a começar pelos mecanismos propagandístico da Dinastia avisina. O novo rei destituiu Fernão Lopes, que já possuía idade avançada, do cargo de cronista-mor do reino colocando em seu lugar Gomes Eanes de Zurara.

Sobre Zurara, sabe-se que nasceu em Ribatejo e que no reinado de D. Duarte já vivia na corte, exercendo funções administrativas numa secretaria dou arquivo régio. Após ser nomeado cronista, subiu rapidamente na hierarquia social, tornando-se, entre 1451 e 1452, cavaleiro da casa real, comendador da Ordem de Cristo e encarregado da Livraria Régia e em 1454 assume o recém-criado cargo de guardamora da Torre do Tombo, recebendo um rendimento anual de 24.000 réis, quantia considerada elevada para a época (BARRETO, 1989, p. 311-369 e p. 313).

Atuando como cronista oficial do reino, Zurara compôs quatro crônicas, quais sejam: *A crônica da Tomada de Ceuta*, *A Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, *A Crônica do Conde D. Pedro de Meneses e a Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. O autor demonstra bastante consciência da importância do seu ofício para a construção da memória do reino, o que fica evidente em alguns trechos de suas crônicas, como na seguinte passagem da *Crônica de D. Pedro de Meneses*:

Porque a principal parte do meu encarreguo he daar comta, e razão das cousas que passam nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que passaram tam a cerca, de que eu posso aver verdadeiro conhecimento.⁶

6 Conferir Zurara (1988, p. 213) sobre reprodução fac-similada com nota de apresentação de J. Adriano de Freitas Carvalho.

É interessante observar a ênfase do autor quando afirma que sua função é transmitir o “verdadeiro conhecimento”, assim percebemos que a crônica, ainda que produzida em épocas posteriores aos fatos narrados, era entendida como um “documento oficial”, repositório de verdades absolutas sobre o tempo de que tratam. Ainda na *Crônica de D. Pedro de Meneses*, Zurara torna a repetir esse caráter supostamente incontestável da verdade presente em sua crônica. No fragmento que se segue, o autor apresenta algumas das razões pelas quais se pôs a escrever sobre o governo do Conde D. Pedro de Meneses na Cidade de Ceuta:

E porque nós escrepemos esta Istoría primeiro duas vezes que fosse trazida a seu proprio lugar, emendando sempre no que conheciamos errado, como se costuma de fazer nas couzas, em que muitos ham de jugar, postoque os em alãs partes ouçais desviando alguma couza, do que aqui achardes escrito, entendes, que se faz por se mais apurar a verdade, e temos que do que realmente pertence á sustancia, não póde em outra parte ser mais verdadeiramente escrita, que aqui, leixando as particularidades, em que nunca se pode achar verdadeira certidão, o que de necessidade, er muitos há de ser sabido. (ZURARA, 1988, p. 213)

Observamos, portanto, que o cronista justifica a confecção da história afirmando que está “emendando” o conhecimento errado que, porventura, as pessoas tenham entrado em contato. Dessa forma, o autor desqualifica todos os escritos anteriores aos seus e elege sua obra como sendo a única “*verdadeiramente escrita*”. A noção de verdade empiricamente comprovada pode ser associada com o humanismo em voga na corte avisina do século XV. Para Luís Felipe Barreto a “verdade historiográfica” de Zurara deve ser compreendida a partir da perspectiva estética e ideológica, sendo assim, de acordo com o autor:

A verdade de Zurara como qualquer verdade no reino dos acontecimentos e conhecimento persiste sob a forma de ativo comprometimento ao mesmo tempo assumido e escondido com as formas concretas de poder .a sua verdade

historiográfica apenas é compreensível à luz dos parâmetros estético-ideológicos e sociológicos dominante na sua epocalidade. (BARRETO, 1989, p. 318)

É possível encontrar na produção de Zurara uma série de temas que possuem como lugar-comum a ideologia cruzadística portuguesa, quais sejam a valorização dos feitos de armas, a guerra contra o infiel muçulmano e a sua relação com a missão salvacionista do reino.

Em todas as suas obras o segundo cronista mor do reino enfatiza as noções de honra e proveito, típicas da cavalaria e a ideia de serviço prestado a Deus, não somente por parte dos príncipes e reis de Avis, mas também pelos nobres que lutavam nas praças africanas e, principalmente, os dois primeiros capitães de Ceuta, os Condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses. As crônicas compostas por Gomes Eanes de Zurara, encontram-se circunscritas na perspectiva daquilo que Fróes denominou “*discurso do paço*”.

1.2.4 A Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné

A *Crônica da Guiné* ou *Crônica do descobrimento e conquistas da Guiné*, escrita pelo segundo cronista-mor do reino de Portugal, Gomes Eanes de Zurara, subdivide-se em noventa e sete capítulos, neles desenvolvendo-se as fases da conquista das ilhas oceânicas, etapa inicial da expansão portuguesa sobre o Atlântico, e o reconhecimento da costa ocidental africana. Esta obra constitui um panegírico ao Infante D. Henrique e a grandiosidade das conquistas portuguesas no ultramar. De acordo com o historiador português Duarte Leite, a crônica começou a ser elaborada em 1451 (LEITE, 1941, p. 10) e segundo o próprio Zurara teria sido finalizada aos dezoito dias de fevereiro, *no ano de Jesus Cristo de 1453 anos* (ZURARA, 1989, p. 249).

Acerca da circulação da obra, sabe-se que no início do século XVI ela fora citada por João de Barros, em Portugal e também pelo frei Bartolomeu de Las Casas, no segundo quartel do mesmo século, na Espanha. Desde os Quinhentos não se teve mais notícia de citações da obra, e nem do paradeiro de seus manuscritos e códices por mais de trezentos anos. Em 1837, o historiador francês Fernando Dinis descobriu na Biblioteca Real de Paris, atual Biblioteca Nacional, um manuscrito completo da obra. Encontrava-se no códice de número

41, dos *manuscrits portuguais*, trazendo na lombada da encadernação a inscrição moderna: *Cronique de la Conquete de la Guinee*, mas nenhuma inscrição no seu interior. O códice de Paris apresenta em seu corpo 161 de pergaminho fino, medindo 322 mms x 230 mm, com 319 páginas e duas colunas manuscritas em letra do século XV (LEITE, 1941, p. 18). Na primeira folha há uma carta do autor, Gomes Eanes de Zurara para o rei D. Afonso V. Nos fólhos 2 a 4 corre o índice da obra e no fólho 5 há um retrato a cores do infante, que, de acordo com Duarte Leite, presume-se copiado de um dos painéis de S. Vicente (p. 19).

No que concerne ao códice de Paris, pouco se sabe de sua origem e de como chegou até ali. Além do Códice parisiense existem outros três manuscritos de conhecimento público, são eles: o *manuscrito de Valentim Fernandes*, da Biblioteca de Munique. O *manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid* e o *manuscrito da Biblioteca de Munique*. O primeiro é o mais antigo, com data de 1506, registrando parcamente a crônica. Tratam-se de extratos da crônica reunidos pelo impressor alemão Valentim Fernandes, o qual se estabeleceu em Portugal no final do século XV, e no mesmo período iniciou uma compilação com textos sobre as navegações portuguesas em África que ficou conhecida como o Manuscrito de Valentim Fernandes. O referido manuscrito foi descoberto em 1845 pelo Dr. J. A. Schmeller, na biblioteca de Munique.

De acordo com Duarte Leite, existe uma cópia fiel desse texto na Biblioteca Nacional de Lisboa (p. 20). Segundo Reis Brasil, a versão da *Crônica da Guiné* presente no manuscrito de Valentim Fernandes deve ter sido copiada dos papéis de João de Barros (REIS BRASIL, 1989, p. 14). O *manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid* é uma cópia do século XVIII, reproduzindo quase na íntegra o manuscrito de Paris. O último, data do final do século XVII, sendo correspondente ao manuscrito parisiense (REIS BRASIL, 1989, p. 15). Em 1841, foi publicada uma edição crítica pelo Visconde de Santarém, com base no manuscrito de Paris. A edição ficou conhecida como *Princeps*, que somente foi sucedida por outra em 1937, dirigida por José de Bragança, o qual modernizou a escrita de Zurara e juntou à crônica uma introdução, notas e glossário (LEITE, 1941, p. 20). As versões modernas da crônica são baseadas no *manuscrito de Paris*, por ser, até hoje, o mais completo já encontrado, e na edição de 1841.

Na conclusão da crônica, Zurara assinala ser a obra o primeiro volume da crônica, deixando clara desde o penúltimo capítulo a intenção de escrever um segundo volume, ao afirmar o seguinte: "[...] e desde i por nos parecer razoado volume aqeste que já temos escrito, fizemos aqui fim, como dito é, com a intenção de fazermos outro livro que chegue até o fim os feitos do infante [...]" (ZURARA, 1989, p. 246). No entanto, acerca deste suposto segundo volume nenhuma notícia chegou até nós. De modo que não é possível saber se o autor declinou da tarefa ou se simplesmente o outro tomo se perdeu.

O grande valor histórico da *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* reside do fato de ser ela a primeira obra europeia a retratar a África para além do Cabo do Bojador, levando à Portugal e à Europa notícias das “novas” terras e dos “novos” povos que *começavam* a ser explorados pelos portugueses. A crônica também é considerada por alguns estudiosos, como Luís Felipe Barreto, uma das primeiras obras literárias portuguesa com características renascentistas. Quanto a inovação literária que a escrita de Zurara apresenta na *Crônica da Guiné*, Barreto assinala o seguinte:

A *Crônica da Guiné* é sem dúvida uma obra de dominante escrita Medieval, mas é também e ao mesmo tempo um campo teórico onde uma dominada forma nova de escrever e pensar a história flui clandestinamente por entre as tradicionais ideias. Lugar de paradoxo onde se conjugam alguns dos primeiros enunciados renascentistas da cultura portuguesa com toda um forma e limite tradicional de pensar a realidade natural e social. (BARRETO, 1989, p. 212)

A crônica narra as navegações henriquinas entre os anos de 1433 e 1448, sendo a única obra contemporânea do Infante D. Henrique a narrar os seus feitos em África, bem como, a primeira a descrever as suas virtudes físicas e morais. Nessa perspectiva, destaca-se uma passagem do Visconde de Santarém na introdução da sua edição da Crônica, de 1841:

É, pois a esta singular e gloriosa exceção que devemos o precioso monumento que vamos dar pela primeira vez ao público: a *Crônica da Conquista de Guiné* por Gomes

Eanes d'Azurara, escrito que é incontestavelmente não só o primeiro livro escrito por autor europeu sobre países situados na costa ocidental d'África além do cabo do *bojador*, e no qual se coordenaram pela primeira vez as relações de testemunhas contemporâneas dos esforços dos mais intrépidos navegantes portugueses que penetraram no famoso mar tenebroso dos árabes, e passaram além da meta que até então tinha servido de barreira aos mais experimentados marítimos do Mediterrâneo, ou das costas da Europa. Com efeito, tendo sido os portugueses os primeiros descobridores dos países situados além do cabo do *bojador*, a honrosa missão de primeiro recontar estes descobrimentos competia a um português. (BARRETO, 1989, p. 15)

Note-se que a *Crônica da Guiné* foi escrita em um contexto político conturbado, após a crise que resultou na batalha de Alfarrobeira e na morte do Infante D. Pedro. Portanto, um momento extremamente delicado no campo político português, marcado pela mudança de atitude em relação à empresa ultramarina e pela consolidação das forças senhoriais no poder (SERRÃO, 1977, p. 35).

A partir de uma forte propaganda política, que tem como principal instrumento a produção cronística de Zurara, edificou-se um discurso que exaltava a ação militar na África, reverenciando tipos ideais de comportamento identificados como genuinamente portugueses, como por exemplo, a postura da cavalaria e o compromisso desse grupo com o rei, o reino e Deus. Nesse sentido, a obra de Zurara exerce um papel de extremo relevo, pois consolida a ideia de vocação messiânica do reino português e o próprio projeto expansionista.

1.2.5 Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra

Luís de Cadamosto foi um navegador italiano do século XV que realizou duas viagens na costa ocidental africana a serviço do Infante D. Henrique. Sua obra, escrita aproximadamente dez anos após as suas viagens, narra os fatos por ele vivenciados, descrevendo os habitantes das regiões encontradas e alguns aspectos geográficos. As viagens de Cadamosto foram feitas entre 1455 e 1456. Sua segunda viagem alongou-se até a Guiné portuguesa, acrescentando à sua obra

os descobrimentos realizados em 1460-61, para além daquele termo, pelo navegador português Pedro de Sintra.

Inicialmente acredita-se que a data da primeira viagem de Cadamosto fora 1445, por conta de dados internos da própria crônica do autor. No entanto, tais dados revelaram o desconhecimento cronológico do autor acerca dos descobrimentos portugueses. Há um diploma ordenador da frota comercial de que ele desembarcou no Algarve, em 9 de agosto de 1454 e uma carta de Antônio Usodimare, expedida para a Itália, em 9 de dezembro de 1455, na qual se trata da viagem feita por Cadamosto na primavera e no verão daquele ano (PERES, 1988).

Embora seja um relato de suas viagens, a obra de Cadamosto não é um diário, mas sim uma crônica. Os manuscritos de Cadamosto foram divulgados pela primeira vez em 1507, juntamente com a descrição de outras viagens ultramarinas do século XV e início do XVI, nas sucessivas edições quinhentistas da obra intitulada *paesi novamente ritrovati et novo mondo da Alberico vesputio florentino*. Intitulado *Os Escritos de Cadamosto* foram posteriormente incluídos por Ramusio, na sua coletânea *dele navigazioni et viaggi*, cuja primeira edição se fez em 1550.

Modernamente, a versão ramusiana é a que tem sido unanimemente seguida, quer em italiano, quer em traduções. Quanto às cópias do original, tem-se conhecimento de duas, ambas encontram-se na Biblioteca Marciana de Veneza, sendo uma de princípios do século XVI e a outra de finais do século XV. A primeira tradução portuguesa da obra é do final do século XIX, feita por Mendo Trigo. A versão utilizada de *Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra* é uma edição de Damião Peres, impressa pela Academia Portuguesa de História, em 1988, e traduzida por Giuseppe Carlo Rossi.

Note-se que a obra de Cadamosto e a *Crônica da Guiné*, de Zurara, foram os primeiros relatos de europeus acerca de terras além do Bojador. O relato de Cadamosto é rico em elementos práticos de navegação, tais como a distância de uma paragem a outra, detalhes sobre ventos e correntes marítimas, entre outros. Ressalta-se, por fim, que após o retorno de Cadamosto à Veneza, em 1463, muitos mapas do Atlântico Ocidental foram produzidos por cartógrafos italianos o que, para alguns especialistas, denota a influência do autor e sua obra na concepção desses mapas.

1.2.6 O Descobrimento Primeiro da Guiné

O *Descobrimento Primeiro da Guiné* é um relato de autoria de Diogo Gomes de Sintra, escrito no último quartel do século XV. O texto, que remonta ao princípio das navegações portuguesas na costa africana, enfatiza a viagem de Diogo Gomes de Sintra à região da Guiné, no final da década de 1450. A narrativa de Sintra é, cronologicamente, posterior a de Cadamosto e, assim como a obra do navegador italiano, possui uma abrangência espacial e temporal maior que a *Crônica da Guiné*.

Acerca do autor, sabe-se que ele foi homem do Infante D. Henrique, servindo-o como navegador em viagens à África e ocupando no reino o cargo de almoxarife de Sintra. De acordo com Aires de Nascimento, Diogo Gomes de Sintra afirmava ter sido o descobridor da ilha de Santiago de Cabo Verde, juntamente com António de Noli, o qual manteve a capitania da ilha até a sua morte, em 1499 (NASCIMENTO, 2002). Seu falecimento se deu entre os anos de 1499 e 1502, sendo a narrativa de seus feitos em África relatada já no fim de sua vida, portanto, muitas décadas após a realização de sua viagem.

A versão original do texto está em latim. Trata-se de um relato ditado do autor para um copista, que no caso fora o comerciante e cosmógrafo alemão Martim de Behaim. Behaim, nasceu em Nuremberg por volta de 1454, chegando em Portugal, provavelmente, em 1484, tendo acesso à corte, à cosmógrafos e navegadores do reino (BARRETO, 1989, p. 16). Ascendendo rapidamente no espaço cortesão, o cosmógrafo fora sagrado cavaleiro, pelo rei d. João II, em 1485. Há quem advogue em prol de uma coautoria entre Behaim e Sintra em relação à *Prima Inventione Guinea*, contudo, não há elementos probatórios desse fato. Há questão que foi colocada por muitos historiadores, a exemplo de Luís de Albuquerque, diz respeito às interpolações que o texto primitivo, escrito em “mau latim”, visto que não era língua materna de nenhum dos dois intervenientes, sofrera (BARRETO, 1989, p. 34).

De fato, levando em conta as especificidades da(s) “literatura(s)” do período medieval, considera-se que a presença de interpolações nos textos era deveras comum, sobretudo, se as obras tivessem mais de um interveniente, como é o caso da narrativa em análise, da

qual, se tem o conhecimento de ao menos três intervenientes, quais sejam: Diogo Gomes de Sintra, a quem se atribui a autoria; Martim de Behaim, que traduziu o texto para o Latim; e por fim, Valentim Fernandes, o famoso tipógrafo alemão responsável pela compilação conhecida como *Manuscrito de Valentim Fernandes*, onde a narrativa de Sintra fora primeiramente editada, em princípios do século XVI.

O Manuscrito de Valentim Fernandes foi, como já dissemos, descoberto em Munique pelo Dr. J. A. Schmeller, em 1845. Quando se teve notícias acerca desta obra em Portugal, O Marquês de Resende encomendou uma cópia ao paleógrafo José Klausner. Em 10 de dezembro de 1448 a cópia ficou pronta e hoje se encontra na biblioteca Nacional de Portugal. Em 1940 a obra fora publicada pela Academia Portuguesa de História com o título de Manuscrito de Valentim Fernandes. Em 1997, outra edição da obra fora feita, desta vez intitulada códice de Valentim Fernandes. O texto de Sintra foi primeiramente editado em português, no fim do século XIX, por Gabriel Pereira (BARRETO, 1989, p. 35). A edição que ora utilizamos é uma edição bilíngue em latim-português organizada por Aires A. Nascimento e Henrique Pinto Rema, sendo publicada em Lisboa, no ano de 2002.

No que concerne ao conteúdo da obra, trata-se de uma narrativa sobre as viagens portuguesas na região da Guiné, ao longo do século XV, principiando em 1416, logo após a conquista de Ceuta. O autor exalta bastante a figura do Infante D. Henrique e, em diversos pontos do texto, a sua própria participação como agente da expansão, tendo sido ele feito capitão-mor de expedições para África. Ao longo da obra observam-se muitos dados sobre o trato comercial na costa da África, os povos que ali viviam, os territórios que começavam a ser explorado pelos portugueses, dados da geografia do local, percepções espaciais, técnicas navais e militares, etc. Juntamente com o relato de Cadamosto e a crônica de Zurara, o *Descobrimento Primeiro da Guiné* constitui uma fonte riquíssima para o estudo da região no século XV.

1.2.7 Fontes aquivísticas e normativas

A *Monumenta Henriquina* constitui uma vasta compilação de documentos sobre a ação do Infante D. Henrique no continente africano. Embora o foco da obra seja o período henriquino, as fontes

que a compõem remontam ao período que antecede a expedição de Ceuta em 1415. Trata-se de uma ampla gama de documentos como epístolas, bulas papais, tratados e documentos de chancelaria régia, que abarcam todo o processo que motivou a conquista do continente africano e a continuidade desse movimento sob o comando do Infante D. Henrique.

A obra foi publicada em 1960 e sua organização foi feita por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis. O trabalho está inserido no contexto do V centenário de morte do Infante D. Henrique, sendo realizado por incentivo do governo português e da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Os organizadores da *Monumenta Henricina* a estruturam seguindo uma cronologia que divide a História de Portugal em três grandes períodos, que segundo os autores foram:

O da constituição da nacionalidade, através da Reconquista cristã do território aos sarracenos, finda no reino de D. Afonso III, pelo domínio completo do Algarve; o da formação do nosso Império, a partir da conquista de Ceuta, em 1415; o da decadência daquele, após a ocupação castelhana de 1580. (ALMEIDA, BROCHADO, DINIS, 1960)

Trata-se, portanto de uma estruturação que obedece à um critério ideológico, claramente eivado por uma perspectiva nacionalista da História de Portugal, sobre a qual já discutimos neste capítulo. Para os autores as “descobertas” devem ser analisadas com base na noção de *missão*, entendendo, portanto, as navegações, as conquistas e a exploração do Atlântico e da costa africana no século XV como uma missão evangelizadora e de expansão da fé cristã a ser perpetrada pelo reino português.

A organização dos documentos, sobretudo os pontifícios, remontam aos primórdios do reino, uma vez que a expansão quatrocentista é apreendida como uma continuação do movimento cruzadístico que resultou na expulsão dos mouros e na formação do reino de Portugal. Os autores seguem, portanto, a perspectiva do historiador alemão Carl Eardman, defendida em seu estudo intitulado “*A ideia de cruzada em Portugal*”, publicado em 1940.

A obra encontra-se dividida em quinze volumes. Cada volume possui uma introdução crítica, na qual os autores apresentam a periodização escolhida para o tomo e a sua justificativa. Até o terceiro volume foram utilizados na compilação documentos anteriores ao processo expansionista. A partir do quarto volume os documentos coadunam-se com a ação do Infante d. Henrique na África. Os documentos referentes à Guiné encontram-se a partir do sétimo volume da obra.

No decorrer deste capítulo, destacamos as principais discussões historiográficas que envolvem a expansão quatrocentista portuguesa sobre o continente africano e as primeiras relações dos europeus com a Guiné. Buscamos problematizar também a questão da produção historiografia sobre a História da África, notadamente, os limites de tal produção em nosso país. Além disso, apresentamos aqui as principais fontes a serem exploradas em estudos que contemplem o tema proposto. Procuramos não só resgatar as discussões e fontes já, tradicionalmente, trabalhadas em estudos acerca do movimento expansionista, mas, sobretudo, apontar para os limites e possibilidades que as pesquisas e documentos destacados nos oferecem. Nosso intuito foi apresentar uma tipologia dos documentos e seus usos e possibilidades como fonte de pesquisa. Note-se que a problematização desses documentos será feita nos capítulos posteriores.

Desta forma, demonstraremos ao longo dos próximos capítulos, de que modo os estudos sobre as grandes navegações do século XV podem ganhar novos contornos, sobretudo a partir da maior exploração das fontes cartográficas e de sua combinação com as fontes textuais. Considera-se também a maior participação de agentes, que por muito tempo foram relegados como meros coadjuvantes na construção dessa história, a saber, os africanos, notadamente os guinéus e principalmente destaca-se a importância da temática inserida não apenas como um estudo referente à História Europeia e/ou portuguesa, mas também como um estudo de História da África, deslocando um pouco a visão estritamente eurocêntrica, observada na maior parte dos trabalhos aqui citados.

ENTRE O MEDIEVO OCIDENTAL E A ÁFRICA: ESPAÇO E IMAGINÁRIO NA BAIXA IDADE MÉDIA

2.1 O ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

As fontes portuguesas do século XV dão conta de que o termo “Guiné” era utilizado para referir-se às terras localizadas entre o atual Senegal e a Guiné Equatorial. Segundo o historiador congolês *Elikia M’Bokolo*, o termo “Guiné” é uma corruptela portuguesa da palavra Djinawa, termo utilizado em fontes árabes do século XII para definir um determinado povo que habitava o sul do Saara e que, de acordo com o cronista islâmico Al-Zuri, seguia o cristianismo” (M’BOKOLO, 2011, p. 125). A Guiné circunscreve-se na parte mais ocidental da região que os árabes denominavam Bilad el-Sudan, que significa terra dos negros e refere-se ao território situado abaixo do Saara (MACEDO, 2014, p. 51).

O estudo da Guiné no século XV compreende o estudo não só do espaço, mas sobretudo, da sua apreensão quer pelos navegadores europeus quer pelos nativos que habitavam a região. Sendo assim, entende-se que para a análise aqui proposta são necessárias algumas considerações acerca da noção de espaço. Trata-se de um tema de grande complexidade e extremamente relevante não só para nossa pesquisa, mas também para os estudos históricos, considerando que o espaço figura como uma categoria essencial para a compreensão da História, embora muitas vezes apresente-se como uma problemática circunscrita no campo geográfico e nesse sentido, uma primeira questão que se coloca é a relação entre História e Geografia.

“Ciências dos homens” dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55). Assim

Marc Bloch define a ciência histórica, enaltecendo a sua relação entre a humanidade e o tempo. Com base no entendimento de que o tempo constitui um elemento essencial da História, podemos afirmar que o espaço está para a Geografia, assim como o tempo está para a História e a sociedade figura como elemento comum a essas duas ciências.

A concepção de tempo é deveras abstrata, podendo ser apreendida tanto no plano objetivo, especialmente a partir das ciências naturais, como no plano subjetivo, sobretudo, com base nas análises das ciências humanas. Ao contrário do tempo, o espaço é caracterizado por sua concretude. Nessa perspectiva, Ciro Flamarion Cardoso atenta para o seguinte:

É provável que a noção de espalho tenha sido percebida pelos seres humanos antes da de tempo. As línguas mais antigas que nos deixaram documentos: os sumérios, o egípcio, o acadiano e o eblaíta, tendiam a especializar o tempo. O egípcio tardou bastante até mesmo para desenvolver um sistema verbal pautado na noção de tempo: de início dominava de forma absoluta a noção de aspecto verbal, que definiam o perfectivo (ações completas), o imperfectivo (ações em ato ou reiteradas) e o prospectivo (ações suscetíveis de ocorrer). Mesmo hoje em dia qualificamos em português o tempo em curto, médio e longo, isto é com um vocabulário espacial. Podemos até mesmo dizer “um curto espaço de tempo”, que um evento “ficou para trás” ou está a grande distância de tempo, por exemplo. (CARDOSO, 2005, p. 12)

Problematizando essa relação entre tempo e espaço que enfatiza a apreensão dessas categorias no plano da materialidade, Milton Santos assinala que “não se trata propriamente de apurar qual dos dois é mais concreto. A questão da medida recíproca pode ser vista como uma maneira de dizer que tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias” (SANTOS, 1996, p. 53). Apontando para a importância do fator humano nessa relação, Santos afirma que:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação

epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. (SANTOS, 1996, p. 54)

O espaço é, portanto, marcado pelo seu caráter concreto, ao passo que o tempo pode ser apreendido no seio da noção de espaço, considerando que referências espaciais são muitas vezes aplicadas para a mensuração do tempo. Assim, tomando por base a perspectiva de Santos, entende-se que o tempo é materializado a partir da sua relação intrínseca com o espaço e ambas as categorias devem ser consideradas na análise das sociedades humanas.

Considerando essa relação estreita entre o tempo e o espaço, José D'assunção Barros, ressalta a sua importância, sobretudo, no que tange à aplicação das noções de espaço e espacialidade para os estudos históricos. Entendendo a História como a ciência que estuda o homem no tempo e no espaço, Barros atenta para a necessidade de intensificar a sua interdisciplinaridade. Dessa forma, o autor destaca a importância da geografia, da psicologia, da crítica literária, da semiótica, dentre outros campos do saber para o fazer histórico, visto que oferecem novas possibilidades metodológicas, enfatizando a relevância da noção de espacialidade, que segundo ele “foi se alargando com o desenvolvimento da historiografia do século XX: do espaço físico ao espaço social, político e imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão das práticas discursivas” (BARROS, 2006, p. 460-475).

Como Barros aponta, o termo “espaço” é amplamente utilizado pelo senso comum, adquirindo particular significado para várias ciências, inclusive, para a geografia. Tal qual Barros, David Harvey, geógrafo cuja noção de espaço constitui o eixo de suas pesquisas, atenta para a polissemia, bem como, para os múltiplos usos do termo na contemporaneidade, figurando como uma “palavra-chave”, em muitos aspectos, assim:

A palavra “espaço” suscita, frequentemente, modificações. Complicações às vezes surgem dessas modificações (muito frequentemente omitidas na fala ou na escrita), mais do que de uma complexidade inerente à própria noção de espaço. Quando, por exemplo, referimo-nos ao espaço “material”, “metafórico”, “liminar”, “pessoal”, “social” ou “psíquico” (usando somente alguns exemplos), indicamos uma variedade de contextos que, assim, contribuem para construir o significado de espaço contingente segundo esses contextos. De forma similar, quando construímos expressões como espaços do medo, do jogo, da cosmologia, dos sonhos, da raiva, da física das partículas, do capital, da tensão geopolítica, de esperança, da memória ou da interação ecológica (mais uma vez, somente para indicar alguns dos desdobramentos aparentemente infinitos do termo), os domínios de aplicação são tão particulares que tornam impossível qualquer definição genérica de espaço. (HARVEY, 2012)

Diante disso, procuramos aqui definir um conceito para a noção espaço, entendendo como esta vem sendo aplicada pelas ciências humanas e de que modo a entendemos neste trabalho. A começar, pela noção de espaço dentro da geografia, ciência a qual o conceito encontra-se tradicionalmente relacionado. Discorrendo sobre a problemática do conceito de espaço, o geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa revela que a expressão espaço aparece de maneira vaga ora estando associada a uma superfície específica da terra identificada “seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja como referência à simples localização” (CORRÊA, 2000, p. 15). O autor acrescenta assinalando que “a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior” (p. 16).

Como podemos observar, a partir das considerações de Corrêa, são muitas as acepções que a noção de espaço possui, mesmo no bojo da ciência geográfica. De fato, o “espaço” não fora sempre o objeto privilegiado pela geografia. Note-se que do século XIX, quando a geografia ascende como disciplina acadêmica, até meados do século

XX, o conceito de espaço não figurava dentre as principais questões discutidas pelos acadêmicos da chamada Geografia Tradicional. Esta privilegiou os conceitos de paisagem, região-natural e região-paisagem (CORRÊA, 2000, p. 15)

Ainda que não fosse o cerne dos estudos da geografia tradicional, a noção de espaço pode ser observada em obras de importantes geógrafos do período, muito embora não se apresentasse como o objeto central de seus estudos, destacando-se, nesse sentido, o geógrafo alemão Friederich Ratzel e o geógrafo estadunidense Richard Hartshorne.

Ratzel desenvolve dois conceitos fundamentais vinculados à noção de espaço e a ideia de interação entre o ser humano e a natureza, são eles: território e espaço vital. Na obra *Geografia Política*, publicada em 1897, Ratzel concebe o Estado de forma orgânica, necessitando de um território, denominado espaço vital, em razão da sua essencialidade para a manutenção do Estado (CASTRO, 2005, p. 15-94). Baseado nesses dois conceitos, Ratzel cria a noção de antropogeografia, a qual sustenta o determinismo geográfico. A partir de Ratzel, de acordo com Corrêa, “o espaço transforma-se, assim, através da política em Território, em conceito-chave para a geografia.” (CORRÊA, 2000, p.18).

Para Hartshorne, o espaço é o espaço absoluto, ou seja, “um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo, independentemente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência em si, sendo apenas intuitivamente utilizado da experiência” (CORRÊA, 2000, p.18), o que significa dizer que é apenas um elemento abstrato.

O espaço só aparecerá como conceito-chave da geografia na década de 1970, com o surgimento da geografia crítica, sendo esta fortemente influenciada pelo marxismo. Será Henri Lefebvre que trará de vez o espaço para as discussões marxistas. Nesse momento, o espaço deixa de ser entendido como absoluto, para se tornar um produto das práticas sociais. Em sua obra *Espaço e Política*, Lefebvre argumentará que o espaço, entendido como espaço social, se constrói também na prática social (CORRÊA, 2000, p. 24). O espaço não deve ser visto como espaço absoluto. Ele não é nem ponto de partida, nem ponto de chegada é sim “o locus da reprodução das relações sociais.” (p. 25).

Para Henri Lefebvre, o espaço é experimentado, define-se e produz-se pela experiência humana. O filósofo ainda identifica três

variantes de espaço, quais sejam: o espaço real, o espaço da natureza e o espaço mental. O primeiro constitui o espaço das práticas sociais, aquele que é socialmente construído. O espaço da natureza é espaço físico e, por fim, o espaço mental é aquele formal, construído através de abstrações matemáticas (LEFEBVRE, 2006). Acerca da noção de espaço como produto social, Lefebvre aponta o seguinte:

Não designando um “produto” insignificante, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito exigia um aprofundamento das noções de *produção*, de *produto*, de suas relações. Como dizia Hegel, um conceito só aparece quando designa, anuncia, aproxima-se de seu fim – e de sua transformação. O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialética: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2006)

Outro expoente da geografia crítica é o geógrafo britânico David Harvey. Segundo o próprio autor, suas reflexões sobre a natureza do espaço começaram na década de 1970, quando da publicação de seu livro intitulado “*Justiça social e a cidade*”. Doravante, Harvey elaborou uma concepção tripartite do espaço, de acordo com a qual o espaço pode ser considerado de maneira absoluta, relativa e relacional, quanto a isso o autor assinala que:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma

relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. (HARVEY, 2006, p. 13)

O espaço absoluto é fixo, sendo ele herdado das concepções de Newton e Descartes, geralmente representado como uma grade imóvel, permitindo padronizar medições. Trata-se, portanto, de um espaço físico, pois constitui o espaço primário de individuação, referindo-se à todos os fenômenos delimitados, e também de um espaço social e como tal configura-se como o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas, como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas (HARVEY, 2006, p. 10). De acordo com Harvey, “quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves.” (HARVEY, 2006, p. 10).

O espaço relativo associa-se às concepções einsteinianas e as geometrias não-euclidianas, desdobrando-se em dois sentidos, primeiramente, “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher” (HARVEY, 2006, p. 11) e, em segundo lugar, “de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem.” A concepção de espaço relativo abandona a ideia de simultaneidade do universo físico, sendo impossível compreender o espaço independente do tempo. Consolida-se, dessa forma as noções de espaço-tempo e de espaço-temporalidade.

Para Einstein, o tempo permanece como elemento fixo, sendo o espaço o elemento que se dobra, de acordo com determinadas condições. No entanto, tal perspectiva não exclui a capacidade de mensuração e de cálculo, contudo faz-se necessário considerar que todas as formas de medição dependem do modelo de referência do observador (HARVEY, 2006, p. 12). O último elemento do modelo tripartite de Harvey é o espaço relacional. Tal conceito relaciona-se

ao pensamento de Leibniz, a que faz sérias objeções a noção de espaço absoluto estruturada por Newton. De acordo com Harvey, a principal objeção de Leibniz aos estudos de Newton é de cunho teológico, nesse sentido:

Newton dava a entender que até mesmo Deus estava dentro do espaço e do tempo absolutos mais do que no comando da espaço-temporalidade. Por extensão, a visão relacional do espaço sustenta que não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem. (Se Deus faz o mundo então Ele também escolheu fazer, fora de muitas possibilidades, espaço e tempo de um tipo particular). Processos não ocorrem no espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto (por exemplo, em uma sala de conferência) para definir a natureza daquele ponto. A identidade, nesta argumentação, significa algo bastante diferente do sentido que temos dela a partir do espaço absoluto. (HARVEY, 2006, p. 13)

Por fim, destacamos no âmbito da geografia crítica o sociólogo brasileiro Milton Santos, o qual dedicou boa parte dos seus estudos à noção de espaço. Santos define o espaço como um sistema formado por duas categorias, a saber: fixos e fluxos. De acordo com o autor “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar” (SANTOS, 2006, p. 61) ao passo que os fluxos “são resultados diretos ou indiretos das ações e atravessam ou se instalam nos fixos modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam” (SANTOS, 2006, p. 62). Juntos, os dois elementos expressam o que o autor chama de “realidade geográfica”, aparecendo como um objeto possível para a geografia (SANTOS, 2006, p. 62).

Tal qual Harvey, Santos também considera o caráter relacional do espaço sendo este não apenas o resultado da ação do homem sobre a natureza, mas sim composto por objetos geográficos naturais e sociais e pela vida que os preenche, um conjunto de formas contendo frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1997)

Uma outra forma de pensar o espaço é a partir do viés cultural, englobando não só a Geografia cultural, mas também a Antropologia e a História. Nesse sentido destacam-se a obra do antropólogo Marc Augé e os trabalhos vinculados à Nova Geografia Cultural, notadamente à corrente francesa que traz à tona a noção de espaço vivido e suas relações com o conceito de território.

A partir da década de 1980, o surgimento da Nova Geografia Cultural traz à concepção de espaço-território, vinculando tais conceitos à noção de cultura e de fato cultural. Nessa perspectiva, de acordo com geógrafo francês Joel Bonnemaizon:

Para os geógrafos a cultura é rica em significados porque é tida como um tipo de resposta, no plano ideológico e espiritual de existir coletivamente em determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica e econômica colocada em causa a cada geração. Por isso o cultural aparece como a face oculta da realidade: ele é ao

mesmo tempo herança e projeto e, nos dois casos, confrontação com uma realidade histórica que, às vezes, o esconde e, outras, o revela, como parece ter sido o caso nesses últimos anos. (BONNEMAISON , 2002, p. 281)

Para o autor, o papel central da cultura se afirma, pois entende que o espaço é subjetivo e relaciona-se “à etnia, à cultura e à civilização regional” (BONNEMAISON , 2002, p. 283). O autor aponta para os estudos em torno da noção de “espaço vivido”, atentando para a importância dos conceitos de etnia e território nos estudos de geografia cultural. Dessa forma, segundo Bonnemaïson:

A ideia de etnia e de grupo cultural interessa ao geógrafo porque produz a ideia de um “espaço-território”. De fato a territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado do solo constitui um sistema espacial, um território. (BONNEMAISON , 2002, p. 285)

O território é caracterizado pela sua dinâmica, não se constituindo necessariamente como um elemento fechado ou, conforme atenta Bonnemaïson um tecido espacial unido. Nessa perspectiva, considerando a relação entre território e etnia, Bonnemaïson aponta que:

[...] antes de ser uma fronteira, o território é sobretudo, um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários . a etnia se cria e se fortalece pela profundidade de sua ancoragem no solo e pelo grau de correspondência mais ou menos elaborada que mantém com um espaço – que ela divide em áreas originando uma mala malha- que ela polariza de acordo com suas próprias finalidades e representações simbólicas . No interior desse espaço-território, os grupos e etnias vivem certa relação entre o enraizamento e as viagens a territorialidade se situa na junção dessas duas atitudes; ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade- dito de outra maneira, os itinerários e os lugares. (BONNEMAISON , 2002, p. 287)

Quanto às opções teóricas desta pesquisa, orientamo-nos pelo entendimento de que o espaço é construído a partir das práticas sociais e de que é fruto dos processos culturais envolvidos. Desse modo, aproximamo-nos do pensamento de Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos bem como da noção de espaço vivido e território tal qual preconizadas pela geografia cultural.

Tabela 1: Tabela sobre a visão tripartite espaço absoluto-relativo-relacional com a leitura lefebvrea dos espaços percebido, concebido e vivido

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
ESPAÇO ABSOLUTO	Muros, pontes, portas, solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores Territoriais, fronteiras e barreiras físicas, Condomínios fechados	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição de paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) - Newton e Descartes	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que "não são dali".
ESPAÇO (tempo) RELATIVO	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições na fricção da distância	Cartas temáticas e topológicas (ex: o sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas). Einstein e Riemann	Ansiedade por não chegar na aula no horário; atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
ESPAÇO (TEMPO) RELACIONAL	Fluxos e campos de Energia eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, Lembranças, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte: David Harvey. Espaço como conceito-chave da geografia.

2.2 O IMAGINÁRIO E AS PERCEPÇÕES DO ESPAÇO NA IDADE MÉDIA

A capacidade de abstração do homem ocidental, durante a Idade Média, não se vinculou às complexas fórmulas matemáticas. A mensuração da realidade é fruto da experiência, das práticas cotidianas. Nesse sentido, Robert Delort atenta para as diferenças nas formas de perceber o espaço na Idade Média, segundo o autor,

[...] A metrologia medieval era marcada pela desordem, ao mesmo tempo complexa e aproximativa. Cada microrregião, seja campo ou vila, tinha seu próprio sistema de medidas, geralmente derivado dos romanos, mas diferente em tipo e talhe dos seus vizinhos. (DELORT, 1982)

As transformações nas formas de percepção do espaço pelos ocidentais não se deram tão rapidamente como ocorreu com a mudança nas percepções do tempo (CROSBY, s.d., p. 99), por exemplo. De fato, conforme aponta Alfred Crosby, “as transformações na percepção Ocidental do espaço, que culminou em mudanças tão radicais quanto as que abalaram a física no início do século XX, começou como em passo de tartaruga” (CROSBY, s.d., p. 99). Delort identifica no século

XIII uma mudança significativa na forma como os ocidentais mensuravam e apreendiam o espaço, nessa perspectiva o autor assinala que:

Nota-se a partir do século XIII, um melhoramento no manuseio dos algarismos, um progresso do espírito de exatidão, ao menos entre certos filósofos e matemáticos, ou entre mercadores. Mas a grande massa da população assinala certa indiferença ou incapacidade de apreender o espaço, embora esta feição não seja necessariamente a marca de um espírito impreciso. Se não existia mapa no reino da França antes do século XV, o rei e seus oficiais tinham pelo menos consciência do traçado e limites administrativos, e da significação política das fronteiras. As mentalidades veiculavam dados aparentemente contraditórios justapondo observações pessoais, números exatos, a ditos da tradição oral, que são admitidos sem discussão como verdades também que refletiam a realidade. (DELORT, 1982, p. 73)

O espaço quer físico, social ou simbólico, na Idade Média Ocidental é extremamente hierarquizado, refletindo o pensamento cristão, servindo de modelo explicativo para todos os fenômenos da natureza, sustentando-se nas escrituras sagradas. Jacques Le Goff afirma que “os homens da Idade Média entram em contato com a realidade física por intermédio de abstrações místicas e pseudocientíficas” (LE GOFF, 1983), entendendo a natureza como os quatro elementos que constituem o universo e o homem.

O simbolismo e a idealização constituem elementos estruturantes do imaginário medieval, sendo constantemente representados, seja em textos literários ou em expressões gráficas, como os mapas, por exemplo, o que contraria o pragmatismo racional que embasa as sociedades modernas. Nesse sentido, cabe ressaltar a noção de maravilhoso como estrutura desse imaginário medieval. De acordo com Jacques Le Goff:

O maravilhoso medieval caracteriza-se pela raridade e pelo espanto que suscita, em geral admirativo. O maravilhoso é um objeto cultural psicológico que evolui com o tempo. Durante a Alta Idade Média, a luta contra o paganismo e as

superstições populares desencadeia um refluxo do maravilhoso, os séculos XI, XII e XIII são marcados por um florescimento do maravilhoso em razão de um relaxamento do controle da Igreja, em razão do acolhimento que a cultura laica cortês dedica. O maravilhoso torna-se mais literário que religioso. A antiguidade alimenta o maravilhoso medieval, que recupera personagens mitológicos. O paganismo bárbaro é outra fonte do maravilhoso. (LE GOFF, 2002, p. 110)

Dentre as características da cosmografia medieval, destaca-se a coexistência de sistemas muito diferentes e a manutenção de teorias diversas. Trata-se de uma concepção cosmográfica que valoriza a hierarquia da disposição dos elementos na natureza, além de considerar elementos do imaginário do período. Acerca do conhecimento do mundo na Idade Média, Robert Delort destaca o seguinte:

O aspecto analítico, descritivo, desordenado, e frequentemente crédulo do conhecimento do mundo é marcado da mesma maneira, na geografia e estudo da superfície terrestre”. A parte habitada da terra se divide em três regiões. Em direção ao Oriente temos a Ásia, maior que as outras terras habitadas, onde se encontra o paraíso terrestre, defendido por feras e cortina de chamas, e cuja fonte produz quatro rios (Nilo, Ganges, Tigre e Eufrates); entre regiões reais e imaginárias, distinguimos a Ásia Menor, conhecida por Bizâncio, as cruzadas e peregrinações. A África é a menor região, com seus povos de pele negra (como os Mouros) e seu perigoso mar. Enquanto estas partes distantes são descritas, comentadas, povoadas de coisas espetaculares pelos compiladores, a Europa parece pouco interessar seus habitantes: uma Constantinopla evocada, uma Roma lendária, um núcleo europeu pouco citado e ignorado pela grande massa da população que, além de sua microregião, não vê nada além de lugares fabulosos ou bíblicos, com os quais se entretêm. (DELORT 1982, p. 78-79)

Durante grande parte Idade Média algumas contribuições dos geógrafos da Antiguidade Clássica foram esquecidas ou relegadas a

segundo plano, destacando, nesse sentido, a noção de esfericidade da Terra, teorizada por Anaximandro e o cálculo da circunferência do planeta, feito por Erastóstenes (AZNAR VALLEJO, 1994, p. 92). No entanto, outras teorias, mais afins com a concepção de Universo do período medieval, tiveram grande voga como, por exemplo, a teoria de Parmênides, resgatada por Macróbio, da divisão da terra em Zonas, sendo estas definidas pelo clima.

De acordo com Parmênides, eram cinco as zonas que compunham o mundo, quais sejam: “septentrionalis”, referindo-se à região Ártica; “solstialis”, a região temperada; “equinocalis”, definindo a região tórrica; “brumalis”, região temperada Sul; “australis” referindo-se à região Antártica. Segundo a teoria de Parmênides, as únicas Zonas habitáveis eram as temperadas (AZNAR VALLEJO, 1994, p. 93).

Além da teoria das zonas habitáveis, o Ocidente medieval também adotou outras concepções geográficas e cosmográficas da antiguidade, consideradas pelo historiador português Armando Cortesão como menos sãs, tais como a representação da Terra na forma de um disco plano, circundada pelo “rio Oceano”,¹ de acordo com a descrição apresentada por Homero ou a existência dos homens monstros, típicos das mitologias gregas e latinas, presentes nas representações cartográficas medievais (CORTESÃO, A., 1960). A forma da Terra que mais se adequava às sagradas escrituras era aquela que representava a imagem do tabernáculo de Moisés, isto é quadrada. Considera-se que ao longo da Idade Média muitas foram as maneiras de representar a terra, de quadrada a triangular, todavia, aquela que fugisse ao modelo paradigmático era entendida como fruto de espíritos orgulhosos em busca de glória pessoal. É interessante ressaltar que a ortodoxia cristã não impediu a proliferação de representações contrárias ao paradigma religioso e que tais representações não se sucederam, mas coexistiram, notando-se que nenhuma dessas formas era considerada impossível (KAPPLER, 1994, p. 18-20), sendo apresentadas por inúmeros pensadores, mesmo os eclesiásticos, em diferentes momentos do período medieval. No século VII, Isidoro de Sevilha, um dos mais influentes teóricos do cristianismo medieval, deparou-se com a questão ao analisar a teoria antiga das zonas climáticas.

1 Oceano Atlântico.

Isidoro dedica dois dos vinte volumes de *Etimologiae* à análise dos aspectos geográficos da Terra. De acordo com o autor, a Terra é redonda, tal qual uma roda, sendo cercada por água e composta por três continentes: Europa, África e Ásia. Em *Etimologiae*, Isidoro situa o Paraíso na Ásia, fazendo uma descrição pormenorizada do mesmo. Fato interessante, pois denota que no pensamento medieval não havia uma barreira fisicamente intransponível entre o “Além” e o mundo dos vivos. Tal apreensão espacial se mostra presente ainda no *trecento* italiano, mais de seiscentos anos após a composição de *Etimologiae*, na *Divina Comédia* de Dante Alighieri (KAPPLER, 1994, p. 20).

Ressalta-se que a obra de Isidoro fora utilizada como referência por muitos cartógrafos e cosmógrafos até o século XV. A maioria dos mapas-múndi medievais, anteriores ao século XIV, foram diretamente inspirados pela *Etimologiae*. Esta obra foi de extrema relevância na formulação de concepções cosmográficas, geográficas e espaciais ao longo de todo o período medieval, sendo inclusive citada nos diários de viagem de Cristóvão Colombo. Ressalta-se que no Ocidente Medieval, a despeito de todo o conhecimento geográfico adquirido na Antiguidade Clássica, bem como sua disseminação no mundo islâmico, o universo, sua organização e seu funcionamento eram explicados por teóricos eclesiásticos. Em um período de quase dez séculos, as representações cosmográficas não sofreram nenhuma transformação revolucionária (KAPPLER, 1994, p. 13).

2.2.1 Cartografia e apreensão do espaço no Ocidente Medieval

As representações gráficas do espaço medieval também estão repletas de elementos simbólicos, caros aos indivíduos deste período, evidenciando uma complexa estrutura mental que reflete uma visão de mundo que mescla a natureza física com a humana. O espaço medieval é o espaço do vivido, do empirismo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma cartografia de caráter “científico” fora inviável, tendo como consequência uma produção “cartográfica”²

2 No período medieval não é possível falar de cartografia, considerando o seu caráter científico.

baseada no empirismo. Os mapas-múndi medievais não eram necessariamente feitos por cartógrafos. Por possuírem objetivos dos mais diversos, as dimensões de cada região nesses mapas variavam, obedecendo aos interesses daqueles que os elaboravam. Embora houvesse conhecimento geométrico, esses não eram precisos e as formas nem sempre eram espacialmente correspondentes. Atualmente temos o conhecimento de cerca de mil e cem mapas do período medieval, dos quais, pelo menos novecentos encontram-se inseridos em manuscritos. O simbolismo talvez fosse a característica mais marcante destes mapas. Quanto a isso Maria Fernanda Alegria aponta o seguinte:

Nos mapas-mundo medievais há figurações com funções alegóricas e abstratas, que se aliam a abundantes informações escritas. o simbolismo não é apenas expresso por palavras, mas também por elementos gráficos. Alguns exemplos: a visão tripartida do mundo pelos continentes então conhecidos é relacionada com a divisão da terra e das gentes pelos três reis magos, ou pelos filhos de Noé, Sem, Cão e Jafeth. Os mapas que expressam essa visão religiosa poderão ser encarados como símbolo da criação do mundo. [...] estes exemplos mostram que os mapa-mundo tinham afinidades com as crônicas medievais escritas, no sentido em que registravam acontecimentos distantes no tempo, e que os elementos gráficos tinham função simbólica. (ALEGRIA, 1998)

No que concerne à forma com a qual esses mapas eram apresentados, observa-se a prevalência dos mapas T.O (Terrarum orbis), ainda no século XV. Neles, o Oceano rodeia como um grande O os três continentes, Europa, Ásia e África, separados entre si por duas faixas aquáticas (o Mediterrâneo e os rios Don e Nilo), que formam a letra T. Há quem associe esse formato à paixão de cristo, a Santa Trindade, entre outros elementos da simbologia cristã. Não se trata de uma representação fiel da realidade espacial; ao contrário, está muito longe disso, figurando como a representação gráfica das escrituras sagradas, apresentando no centro do mapa a cidade de Jerusalém, como forma de demonstrar a sua importância no mundo cristão.

Essa concepção de mundo tripartido irá perdurar mesmo após a descoberta da América. A concepção espacial do mundo, enraizada na mentalidade cristã europeia, não fora totalmente superada no início da era moderna e, nesse sentido, vemos no século XVI, cartógrafos bem constituídos e esclarecidos tentando explicar os dados objetivos que lhes são postos, através de velhos mitos.

Figura 1: Mapa em T.O. de Santo Isidoro de Sevilha



Fonte: Augsburg: Gunther Zainer, 1472

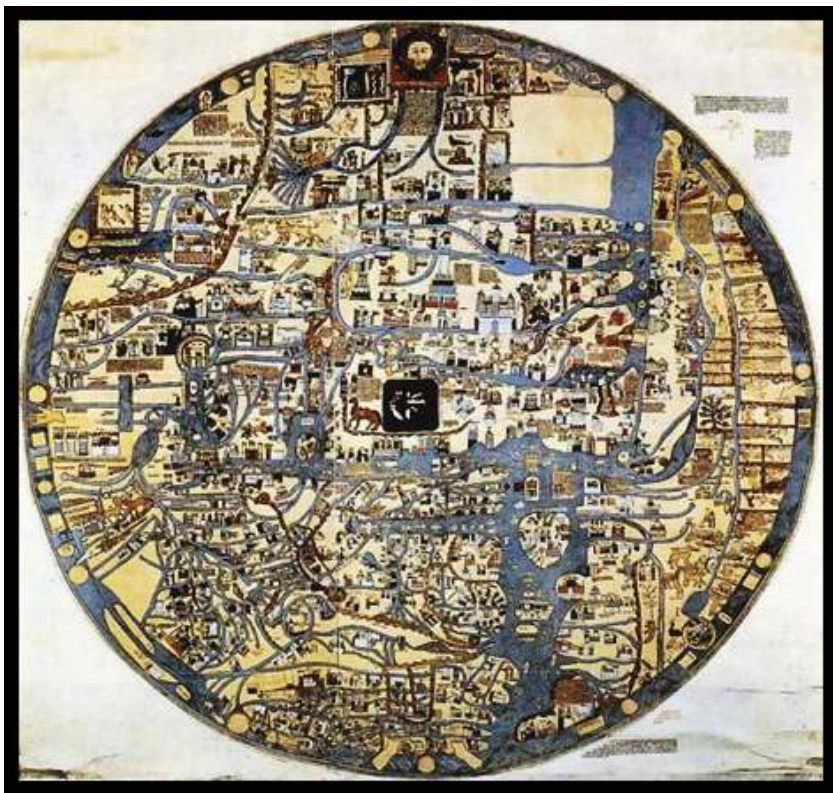
Nos séculos XII e XIII os mapas tentaram reproduzir graficamente o mundo natural. Contudo, permanecem como representações pouco realistas, considerando as fontes utilizadas que iam desde romanos, como Plínio e Antonimo Pio a Santo Isidoro. Nessa perspectiva, destacam-se os colossais mapas de Hereford, e de Ebstorf, com mais de três metros de extensão (ALEGRIA, 1998,

p. 31). Quanto a este último, notável não só pela sua extensão, mas sobretudo, por sua complexidade, José Mattoso o resume da seguinte forma:

A Cristandade coincide do ponto de vista clerical europeu com a área ocupada pela Igreja católica, isto é com aquela confissão religiosa que se considera a si mesma como única verdadeira, a única querida por Deus, a única que Deus assiste com sua proteção, a única que ele confiou um papel nos destinos de toda a Humanidade. Por isso, a área do mundo onde ela está implantada é aquela região do mundo em que reina a verdadeira ordem social, onde os homens se sujeitam a autoridade legítima, cujo poder vem verdadeiramente de Deus, aquela onde podem frequentar os sacramentos e por meio deles procurar a salvação eterna, aquela onde mesmo a natureza física está sujeita a ordem desejada por Deus às suas criaturas. Só aí ela é verdadeiramente “cós mica”. Fora desse espaço reina a idolatria, o pecado, a desordem social, a subversão, o caos, e, por isso, até a própria natureza se torna desordenada: os homens tem costumes bizarros, são cruéis, desregrados, destruidores, selvagens ou imorais. Fora do âmbito onde reina a Igreja existem mais animais ferozes do que no espaço civilizado; os monstros aparecem por toda a parte, deformando o que no espaço abençoado da Europa é equilibrado e são, misturando caracteres de diferentes espécies; multiplicam-se as tempestades os cataclismos e desencadeiam-se os excessos mais inesperados: o excesso de calor nos trópicos, o excesso de frio nos polos, o excesso de mar no oceano que rodeia o ecúmeno, o excesso de riquezas em algumas regiões, o excesso de deserto na África, excesso de germinação no fundo dos mares. Tudo está representado na cartografia do mundo não-cristão, na Ásia e na África longínquas: aí aparecem os enormes gigantes, os bicéfalos, os cinópodes, os Hipopótamos, os faunos, os dragões, os brasílicos, os unicórnios e tantos outros seres semi-humanos e animais que na Cristandade se não podem jamais encontrar. (MATTOSO, 1998, vol.1)

Ótima síntese do pensamento cosmográfico medieval, o mapa de Ebstorf (Figura 2), obviamente, distancia-se muito de dados espaciais reais. Uma melhor apreensão espacial durante a Idade Média não virá nos m mapas-múndi, que, por sua natureza, são muito mais alegóricos do que realistas, mas sim com as cartas náuticas, notadamente, a carta portulano que surge em finais do século XIII.

Figura 2: Mapa de Ebsfort, século XIII



Fonte: Walter Rosien. Die Ebstorfer Weltkarte.

Hanover: Niedersächsisches Amt für Landesplanung und Statistik, 1952.

No portulano, como bem aponta o historiador Eduardo Aznar Vallejo, o empirismo substitui o conceitual. Como o nome já nos informa, a carta portulano tem como objetivo apontar os principais portos comerciais da Europa mediterrânea, surgindo em um contexto de crescimento urbano e de grandes intercâmbios comerciais. É

criado a partir da necessidade dos mercadores medievais de saber a localização exata dos portos onde deveriam desembarcar as suas mercadorias, dotado, portanto, de um caráter utilitário, o qual nunca foi a preocupação dos mapa-múndi até, pelo menos o século XV. Os portulanos constituíam-se em listas de localidades costeiras, apresentando a distância entre elas e as direções de rota.

A utilização do portulano era associada à bússola e juntos conferiam maior precisão aos navegantes, como nunca antes na história da navegação ocidental. A conjugação destes instrumentos funcionou muito bem nas navegações mediterrânicas, mar sobre o qual os europeus possuíam um domínio de séculos. No entanto, para aventurar-se no Atlântico, foi necessária uma evolução das técnicas navais e cartográficas. Um longo processo que teve início com a utilização da bússola e da carta portulano, no século XIII, concretizando-se com o aperfeiçoamento das embarcações e com a criação na navegação astronômica, que permitirá calcular a latitude e confeccionar cartas náuticas mais precisas, o que só veio a ocorrer em meados do século XV. No mais, o Atlântico e suas representações cartográficas anteriores a expansão marítima será pouco explorado. O mar, em especial o Oceano Atlântico, é um tema capcioso no mundo medieval, o que pode ser sentido em suas expressões literárias e gráficas.

2.3 A ÁFRICA NO IMAGINÁRIO EUROPEU

2.3.1 A África no imaginário medieval

O continente africano e seus habitantes eram pouco conhecidos no Ocidente Medieval. As descrições da África que chegavam aos europeus medievais eram baseadas na literatura geográfica produzida na Antiguidade (OLIVA, 2008, p. 1-20). No que se refere ao interior do continente, escritores greco-romanos, como Estrabão, Pompônio Mela e Plínio, o velho, forneceram informações apenas sobre a África do Norte. O conhecimento de geógrafos e viajantes mulçumanos sobre a região durante a Idade Média eram muito mais precisos do que os conhecimentos dos europeus, contudo, demoraram a integrar o pensamento cristão (OLIVA, 2008, p. 8). Deste modo, conforme, aponta o historiador José Rivair Macedo:

Até o fim do século XIII a parte africana efetivamente contatada pelos europeus correspondia grosso modo aos territórios da Berbéria, parte do Egito e o litoral do Mar Vermelho. Nos tempos do Império Romano, a Província da África compreendia pouco mais do que a extensão ocupada pelo atual território da Tunísia. Nos séculos posteriores, o Monte Atlas e o deserto do Saara continuaram a representar barreiras naturais aos mercadores e viajantes ocidentais. As vastas regiões intertropicais, quer dizer, a África interior, excluindo áreas reduzidas de seu litoral oriental, constavam nos mapas como *terrae incognitae*, ou então eram nomeadas de *Aethiopiae* – território que, como veremos adiante, nada tinha que ver com a Etiópia histórica, ou Abissínia. (MACEDO, 2014, p. 6)

No que concerne à nomenclatura utilizada para referir-se à África, o historiador Anderson Oliva assinala que os textos da antiguidade mencionavam apenas o norte do continente. A parte que hoje chamamos de subsaariana não era citada pelos geógrafos e viajantes da Antiguidade Clássica (OLIVA, 2008, p. 4). Citando o africanista congolês Valentim Mudimbe, Oliva aponta que o atual norte da África seria dividido em três partes, a saber: a Líbia, o Egito e a Etiópia. Esta última corresponderia à região ao sul do Egito (p. 4). Tal forma de apreender o continente africano persistiu ao longo de toda a Idade Média. Nesse sentido, ressalta-se a importância da Etiópia no imaginário medieval sobre o continente africano. Quanto a isso, Macedo assinala que:

A Etiópia era sempre a derradeira região descrita, aquela situada na fronteira entre os conhecimentos possíveis e o desconhecido. Talvez por isso tenha sido esse o domínio territorial mais vagamente retratado em *Semeiança del mundo*. O tradutor identificou a existência de duas Etiópias, uma ao Oriente, onde estaria situada a cidade de Sabá, e outra a Ocidente, onde habitariam os Garamantes. Nada mais é mencionado. Abaixo, haveriam barreiras naturais intransponíveis. A falta de dados concretos é compensada por signos verbais repletos de significado. O *finis terrae* assume conotações tenebrosas e aterradoras, visíveis

em expressões como “grandes desertos”, “montanhas selvagens”, “grande calor do sol”, “grande número de serpentes”, “mar oceano fervente”. (MACEDO, 2014, p. 9)

Em termos de geografia e de cosmogonia medieval, nas representações cartográficas medievais, em especial nos chamados mapas T.O. “parte do continente africano era inserida na chamada “zona tórrida”, confundindo-se com a *Terrae incognitae*” (MACEDO, 2014, p. 14). Desde a antiguidade Gregos e romanos levantaram a hipótese da existência de uma região temperada abaixo da chamada “zona tórrida”, o que foi refutado pelos intelectuais cristãos da Idade Média, pois, segundo, afirma Macedo, adaptava-se mal à noção cristã de infalibilidade bíblica (p. 14). Tal questão, de acordo com Macedo, “gerou especulações e controvérsias durante a Idade Média, sendo duramente criticado desde o século VI por Cosmas Indicopleutes, mal visto pela Igreja, mas presente nas reflexões de certos enciclopedistas, em determinados mapas-múndi, ou em textos romanescos” (p. 13).

Além desse enquadramento espacial do continente no pensamento geográfico cristão medieval, observa-se a necessidade de integrar o continente africano ao o universo Judaico-cristão, nesse sentido, conforme aponta Macedo:

Ganhou corpo o argumento de que a origem da África estivesse vinculada a Afer, descendente de Abraão. Salvo engano, a idéia aparece pela primeira vez nas Etimologias, vindo a ser difundida, entre outros, por Barthelemy l’Anglais, no *Liber de proprietatibus rerum*, e Vincent de Beauvais, no *Speculum historiale*. Explicação bem ao gosto dos representantes do pensamento cristão, cuja percepção e compreensão do espaço fundava-se na crença de que a verdadeira realidade residia não nas coisas ou nos fenômenos terrestres, mas nos protótipos divinos, dos quais eram réplicas e símbolos. A referência a Afer tinha a vantagem de tornar familiar uma realidade aparentemente distante e desconhecida, inserindo-a na cosmovisão cristã, mas tinha a desvantagem de mesclar elementos mitológicos de forte conotação sincrética. (MACEDO, 2014, p. 9)

De acordo com Macedo, tais premissas teológicas acerca da África foram fundamentais na concepção dos africanos no imaginário medieval, refletindo, nos séculos posteriores, em concepções etnocêntricas e racistas (MACEDO, 2014, p. 14). Se estabeleceu no imaginário medieval uma relação direta entre a geografia e o clima com os habitantes de cada região do mundo. Nessa perspectiva, segundo Macedo:

[...] O ar do Oriente, com sua perfeição, evocava de imediato a proximidade do Paraíso Terrestre. O ar da Europa era aquele apresentado como sendo o mais parecido com o Oriental. Quanto ao ar meridional, isto é, aquele no qual estaria situado parte da Etiópia, opunha-se ao do Norte devido ao calor excessivo – fonte de males e de instabilidade da vida. Era nesse esquema altamente desfavorável às populações africanas que o texto reproduzido pelos letrados alfonsinos se apoiava. Tal esquema, reproduzido desde os autores da Antiguidade, como Plínio e Vitruvius, tinha evidente conotação racial e determinista. Ao opor os Citas (ou turcos) do Norte aos etíopes do Sul, classificando-os como dois tipos extremos de humanidade, deixava implícito que o tipo climático e civilizacional ideal seria aquele situado entre esses extremos.

As elevadas temperaturas e os efeitos do sol ardente eram considerados elementos determinantes na constituição das populações negras africanas. O termo utilizado com frequência em toda a Europa ocidental para designar as populações de tez escura ocupantes das margens meridionais do mundo era *aethiops* –palavra de origem grega utilizada inicialmente com o significado de “face queimada”. Esse lugar-comum na definição da coloração da pele encontrava-se amplamente difundido, sendo reproduzido por Alfonso o Sábio. Na General estoria, o rei atribuiu a cor dos etíopes aos efeitos dos raios solares e aos bafos ardentes do ábrego, um dos ventos mais quentes que existem. Na imaginação dos ocidentais, os limites geográficos dessa Etiópia mitificada eram muito imprecisos, oscilando entre o

continente africano e as “Índias”. Com efeito, na concepção vigente em boa parte da Idade Média, a dimensão espacial das “Índias” era bem maior do que sua configuração real. (MACEDO, 2014, p. 15)

Para Anderson Oliva, é importante enfatizar a relevância do pensamento da Antiguidade Clássica para a concepção de África, herdada pelos europeus medievais, uma vez que esta está eivada de uma ideia de inferioridade geográfica e cultural do continente e dos seus habitantes. Nesse sentido, Oliva ressalta que:

Ideias como o calor intenso e insuportável, as influências causadas pelo clima nas características físicas das sociedades e a crença que abaixo do Equador somente criaturas animais poderiam sobreviver, teriam uma participação chave nas explicações dos teólogos e geógrafos medievais e nos viajantes do início da Idade Moderna sobre o continente localizado ao sul da Europa. É certo afirmar que, próximo ao ano mil – espaço concreto/temporal e mítico/espiritual híbrido –, as referências sobre a Aethiopia se encontravam completamente tangidas pelo imaginário da cristandade. (OLIVA, 2008, p. 4)

Nessa perspectiva, Oliva afirma que “a transposição da Cosmografia Celestial sobre a geografia terrestre, nascida das interpretações teológicas cristãs, articulava-se à difusão da teoria camita sobre as origens das populações negro-africanas”. (OLIVA, 2008, p. 5). Tal pensamento, de acordo com o autor levou a associação dessas imagens a “ideia de que a cor negra representaria a escuridão bíblica ou a maldade em seu estágio demoníaco” (p. 5). Somente a partir de meados do século XV, o discurso acerca do continente africano e de sua população começa a se modificar, quando, de acordo com Macedo:

Se verifica um conflito entre os dados objetivos e o substrato mítico anterior. O certo é que a percepção espacial dos ocidentais tornou-se menos subjetiva na medida em que os contatos com outros povos se alargaram. Embora persistisse a aplicação de traços miríficos aos grupos contatados,

a concepção do *finis terrae* se dissolveu pouco a pouco em razão da abertura de novos horizontes aos navegantes e conquistadores. (MACEDO, 2014, p. 19)

Observa-se, portanto, a importância do movimento expansionista para a ampliação dos horizontes espaço-culturais, consubstanciadas no maior conhecimento da geografia, dos povos e das culturas da Costa Ocidental da África. Como veremos ao longo deste trabalho, os contatos culturais, bem como o conhecimento concreto das realidades espaço-temporais do continente, não serão suficientes para garantir a horizontalidade das relações entre europeus e africanos, assim como não irão tornar a imagem na África e dos africanos menos negativa. O reflexo das representações do continente pelos europeus é percebido, ainda hoje, em nossa sociedade.

2.3.2 A construção da África no imaginário europeu

O desconhecimento do continente africano fez com que por muito tempo ele fosse representado nos mapa-múndi e portulanos de forma marginal, muitas vezes ostentando a frase “*Ibi sunt leões*”,³ a qual, segundo o historiador burquinabe Joseph Ki Zerbo, resumia o conhecimento dos “sábios” de outrora sobre a região (KI-ZERBO, 2010, p. XXXI). Por séculos, todas as fontes de conhecimento sobre a África eram de origem estrangeira, em geral escritos produzidos por aqueles que de alguma forma tinham interesse em apropriar-se das riquezas que o continente poderia oferecer. Nesse sentido, Ki Zerbo aponta o seguinte:

Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII)

3 Tradução: “Aí existem leões”.

Observa-se, assim, a construção de imagens da África que ainda hoje influenciam na maneira com a qual o Ocidente apreende o continente, quer em sua dimensão espacial e geográfica, quer em sua dimensão humana. Tal construção se deu, sobretudo, pelas descrições de viajantes e exploradores estrangeiros em diferentes períodos e conjunturas históricas. Nessa perspectiva, o historiador Anderson Ribeiro Oliva assinala que:

Se nos dias atuais parece existir um conjunto mais ou menos comum de ingredientes imaginários que compõe as leituras ocidentais sobre a África, não podemos esquecer que essas percepções estão, na maioria dos casos, contaminadas pelas imagens depreciativas que nos chegam do passado – recente e longínquo – e que emergem ao nosso redor, do próprio tempo presente. Resultantes de estereótipos e simplificações conceituais construídas ao longo dos séculos e da repetição sistemática de idéias e fatos que são recorrentemente associados à África, essas visões representam e sintetizam uma longa história das relações entre os ocidentais e os Outros. As marcas mais evidentes desses olhares são as interpretações embebidas pelo etnocentrismo, pelos estranhamentos e, muitas vezes, pelo sentimento de superioridade. (RIBEIRO, 2008, p. 1-20)

De acordo com Oliva, há uma longa história das representações da África, e estas não são homogêneas, contribuindo para que o autor chama de invenção da África, seguindo a corrente de pensamento estruturada pelo filósofo Congolês Valentim Mudimbe. Em sua obra, *a invenção da África*, Mudimbe aponta para a questão da construção da África e de um imaginário sobre o continente, no plano do discurso, atentando para a influência desse discurso externo, não só na maneira com a qual os ocidentais enxergam a África, mas sobretudo, na forma como os africanos enxergam a si próprios. De acordo com Mudimbe, deve-se considerar na análise desses discursos aquilo ele denominou de estrutura colonizadora.

Para o autor “alguns elementos foram fundamentais para a formação dessa estrutura, quais sejam: os procedimentos de aquisição distribuição e terra das colônias; as políticas de domesticação

dos nativos; e a forma de gerir as organizações antigas e implementar novos modos de produção” (MUDIMBE, 2013, p. 16). Observada tal organização emergem, segundo Mudimbe, três ações complementares: o domínio do espaço, a reforma da mente dos nativos e a integração de histórias econômicas locais segundo a perspectiva ocidental (p. 16). Tais ações constituem a estrutura colonizadora que abarca aspectos físicos, materiais e culturais relegando à marginalidade tudo o que está fora do projeto colonizador, como por exemplo as expressões religiosas dos povos africanos. Desse modo criam-se discursos sobre a África circunscritos dentro de um paradigma fundamentado na estrutura colonizadora, há, portanto, uma “invenção” da África. Nesse sentido, o africano não tem história, cultura ou civilização, sendo, portanto, fruto de um imaginário ocidental, etnocêntrico, resultado do que o filósofo burquinabe Achile Mbembe chamou de processo de efabulação:

Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu, tanto o erudito quanto o popular, foi recorrendo a processos de efabulação. Ao apresentar como reais, certos ou exatos, fatos muitas vezes inventados, foi-lhe escapando a coisa que tentava apreender, mantendo com esta uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando sua pretensão era desenvolver um conhecimento destinado a dá-la a conhecer objetivamente. As características principais desta relação imaginária estão ainda longe de ser esclarecidas, mas os processos graças aos quais o trabalho de efabulação se avolumou, assim como as consequências da sua violência, são, atualmente assaz conhecidos. No entanto, se existe objeto e lugar onde esta relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta são dadas a ver de um modo mais brutal, distinto e manifesto, é exatamente a qual chama negro e por tabela o aparente não-lugar a que chamamos de África e cuja característica é ser não um nome comum, e muito menos um nome próprio, mas indício de uma ausência de obra. (MBEMBE, 2014, p. 29-30)

Esse imaginário da África, observado no discurso europeu sobre o continente, converteu-se em um elemento estruturante da realidade, de modo a influenciar nas maneiras com as quais os

diferentes povos africanos se projetam externamente, isto é, nas suas formas de autoinscrição. Nessa perspectiva, nos parece coerente afirmar que tais formas de autoinscrição africanas estão diretamente relacionadas com as percepções “efabuladas” pelos discursos estrangeiros, notadamente, os discursos europeus.

Nesse sentido, Achille Mbembe aponta para a existência de duas correntes africanistas que tentam explicar a construção da identidade africana com base em eventos históricos nos quais os europeus foram atores fundamentais. O autor identifica uma corrente nativista e uma outra instrumentalista. De acordo com a corrente nativista, há uma única identidade africana, a qual está baseada no pertencimento à raça negra. Segundo Mbembe, a corrente instrumentalista apresenta-se, frequentemente, como democrática, radical e progressista, e utiliza categorias marxistas e nacionalistas “para desenvolver um imaginário da cultura e da política, no qual a manipulação da retórica da autonomia, da resistência e da emancipação serve como o único critério para determinar a legitimidade do discurso “africano” autêntico” (MBEMBE, 2001, p. 171-209). Em comum a essas duas correntes estão três eventos históricos, quais sejam: a escravidão, o colonialismo e o *apartheid*, acerca dos quais Mbembe considera a existência de um conjunto de significados a eles relacionados, a saber:

Primeiro, a ideia de que, através dos processos de escravidão, colonização e *apartheid*, o eu africano se torna alienado de si mesmo (*divisão do self*). Supõe-se que esta separação resulta em uma perda de familiaridade consigo mesmo, a ponto de o sujeito, tendo se tornado um estranho para si mesmo, ser relegado a uma forma inanimada de identidade (*objetificação*). Não apenas o eu não é mais reconhecido pelo Outro, como também não mais se reconhece a si próprio.

O segundo significado canônico tem a ver com a propriedade. De acordo com a narrativa dominante, os três eventos citados acarretaram a ausência de bens, sendo assim um processo no qual os procedimentos econômicos e jurídicos levaram à expropriação material. A isto se seguiu uma experiência singular de sujeição, caracterizada pela falsificação da história da África pelo Outro, o que resultou em um estado de

exterioridade máxima (*estranhamento*) e de “desrazão”. Estes dois aspectos (a expropriação material e a violência da falsificação) são considerados os principais fatores que constituem a singularidade da história africana, e da tragédia na qual ela se baseia. Finalmente, a idéia da degradação histórica. A escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. Em todos os três casos, supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do *apartheid* são fatores que servem para unificar o desejo africano de se conhecer a si mesmo, de reconquistar seu destino (*soberania*) e de pertencer a si mesmo no mundo (*autonomia*). (MBEMBE, 2001, p. 4)

Tais significados conferidos ao colonialismo, ao *apartheid* e à escravidão corroboram para a construção de um discurso de identidade africano que reflete, ainda que de forma indireta, os discursos europeus acerca do continente e, principalmente, a influência da Europa na África a partir do século XV. Obviamente tais concepções sobre o continente refletiram nas produções acadêmicas de diversas áreas das ciências humanas, como a História, a Geografia, a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia etc, conduzindo a explicações reducionistas e simplistas das sociedades africanas. Quanto a isso Ki Zerbo afirma o seguinte:

Desse modo, toda a África foi simbolizada por imagens que os próprios africanos podiam considerar estranhas, exatamente como se a Europa fosse definida no começo do século XX pelos costumes à mesa e pelas formas de moradia ou pelo nível técnico das comunidades do interior da Bretanha, do Cantal ou da Sardenha. Além disso, o método etnológico baseado na entrevista individual, marcado com o selo de uma experiência subjetiva total porque intensa, mas total apenas no nível do microcosmo, desemboca em conclusões “objetivas” muito frágeis para que possam ser extrapoladas. (KI-ZERBO, 2010, p. XLVII)

Pode-se dizer que, a nível discursivo, os europeus criaram, ao longo de séculos, uma África “imaginária” que se distancia sobremaneira da África real. Uma África que retira dos africanos a sua potência e seu poder criador, colocando-os como alegorias dentro de um processo do qual eles são protagonistas. Elencam-se alguns elementos, algumas imagens, que de alguma forma despertam o interesse do olhar europeu e faz-se uma síntese da realidade das sociedades africanas, estas, por sua vez, analisadas a partir de um único ponto de vista.

2.4 O ATLÂNTICO E A COSTA OCIDENTAL AFRICANA: APROXIMAÇÕES ATUAIS

Embora a África seja um continente de grandes proporções e onde se encontram os primeiros vestígios de seres humanos modernos, de acordo com Alberto da Costa e Silva, o continente esteve, por séculos, voltado para si mesmo, praticamente isolado. Segundo o autor, há algumas razões ligadas à composição geográfica do continente:

Algumas regiões, como o Chade e os Grandes Lagos, possuíam sistemas de drenagem particulares, não se comunicando por via fluvial com outras áreas. Eram poucos e de acanhada extensão os sistemas de caminhos. O camelo, o asno e o cavalo eram frequentes no Sael. Nas savanas que lhe ficavam ao sul – o chamado Sudão, o Bilad al-Sudan, ou “país dos negros”, como diziam os árabes –, o burro era o animal de carga. O boi fazia a sua parte, em algumas áreas. E o cavalo era peça de montaria, na paz e na guerra, só muito raramente recebendo outro peso que não o do corpo humano. No resto da África, o transporte terrestre de bens fazia-se à cabeça das mulheres e dos homens. Viajava-se a pé. E a pé cobriam-se grandes distâncias. Mesmo no Sudão, nem todos possuíam jumentos, e muitos levavam os seus carregos à cabeça. Junto ao oceano, nas lagoas e nos rios, o transporte era feito por canoas. Algumas delas enormes. [...] A pequena densidade de população, na maior parte do continente, tornava-se outro fator de isolamento. Eram poucas as

regiões fortemente povoadas – o Ruanda; a Ibolândia, o Iorubo e o país hauçá, na Nigéria; o Togo e a República do Benim; as terras dos bamiliquês, nos Camarões; os domínios dos quicuios, no Quênia; o Buganda, em Uganda; a área axante e o sul de Gana. Os agrupamentos humanos estavam, em geral, separados por grandes vazios demográficos, que coincidiam frequentemente com as áreas de ocupação mais difícil: as estepes ressequidas, os carrascais, as florestas cerradas. Ou com os lugares próximos a matas úmidas e sombrias, onde se multiplicava a tsé-tsé. Sobre a extensa massa planáltica, as linhagens, os clãs, as tribos e as nações deslocaram-se lentamente, em busca de melhores solos e de pastagens menos pobres. Grande parte da história da África é o relato dessas migrações. (SILVA, 2006, p. 32)

Foi durante a expansão marítima portuguesa que o território, o qual hoje denominamos África Ocidental, começou a ser explorado pelos europeus, ampliando os horizontes geográfico-espaciais dos homens baixo-medievais. Doravante, o mundo natural revela-se maior do que aquele arraigado há séculos no pensamento cristão medieval. Mesmo os estudos herdados da Antiguidade Clássica não mencionavam a existência de tal região, destacando-se, nesse sentido, a obra do cosmógrafo grego Ptolomeu, o qual teve grande voga entre os finais do século XIV e ao longo do século XV e cujos ensinamentos foram fundamentais para o movimento expansionista.

Atualmente, a África Ocidental, região que os portugueses quatrocentistas chamavam de Guiné, é formada pelos seguintes países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Costa do Marfim, Senegal, Serra Leoa e Togo. No que concerne às características ambientais da região, os principais habitats são o Mar aberto, a Costa Marinha, que inclui as praias e os bancos de vasa, os estuários e por fim, os arquipélagos.

O Mar aberto se inicia abaixo da zona de influência das marés e sua profundidade chega até aproximadamente 6.000 metros de profundidade. Esse habitat é abundante em pescados e nas últimas décadas vem sendo cobiçado em razão da descoberta de petróleo e gás nas águas profundas.

Parte da costa marinha é composta por falésias formada por rochas sólidas que não cedem a força das ondas, como ocorre em boa parte das ilhas de cabo verde. Na região do cabo Branco a rocha é macia e a força das ondas formou grutas, as quais são habitadas por lobos marinhos.

As Praias apresentam na orla um sistema de dunas que desempenha um papel importante na criação de reservas de areia e que coloca as terras do interior ao abrigo das invasões do mar. As costas mais protegidas estendem-se pelo mar adentro, em bancos de vasa que ficam expostos durante as marés baixas. Estes podem ocupar grandes áreas, como no Golfo de Arguim (Mauritânia), no Saloum (Senegal) ou no Arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau). Estão por vezes cobertos de plantas aquáticas que os fazem assemelhar-se a pastagens e que são a base de uma grande produtividade natural (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 11).

Os Estuários são formados pelo avanço do mar em um vale fluvial; são as bocas de rios costeiros. Caracterizam a costa da África Ocidental entre o Saloum, no Senegal, e a Serra Leoa. Durante a estação seca, a água salgada penetra profundamente no interior dos estuários. Ao passo que na época das chuvas a situação se inverte. Os estuários na região são em grande parte alimentados pelas águas das chuvas do maciço do Futa Djallon, que se situa na Guiné-Conacri. Acerca da riqueza da flora e fauna dos estuários da costa ocidental África, Frédéric Airaud, Oumar Sy e Pierre Campredon, assinalam que:

É esta mistura de água doce e salgada que em parte explica a riqueza dos estuários, que se contam entre os ambientes mais produtivos. A época das chuvas coincide com o período de reprodução de muitas espécies de peixes, crustáceos e mariscos. A produtividade reflete-se na vegetação pela presença de grandes extensões de mangais que orlam os canais. (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 16).

Quanto aos arquipélagos, ressalta-se a existência dois arquipélagos principais na costa ocidental africana: o arquipélago de Cabo Verde e o arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau). O primeiro, trata-se de um arquipélago de origem vulcânica composto por dez ilhas

principais e algumas ilhas menores no meio do Oceano Atlântico. No litoral das zonas de baixa profundidade são raras. Em Cabo Verde encontram-se corais, que se apresentam com uma das maiores diversidades de espécies no mundo. Também se encontram no arquipélago de Cabo Verde cetáceos de grande porte, como baleias jubartes vistas com regularidade próximas às ilhas, onde vêm dar à luz durante o inverno, bem como o tubarão-baleia. As ilhas são assoladas pelos ventos alísios e recebem fracas quantidades de chuva (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 18).

O arquipélago dos Bijagós é o antigo delta do Rio Geba, formado quando o nível do mar estava mais baixo e o continente se prolongava até cem quilómetros ao largo. As 88 ilhas que o compõem têm relevos baixos, estando cercadas de manguezais e bancos de areia. O ambiente aquático é rico, abrigando espécies raras como as tartarugas marinhas, manatins (peixe-boi), golfinhos, além de numerosas espécies de tubarões e aves aquáticas. O ambiente terrestre é principalmente composto de savanas, palmeirais e campos agrícolas (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 19). No que tange aos aspectos geofísicos da região, destacamos primeiramente a importância das marés. Observam-se no ocidente africano duas marés altas e duas marés baixas por dia, o que significa que as águas sobem durante cerca de seis horas, baixando, aproximadamente, durante outras seis, o que se repete por duas vezes ao longo de um dia. De acordo com Frédéric Airaud, Oumar Sy e Pierre Campredon, a força das marés também depende de alguns fatores geográficos, a saber:

As marés são tanto mais fortes quanto os fundos são rasos. Sendo o mar mais profundo perto das costas da Mauritânia e do Senegal, as marés revelam-se aí de menor amplitude (cerca de 2 metros), ao passo que na Guiné-Bissau e na Guiné-Conacri, onde a plataforma continental se estende até longe da costa, as marés atingem cerca de 4 m nas marés vivas.

As marés têm maior amplitude dentro de baías e nos estuários do que nos cabos. Quando os fundos baixam e as costas se apertam, como acontece no Delta do Saloum e nas Rias do Sul, a amplitude da maré aumenta.

A maré sobe do largo para a costa, ou seja, no litoral da África Ocidental, de oeste para leste. Quando o vento do oeste é forte, aumenta a força da maré enchente. (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 23)

Além das marés, considera-se também a importância das correntes marinhas como elementos geofísicos a serem apreciados em um estudo acerca da geografia da África Ocidental. A Costa ocidental africana perpassada por duas correntes principais: a corrente das Canárias e a corrente do Golfo da Guiné. A primeira vem, desde o norte, ao longo das costas da Mauritânia e do norte do Senegal, antes de desviar a sua trajetória em direção ao arquipélago de Cabo Verde. Essa corrente influi na região entre os meses de Outubro a Maio, período no qual a temperatura da água é relativamente baixa, medindo em torno dos 20°C. A partir de Maio, a Corrente do Golfo da Guiné banha as águas da África Ocidental, subindo até ao Cabo Branco. Nesse período, a temperatura do mar supera os 25°C.

Além dessas correntes principais, há também uma terceira, denominada *'upwelling'* ou afloramento costeiro. Tratam-se de águas profundas que sobem à superfície por um mecanismo criado pela força dos ventos alísios, os quais sopram do nordeste, juntando-se a força criada pela rotação da Terra (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 24). A combinação dessas duas forças tem o efeito de mover as massas de águas superficiais do litoral para o largo, criando um “vazio” próximo à costa. Frédéric Airaud, Oumar Sye e Pierre Campredon, destacam outros dois tipos de corrente: uma que se produz junto à costa, sendo denominada *deriva litoral* e as chamadas correntes de superfície. Quanto à elas os autores fazem os seguintes apontamentos:

Esta (deriva litoral) é causada pelo eco das ondas na costa. As ondas geradas pelas tempestades batem contra a costa com um pequeno ângulo de incidência. São imediatamente devolvidas ao mar num ângulo perpendicular ao ângulo inicial. Os impactos sucessivos das ondas e dos seus ecos produzem uma corrente que corre para o sul na região que vai da Mauritânia à Guiné-Bissau e para o norte desde a Serra Leoa à Guiné-Bissau. Estes dois fluxos de norte e de sul encontram-se na latitude do arquipélago

dos Bijagós, ao largo de Bissau. Essas correntes estendem-se por apenas algumas centenas de metros para além da costa. Podemos mencionar ainda as correntes de superfície que são resultado direto da ação dos ventos. Essas correntes são geralmente de fraca potência e exercem-se em baixas profundidades. A sua força depende diretamente da potência e direção do vento: se o vento soprar forte e por muito tempo na mesma direção, irá originar uma corrente superficial mais significativa. De mencionar finalmente as correntes profundas que se movem muito lentamente desde a Antártica até a costa oeste africana, em profundidades que vão de 2.000 a 3.000 metros. (AIRAUD; SY e CAMPREDON, 2011, p. 25)

Acerca da flora da Costa Ocidental da África, destacam-se os manguezais, presentes em toda a costa, do Senegal até Serra Leoa e as pradarias submarinas. Estas se dão quando os bancos e os ambientes pouco profundos são cobertos de vegetação aquática que os faz parecer pradarias submersas. No que tange à fauna da região, além de crustáceos, peixes e aves aquáticas, destacam-se os grandes mamíferos aquáticos.

Outro aspecto geofísico do ocidente africano é a presença de grandes bacias hidrográficas como a bacia do rio Senegal e a bacia do rio Níger. O rio Senegal é o segundo maior rio da África Ocidental, possuindo uma extensão de 1800 quilômetros e tendo como principais afluentes os rios Bafing, Bakoye e Faleme. A bacia do rio Senegal abarca uma superfície de aproximadamente 300.000 quilômetros quadrados, dispostas entre a Mauritânia, a Guiné, o Mali e o Senegal.⁴ A Bacia do Rio Senegal tem grande importância socioeconômica para os Estados que a compõe. Na região vivem cerca de três milhões e quintas mil pessoas que dependem diretamente dos recursos hídricos da bacia para sobreviver. A bacia cobre uma superfície de um milhão e meio de quilômetros quadrados, atravessando nove Estados africanos, quais sejam: Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, e Nigéria.

4 World Water Assessment Programme, 2003, UN World Water Development Report 1: Water for People, Water for Life; Paris, UNESCO and New York, Berghahn Books, Chapter 20 (p. 447-461): Senegal River Basin, Guinea, Mali, Mauritania, Senegal.

O rio Níger nasce na faixa montanhosa do Atlântico e aflui em direção ao Saara, orientando-se depois para o golfo da Guiné, onde desagua formando um delta. O curso inferior e superior do rio atravessam regiões meridionais de clima tropical e o curso médio apresenta clima sahelino (DIARRA, 2010, p. 335). Acerca do curso do rio Níger, o historiador Alberto da Costa e Silva assinala o seguinte:

[...] segue, lento e amplo, na direção nordeste, para o interior do continente, que percorre em grande arco até lançar-se, muitos quilômetros ao sul, no mesmo oceano junto ao qual surgiu. Em passado remoto, não chegava ao mar. Extinguia-se na depressão saariana do Araune, próxima a Tombuctu, no que hoje se chama delta interior ou delta morto, inundado pelas águas do rio, no verão. Ali juntou-se, por captura ou transbordamento, a outro curso d'água, nascido perto, e foi engrossar-lhe a torrente na direção sudeste. Isto explica o estranho comportamento do Níger, ao longo de sua vasta curva (4.160km): a história de seu caminhar faz-se ao inverso do andamento dos demais rios de planalto – é largo e vagaroso no curso superior e rápido no inferior. (SILVA, 2006, p. 10)

Outro rio a ser destacado na África Ocidental é o rio Gambia, que mede aproximadamente 1,300 quilômetros, constituindo um dos maiores rios da África, além de abrigar biomas diversos. O rio Gambia nasce nas montanhas Fouta Djallon, no centro da República da Guiné, afluindo pela região sul do Senegal e pela Gambia, desaguando, por fim, no Atlântico. A bacia do rio Gâmbia contém cerca de 1.500 espécies de plantas, 80 espécies de mamíferos, 330 espécies de aves, 26 espécies de répteis e 50 espécies de peixes. Tal diversidade decorre da ampla gama de habitats presentes na região, na qual se encontram manguezais, pântanos, salares, lodaçais e florestas tropicais (WOOD, 2013, p. 584-586).

A África Ocidental é, atualmente, uma das regiões menos desenvolvidas do mundo, em termos socioeconômicos. Entretanto, esse panorama não foi sempre assim. Desde a pré-história, a região foi berço de grandes civilizações que desenvolveram técnicas agrícolas e de metalúrgia que em outros continentes tardaram a serem

aplicadas. Sem sùvida, o povoamento milenar da regiãõ relaciona-se com a amplitude de sua biodiversidade e a riqueza de seus solos que tornaram o lugar bastante favorável ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, a presença de grandes recursos hídricos e o clima propício ao desenvolvimento de diversas culturas agrícolas foram elementos que impulsionaram o processo de povoamento da oeste africano. A exuberância de sua fauna e flora, bem como , as suas riquezas naturais atraem, há séculos, para a África Ocidental a atenção de povos de diversas partes do mundo.

A expansão marítima portuguesa no século XV marcou o início de um processo que, em poucos séculos, colocou a Europa, inicialmente capitaneada pelos reinos ibéricos, como centro gravitacional do mundo, ao redor do qual todas as forças econômicas e políticas passam a orbitar. O movimento expansionista português e a incorporação do continente africano ao universo europeu inauguraram novas formas de percepção do espaço. Assim, os portugueses findaram o século XV dominando a navegação na costa ocidental africana, alcançando o “maravilhoso” Índico e as riquezas do Oriente e construindo um novo espaço oceânico e erigindo um “mundo-Atlântico”, que tinha a África como um dos elementos principais. A “proeza” lusa não se deu ao acaso, sendo fomentada por questões de naturezas política, econômica e ideológica, inseridas em um contexto de transformações do reino português no final do século XIV, questões estas que serão aprofundadas no próximo capítulo.

O MAR COMO MISSÃO: A DINASTIA DE AVIS E A EXPANSÃO SOBRE A ÁFRICA

3.1 MAR E IMAGINÁRIO

3.1.1 O mar no Imaginário Medieval

A exploração do Atlântico foi um processo fundamental para o estabelecimento do contato entre Portugal e a Guiné. Isto posto, faz-se mister tratarmos das relações do Ocidente Medieval com o Mar, especificamente, com o Oceano Atlântico. Durante boa parte da Idade Média o mar ocupou posição marginal nas representações cartográficas e literárias. Tal tendência foi fruto da interiorização do mundo cristão europeu, uma vez que a Cristandade era eminentemente rural e continental (MATTOSO, 1998, p. 12-25). Acerca da configuração da civilização do medievo ocidental como uma *civilização terrestre*, José Mattoso faz os seguintes apontamentos:

A grande maioria dos europeus tem medo d'água e mais ainda da sua grande extensão, ou seja, o mar. [...] os pescadores e navegantes fazem novamente vida à parte, formam comunidades distintas e só muito lentamente os seus conhecimentos começam a tornar-se habitual. As suas informações sobre outras terras e outras gentes e sobre técnicas da navegação influenciaram o que se diz acerca da periferia da Cristandade nas descrições geográficas e na cartografia. (MATTOSO, 1998, p. 21)

Por muito tempo sustentou-se a tese de que o processo de ruralização, iniciado nos escombros do Império Romano, tornara o Ocidente Cristão uma civilização rural, continental, margeada por

ameaças a sua integridade, destacando-se, nesse sentido a presença muçulmana, a partir do século IX, dominando o Mediterrâneo e a saída para o Atlântico. Tal perspectiva fundamentava-se nos estudos de Henri Pirenne, no primeiro quartel do século XX. Contudo, tal visão de uma cristandade isolada e compartimentada há muito vem sendo relativizada e refutada, principalmente quando tratamos de sociedades litorâneas com grande atividade náutica e comercial, como os povos escandinavos, os italianos, os catalães e os portugueses. Entende-se que não havia um isolamento completo dos cristãos em relação aos demais povos, entretanto, a integração da Europa aos demais continentes, notadamente à África e à Ásia, foi um processo lento que só se consolidou no final do século XV, o que se relaciona muito mais aos fatores internos do que aos externos.

De uma maneira geral, o homem medieval, até o século XII, pouco se aventurou no Oceano, o que não significa alegar, categoricamente, a ausência de práticas náuticas. O oceano figurava como um lugar perturbador que, isolado dos demais elementos que compõem a natureza, apresenta perigos infundáveis e inimagináveis. Está distante da realidade da maioria dos europeus, constituindo-se como um dos espaços do maravilhoso medieval, habitado por monstros e por outras criaturas estranhas, sendo, portanto, contrário à existência humana. Do lado ocidental, assistia-se ao pôr do Sol com a certeza de que aquele lugar era o reino da morte (MATTOSO, 1998, p. 22).

Por isso, a navegação para o Ocidente era tão assustadora e perigosa na perspectiva dos homens medievais, pois, viajar em sua direção equivalia viajar para o fim do mundo, para o Além, arriscar-se a penetrar o mundo dos mortos e de lá nunca mais regressar. Ao contrário do que ocorria o oriente, onde o Sol nascia, era o lugar pra o qual se deveria ir para recuperar a pureza e o viço juvenil. A viagem para o sul, pelas costas africana, também não estava isenta de lendas aterrorizantes. Acreditava-se que ao ingressar na chamada “zona tórrida”, a água fervia, dando lugar às chamas. O Atlântico figurou no imaginário medieval como o espaço do incógnito e do medo (MATTOSO, 1998, p. 23).

Acerca do Oceano Índico, as especulações míticas eram ainda maiores e remontavam à antiguidade. Ao longo da Idade Média, relatos de viajantes corroboraram com as lendas e mitos difundidos há muito sobre o Índico. O relato de viagens de Marco Polo

ilustra bem esse quadro, pois mesmo ele, que aparentemente teve um contato mais intensificado com o referido Oceano, ao descrever o que encontrou na região, o fez não com base naquilo que de fato viu, mas naquilo que ouviu. Trata-se de mais um desdobramento da mentalidade e do imaginário medieval.

De acordo com Jacques Le Goff, o homem medieval possuía uma apreensão do real muito menos pragmática do que a observada na Sociedade Ocidental, a partir do renascimento. Nessa perspectiva, o autor considera que:

Ao contrário das pessoas do Renascimento, as da Idade Média não sabem olhar, mas estão sempre prontas a escutar e acreditar tudo que se lhes dizem. Ora, durante as suas viagens, embebedam-nos com relatos maravilhosos, e eles creem ter visto o que sem dúvida souberam no local, mas por ouvir dizer. Sobretudo trazem consigo as miragens e a sua imaginação crédula materializa lhes os sonhos, em ambientes que os desenraizam o suficiente para que mais ainda que em suas terras, eles se tornem os sonhadores acordados que foram os homens da Idade Média. (LE GOFF, 1980, p. 266)

Durante a Idade Média, os ocidentais pouco navegaram nas águas do Índico, corroborando para a manutenção das lendas que habitavam o imaginário do período. Acreditava-se na existência de suntuosas riquezas no oriente, de seres monstruosos, de homens com cabeça de cachorro, ciclopes, dentre outras tantas fantasias que viviam nos sonhos do homem medieval. Não havia uma delimitação entre textos “científicos” e textos de ficção e também por isso tal imagem de um mundo Índico repleto de maravilhas perpetuou-se nos registros escritos da Idade Média. O desconhecimento da geografia da região foi superado somente com as viagens portuguesas já no crepúsculo do século XV.

Para além de monstros marinhos e serpentes em chamas, o imaginário medieval sobre o mar contém também o misticismo na relação que os navegadores estabelecem com ele. Uma série de rituais, muito mais laicos do que cristãos, são criados por marinheiros na esperança de livrarem-se dos perigos que habita o mar. Nesse sentido,

Henri Bresc assinala que “o piloto *corta* a cauda do dragão da tempestade com uma faca; as mulheres impuras são mantidas longe do leme; água e relíquias, ossos de mortos são jogados ao Mar” (BRESC, 2002, p. 102). Existem também seres benéficos que habitam o mar, como é o caso dos golfinhos, que não podem ser atacados por marinhos, sob pena de estes tornarem-se cavaleiros marinhos, obrigados a cuidar do animal ferido. Observa-se uma dicotomia entre o mar e a terra, sendo a terra cristã e o mar pagão (FROÉS, 2013, p. 287-302).

Outra forma de representar o mar é como um reflexo da imagem da terra, como um mundo próprio dotado de uma hierarquia singular. Desse modo, imagina-se no fundo do oceano que haja a existência de paisagens similares as encontradas em terras firmes e habitantes inteligentes que seguem suas próprias regras (BRESC, 2002, p. 103).

Figura 3: La baleine prise pour une île.



Fonte: Bestiairelatin. Londres, The British Library, MS. Harley 4751, fol. 69.

Figura 4: Unesirene-oiseau au found des flots.



Fonte: Bestiaire Latin. Paris. BNF, ms, latin 2495 B, fol. 44.

3.1.2 A apreensão e a representação do espaço oceânico durante a Idade Média

A produção escrita dos meios eclesiásticos, de onde irrompiam a maioria dos escritos sobre geografia e cosmografia do período medieval, corroborou, por séculos, com uma visão do Oceano que o colocava como última barreira da Cristandade e como elemento intransponível, situado às margens do mundo cristão. Tal concepção gráfica do Oceano pode ser vislumbrada em mapas da alta Idade Média, como o do Beato de Liébana.

No mapa, que fora baseado na obra de Isidoro de Sevilha, observa-se a representação do mundo de acordo com a perspectiva teológica vigente: acima o continente asiático; do lado esquerdo a Europa; do lado direito a África, separada da Europa pelo Mediterrâneo, o mar interior; circundando a terra, está Oceano Atlântico, adornado, no mapa, com as criaturas que supostamente o habitavam, demonstrando os perigos da navegação neste oceano. Trata-se de uma fonte da Alta Idade Média que teve grande influência na produção cartográfica do período.

Se o espaço cristão medieval é o espaço do vivido, o Oceano Atlântico é relegado à marginalidade na maioria das produções cartográficas do período, em consequência da parca experiência que os homens que constroem estas representações possuem. Quanto ao imaginário do Atlântico na Baixa Idade Média, Luís Adão da Fonseca, assinala o seguinte:

Antes de descoberto, o Atlântico foi imaginado. Antes de ser navegado em viagens de alto mar, as suas águas costeiras foram percorridas em inúmeros itinerários que, de norte ao sul, permitiram os europeus desenvolver uma primeira experiência de mar não muito diferente das que, desde tempos antigos tinham tido no Mediterrâneo. Antes de ser conhecido o Oceano foi lido, pensando, projetado como um espaço situado para além, como lugar do desconhecido, talvez por isso como lugar do Maravilhoso. (FONSECA, 1999, p. 17)

Aos poucos o Atlântico vai penetrando o universo cristão, o que se dá a partir da sacralização desse espaço, principalmente através das viagens empreendidas por santos. Na *viagem de S. Brandão* conta-se a trajetória de São Brandão, no Atlântico, em busca do Paraíso. Partindo da Irlanda com catorze homens, Brandão se aventura no Oceano Atlântico, passando por uma série de percalços até finalmente alcançar o seu objetivo.

A *viagem de S. Brandão* é o ponto de partida para a mudança de perspectiva acerca do Oceano, tornando-o um espaço de penitência e purificação. A viagem o purifica e o oceano, então, passa a ser o espaço do encontro do homem com ele próprio (FONSECA, 1999,

p. 15-16). Embora a narrativa de S. Brandão remonte ao século V, sua difusão se dá a partir da primeira versão escrita que data do século XI. Doravante, a *Vita Sancti Brandani* ganhará inúmeras versões e uma grande voga na Europa medieval, sobretudo, a partir da tradução francesa do século XII. A repercussão positiva da viagem de S. Brandão situa-se a partir do século XII, o que se relaciona com as transformações observadas na sociedade nesse período. Destaca-se, nesse período, o movimento cruzadístico, a expansão comercial e urbana e, como consequência, o surgimento de rotas comerciais que passam todo o continente europeu, ligando-o ao oriente.

A Europa expande-se para além das fronteiras continentais e passa aventurar-se no mar, seja o Mediterrâneo ou o Atlântico norte, que juntos integram importantes rotas comerciais que se desenvolveram no período. Os impulsos, quer ideológico, quer comerciais, lançam os homens ao mar e este vai ganhar novos contornos na representação coeva, deixando de ser um espaço periférico e tornando-se um espaço do vivido, experimentado. Acerca dessas mudanças, o historiador português Luís Krus aponta que:

De uma forma simbólica, tal mutação expressa-se nas representações cartográficas do universo que se difundem a partir do século XII. Antes dessa época, o Oceano visto como o grande mar exterior que se supunha rodear a massa terrestre formada pela justaposição dos três continentes conhecidos, Europa, África e Ásia, era pouco representado quando não omitido. Ora a partir dos séculos XII e XIII, ao mesmo tempo que progridem as configurações geográficas representadas no litoral mediterrânico dos países e que neles se cartografa um cada vez maior número de cidades, sejam reais ou míticas, também começa a ser frequente localizar por cima dos ondulados e circulares traços que identificam o mar exterior toda uma série de ilhas [...] O Oceano surge então cristianizado, lembrado pelos eleitos que seguiram as suas rotas e que nele chegaram a procurar e a encontrar o paraíso. De uma forma geral, a cartografia que acolhe todas estas histórias testemunhadoras do desejo da vontade de reintegrar o mar no universo cristão, não faz mais do que acolher, reformular ou recompor

memórias com origem nas margens atlântica e mediterrânea da Cristandade. (KRUS, 1998, p. 95-105)

Gradativamente, há uma integração da prática marítima ao universo cristão. Todavia, o mar, notadamente o Oceano Atlântico, continua a ser temido, o que não impede que ele seja explorado. Há de se considerar que o imaginário do mar não excluiu sua exploração durante toda a Idade Média pelos povos litorâneos, como os normandos, os vikings e por último os portugueses. Nesses casos a referência ao Atlântico apresentava-se dotada de um caráter mais concreto que só o vivido poderia conferir. Em um estudo sobre cantigas de amigo, José Mattoso constatou que o mar fora retratado sem alusões negativas em vinte uma, de um total de quinhentas e doze, cantigas de amigo galego-portuguesa. O número pode parecer pequeno, mas quando comparado a documentos franceses do mesmo período, a presença do mar possui uma incidência muito maior. Nas cantigas de amigo o mar muitas vezes aparece como o lugar de onde virá o homem amado, denotando uma integração do mar a vida cotidiana. O mar não era feito só de mitos e horrores, mas da experiência, mesmo daqueles que não navegam, como as donzelas que se põem a esperar o regresso do amigo (MATTOSE, 1998, p. 16).

Note-se que esse imaginário do Mar, repleto de elementos do maravilhoso cristão medieval, pouco se aplicava ao Mar Mediterrâneo, o qual, ao contrário do Atlântico e do Índico, era deveras conhecido e muito bem cartografado. Nesse sentido, destaca-se o surgimento do portulano, no século XIII, apresentando-se como uma “verdadeira” obra cartográfica no sentido pragmático. O que demonstra, que já neste período, o Mediterrâneo era um espaço empiricamente dominado e plenamente integrado às práticas sociais, diferentemente do que se observa em relação ao Oceano Índico e ao Atlântico.

Ao debruçar-se sobre o estudo do Oceano Índico no período Medieval, a historiadora britânica Marianne O’Doherty observou que as “teorias oceânicas” do Ocidente que apontavam os oceanos como espaço periférico e ameaçador não eram absolutas. O que a autora demonstra é que os navegadores medievais conseguem cruzar as fronteiras que supostamente existiam (O’DOHERTY, 2011, p. 14-59).

Se analisarmos o caso do Atlântico e do pioneirismo português no seu processo de construção, constataremos o mesmo fato. E ainda

vamos além, pois não só estas teorias não eram absolutas como também a superação destas não o foi. O que se observa, com a análise de fontes, é que a partir das descobertas do século XV ocorre uma espécie de “atualização do imaginário”, decorrente do confronto entre a realidade que se coloca no cotidiano dos agentes da expansão e das lendas e especulações míticas acerca do Atlântico e do continente africano, frutos do imaginário cristão medieval que é a base das estruturas mentais desses homens.

3.2 PORTUGAL E O ATLÂNTICO

3.2.1 Portugal e o Atlântico antes das navegações quatrocentistas

A relação de Portugal e o Atlântico é anterior as navegações do quatrocentos. Entender a maturação desta relação, bem como as suas modificações com a ascensão da Dinastia de Avis é fundamental para compreender a expansão dos portugueses sobre a Guiné no segundo quartel do século XV. Desse modo, assinala-se que o movimento expansionista português gerou uma mutação radical que opunha as noções de mar e oceano, presentes no imaginário baixo medieval, ao empirismo dos navegadores lusos. Note-se que em pouco mais de oitenta anos os portugueses foram protagonistas de feitos inimagináveis no início do século. Não havia até esse período embarcações suficientemente fortes para navegar pelo Atlântico. O medo da força do “Mar Oceano” afastava os “mareantes” e durante toda a Idade Média, o Oceano Atlântico fora encarado como uma barreira intransponível, sendo, inclusive, representado dessa forma na cartografia Ocidental até meados do século XV.

Este panorama começa a mudar a partir do século XII com o avanço das trocas comerciais, fruto da proliferação de centros urbanos, transformando-se, definitivamente, com a Expansão Marítima Portuguesa que inaugura uma era de intercâmbios culturais, desenvolvimentos técnicos e aprimoramento do conhecimento e reconhecimento da geografia terrestre.

O “desbravamento” do Oceano promovido pelos portugueses quatrocentistas não é um fenômeno do acaso e está ligado não só as inovações tecnológicas observadas a partir do século XII, mas

também à experiência lusa na região do Mar Pequeno, que remonta aos primórdios da formação do reino. Antes do alvorecer da era das grandes navegações, as expedições marítimas portuguesas limitavam-se a objetivos muito específicos, não havendo o intuito, ao menos não documentado, de descobrir novas terras ou aventurar-se em regiões nunca desbravadas.

Nesse sentido, Oliveira Marques destaca os fossados de Mar, as viagens de pesca, o corso e a pirataria. Os fossados de Mar consistiam em investidas navais feitas pelos portugueses contra embarcações mouras, fossem pesqueiros, mercantes ou de guerra, e também na faixa litorânea da Península, que ainda estava sob o domínio islâmico, bem como na região do Marrocos (MARQUES, Antônio, 1988, p. 14).

A pesca era não só no litoral português, visto que, embora extenso, não seja exatamente propício a esta atividade, mas também na costa marroquina. As embarcações utilizadas para a pesca eram diversas sem que houvesse uma distinção clara entre os navios pesqueiros e outros com objetivos diferentes. Não raro, um mesmo navio poderia servir a mais de uma função (MARQUES, Antônio, 1988, p. 18).

Outra importante atividade marítima praticada pelos portugueses, antes do quatrocentos, era o corso e a pirataria, os quais se distinguiam do fossadeiro do mar em razão dos longos períodos que passavam no mar. Tanto corsários quanto piratas iam além das regiões mais familiares, explorando mares pouco conhecidos.

3.2.2 A navegação Atlântica no século XV: aspectos técnicos

Por séculos o Oceano Atlântico figurou na periferia do mundo cristão, quer por razões de ordem mentais, quer por razões de ordem técnica. No entanto, a partir do século XV ocorrem mudanças significativas na forma de encarar o espaço oceânico. Entende-se que há uma construção desse espaço, que em muitos aspectos deixa de lado o simbolismo característico de sua representação ao longo da Idade Média. Os protagonistas dessa mudança serão os portugueses através da sua expansão marítima.

Tal movimento só pode ser realizado devido aos avanços tecnológicos observados à época. Destacamos, primeiramente, a

grande contribuição que a redescoberta dos estudos de Ptolomeu sobre cosmografia e geografia representou para os horizontes geográficos do Ocidente. De acordo com Armando Cortesão, o século XIII foi revolucionário, pois além da introdução da bússola no Ocidente e da Carta portulano, houve um estímulo à observação da natureza e ao estudo dos fenômenos naturais, sobretudo, por parte de S. Francisco de Assis e dos seus seguidores.

Esta nova postura frente à natureza e o seu funcionamento teve reflexos importantes nos estudos geográficos e cartográficos do período (CORTESÃO, 1960, p. 13). Doravante as cartas náuticas tornam-se mais precisas e as navegações mais seguras. Gradativamente vários instrumentos náuticos, a maioria de inspiração oriental, vão sendo introduzidos no mundo ocidental. Destacando-se dentre eles o astrolábio e a balhestilha.

Todavia, a navegação ainda teria de transpor diversas limitações tecnológicas para o seu aprimoramento. A utilização, por exemplo, da bússola não considerava a variação magnética e a aplicação da matemática para resolver problemas relacionados a localização no mar não era ainda um método que garantisse precisão. A experiência do capitão era ainda o elemento decisivo para saber se um barco conseguiria ou não chegar a salvo em um porto.

Para navegar no Atlântico foram necessários o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das ciências náuticas, bem como o aprofundamento dos conhecimentos da costa ocidental africana. Todavia, antes que isso ocorresse, muitos foram os desastres transoceânicos, ocorridos, sobretudo, antes do século XV, quando alguns poucos mareantes, em sua maioria de origem italiana, arriscavam-se no “mar-Oceano”. De acordo com Luís de Albuquerque, eram três os obstáculos a serem ultrapassados para que o sonho de desbravar o Atlântico se concretizasse:

Em primeiro lugar os navios, porque não era nas galés mediterrânicas que se poderia singrar continuamente no mar alto. Depois era imprescindível conhecer os regimes de ventos e correntes do Atlântico, praticamente ignorados nos princípios do século XV, sem o que não se poderia usar navios de pano redondo. Finalmente, tornava-se necessário encontrar maneira de determinar a posição de uma

embarcação no mar alto, pois que não era raro que passasse um e por vezes dois meses sem avistar terra. (ALBUQUERQUE, 1994, v. I, p. 89)

Os portugueses quatrocentistas irão, não sem muitos esforços e desventuras, conseguir superar os obstáculos técnicos. Ainda no século XV a navegação era feita por estima, um método utilizado para determinar a posição provável do navio através das características do seu movimento, a partir de uma posição conhecida. A chamada progressão à bolina consistia em bolinar isto é navegar em ziguezague de um bordo a outro e a partir desse movimento se podia estimar a posição do navio. Os cálculos obviamente eram bem simples e pouco precisos. Nesse período é criado um sistema de tabular para calcular os desvios da embarcação sem que fosse necessário a carteação gráfica. Tal método ficou conhecido como tábula de mateloio. Por muito tempo, a prática e o conhecimento adquirido pelos navegadores foram as únicas ferramentas para a superação dos obstáculos naturais impostos pelo Oceano Atlântico. Para Luís Adão da Fonseca três coordenadas principais são responsáveis pelos descobrimentos atlânticos portugueses no século XV, a saber:

A experiência de uma navegação comercial, tanto nas rotas do Atlântico Norte como nas do Mediterrâneo Ocidental; b) a capacidade do poder político para compreender as exigências financeiras e sociais destas navegações, enquadrando-as numa política e numa diplomacia claramente assumidas pela monarquia; c) a tradição de uma atividade ultramarina profundamente ligada à luta militar, reforçada ideologicamente pela manutenção do corpo doutrinário cristalizado à volta da ideia de cruzada. (FONSECA, 1999, p. 15)

No que tange às referências técnicas e teóricas das navegações do início do século XV, note-se que estas foram herdadas da navegação mediterrânica e durante os primeiros anos da expansão portuguesa sobre o Atlântico poucos foram os avanços. Nesse sentido, Luís J.S. de Matos assinala que *o período de 1419 até 1436 é verdadeiramente um período de aprendizagem onde se conjugaram diversos aspectos concorrentes para o desenvolvimento da técnica*

que mais viria a ser a efetiva ciência náutica (MATTOS, 1998, p. 74). Assim, os portugueses quatrocentistas irão, conseguir, aos poucos e penosamente, superar os obstáculos naturais e desenvolver novas tecnologias, conjugando o conhecimento empírico com a teoria da “escola” de navegação mediterrânica. Nesse sentido, a passagem do Cabo Bojador, em 1434, pode ser entendida como um feito de extrema importância no que tange ao avanço do conhecimento sobre a navegação na Costa Africana, conforme podemos observar no trecho abaixo da *Crônica do descobrimento e conquista Guiné* de Zurara, no qual o autor narra um diálogo entre o infante D. Henrique e Gil Eanes:

Vós não podeis, disse o infante, achar tamanho perigo, que a esperança do galardão não seja muito maior; e em verdade eu em maravilha, que imaginação a questa que todos filhais, de uma cousa de tão pequena certidão, *Ca se ainda estas cousas que dizem tivessem alguma autoridade, por pouca que fosse, nom vos daria tamanha culpa, mas quereis-me dizer que por opinião de quatro mareantes, os quais como são tirados da carreira de Flandres, ou de alguns outros portos para que comumente navegam, não sabem mais ter agulha nem carta para marear; porém vos ide todavia, e não temais sua opinião, fazendo vossa viagem*, Ca com graça de Deus, não podereis dela trazer senão honra e proveito. [...] Como de feito fez, Ca daquela viagem, menosprezando todo perigo, dobrou o cabo além, onde achou cousas muito pelo contrário do que ele e os outros até ali presumiram. (ZURARA, 1989, p. 62)

A travessia do Bojador inaugura uma nova forma de navegar, visto que a volta não se fazia pelo mesmo caminho que a ida, diferente da navegação costeira aos moldes do que se fazia no Mediterrâneo e no Atlântico até os limites do Bojador. Trata-se de um momento fundamental para as grandes transformações na forma de conceber e navegar no Atlântico, já que o Bojador era a “última fronteira” conhecida do Atlântico e tudo que se dizia a respeito do que havia para além dele tratava-se apenas de especulações imaginárias. De fato as correntes que ali existem são fortes e muito diferentes do que os navegadores baixo-medievais estavam acostumados a enfrentar,

o que desencorajava os “mareantes”, pois estes não tinham recursos tecnológicos e, tampouco, conhecimento da geografia do local para transpor tais obstáculos, o que levou a criação de um imaginário sobre a região e o que que existia além dela.

Inicia-se, portanto, um período de “aprendizagem”, pois nem todos os dados obtidos até ali sobre navegação se aplicavam as novas demandas que o Atlântico apresentava. No trecho acima isso fica claro, pois o autor enfatiza o fato de não haver conhecimento de “agulhas ou carta de marear” para a região, revelando a inexistência de tecnologias náuticas e de conhecimento empírico sobre a região.

No excerto supracitado, Zurara também nos revela que as primeiras embarcações a se lançarem para além do Cabo Bojador foram as barcas. Por possuírem o casco pequeno eram ideais, visto que nada se sabia sobre a geografia marítima da região e a utilização de navios maiores poderia acarretar encalhes no caso de existirem baixios que capazes de impedir o fluxo da embarcação. Além de indicara utilização da barca para a ultrapassagem do Bojador, Zurara afirma que as primeiras expedições ao Rio d’Ouro foram feitas em barinéis, conforme podemos observar no seguinte trecho do capítulo X, da crônica de Zurara: *Porém é minha intenção de vos enviar lá outra vez, em aquele mesmo barinel, e assim por me fazerdes serviço, como por acrescentamento de vossa honra* (ZURARA, 1989, p. 64).

A utilização do barinel se adequava, em razão no desconhecimento da região em que os navegadores iriam adentrar. Assim como as barcas, o barinel era ideal à navegação da costa africana, pois possuíam o casco pequeno e, como nada se sabia acerca da geografia marítima e fluvial da região, a utilização de navios maiores poderia acarretar em encalhes no caso de existirem baixios capazes de impedir o fluxo da embarcação. O uso de Galés, embarcação muito difundida no Mediterrâneo, mostrou-se, de plano, ineficiente para a realidade do Atlântico. As barcas e os barinéis, juntamente com as caravelas foram as embarcações mais utilizadas pelos portugueses no período inicial das grandes navegações. Estas últimas possuem uma incidência maior entre meados da década de 1430 e final da década de 1440. Eram barcos leves e ágeis, pesando em média de cinquenta toneladas e possuindo de dois a três mastros que portavam velas triangulares. Era uma embarcação pequena que não era capaz de transportar grandes quantidades de mercadorias e com avanço do

processo de expansão a utilização da nau redonda foi suplantando o uso da caravela latina (DOMINGUES, 1997, v. I).

Ao retornar para Portugal o autor do feito, Gil Eanes, divulga a informação de que não havia impedimentos a navegação e as demais empresas ultramarinas far-se-ão em embarcações maiores. Primeiramente o batel e finalmente a caravela latina. Ao longo do século XV, os portugueses reuniram conhecimentos concretos acerca da geografia da costa africana, dos ventos da região, bem como das correntes marítimas que por ali passavam.

O incremento da construção naval no mundo cristão se deu a partir da expansão comercial do século XII e deve muito mais ao poder econômico dos comerciantes do que ao poder político de reis e senhores locais. Em Portugal, no período entre a conquista de Ceuta e a passagem do Bojador, observa-se o desenvolvimento e amadurecimento de técnicas navais que superam os conhecimentos náuticos obtidos no Mediterrâneo e tornam possível a navegação no Atlântico. Nesse sentido, Luís Jorge Semedo de Matos ressalta que:

Os portugueses passaram por mares desconhecidos de europeus e aprenderam a ler os seus sinais mais importantes. Uma linguagem difícil, mas que a pouco e pouco, se ia revelando aos pilotos do infante D. Henrique, conferindo-lhes maior segurança e confiança para sulcar aos mares ao sul das Ilhas Canárias. (MATTOS, 1998, p. 74)

Destaca-se, nessa conjuntura, o desenvolvimento da cartografia náutica portuguesa, considerando que esta possuía um caráter muito pragmático, pois erigiu-se a partir da experiência vivida pelos pilotos, ultrapassando crenças clássicas, algumas das quais defendiam a existência de uma zona tórrida intransponível (ALEGRIA, 1998, v. I, p. 38). No final do século XV, a navegação astronômica estava amplamente difundida entre os pilotos lusitanos. O seu desenvolvimento e implantação se deu progressivamente devido à necessidade de localizar-se em alto mar e a falta de conhecimento de pontos costeiros da parte dos mareantes, obviamente por conta do ineditismo de suas navegações.

A partir da travessia do Cabo Bojador tem início a construção do Atlântico Central, de uma nova forma de perceber e apreender

o espaço oceânico completamente distinta daquela observada no Atlântico Norte ou no norte da costa africana. Esse Atlântico que emergia no horizonte dos navegadores lusos se forma com os novos conhecimentos sobre a geografia do local, com o início das navegações na Guiné e com os contatos estabelecidos com os povos além do Bojador.

Entre 1434 e 1488, ano em que se dá a travessia do Cabo da Boa Esperança, houve um aprofundamento nos contatos entre povos de diversa origens e também o avanço das técnicas navais, destacando-se, nesse sentido, a utilização das caravelas e a navegação astronômica. Ressalta-se que esse processo de expansão atlântica inicia uma nova forma de compreensão do espaço oceânico que passa pela cristianização deste e pela sua apreensão como um espaço do vivido, construído a partir das práticas sociais, como navegação, comércio, contatos culturais, etc.

No que concerne à essa nova forma de encarar o Atlântico, destaca-se a apropriação gradativa do mar pelos portugueses, sobretudo, durante o movimento expansionista. Nessa perspectiva, Vânia Froés aponta que Portugal “integrou o mar ao longo de alguns poucos séculos não apenas como sua fronteira ou limite, mas como seu território” (FRÓES, 2013, p. 287-302). Dessa forma, o Atlântico e continente africano passam a integrar o projeto de missão do reino português.

3.3 A DINASTIA DE AVIS: DA RESSIGNIFICAÇÃO DO IDEAL CRUZADISTA À APROPRIAÇÃO DO ATLÂNTICO

3.3.1 De D. João I a D. Duarte: o avanço para o mar e a construção de um ideal missão

A conquista de Ceuta, em 1415, marca o início de uma das principais linhas do projeto político avisiniano: a expansão ultramarina. De acordo com Luís Filipe Thomas, a tomada desta praça marroquina constituiu o primeiro projeto expansionista português, após o fim da reconquista do Algarve, em 1250 (THOMAS, 1994, p. 44). No entanto, não deve ser considerada a primeira empresa cristã no norte da África;

nesse sentido, António Brásio aponta para o convênio firmado entre o rei de Jaime I de Aragão e o rei de Marrocos em 1270 (BRÁSIO, 1958, p. 11). De fato, a ideia de expandir a “reconquista” para além da Europa já vinha sendo discutida, em Portugal, desde finais do século XIII. Entretanto, a conjuntura portuguesa ao longo do século XIV não era das mais favoráveis à realização de tão ousada empreitada, em consequência da crise que assolou o continente naquele período, das constantes guerras contra Castela e do processo revolucionário que levou ao trono o Mestre de Avis (FONTES, 1995, Tomo VIII).

No que concerne aos fatores materiais que impulsionaram a conquista da praça marroquina de Ceuta, podemos citar a escassez cerealífera do reino português, a ausência de metais preciosos para cunhagem de boa moeda e a falta de terras para pagar agraciar os préstimos dos vassalos (COELHO, 2008, p. 227). Contudo, a escolha do norte da África como espaço privilegiado para sanar as carências do reino deve ser analisada sob o prisma do projeto político avisino que começa a se delinear durante o reinado de D. João I.

Primeiramente é necessário entender a conjuntura político-social do reino, durante a ascensão do Mestre de Avis. Este chega ao poder após um conturbado período de dois anos de interregno, entre 1483 e 1385, no qual se dá uma revolução¹ que o eleva ao trono, sendo ele filho bastardo de D. Pedro I.

As circunstâncias que levaram a ascensão de Avis ao poder impuseram à nova dinastia a questão da legitimidade como um desafio tão grande quanto à superação da crise estrutural que marcou o século XIV, em toda a Europa, e que, em Portugal, teve consequências peculiares, sobretudo, por conta da instabilidade gerada pela morte do último representante da dinastia de Borgonha, o que por pouco não levou ao completo colapso social e a supressão do reino por Castela, seu inimigo histórico. Em meio à referida conjuntura, a Casa avisina empenhou-se na construção de um discurso capaz de solucionar o problema da legitimidade, evocando valores caros à cultura portuguesa aliando a imagem do rei-guerreiro ao ideal messiânico a que estaria destinado o reino português. A Casa de Avis precisou fundamentar novas bases de apoio a fim de legitimar o seu poder e encontrar meios para reestruturar a sociedade fragmentada.

1 A revolução de Avis.

O advento de D. João I colocou em pauta a discussão acerca da legitimidade do poder de sua Casa, tendo em conta a sua bastardia e outros argumentos de ordem jurídica que afastariam de imediato a sua pretensão ao trono. Diante dessa conjuntura é necessário entender os meios utilizados para validar o poder avisino. Tais mecanismos devem ser analisados tendo em vista o conceito de legitimidade do poder no pensamento medieval.

Na obra intitulada *Principles of Government and Politics in the Middle Ages*, o medievalista austríaco Walter Ullman apresenta duas vias explicativas da noção de poder na Idade Média. O autor denomina a primeira delas de ascendente, pois previa a possibilidade do poder advir de Deus através dos homens. Essa perspectiva também é conhecida como via populista de poder, pois sua autoridade governativa emana da comunidade, do *populos* (ULLMAN, 1985, p. 8). A segunda via, mais comum no período medieval, é a descendente. De acordo com Ullman, na via descendente:

Consecuentemente, la autoridad gubernamental y la competencia para crear leyes desciende de un órgano supremo: el poder se distribuye “hacia abajo”, nuevamente, en forma de pirámide, pero de modo que el poder que se halle “abajo” en la base de la pirámide no es, como en el tema ascendente, un poder original, sino un poder derivado desde “arriba”. Este órgano supremo, en el que se encuentra todo el poder y que lo delega “hacia abajo”, es Dios mismo quien designó un gerente en la tierra: de hecho, es su gerente qui enpose la suma total del poder, habiéndolo derivado él mismo de Dios. Hablando estrictamente, la idea de representación no surge en este marco conceptual, sino solo la de poder delegado o derivado en la forma de un cargo específicamente divinamente concedido. Así como la idea de representación es esencial al tema ascendente del gobierno y la ley, así el concepto de cargo es esencial al tema descendente: el cargo mismo es de origen divino, porque es dispuesto por Dios mismo. En consecuencia, dado que todo el poder está anclado en la divinidad – “No hay poder que no sea de Dios” – la concepción descendente puede también ser llamada teocrática. El sello del tema ascendente es la *voluntas populi*,

mientras que para su contraparte descendiente es la *voluntas principis*. La una es el reverso de la otra. Una posición clara que concierne a la tesis descendente del gobierno y la ley fue dada por San Agustín. [...] (ULLMAN, 1985, p. 8)

A primeira delas seria a descendente, segundo a qual o poder era divino e, portanto, emanava de Deus aos homens, conferindo, assim, legitimidade ao poder do rei e de seus herdeiros, que o recebiam diretamente ou pela intermediação papal. Essa era a perspectiva tradicional, adotada nos reinos europeus desde os princípios da Idade Média. A outra via era a ascendente. Essa segunda era menos comum, pois previa a possibilidade do poder advir de Deus através dos homens.

De acordo com a historiadora portuguesa Margarida Garcez Ventura, ainda que a via descendente prevalecesse não era tão raro que a perspectiva ascendente fosse evocada, considerando que era uma via “populista” e no sistema feudal, onde o rei o era pela aprovação de seus feudatários e pela graça de Deus, era conveniente uma concepção de poder que contemplasse a vontade dos grupos senhoriais. O rei devia atuar segundo o interesse da *publica utilitas* cuidando especialmente da prossecução da justiça para com o povo que lhe tinha sido confiado por Deus, e de que tinha que dar conta a Deus (VENTURA, 1992).

O Papa, como distribuidor da graça divina, vigiava para que o poder fosse exercido segundo a origem das normas que a sua origem lhe impunha. Consequentemente um mau rei ficava sujeito à excomunhão. Mas o argumento também funcionava ao contrário. Isto é, um potencial candidato ao trono podia ganhar legitimidade e fazê-la reconhecer pelo Papa, quando desse provas de preocupação com o bem comum e pela defesa do povo cristão.

Portanto, face às circunstâncias que envolveram a ascensão do Mestre de Avis, parece-nos claro que a explicação ascendente cabe perfeitamente para justificar a origem e a legitimidade do poder de D. João I. Contudo, ainda que essa justificativa fosse suficiente para aclamar o mestre de Avis rei de Portugal, em 1385, era preciso, ainda, legitimar o poder avisino no campo simbólico. Nessa perspectiva, Vânia Froés assinala que a dinastia de Avis irá se legitimar a partir da consolidação de um modelo messiânico (FRÓES, 1995, p. 4), onde o rei figura como salvador, não só do reino, mas também de toda a cristandade.

Aqui, há que se considerar o projeto político avisino, o qual apontava as diretrizes do Estado português, tanto em suas ações internas quanto externas, trazendo em sua essência elementos que justificavam o poder e os atos régios. Quanto aos fundamentos desse projeto, Clinio Amaral assinala o seguinte:

O projeto político de Avis foi sustentado por três pilares, uma voraz ação centralizadora que visava centralizar a justiça régia enfraquecendo os demais poderes; a tentativa de criar por meio da expansão africana, elementos que aglutinassem a sociedade na luta contra o infiel e na conversão de novas almas. E por último um intenso programa de propaganda cuja intenção era reescrever a história do reino, com vistas a sacralizar os atos do Estado por meio da apropriação de funções estritamente sacerdotais ao campo de ação régio e da sobreposição da imagem do estado às imagens sagradas do cristianismo. (AMARAL, 2008, p. 64)

As diretrizes apontadas no modelo político erigido ainda durante o governo do Mestre de Avis podem ser observadas em todos os reinados avisinos ao longo do século XV. Considera-se que as profundas modificações sociais ocorridas neste período fizeram com que os monarcas optassem por enfatizar um ou outro elemento do projeto.

No que tange à política Joanina, observa-se que, em um primeiro momento, está voltada para atender aos anseios das camadas populares que apoiaram o Mestre de Avis durante a revolução, mas em seguida se volta aos nobres. Nessa perspectiva, a historiadora portuguesa Maria Helena Coelho destaca que no final da década de 1380 “o monarca vai repor a velha ordem de uma sociedade dominada pelos interesses de senhores, de proprietários rurais, de oficiais régios e uma certa burguesia urbana” (COELHO, 1992, p. 9). Para a autora, não ocorreu uma subversão da estrutura social herdada, muito embora fosse possível observar uma mobilidade social, o que se deu “com a renovação dos quadros da dirigentes e o rejuvenescimento e reorganização da nobreza e o crescimento da força política das comunidades concelhias” (p. 9).

Dessa forma, durante o reinado de D. João I o monarca concentrou, gradativamente, o poder político nas mãos da realeza,

esvaziando o poderio das grandes casas senhoriais e constituindo uma “nova nobreza” diretamente ligada a ele. O rei concedeu títulos e privilégios aos nobres que o apoiaram durante a luta contra Castela, promovendo uma transformação nas estruturas de poder a partir da ascensão de casas que não faziam parte da nobreza tradicional (AMARAL, 2004, p. 47). Essa mudança nos quadros dirigentes da sociedade necessitou de justificativas coerentes com a nova realidade que se impunha, como assinala Paulo Accorsi júnior:

Era necessário fornecer pressupostos lógicos de uma explicação do mundo que se compatibilizasse com as mudanças do vivido. A incorporação de baixas camadas da sociedade aos circuitos de reciprocidade do paço, exigia o estabelecimento de uma lógica de classificação social mais abrangente e inclusive, na qual, se atribuísse um sentido mais positivo à existência do homem de origem vilã.

Tais reajustes incluíram, principalmente, a nobreza, mas o critério linhagístico – anteriormente situado no topo como signo de excelência social e pressuposto de acesso às principais posições de poder – seria deslocado para um plano subalterno. (ACCORSI, 1997, p. 59)

Em 1411, assinou-se o tratado de paz com Castela, limitando, assim, o campo de atuação da nobreza, criando uma situação de tensão no reino, uma vez que esse grupo perdeu o principal meio para aumentar os seus domínios: a guerra. Era necessário escoar as tensões internas do reino, ainda abalado pela crise e com um contingente de guerreiros ociosos. Nesse sentido, a conversão dos “infiéis” e a “salvação das almas” coadunam-se com a noção de novos tempos que supostamente foram inaugurados com a ascensão da casa de Avis. Com o início da empresa africana, fundamentou-se o discurso expansionista monárquico da missão salvacionista-cristã, à qual estaria destinado o reino português. Para o historiador português João Marinho, esta nova ideologia cruzadística:

Reforçou ideia que a Nação tinha uma missão histórica a cumprir: deveria difundir o reino de Deus, combatendo em

primeiro lugar e onde quer que se encontrasse o inimigo absoluto dos cristãos, o mouro, tal como havia sido revelado ao primeiro rei de Portugal na demonstrativa Batalha de Ourique, quando um punhado de portugueses venceu, com inequívoco auxílio de Deus, cinco reis mouros à frente de um numeroso exército. Assim, para que milagre de Ourique se repetisse, deveriam ser acionados “ritos” que levassem os combatentes cristãos a lutarem com o coração puro e incomensurável fé no concreto auxílio de Deus, através dos seus santos e dos seus anjos.

Repare-se como “mito” fundador de nossa nacionalidade tema legitimá-lo uma missão/objetivo de caris divino e de dimensão universalista, o que significa que a ideologia cruzadística legitimará que nada nem ninguém, se poderia opor à concretização da missão evangélica dos portugueses a atentar contra o seu desejo de independência como nação. Aljubarrota estava, pois, na linha vitoriosa de Ourique, e a missão evangelizadora deveria ser distendida a todos os povos, inclusive aos não-cristãos e os gentios. Nesta perspectiva, como toda a terra pertencia a Deus, quaisquer cristãos, designadamente os portugueses, tinham o direito de a reconquistarem aos mouros e gentios; de cativarem os corpos dos “outros”, a fim de ajudarem a salvar suas almas; de ocuparem e dominarem reinos estranhos. (SANTOS, João, 1998, p. 109)

Para além do caráter agregador da ideologia avisina, Clinio Amaral aponta que o discurso monárquico constituiu um poderoso mecanismo simbólico “por apresentar em sua estrutura narrativa alguns elementos da tradição cristã, visando legitimar e sacralizar a guerra na África” (AMARAL, 2008, p. 53). A guerra externa, contra aquele que era considerado o inimigo histórico da Cristandade,² pode ser entendida como um importante elemento de coesão, dominação, fundamentado na ideologia cavaleiresca, além de atuar como um dos elementos promotores da centralização estatal. No que concerne à importância

2 O muçulmano.

das guerras promovidas pelos portugueses contra os mouros e contra os gentios rebeldes durante o século XV, o historiador português João Marinho considera que estas constituíam uma excelente oportunidade para a aquisição de honra, transformando-se em ocasiões para o indivíduo “demonstrar as suas virtudes, como a coragem, o espírito de sacrifício, a solidariedade, a valentia, o sentido de obediência, a vontade de ser o primeiro (de ser primoroso)” (SANTOS, João, 1998, p. 20). Para o autor, além do proveito, emergiam, durante a atividade militar, valores como a honra, a fama e a glória, garantindo ao guerreiro o direito ao Céu (p. 20).

A memória construída em Portugal sobre o movimento da Expansão Marítima, procurou enfatizar o caráter cruzadista, salvacionista e missionário do movimento, exaltando os valores da cavalaria e apontando o serviço de Deus como principal fomentador desse processo. Todavia, o projeto expansionista em sua dimensão política, pretendeu alcançar objetivos que iam além da noção messiânica. Para João Marinho, o principal interesse de Avis ao empreender a conquista de Ceuta era a coesão do reino em torno de um ideal gerador de identidade.

Nesse sentido, a guerra contra os mulçumanos que inicialmente constituía uma estratégia política nacional, integrou rapidamente um projeto mais amplo de expansão da *Respublica Christiana*. Em 1418 D. João I solicita ao Papa Martinho V uma bula de cruzada contendo as graças, remissões e indulgências para aqueles que lutaram e que continuavam a defender a praça africana. No que refere a este pedido do rei de Portugal ao Papa, João Luís Fontes Inglês assinala o seguinte:

Aparece-nos claramente a consciência de que a manutenção da cidade se serve a Cristandade e a exaltação da fé por estender o seu domínio territorial ao Islão, serve também aos interesses expansionistas nacionais, aplicando-se igualmente a esta atividade as indulgências e privilégios concedidos aos cruzados que iam para a Terra Santa. (FONTES, 1995, p. 406)

A guerra na África assumiu caráter missionário, considerando que se consolidou em Portugal uma ideologia que exaltava o reino como a “nação” escolhida a expandir o cristianismo para além dos

domínios Europeus, sendo a conquista de Ceuta imbuída de uma nova ideologia cruzadística, estruturada pela Casa de Avis. A tomada da praça africana inicia a segunda etapa do projeto político avisino “*que passou a considerar deliberadamente o além-mar como espaço de atuação*” (AMARAL, 2008, p. 72). Nessa perspectiva, entende-se que a expansão foi de extrema importância, no sentido de promover a coesão nacional e a legitimação da monarquia, pois concretizava um ideal salvacionista e missionário, coadunando-se com a ideia de guerra justa elaborada por Santo Agostinho no século V. Agostinho criou uma concepção de “guerra justa”, largamente utilizada ao longo da idade média, em oposição ao que chamou de “guerra injusta”. Quanto à tal concepção, o medievalista italiano Franco Cardini assinala o seguinte:

[...] O *belum justum* não era de modo algum um álibi destinado a tolerar e justificar qualquer forma de guerra. Pelo contrário era um meio de circunscrever com precisão raros casos em que o cristão poderia legitimamente recorrer às armas. A guerra justa não podia admitir o desencadeamento da violência: ela devia se uma oposição da força bem conduzida à violência, tendo por objetivo impedir que esta última destruísse os mais fracos e que a injustiça sobrepujasse da injustiça. A guerra justa era um mal, mas um mal menor vista do triunfo da injustiça, e apenas merecia seu nome a satisfazer três exigências fundamentais: inicialmente devia ser defensiva e almejar unicamente a reparação da injustiça; em seguida devia ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e, por conseguinte, não podia resultar da vontade pessoal de ninguém; enfim, seu objetivo devia ser a restauração de uma paz iluminada por uma justiça autêntica. (CARDINI, 2002, p. 475)

A concepção de que a guerra contra os muçulmanos na África era uma guerra justa perpassou todo o quatrocentos português. A conversão dos “infiéis” e a “salvação das almas” relacionam-se com a noção de novos tempos que supostamente foram inaugurados com a ascensão da Casa de Avis. Em relação aos motivos da conquista de

Ceuta, Joaquim Serrão entende que era uma questão de segurança, considerando a presença dos mouros em granada e a ameaça representada pelos mouros no Marrocos, o que para o autor constituíam motivos suficientes para a ação dos reinos ibéricos (SERRÃO, 1980, v. II, p. 29). O autor atenta para o fato de Portugal possuir no século XV condições militares para levar a cabo uma investida militar contra os mouros, retomando assim a cruzada contra estes, afastando-os, para além do Algarve. Por outro lado, Castela não possuía os mesmos recursos (p. 29). Além disso, Serrão considera que:

Acresce a ameaça de abandono do Reino por muitos nobres que pretendiam alcançar glória noutras cortes europeias. A pressão desses cavaleiros far-se-ia sentir que, coberto de razões espirituais, a coroa promovesse uma empresa em Marrocos de que esperavam tirar fama e ganho. A mentalidade coeva, associando os conceitos de “honra” e de “proveito”, permite compreender o feito mauritano na sua radicação política e social, que foi manifesta, e nos seus agentes de execução, que foram em grande parte económicos. (SERRÃO, 1980, v. II, p. 30)

Com o fim da ameaça no interior da Cristandade, representada pelos castelhanos, e a retomada das lutas contra os mouros, as ideias de cruzada, de povo eleito, de missão e salvação, ganham novos contornos e corroboram para a construção de um discurso que, para além de legitimar a Casa de Avis, justifica o movimento expansionista. Estrutura-se uma ideologia assente em valores caros a cultura portuguesa da época, como a propagação e afirmação da fé cristã, bem como, a honra cavaleiresca (SANTOS, João, 1998, p. 109). Além desses aspectos simbólicos e culturais, também é importante ressaltar o caráter político do projeto expansionista e sua íntima relação com as pretensões de aumento do poder e centralização política, observados na monarquia avisina. Nesse sentido, Luís Adão da Fonseca assinala o seguinte:

Com efeito, para além da diversidade das manifestações, das sensibilidades e dos interesses, bem como dos diferentes quadros geográficos e sociais em que tem lugar, parece

inegável que a expansão portuguesa se desenvolve intimamente associada a uma trajetória dificilmente explicável fora dos quadros do poder. Há um claro propósito de afirmação de uma Monarquia e de um Estado (para) Nacional. (FONSECA, 1999, p. 15)

Seguindo na mesma linha de raciocínio, Fonseca estabelece uma interessante relação entre a ampliação do espaço, no sentido de território e campo de atuação, e o poder, no contexto da expansão quatrocentista. Desse modo o autor conclui que “finamente deve ser ressaltado também o contexto internacional peninsular, no qual Portugal procura definir um espaço próprio numa conjuntura caracterizada em toda a Europa pela formação de grandes espaços políticos” (FONSECA, 1999, p. 15).

O domínio português sobre Ceuta não se deu tranquilamente. A praça era alvo constante de ataques mouros, pois estes queriam reaver seu território. Além disso, a região encontrava-se isolada, não sendo autossuficiente, dependia exclusivamente de Portugal para manter-se abastecida de homens e de víveres, o que gerava um alto custo para o reino e muitas dissidências políticas internas quanto à manutenção ou a evacuação da praça (FARINHA, 1998, p. 121).

Identificam-se na expansão portuguesa três frentes distintas, quais sejam: a demanda do Prestes João, a guerra contra os mouros e a exploração das ilhas atlânticas (THORNTON, 2010). A demanda do Prestes João constitui na busca do lendário rei cristão governante da Etiópia. O objetivo de Portugal era encontrar o referido rei e com ele estabelecer uma aliança política e militar para lutar contra os reinos muçulmanos do norte da África.

A guerra contra os mouros data da formação do reino de Portugal e, a nosso ver, nunca perdeu o caráter cruzadístico que a motivara em seus primórdios. Nesse sentido, a conquista de Ceuta relacionou-se, com as necessidades guerreiras da nobreza, reafirmando o paradigma de rei cavaleiro, além de fomentar um ideal missionário, segundo o qual o reino deveria “cumprir sua missão”, expandindo o evangelho para além das fronteiras da Cristandade.

A guerra no norte da África manteve-se ao longo do século XV, atravessando os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Esse processo fora marcado pelas descontinuidades e pelos dissensos

gerados na corte portuguesa. Os feitos militares dos portugueses em África conferiram ao reino grande prestígio na Europa e diante do papado.

A empresa africana fora plenamente apoiada pela Igreja, o que pode ser observado através das bulas papais, expedidas ao longo do século XV, as quais concederam aos Portugueses o direito de “fillar” homens em nome de Deus e conferiram à expansão o aspecto sagrado e missionário que há muito a propaganda régia avisina havia apregoado ao movimento. No ano de 1418 foram expedidas pelo Papa Martinho V três bulas que legitimavam as conquistas e guerras portuguesas nesse primeiro momento da expansão.

As bulas *Rex Regnum*, *Sane charissimus* e *Romanuspontifex*³ resultaram da súplica do rei D. João I ao Papa, na qual o rei solicita, dentre outras coisas, remissões, indulgências e graças da Terra Santa a ele, a seus filhos e a todos que desejem participar da luta contra os mouros no norte da África, além de autorização para os cristãos estabelecerem relações comerciais com os mouros (ALMEIDA, 1960, v. II, p. 277-278). Na bula *Rex Regnum*, Martinho V atende ao pleito do rei português, reconhecendo a praça de Ceuta e as demais cidades que D. João conquistasse, dando garantias de cruzada às guerras empreendidas pelo mestre de Avis contra os muçulmanos (282-286). No que concerne às outras duas bulas, o historiador português João Luís Fontes Inglês considera que:

A Bula *Sane charissimus* vem reafirmar os princípios expostos na bula anterior, recomendando a participação de todos na guerra contra os infiéis em África, concedendo-lhes «remissões, indulgências» e a «plena remissão dos pecados». Ordena ainda que os Patriarcas, Arcebispos, Bispos e restantes eclesiásticos preguem a Cruzada (“pregar o verbo da Cruz”), apresentando a todos o sinal redentor e acolhendo aqueles que nesta empresa quiserem participar, preparando-os espiritualmente pela confissão e convenientes admoestações. Por último, reconhece a D. João I a posse das terras conquistadas (“que todos os lugares que nesta expedição forem tomados aos

3 As três bulas foram expedidas no ano de 1418.

Bárbaros sejam acrescentados ao senhorio de D. João, Rei de Portugal, e ao de seus sucessores”). Finalmente, a bula *Romanus pontifex* aborda a questão da elevação de Ceuta a cidade e da sua mesquita a sé catedral, encarregando o Papa os Arcebispos de Braga e de Lisboa de se informarem sobre a viabilidade de tal promoção e, em caso afirmativo, ordena que o façam (o que acontecerá em 1420). (FONTES, 1995, p. 407)

Dessa forma, a guerra contra os mulçumanos, que inicialmente constituía uma estratégia política nacional, integrou rapidamente um projeto mais amplo de expansão da *Respublica Christiana*. Legitimado pelas bulas papais, o reino de Portugal toma para si aquela que seria a “missão” de toda a Cristandade Ocidental: a expansão do cristianismo. Tal missão se concretiza, ao longo do século XV, com a guerra e a conversão dos pagãos sob a égide dos monarcas avisinos. Assim, o mar tornou-se um espaço privilegiado para a missionação lusitana. A tomada de Ceuta e o seu reconhecimento por parte das autoridades religiosas são os marcos iniciais dessa expansão, que não é apenas dos domínios políticos e econômicos portugueses, mas também dos valores da Cristandade que, doravante passam a ser disseminados pelas terras conquistadas na África.

Acerca da tomada de Ceuta e seus primeiros capitães, temos como fontes principais as crônicas produzidas por Gomes Eanes de Zurara, durante o reinado de D. Afonso V. Sua produção crônica, composta entre 1450 e 1467, preocupou-se em justificar o movimento expansionista. Destacam-se nesse sentido a *Crônica da Tomada de Ceuta*, a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, primeiro capitão de Ceuta, e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Dentre os argumentos legitimadores utilizados pelo cronista, encontra-se a noção de “*servicio de Deos*”, segundo a qual a empresa ultramarina seria um serviço que os portugueses prestavam a Deus. Dotadas de um caráter propagandístico, que se vincula ao modelo político observado com a ascensão da Casa de Avis, as crônicas de Zurara contribuíram para a edificação de um discurso que exaltava a ação militar na África, reverenciando tipos ideais de comportamento identificados como genuinamente portugueses, como por exemplo a postura da cavalaria e o compromisso desse grupo com o rei, o reino e Deus.

O discurso religioso presente nessas obras reforçou o antagonismo entre mouros e cristãos e teve um papel de relevo no processo expansionista, revelando o poder de uma ideologia cruzadística e cavaleiresca tardia, presente na sociedade portuguesa do quatrocentos. Para o historiador Clinio Amaral, “trata-se de um discurso que desqualifica os opositores da expansão, pois o argumento do cronista é de que criticar a empresa ultramarina equiparava-se a criticar o serviço prestado a Deus” (AMARAL, 2008, p. 53).

Na *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, são correntes os relatos acerca da conversão dos povos encontrados na África subsaariana, visto que tal obra constitui o primeiro relato dos portugueses sobre os novos povos encontrados em território africano.

[...] Foram eles, porém ao diante havendo conhecimento da terra, na qual achavam grandes astança, e des i como os tratavam com grande favor, Ca porque os as gentes não achavam endurentados na crença dos outros mouros, e viam que de boa vontade se vinham à lei de Cristo [...] ora vede que galardão deve ser o do Infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação, não somente aquestes, mas outros muitos, que em esta história ao diante podeis achar! (ZURARA, 1989, p. 98-100)

A obra que é tida pelos especialistas como um panegírico do Infante D. Henrique, aponta o referido príncipe como o principal responsável pela conversão de “novas almas” ao cristianismo, assim um dos eixos que estrutura a *Crônica da Guiné*, e o caráter missionário da empresa africana é repetidamente lembrado. Ressalta-se que a luta contra o “infiel” converteu-se, a partir do “descobrimento” de novos povos, na salvação de almas pagãs. Nessa perspectiva, o discurso religioso, de acordo com o Amaral, era o ponto mais importante da propaganda política de Avis, associando a expansão à ideia de serviço prestado a Deus, o que fica claro, sobretudo, na produção cronística de Gomes Eanes Zurara.

Assim, na passagem supracitada observamos que o autor exalta o grande “galardão” que a “salvação” de almas pagãs representa para o infante. Trata-se, pois, de expandir as fronteiras do cristianismo,

alcançando aqueles que, na visão dos portugueses quatrocentista, nunca haviam tido contato com nenhum tipo de religião, ao contrário dos mouros. Estes, de acordo com a ideologia salvacionista avisina, também devem ser convertidos:

Ouço as preças das almas inocentes daquelas bárbaras nações em número quase infindo, cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos, são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais lavadas na água do batismo, e ungidas com o santo óleo, soltas desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem sob a semelhança da claridade dos dias de seus antecessores. (ZURARA, 1989, p. 98-100)

No trecho acima, o cronista mostra o valor empresa no sentido de trazer ao cristianismo aqueles que “*desde o começo do mundo nunca viu luz divinal*”, mas um importante traço do caráter evangelizador que se pretende atribuir à expansão portuguesa. O serviço de Deus como causa principal da empresa é apresentado pelo autor logo no início da obra o Zurara, quando enumera cinco razões para que se levasse o projeto ultramarino adiante, apontando dentre elas a conversão de novas almas para o cristianismo. Acerca desta razão, o autor assinala já na fase final da *Crônica* como o infante conseguiu cumprir tal objetivo:

Cinco razões pus no começo deste livro por que o nosso magnânimo príncipe foi movido a mandar seus navios tantas vezes sobre o trabalho desta conquista; e porque das quatro me parece que vos tendo dado abastoso conhecimento nos capítulos onde falei da divisão daquelas partes do Oriente, fica-me para dizer da quinta razão pondo certo número às almas dos infieis que daquelas terras vieram a esta, por virtude e engenho do nosso glorioso príncipe; as quase por conto achei que foram novecentas e vinte e sete, das quais como primeiro disse, a maior parte foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação. (ZURARA, 1989, p. 245)

O discurso religioso não se faz presente somente na conversão dos povos ao cristianismo, mas, sobretudo, é utilizado de maneira a justificar a guerra contra os mouros, entendida como uma guerra de expansão da Cristandade. Ao longo da obra, Zurara irá relatar uma série de acontecimentos envolvendo o confronto direto entre cristãos e mouros, como na passagem abaixo:

[...] amigos, disseram os capitães, nós não viemos a esta terra senão para pelear; e pois principalmente a este fim viemos, não havemos que recear, ca muito maior honra nos será fazer nossa peleja de dia, que de noite, lançando os Mouros desta ilha forçosamente, que por astúcia nem engano, ainda que não matemos nem tomemos nenhum, que filhamos de noite um milheiro deles. E com o nome de Deus, disseram eles, saíamos todavia, e vamos em terra na ordenança que temos determinada. E assim com estas palavras começaram logo de sair, e tanto que foram todos postos na praia, puseram começaram logo de sair, e tanto que foram todos postos na praia, puseram suas azes em ordenança, onde Lançarote, por acordo de todos os outros capitães, tomou a bandeira da cruzada, que lhe o Infante Don Henrique dera; e já sabeis como os que morressem sob a dita bandeira eram absoltos de culpa e pena, segundo o outorgamento do Santo Padre, de já vistes o teor do mandado; a qual a bandeira foi entregue a Gil Eanes, cavaleiro da casa do Infante, e mo quer Lançarote dele conhecesse esforço e bondade, empero todavia deu-lhe juramento, e lhe tomou menagem, quer por medo nem perigo não deixasse adita bandeira, até sofrer morte; e esses outro lhe juraram, que por conseguinte, até derradeiro termo da vida trabalhassem por guardar e defender. (ZURARA, 1989, p. 156)

Note-se que a ideia de cruzada presente na obra de Zurara não era meramente a visão do cronista sobre as guerras empreendidas pelos portugueses contra os mouros no norte da África. O uso político, feito pela dinastia de Avis, da ideia de cruzada presente no imaginário português foi um dos pontos mais explorados pelos monarcas avisinos ao longo do século XV. Seguindo

essa perspectiva, Luís Adão da Fonseca entende que a ideia de cruzada constitui um instrumento ideológico que atua como legitimadora da atividade marítima desenvolvida. O autor aponta que desde a conquista de Ceuta, as navegações portuguesas podem ser apreendidas a partir da “complexa dimensão da cruzada, enquanto enquadramento ideológico justificativo das ações empreendidas” (FONSECA, 1999, p. 16).

No que tange à manutenção dos territórios conquistados em África, notadamente a praça marroquina de Ceuta, destaca-se que no reinado de D. Duarte duas alternativas surgiram como forma de manter a cidade sem que onerasse sobremaneira o reino de Portugal: a primeira era o estabelecimento de alianças com tribos próximas e a segunda era a continuação da empresa militar africana (FONSECA, 1999, p. 123). Optou-se pela guerra, mas não sem antes o rei pedir aconselhamento a seu irmão, o Infante D. Henrique. Nesse sentido, cabe ressaltar a influência do infante D. Henrique como conselheiro de seu irmão, o rei D. Duarte, observada na carta em que o Navegador, recomenda o irmão a prosseguir com as guerras contra os mouros:

E da guerra dos mouros ser seujço de Deus nom há que duuidar; pois a Igreja o detrimyna e per os grandes milagres e por as coronjcashe autorizado e todolos bons certamente lhocrem; e porem o bom nom é esforço com muytas razoes que tem, pois que a fé é pratica abasta. He de ser honra nom quero escrever, porque esta he a mayor honra que ha neste mundo.[...] E, pois da guerra dos mouros se consegue serviço de Deus e honra e prazer, meu conselho he que uos obres nela quanto bem poderdes, per uos ou per outrem. (ANTT, 1960, p. 203)

Observa-se, portanto, que o infante D. Henrique fundamenta seu conselho com base nas noções de serviço de Deus e honra, destacando a própria determinação da Igreja de que a guerra contra os mouros constitui serviço de Deus. Na conclusão da carta o infante evoca a noção de guerra justa afirmando que “a guerra he justa, pois serviço de Deus e direita, pois de uossa conquista he por uossa honra, e razoada me parece” (ANTT, 1960, p. 204).

Assim, em 1437, partiu de Portugal uma expedição rumo à cidade de Tânger. Dividida em dois exércitos, sendo um comandado pelo infante D. Henrique e o outro pelo infante D. Fernando, a expedição não fora bem elaborada e não contava com um grande contingente militar. Nem mesmo o monarca tomara parte desta guerra, ficando no reino e deixando o comando da nova empresa militar por conta de seus irmãos. Quanto à expedição de Tânger e seus impactos no reino e no próprio monarca, o historiador Luís Miguel Duarte faz as seguintes considerações:

Falar de Tânger é falar de D. Duarte; e contar a vida de D. Duarte é quase sempre começar e acabar em Tânger. No entanto, tal como eu vejo as coisas esta associação tem tanto de inevitável como de cruel. É sabido que foi sob o seu reinado que Portugal projetou e lançou a segunda grande expedição sobre o litoral marroquino; que o fez após um processo de consulta aos grandes do reino que ainda hoje impressiona pela qualidade da argumentação dos inquiridos; que apesar das divisões profundas prevaleceu a decisão de atacar Tânger; que a expedição de saldou em um desastre total, com um número elevado de mortos e sobretudo o mais jovem irmão do rei, D. Fernando, deixado em cativo, penhor de uma prometida devolução de Ceuta aos seus anteriores habitantes; que o rei se debateu com graves problemas políticos de consciência face ao dilema que era colocado, e terá mesmo morrido atormentado pela dor de partir deste mundo e deixar o irmão a ferros; é sabido finalmente que D. Fernando desceu aos infernos naqueles seis anos que mediaram entre a sua prisão e a sua morte, já e fez. (DUARTE, 2008, p. 303)

O fracasso de Tânger deixou profundas marcas no reino, sobretudo por conta da prisão e posterior morte do infante D. Fernando, e criando uma dissidência política muito clara no seio da família real: de um lado o infante D. Henrique manteve-se favorável a continuidade da guerra na África e de outro o infante D. Pedro que era contrário à tal empresa. Essa rivalidade ficou ainda mais acentuada, quando da morte de D. Duarte em 1438 e assunção do infante D. Pedro como regente do reino.

De fato, desde a conquista de Ceuta, o infante D. Henrique manteve-se à frente dos negócios ultramarinos, recebendo, por essa razão o epíteto de “o navegador”. Sob as ordens do infante as caravelas portuguesas chegaram à diversas ilhas atlânticas como a ilha da Madeira e ao arquipélago dos Açores , além de dobrarem o mítico Cabo Bojador.

A conquista das ilhas atlânticas se deu sem maiores problemas, visto que eram, em sua maioria, desabitadas. Em 1433, o rei D. Duarte cede ao infante D. Henrique as ilhas de Madeira, de Porto Santo e das Desertas, conferindo ao “Navegador” o domínio sobre a região (ALBUQUERQUE, 1985, p. 30). Nesse mesmo ano observase uma série de cartas do rei,⁴ concedendo privilégios ao seu irmão em relação aos negócios marítimos portugueses não só na África, mas também na costa portuguesa, o que revela a importância e a relativa autonomia que o navegador tinha face às questões navais do reino, durante o reinado de D. Duarte.

A ilha da Madeira converteu-se em um importante centro produtor de víveres como pão, mel cera, açúcar e madeira que eram levados ao reino. Em 1439 D. Afonso V concede a D. Henrique licença para povoar o arquipélago dos Açores, sendo tal autorização confirmada pelo rei em 1449 (ALBUQUERQUE, 1985, p. 31).

A ultrapassagem do Cabo do Bojador por Gil Eanes, em 1434, inaugurou uma nova fase no processo de expansão marítima portuguesa no século XV, abrindo caminho para terras e povos dos quais nunca se ouvira notícias na Europa e desmitificando uma série de histórias lendárias sobre a região subsaariana. Em 1443, D. Henrique recebe uma carta de privilégios do rei D. Afonso V que lhe confere amplos poderes sobre a região do além Bojador (ALBUQUERQUE, 1985, p. 32), de modo que até o ano de sua morte, em 1460, o infante navegador desfrutou de grande

⁴ Em setembro de 1433, o rei, D. Duarte, escreve seis cartas, nas quais concede uma série de privilégios ao seu irmão D. Henrique. Tais privilégios consistem na doação, vitalícia das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, além de conceder o domínio espiritual destas ilhas à ordem de Cristo, da qual o infante era regedor. A D. Henrique também foram concedidas pelo rei o direito ao quinto das coisas tomadas pelo capitão dos navios por ele armados, o dizimo da pesca de Monte Gordo e os direitos e rendimentos da pesca no reino de Algarve. Tais cartas encontram-se na Chancelaria de D. Duarte, na torre tomo, e sua reprodução conta na coletânea *Monumenta Henricina*.

autonomia nos negócios ultramarinos, sobretudo em relação a recém “descoberta” região da Guiné.

3.3.2 D. Afonso V e o avanço sobre a Guiné

Ao longo do reinado de D. Afonso V, aprofunda-se a exploração sobre o continente africano, o que vai render a este rei o epíteto de “o Africano”. D. Afonso V encarnou o modelo de rei cavaleiro, conferindo bastante atenção a luta contra os muçulmanos no norte da África. Considerando a política expansionista do “Africano”, o historiador português Saul António Gomes afirma que a gestão da expansão ultramarina era uma das áreas fulcrais da política afonsina e que “não bastava uma política sistemática de descobrimentos no espaço oceânico atlântico, sendo igualmente necessário ocupar, povoar e explorar ilhas e territórios alcançados” (GOMES, 2009, p. 140).

Outro ponto importante a ser destacado sobre a política portuguesa, no reinado de D. Afonso V, é o aumento expressivo do poder das casas senhoriais, o que para parte da historiografia portuguesa tradicional significou uma espécie de retrocesso em relação à centralização. No entanto, como observa Saul António Gomes, ocorre justamente o contrário:

O reinado de D. Afonso V coincide com um período de acentuada modernização do aparelho governativo português, a qual vinha sendo lançada já desde os finais do século XIV para se aprofundar ao longo da primeira metade do quatrocentos. Nessa centúria, aliás, o poder e a autoridade revestem-se de uma força que não detinham anteriormente. A consolidação da identidade nacional, definitivamente afirmada com D. João I, exigia uma administração pública bem ordenada – de que as ordenações Afonsinas são um pilar- e centralizada da “*Repubrica*” servida por uma burocracia mais extensa do ponto de vista das alçadas de intervenção, numerosa e múltipla quanto aos seus oficiais amanuenses e igualmente mais eficaz nos seus processos de aplicação das diretivas da Coroa, sobretudo em matéria de tributação fiscal- constituindo as sisas e as taxas alfandegárias as principais fontes de receita da Coroa- e de direito penal. (GOMES, 2009, p. 40)

A situação política do reino à época em que o *Africano* chega ao trono era delicada e agravou-se após o episódio de Alfarrobeira. A regência o do Infante D. Pedro desagradou aos setores tradicionais da nobreza portuguesa, visto que sua atuação procurava afastar do centro do poder aqueles que poderiam ameaçar a autoridade régia. Quando o rei assume o governo de fato necessitou estabelecer suas bases de apoio que, obviamente, não poderiam ser as mesmas de seu tio, considerando a noção de fidelidade que regia as relações sociais.

A figura de D. Pedro e seus aliados representavam um perigo eminente ao poder real e não tardou para que as casas senhoriais mais poderosas se aproximassem do jovem rei e povoassem sua mente com desconfianças em relação às intenções de seu tio. O desfecho final, em Alfarrobeira, colocou o monarca em uma situação muito incômoda interna e externamente. Novamente, tal qual à época de D. João I, o poder régio necessitava de instrumentos que o legitimasse, assim como o reino precisava de mecanismos ideológicos que garantissem a sua coesão. D. Afonso V carecia de apoio, pois era extremamente impopular em diversos setores da sociedade, apegando-se, então, aqueles que lhe poderiam garantir a legitimidade necessário para governar, trazendo de volta ao núcleo do poder as forças senhoriais. Durante o seu reinado a propaganda política atuou no sentido de construir um discurso que conferisse legitimidade ao monarca, aumentando o seu prestígio como governante.

Dessa forma é possível falar da construção de um novo discurso de legitimidade durante o governo de D. Afonso V, relacionado a necessidade de justificar a sua ostensiva política expansionista e que de alguma maneira contribuísse para aumentar o seu prestígio como governante. Nesse sentido, é importante ressaltar que a conjuntura na qual D. Afonso V chegou ao poder era marcada pela instabilidade política decorrente da crise de Alfarrobeira. Foram muitas as críticas sobre a postura de D. Afonso V no episódio que levou a morte do Infante D. Pedro. O monarca precisou recompensar aqueles que o apoiaram, além de buscar o apoio dos antigos partidários de seu tio. Assim, da mesma forma que nos tempos de D. João I, observa-se a tentativa de escoar as tensões internas para além do reino e, dessa forma, demonstra-se coerente o emprego de um discurso cruzadista-messiânico que atendesse as novas demandas da sociedade portuguesa da segunda metade do século XV.

Nessa perspectiva, a conjuntura não poderia ser mais favorável às aspirações de D. Afonso V, considerando a tomada de Constantinopla pelos turcos e, em decorrência desse fato, a expectativa de uma cruzada. Os preparativos da cruzada e a propaganda que estes envolveram, converteram-se em elementos unificadores dos dissensos nascidos em Alfarrobeira, sendo formulada uma imagem de um rei protetor da Cristandade e de um reino coeso em prol da luta contra o infiel (GOMES, 2009, p. 229) O episódio foi narrado na *Chronica de el-rei D. Afonso V*, escrita por Rui de Pina, cronista da corte de D. Manuel I, no início do século XVI:

E no Maio d'este anno de mil quatrocentos e cincoenta e tres, o Gram Turco Chamado Mafamede tomou por cerco a nobre cidade de Constantinopla em Grecia, cabeça do imperio no Oriente, e a cidade de Pera com muitos outros reinos e províncias de christãos de Europa e Asia, sendo Papa na Sanga Igreja de Roma Nicolau sexto, que de muito velho e anojado do caso a que quizera prover, logo faleceu e subcedeu dm xdu lugar o Papa Calisto terceiro, de nação valenceano, em virtudes, saber, e esforço homem mui singular, e com a dorda perdição d'aquellas cidades e terras, e aceso em um santo ardor de as cobrar, convocou e encitou para isso por seus breves messegeirostodos Reis e Príncipes christãos. Entre os quais foi El-Rei D. Affonso, que como era Príncipe mui catholico e de grande coração, e em que o real sangue para mais honra servia, sendo ainda a Rainha viva, aceitou a empresa com promessa se servir a Deus n'aquella guerra com doze mil homens por um anno à sua custa, para execução do qual, em fazimento de navios e compras d'armas, e em outras cousas a tal e tão longa viagem necessárias, fez grandíssimas, não sem grandes lamentações do reino, e em fim EL-Rei por então desistiu d'aquella ida, assi porque lhe faleceu para isso muito dinheiro, como porque o Papa Calisto faleceu, que deu causa aos outros príncipes christãos também desistuiem. (PINA, 1901, p. 134)

Como narra Rui de Pina, a morte do Papa Calisto enfraqueceu o movimento cruzadístico que pretendia retomar a cidade

de Constantinopla. De acordo com Saul António Gomes, além do interesse em mostrar a sua força militar para os demais reinos da Cristandade, D. Afonso V estava muito implicado em participar da campanha militar, em razão das boas relações diplomáticas que Portugal vinha mantendo com Roma, especialmente por conta da promulgação da bula *Romanus Pontifex*,⁵ pelo Papa Nicolau VI, em 1455. Tal documento garantia “indultos, benefícios, graças e privilégios à coroa e aos Mestrados e a outras personalidades áulicas envolvidos, em maior ou menor grau, no processo de expansão lusíada aos mares de África” (GOMES, 2009, p. 228). No entanto, a falta de apoio de outros reinos da Cristandade, o falecimento do Papa Calisto, segundo Rui de Pina, “*grandes lamentações do reino*”, foram fatores que acabaram por dissuadir D. Afonso V da ideia de participar da cruzada contra os turcos, a qual não chegou a se concretizar. Quanto a tal episódio, o cronista de D. Manuel I, narra o seguinte:

Pelo qual tudo bem visto e examinado em seu conselho que teve, ajuntando também outras muitas contrariedades e inconvenientes que no reino e fóra d’elle em muitas cousas e de grande perigo podiam recrescer, foi El-Rei finalmente e sem contradição aconselhado que a na empresa da Cruzada se não entremettesse, e que repousasse, regendo em paz e justiça seus reinos e vassallos, até que a visse tomar e proseguir a outros Principes, e que então obraria n’isso como o tempo e a razão o aconselhassem, ou se quizesse por exercicio de sua devoção, e por elle parecer verdadeiro ramo dos execlentes e reas troncos de que procedia, podia passar em Afirca, e tomar aos infies algum lugar em que Deus fosse servido, e sua fé mais acrescentada, pois era guerra da mesma calidade, e que a elle com mais honra e mór segurança d’Espanha mais pertencia. (PINA, 1901, p. 142-143)

Como podemos observar, a decisão pela não participação na cruzada, organizada pelo papado, não recrudescer o intento de se fazer guerra contra os infieis. Nessa conjuntura, uma empresa militar

5 Embora tenha o mesmo nome esta bula difere da bula *Romanus Pontifex* citada na seção anterior. Aquela fora promulgada, em 1418, pelo Papa Martinho V.

na África fazia mais sentido e atendia mais diretamente as ambições portuguesas do período, sendo este o aconselhamento dado a D. Afonso V que, segundo Rui de Pina:

Acceitou El-Rei por meio mais de sua inclinação e contentamento, em no conselho que logo sobr'isso teve foi acordado que fosse á cidade de Tangere, sobre que acorou de levar vinte cinco mil homnes de combate, afora a outra gente do mar e serviço, para que fez seus precebimentos, e ordenava passar logo n'este anno de mil e quatrocentos e cincoenta e sete. E para socorro de Ceuta eniaram diante alguns senhores, com fundamento d'El-Rei ir após elles, mas não foi, porque El-Rei de FEZ como deu vista a Ceuta logo seolveu. Porque esta determinação d'El-Rei ir sobre Tangere foi ao conde D. Sancho revelado, El-Rei por seu conselho a mudou, e converteu em AlcacerCeguer com fundamento e razões que a bem de conquista e a necessidades do reino cumpriam, a que por sua evidencia que apontou, se deu inteira auctoridade. Pelo qual El-Rei acordou, que por razão da má disposição de Lisboa que ainda não cessava, sua embarcação fosse em Setuvel, e o Marquez de Valença fizesse a outra no Porto, e o Infante D. Anrique a do Algarve. (PINA, 1901, p. 143)

Durante seu reinado, D. Afonso V confere maior atenção as guerras na África. No relato acima, o autor aponta que, inicialmente, a ideia do monarca era tomar a praça de Tânger, mas entendeu-se os riscos de tal empresa, que poderia resultar em desastre como a que foi empreendida à época de seu, o rei D. Duarte. Por tal razão, optou-se pela conquista da pequena praça de Alcácer Ceguer, que foi tomada em 1458. Acerca da tomada da cidade de Álcaer Ceguer, Rui de Pina relata o seguinte:

El-Rei na villa a pé em procissão com os Infantes e senhores e outra nobre gente, e se foi a misquita, que foi logo tornada em igreja de Santa Maria da Misericordia, onde já estava posto a um altar em que El-Rei fez oração, e elle e todos com muita devoção por tão segura victoria deram graças e

louvores a Deos, porque sento o lugar era de torres e muros mui forte e tão provido de gente, bem pareceu tomando-se tão levemente como se tomou, que com a mão e graça de Deos se tomara, mais que com força nem poder dos homens. [...] E depois d'El-Rei prover a villa dos mantimentos, armas, e gente que pareceu necessaria, e armar muitos cavalleiros que o bem mereceram, á segunda feira pro mar se foi a ceuta, onde ainda não fôra. Ao qual senhorio acrescentou d'hi em diante em seu titulo, o d'Alcacere em Africa, dizendo, *D. Affonso por graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, Senhor de Ceuta e d'Alcacere em Africa*. (PINA, 1901, p. 149-150)

Observa-se no relato acima que uma das primeiras ações após a conquista da cidade é torna-la cristã, através da conversão dos símbolos religiosos islâmicos, como a Mesquita, em símbolos cristãos. Além disso, a imagem de D. Afonso V como o conquistador da África começa a se definir, a partir do domínio de tal cidade. Ressalta-se que o caráter sagrado atribuído à guerra na África foi um dos elementos legitimadores do discurso expansionista, estruturado no reinado de Afonso V; a expansão, como um dos pilares do projeto político avisino, foi o foco da ação régia durante o reinado do *Africano*. As suas consequências e os valores nela contido atendiam às expectativas do monarca, tanto na consolidação de uma identidade agregadora para o reino, quanto para a diminuição das tensões internas, causadas pela atuação das grandes casas senhoriais. O movimento servia para enaltecer a figura régia como grande difusor do cristianismo, agradando ao papado e impressionando os demais Estados europeus diante da grandiosidade dos feitos portugueses fora das fronteiras da Cristandade. Em 1471, D. Afonso V conquistou a cidade de Arzila, pondo termo, por algumas décadas, aos intensos conflitos entre portugueses e mouros, em território africano, iniciados com a tomada de Ceuta.

Muito embora houvesse uma inclinação do monarca para os feitos militares, no reinado de D. Afonso V observa-se uma diversificação nos rumos da expansão portuguesa que desde o desastre de Tânger, em 1438, havia se concentrado no povoamento das ilhas atlânticas (FARINHA, 1998, p. 125). Em seu governo há um aumento

das relações comerciais entre as ilhas e algumas regiões de domínio islâmico, ainda que fossem muitas vezes relações ilícitas. Destaca-se também nesse período o avanço das navegações na região da Guiné, ainda sob o domínio do infante D. Henrique.

A partir da década de 1470 o então príncipe D. João, filho de D. Afonso V, toma a frente dos negócios ultramarinos. A essa época a presença moura no norte do continente já não representava mais a mesma ameaça de outrora e a política do príncipe volta-se para a consolidação da presença portuguesa na região da Guiné. Aclamado rei em 1481, D. João II mantém uma política de expansão para o Oriente avançando pelas costas africanas e da exploração dos rios do continente.

O monarca compreende a necessidade de assenhorear de fato a região do Golfo da Guiné o que irá se concretizar com a edificação do Castelo de São Jorge da Mina em 1482, “símbolo o domínio português na Costa da Mina e núcleo polarizador das trocas entre o litoral e o sertão, bem como das diversas regiões costeiras que se estendem desde a Serra Leoa até o reino do Benim” (FARINHA, 1998, p. 160). Em 1488, Bartolomeu Dias ultrapassa o Cabo das Tormentas, alcançando o Oceano Índico e dando início a uma nova fase da expansão portuguesa que vai culminar com a chegada de Vasco da Gama a Calicute, em 1498.

Entendemos que a expansão converteu-se no principal ponto da política externa avisina ao longo do século XV. Ao se voltarem para o mar, os portugueses levaram para além das fronteiras europeias seus valores religiosos e cruzadistas, os quais exaltavam certas noções cavaleirescas, como honra e proveito, sustentadas pelos ideais de guerra justa e serviço de Deus. A expansão, para além dos elementos aglutinadores já apontados, contribuiu para a consolidação de uma identidade portuguesa, pautado em valores caros à Cristandade, colaborando também para o processo de centralização estatal, uma vez que a situação de guerra constante gerava um maior controle da realeza em relação aos efetivos militares.

O mar converte-se, portanto, em um espaço de missão, sendo gradativamente apropriado pelos portugueses, de modo que o movimento expansionista teve como consequências não só a ampliação territorial de um reino, mas também a expansão de certos valores caros a sociedade cristã ocidental. Nessa perspectiva, é possível

afirmar o caráter cultural do movimento, que pode ser observado, sobretudo, na propagação do cristianismo. Além disso, é notável a construção de uma identidade europeia, com base no distanciamento em relação ao outro, questão esta que trataremos na segunda parte deste trabalho.



Segunda Parte

A ÁFRICA E OS AFRICANOS:
IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES

IMAGENS DA ÁFRICA: GEOGRAFIA E REPRESENTAÇÕES DA GUINÉ NAS FONTES QUATROCENTISTAS

4.1 A ÁFRICA OCIDENTAL ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES

No período em que os europeus denominaram “Idade Média”, a região foi palco de faustosos impérios que se constituíram, principalmente, a partir da exploração do ouro. No *Bilad el-Sudan, ou simplesmente Sudão e, por fim, Guiné, muitos Estados se alternaram no controle da região entre os séculos VIII e XV da era cristã. As histórias desses impérios chegam até nossos dias graças aos escritos de autores estrangeiros, notadamente árabes e, a partir do século XV, europeus, e as tradições orais ainda muito arraigadas na região* (M’BOKOLO, 2011, p. 122). Elikia M’Bokolo atenta para o “espaço original” representado pela região durante esse período. Para o autor, tal “originalidade” era decorrente dos seguintes aspectos:

Simultaneamente do seu povoamento, do dinamismo de uma economia largamente aberta às trocas, da emergência precoce de uma vida urbana, enfim, da irrupção, cedo, de um islã que iria quase imediatamente revestir as formações estatais. (M’BOKOLO, 2011, p. 122)

De acordo com o historiador francês Yves Person, a Guiné e em especial a alta Guiné¹ trata-se de uma região que ficou fora do

1 Região que vai da foz do rio Gambia até o rio Bandama.

interesse de viajantes e autores árabes. Contudo, segundo Person, desde a época do Império de Gana, havia um comércio entre a savana e as florestas densas, constituindo a Guiné uma região peculiar, pois não é coberta por uma floresta tropical densa e possui um ambiente bem distinto das savanas (PERSON, 2010, p. 333). No que tange às características geográficas da região e a relação das populações autóctones do século XV com o seu meio ambiente o autor assinala que:

A costa é de modo geral baixa e pantanosa, com áreas de vasa muito propícias à rizicultura; e recortada por inúmeros cursos d'água provenientes do Futa-Djalon, que se lançam no mar após percorrerem algumas centenas de quilômetros. O mar não teve papel preponderante na vida das populações costeiras, que permaneceram voltadas fundamentalmente para a agricultura; no entanto havia os que se dedicavam a cabotagem e extraíam sal para vender as populações do interior. (PERSON, 2010, p. 338)

A região é caracterizada pela diversidade étnica, destacando-se a grande influência que os mandingas passam a exercer, a partir da segunda expansão Manden,² no século XIV, controlando as principais rotas comerciais, que doravante ficam sob o domínio do Império do Mali.

2 Conferir, Niane (2010, p. 135.), pois tal expansão corresponde ao surgimento do Império do Mali e partiu do alto Níger, alcançando o Atlântico.

Figura 5: Mapa do Império do Mali em 1325. (D. T. Niani)



Fonte: Niane, 2010.

Segundo M'Bokolo, as informações mais completas acerca dos povos que se situavam mais próximos à costa são fornecidas pelos viajantes europeus do século XV. Nesse sentido, destacamos os relatos de viagem de Cadamosto e de Diogo Gomes Sintra, nos quais encontram-se diversas descrições desses povos, enfatizando seus costumes e suas organizações políticas. Sobre as diversas etnias que habitavam o litoral africano M'Bokolo aponta o seguinte:

Os povos mais próximos à costa são evidentemente os mais frequentemente citados: sereres, sereos ou sercos; gilofes ou gyloffes (wolof). Tucolores; barbaciis ou barbaciis, súditos do Bur Sine; falupes e balantas de Casamança; Beaffares (beafada), banhaiis ou banhuns (baink); capeos ou cacheos ou ainda caoijs (sape); bolões (bulon) e temnis (temé) na costa da Guiné. (M'BOKOLO, 2011, p. 123)

No que concerne à economia da região, Person afirma que a região estava ligada a uma complexa rede comercial transaariana, reorganizada

após a islamização da África setentrional e que tinha como agentes importantes os comerciantes maninkes (PERSON, 2010, p. 338).

Figura 6: Mapa das principais rotas transaarianas no século XIV.
(D. T. Niane.)



Fonte: Niane, 2010.

De acordo com o autor, tal rede já estava suficientemente organizada no século XII, o que permitia a comercialização de noz-de-cola, produto abundante na Guiné, no norte do continente. Ainda sobre essas rotas comerciais, Person aponta o seguinte:

Foi também deste modo, com certeza, que se comercializou durante os séculos XIV e XV a pimenta-malagueta, originária exclusivamente da Libéria meridional, e que chegava a Europa e principalmente a Península Ibérica pela zona sudanesa e pelo Magreb. Os portugueses desviariam este comércio para o litoral. (PERSON, 2010, p. 338)

Djibril Tamsir Niane aponta para o intenso fluxo comercial entre a floresta e a savana na África Ocidental nesse período. Para o autor

no continente africano não havia barreiras naturais que refreassem o fluxo comercial, existindo, durante os séculos que precederam a chegada dos europeus, uma intensa relação comercial que interligava diversas regiões do continente. Nessa perspectiva, o autor assinala o seguinte:

[...] não nos é possível precisar a quantidade de mercadorias vindas da savana, nem o quanto era mandado das regiões florestais ao Sudão. No entanto, até recentemente, os Mandingo e os Haussa costumavam vender contas, sal, ambar, bacias de cobre e peixe defumado ou seco de Djenne e Mopti nas feiras das aldeias florestais. A floresta da África ocidental não é densa, podendo ser facilmente penetrada; os Wangara percorriam-na em suas caravanas de jumentos. Mas era mais frequente o estabelecimento dos Wangara e Haussa em grandes aldeias nas bordas da floresta; havia outros povos, intermediários entre eles e o extremo sul, que tinham o monopólio do comércio de nozes-de-cola. (NIANE, 2010, p. 722)

Note-se que a região da Guiné constituía um espaço terrestre e fluvial. Até o século XV os povos da África Ocidental tiveram pouca ou nenhuma relação com o Atlântico. De fato, não há notícias de intercâmbios comerciais desses povos por via oceânica. Tal fato não diminui a importância das trocas realizadas por terra, seguindo rotas cobiçadas que atravessavam o interior da África, a região do Saara e chegavam ao ocidente, por intermédio muçulmano, seguindo o eixo Saara-mediterrâneo, e ao oriente cortando o continente e ligando-se, por fim, às Índias, a partir das relações mercantis na costa índica africana. Nesse sentido, Person diferencia os artigos de comércio inter-regional e artigos de comércio “internacional”. Assim o ouro, o marfim e a pimenta figuravam entre os produtos de interesse intercontinental e sobretudo o ouro atraiu desde o início o interesse dos europeus, em especial dos portugueses. Quanto à isso Person aponta que:

Serão os artigos do comércio internacional que irão atrair os portugueses desde a “descoberta”, quando se abre a segunda frente de contato. E, naturalmente, será o ouro a mercadoria

mais cobiçada. Apesar de o ouro não ser extraído na região, a travessia dela faz-se obrigatória a partir do instante em que a exportação do metal passa a ser dirigida, não mais para o norte, mas para a costa marítima. Veremos, porém, que logo os escravos tomarão seu lugar como principal item do comércio. (PERSON, 2010, p. 339)

Para Niane, o comércio internacional de escravos, capitaneado pelos portugueses a partir do século XV, significou uma interrupção de um impulso comercial vigoroso que, segundo o autor teria mudado o eixo da história da África, “*caso o comércio se tivesse desenvolvido com mercadorias de fato*” (NIANE, 2010, p. 726). Assim, a partir das grandes navegações quatrocentistas observa-se a construção de um espaço genuíno que irá formar um eixo afroeuropeu, baseado não só em trocas comerciais, mas também no confronto entre padrões culturais distintos. Esse novo espaço, eminentemente oceânico, se forma gradualmente, envolvendo uma série de fatores de ordem econômica, política, técnica e cultural.

4.2 O CONHECIMENTO E A EXPLORAÇÃO DA GUINÉ PELOS PORTUGUESES: A GEOGRAFIA AFRICANA NOS RELATOS DOS CRONISTAS E VIAJANTES QUATROCENTISTAS

Ao chegarem na Guiné ou “Terra dos negros”, os portugueses já possuíam algumas informações ainda que muito vagas e imprecisas, além de serem repletas de especulações, sobre as riquezas que existiam na região, destacando-se nesse sentido, as diversas histórias sobre a abundância de ouro na cidade de Tumbucto.³

Antes das grandes navegações, o conhecimento que os europeus tinham da África estava restrito a parte norte do continente, banhada pelo Mediterrâneo e a região do mar pequeno, entre a Península Ibérica e o Saara. É importante ressaltar que todas as informações obtidas sobre o continente africano e sua história, desde a Antiguidade até o

3 As principais referências sobre as riquezas de Tumbucto advinham de comerciantes muçulmanos.

século XV, estiveram restritas às fontes europeias e islâmicas, quanto a isso o africanista britânico John Donnelly Fage aponta o seguinte:

Os primeiros trabalhos sobre a história da África são tão antigos quanto o início da história escrita. Os historiadores do velho mundo mediterrânico e os da civilização islâmica medieval tomaram como quadro de referência o conjunto do mundo conhecido, que compreendia uma considerável porção da África. A África ao norte do Saara era parte integrante dessas duas civilizações e seu passado constituía um dos centros de interesse dos historiadores, do mesmo modo que o passado da Europa meridional ou o do Oriente Próximo. (FAGE, 2010, p. 9)

De acordo com Fage, as fontes sobre a África Oriental sempre foram mais sólidas do que as fontes relativas a parte ocidental do continente. Tal fato se deve ao comércio desenvolvido na região do Mar Vermelho e do Oceano Índico desde a antiguidade, o qual envolvia mercadores de diversas partes do mundo. A partir da Idade Média, a influência do mundo islâmico na região foi bastante marcante e boa parte do conhecimento acerca da África Oriental ao longo desse período advém de escritores Árabes. Contudo, quando tratamos da África Ocidental, as fontes são mais escassas, sobretudo, no que se refere aos autores da antiguidade. Quanto ao conhecimento da África por autores clássicos e Árabes, Fage ressalta que:

As informações fornecidas pelos antigos autores no que se refere mais particularmente à África ocidental eram raras e esporádicas. Heródoto, Manetão, Plínio, o Velho, Estrabão e alguns outros descrevem apenas umas poucas viagens através do Saara, ou breves incursões marítimas ao longo da costa Atlântica, sendo a autenticidade de alguns desses relatos objeto de animadas discussões entre especialistas. As informações clássicas a respeito do mar Vermelho e do oceano Índico têm um fundamento mais sólido, pois é certo que os mercadores mediterrânicos, ou ao menos os alexandrinos, comerciavam nessas costas. O *Periplo do Mar da Eritreia* (mais ou menos no ano +100) e as obras de Cláudio

Ptolomeu (por volta do ano +150, embora a versão que chegou até nós pareça referir-se sobretudo ao ano +400, aproximadamente) e de Cosmas Indicopleustes (+647) constituem ainda as principais fontes da história antiga da África oriental.

Os autores árabes eram mais bem informados, uma vez que em sua época a utilização do camelo pelos povos do Saara havia facilitado o estabelecimento de um comércio regular com a África ocidental e a instalação de negociantes norte-africanos nas principais cidades do Sudão ocidental. Por outro lado, o comércio com a parte ocidental do oceano Índico tinha se desenvolvido a tal ponto que um número considerável de mercadores da Arábia e do Oriente Próximo se instalara ao longo da costa oriental da África. Assim, as obras de homens como al-Mas'udi (que morreu por volta de +950), al-Bakri (1029- 1094), al-Idrisi (1154), Yakut (cerca de 1200), Abu'l-Fida (1273- 1331), al'Umari (1301- 1349), Ibn Battutab (1304- 1369) e Hassan Ibn Mohammad al-Wuzza'n (conhecido na Europa pelo nome de Leão, o Africano, 1494- 1552 aproximadamente) são de grande importância para a reconstrução da história da África, em particular a do Sudão ocidental e central, durante o período compreendido entre os séculos IX e XV. (FAGE, 2010, p. 15)

Note-se que não há, até o século XV, nenhuma obra de autoria europeia dedicada à região subsaariana, o que denota o parco e muitas vezes nulo conhecimento que os ocidentais tinham da África Negra. Por outro lado, muitos viajantes islâmicos norte africanos, em especial Ibn Khauldun, já demonstravam um conhecimento mais profundo sobre a região e dos povos que nela habitavam. Fato este que pode ser apreendido a partir da produção literária desses viajantes.

Conforme ressalta Luís de Albuquerque, foi através do mundo islâmico que mercadores maiorquinos obtiveram informações sobre as rotas comerciais que penetravam o interior do continente africano. O conhecimento obtido pelos europeus a partir dos entrepostos

comerciais no norte africano fica manifesto no do *Atlas Catalão* de Abraão Cresques, de 1375, no qual o cartógrafo judeu aponta diversos topônimos de cidades e reinos presentes no sul do Saara (ALBUQUERQUE, 1994, p. 25).

Todavia, ressalta-se que esse conhecimento obtido sobre a região do *Bilad el-Sudan* advinha de expedições comerciais realizadas pelo interior do continente e não da navegação na costa ocidental africana. Foi somente com o início da expansão marítima portuguesa que os europeus ampliaram seus conhecimentos sobre a África, o que se deu a partir da exploração náutica da costa ocidental, sobre a qual pouco se conhecia até o momento. Quanto à isso Albuquerque assinala que:

Quando os navegadores portugueses iniciam a grande aventura dos descobrimentos, havia ainda, por consequência, uma grande área no interior africano e uma extensa linha de costa a reconhecer. É certo que algumas notícias tinham chegado até os cartógrafos do século XV acerca da Zona Costeira próxima ao Cabo Bojador; o Cabo é assinalado com este nome por algum deles, e também não falta a designação de rio do ouro, mais para o sul, em algumas cartas. Todavia, o sistemático e progressivo reconhecimento de muitas léguas de costa situada a sul do Bojador só se iniciou com a viagem de Gil Eanes, em 1434. (ALBUQUERQUE, 1994, p. 29)

Como já assinalamos nos capítulos anteriores, o processo de expansão portuguesa sobre a África, ganha novos contornos após a ultrapassagem do Bojador, dando início a intensas mudanças, no que concerne ao desenvolvimento tecnológico e as percepções geográfico-espaciais. Acerca desse novo mundo que se apresenta aos portugueses após a passagem do Cabo, Luís Adão da Fonseca assinala o seguinte:

Vemos, assim, como a experiência destas primeiras viagens no Atlântico, enquanto viagens diferenciáveis das anteriores, se reveste de uma dimensão bem definida: é a experiência da ultrapassagem de um cabo, mas logo a seguir a experiência de se lograr um regresso sem dificuldades.

Aliás existe a plena consciência de que se entra num mundo diferente. (FONSECA, 1999, p. 69)

Assim, observa-se que a exploração da costa ocidental africana se deu cabo a cabo, em um processo longo que durou quase um século para se completar. O conhecimento da costa e do continente africano vai sendo adquirido e ampliado através das experiências dos navegadores quatrocentistas.

Figura 7: Atlas Catalão.



Fonte: Biblioteca Nacional de Paris

O mapa que apresentaremos a seguir, elaborado na década de 1960 por Damião Góes, célebre historiador da Expansão Ultramarina Portuguesa, representa o avanço das explorações portuguesas no segundo quartel do século XV. Nele podemos observar como o conhecimento da costa e seus elementos foi sendo construindo paulatinamente pelos navegadores que encabeçaram

tais expedições. O mapa de Góes se coaduna com as informações acerca das viagens empreendidas pela costa africana apresentadas na crônica da Guiné, de Zurara. Nesse sentido, destaca-se a exploração que se seguiu às terras além do Bojador e do Cabo Branco, integrando a Guiné nos projetos missionários e econômicos portugueses e europeus.

É certo que o infante D. Henrique tinha ciência de que ir além do *Cabo do Medo*⁴ não só abriria o caminho para terras nunca antes exploradas por nenhum europeu e para as riquezas da Guiné, mas também conferiria honra e glória para si e para a sua casa. Isso fica evidente no relato de Zurara sobre a passagem do Bojador por Gil Eanes (ZURARA, 1989, p. 62). Outro importante agente nessa fase do processo expansionista foi Afonso Gonçalves Baldaia, que em 1436 navega pelo Rio D'ouro e também alcança a região batizada de "Pedra da Galé". Ao contrário de outros exploradores do período, Baldaia não deixou relato escrito e as informações que temos de suas explorações nos chegaram através da pena de Zurara.

Observamos não só na obra de Zurara, mas principalmente em Cadamosto e Diogo Gomes Sintra a preocupação em descrever elementos que compunham a geografia e a paisagem do local e que pudessem fornecer informações relevantes aos navegadores que fossem explorar a região. Nessas descrições figuram informações sobre as correntes marítimas, o tipo de embarcação adequado para cada trecho, conforme já apontamos acima, a presença de impedimentos naturais como baixios e mesmo a descrição de elementos da fauna e da flora da região. Tais descrições seguem uma lógica discursiva que apresenta dados de relevância para os exploradores, mas que também revelam uma apropriação da natureza, do espaço e a construção da paisagem da Guiné a partir da perspectiva dos europeus. Gradativamente, o novo espaço vai sendo incorporada às práticas sociais e culturais europeias, a exemplo das relações comerciais, bem como se transforma de um espaço desconhecido, o espaço do "outro", do imaginário, para tornar-se um espaço vivido.

Ao chegarem em novas paragens da costa africana, os portugueses preocupavam-se em nomear a região e demarcar a região, estabelecendo limites sejam estes geográficos, como rios,

4 Cabo Bojador.

montanhas etc, ou étnico-político, como a identificação de territórios pertencentes a um determinado grupo. Em Zurara, podemos observar esse cuidado em definir os limites entre a terra dos mouros e dos negros, por exemplo, como no trecho a seguir:

O Infante agradecendo-lhe sua boa vontade, fez logo armar uma caravela, na qual aviou como o dito Dinis Dias pudesse ir cumprir sua boa vontade; o qual partido com sua campanha, nunca quis amainar, até que passou a terra dos Mouros, e chegou à terra dos negros, que são chamados Guinéus. E como quer que nós já nomeássemos algumas vezes em esta história Guiné, por outra terra em que os primeiros foram, escrevemo-lo assim em comum, mas não porque a terra seja toda uma, Ca grande diferença têm umas terras das outras, e mui afastadas são, segundo departiremos adiante, onde acharmos lugar disposto para isso. (ZURARA, 1989)

O espaço dos mouros e o espaço dos negros, constituem respectivamente o espaço do outro e a descrição de tais espaços é marcada por um discurso de alteridade. Primeiramente, a região saariana que há muito integrava o universo dos europeus, especialmente dos ibéricos, quer pela luta constante com os mouros quer pelas relações comerciais ou ainda pelo corso. A partir do século XV, as navegações proporcionam um “alargamento das fronteiras” europeias e o Atlântico se torna uma via de acesso à terra dos negros. Note-se que no relato de Zurara, o autor preocupa-se em indicar a posição das regiões, mas não com a utilização de elementos naturais, como aparecem em muitos relatos quatrocentistas, mas com base em dados étnicos, afirmando, assim, que a Guiné encontra-se após a terra dos mouros.

Outro dado importante é como o autor se refere as localidades. Nesse sentido, nos parece mais adequada a utilização do termo “território”, uma vez que este compreende a relação entre o lugar propriamente dito e o povo. Assim, em Zurara existe a terra dos mouros, a terra dos negros e a “nossa” terra. Isto é, o espaço do “nós” e o espaço dos outros. Nessa perspectiva etnicista também nos chama atenção a forma como Zurara aponta se preocupa em aglutinar e

depois separar os povos da Guiné. Dessa forma, em um primeiro momento o autor fala da em “Terra dos Negros” e em seguida afirma que na verdade não é uma terra só, mas que na verdade existem diversas terras muito distantes entre si.

De fato, o relato de Zurara se revela bastante impreciso geograficamente, e sobretudo, no que tange aos povos que ocupavam a costa da Guiné à época da chegada dos portugueses. Todavia, a leitura da crônica de Zurara é bastante elucidativa no que concerne à compreensão das formas de apropriação desse novo espaço pelos portugueses. Por outro lado, Diogo Gomes Sinta e , sobretudo, Luís (ou Alvise) de Cadamosto apresentam relatos muitos mais pragmáticos sobre os primeiros contatos dos portugueses (europeus) com esse novo ou esses novos espaços e assim como na obra de Zurara, a narrativa desses autores é deveras preciosa para o entendimento do processo de incorporação desse espaço Atlântico e negro ao mundo cristão-europeu.

A toponímia é, sem dúvida, uma forma de apropriação do espaço e nesse sentido, a atribuição de nomes às diversas localidades da costa africana pelos quais os portugueses percorreram no século XV funcionou como um importante mecanismo de dominação do espaço. Como já dissemos, a nomenclatura utilizada para denominar as novas regiões pode se relacionar com fatores étnicos, assim como vimos em Zurara, mas também a elementos da paisagem, como podemos observar em Cadamosto ao se referir ao Cabo Verde:

Este cabo verde chama-se cabo Verde, porque os primeiros que o acharam (que foram os portugueses) talvez um ano antes de eu ir a estas partes, o acharam inteiramente verde pelas grandes arvores que continuamente estão verdes por todo o ano: e por esta razão lhe puseram o nome cabo verde; assim como o cabo branco. (CADAMOSTO, 1988, p. 145)

A toponímia, certamente, figura dentre os importantes elementos que indicam a apropriação do espaço, entretanto há que se ressaltar a relevância de outros mecanismos, como, por exemplo, o conhecimento da região. Tal conhecimento advém da observação e da experiência dos viajantes europeus quatrocentistas. Nessa perspectiva, era importante recolher informações acerca da geografia do local, que lhes permitissem explorar a localidade. Assim foi na ilha

de Tider, onde os portugueses chegaram em 1444 em uma expedição capitaneada por Lançarote. Conforme aponta Zurara, os exploradores logo preocuparam-se em entender o regime de marés da região:

[...] Ca posto que ali fossem outras vezes, não foram tantas por que de razão devessem ser culpados muito em seu erro, ou por ventura foi sua causa as águas, que então eram mortas, por cuja razão acharam em muitos lugares tão baixo, que não podiam nadar; assim que lhes foi forçado, achando-se em seco, esperarem a ajuda da maré, a qual não houveram senão já alto dia. (ZURARA, 1989)

A preocupação com o regime Marés e com os tipos de correntes marítimas é tema recorrente nos relatos de viagem aqui analisados, o que se relaciona com o próprio sentido da navegação e a importância desse conhecimento para a escolha de técnicas navais, de embarcações e do melhor período para a navegação, assim como para garantir a segurança da tripulação e das mercadorias que porventura fossem transportadas. Nesse sentido, Diogo Gomes Sintra aponta para um tipo de maré chamada macaréu:

[...] Tivemos ali grandes correntes de mar. Com a maré vazante, o mar fez grande rebentação a que chamam de macaréu então não há ancora que possa aguentar. (SINTRA, 2002, p. 71)

A preocupação com as marés também pode ser observada no relato de Cadamosto, como pode ser visto no trecho abaixo, no qual o autor descreve o regime de marés do rio Senegal:

[...] O qual rio é largo(grande na boca mais de uma milha); e forma-se ainda uma outra boca no dito rio, um pouco mais adiante, formando-se uma ilha ao meio; e vai dar no mar por duas horas. E o dito rio, em cada uma das duas bocas, forma bancos e parcéis , que estão à entrada do dito rio distante das duas bocas pelo mar dentro, talvez uma milha .e faço notar que no dito lugar a água enche e vaza cada seis horas, isto é, faz maré cheia e baixa ; e entra a cheia pelo rio

dentro de 60 milhas pela informação que tive de marinheiros cristãos portugueses que estiveram dentro deste rio. (CADAMOSTO, 1988, p. 115)

Não só as correntes e as marés eram temas de interesse dos navegadores, mas as preocupações com o tipo de relevo do litoral e dos rios da costa, assim como a profundidade e das águas, são temas que aparecem com frequência nas descrições dos viajantes, como podemos observar em Cadamosto, descrever a região por onde passa o rio Senegal e em seguida a região do Cabo Verde:

Toda esta costa e região, atrás declarada, é terra toda baixa até este rio; e deste rio para diante uns grandes espaços é baixa também. [...] Este cabo Verde é a mais alta terra que há em toda esta costa, isto é, 400 milhas para além do sobredito Cabo Verde até 900 milhas, para aquém do dito Cabo verde toda a costa é praia rasa. (CADAMOSTO, 1988, p. 116)

Continuando o seu relato sobre a navegação no rio Senegal, o primeiro elemento que o autor destaca após chegar em outra localidade, no caso a Terra de Budomel, é o relevo baixo:

Passei o sobredito rio Senega com a minha caravela; e navegando cheguei ao pais do budomel, o qual fica distante do dito rio cerca de oitenta milhas por costa; a qual costa desde o dito rio até a terra de Budomel é toda Baixa, sem montes. (CADAMOSTO, 1988, p. 124)

Além do relevo, outros elementos do espaço natural aparecem com frequência nos relatos quatrocentistas, como por exemplo a descrição de rios, de lagos e da vegetação. Por vezes tais elementos aparecem combinados, conforme podemos observar no relato de Sintra, no qual o viajante descreve os Montes Gelu:

Contaram-me que esses montes começavam em alfubar e correm para o sul, o que me pareceu bem, pois todos os rios grandes e pequenos correm para o lado ocidental. Disseram-me também que outros rios correm desses

montes para oriente e que havia ali grandes rios e que havia um grande rio de nome Emiu. Afirmaram que ali havia um grande mar, não muito largo e que nele havia almadias grandes como as naus. (SINTRA, 2002, p. 75)

No trecho acima é possível observar que o autor não esteve diretamente em contato com a região e com os rios que tenta descrever. No entanto, nota-se o interesse de Sintra em entender a geografia da região, em especial, os rios e os caminhos por onde estes perpassam. Tais informações eram deveras importantes para os viajantes quatrocentistas, visto que a exploração da costa africana incluiu também a penetração nos rios que eram formas de adentrar o interior do continente e estabelecer contatos com os povos que habitavam nessas regiões.

O acesso a determinadas localidades é outro tópico comum as estas narrativas de viagem do século XIV. Nesse sentido, a apreensão do espaço natural é, sobretudo, estratégica, pois permitia aos navegadores traçar uma rota para entrar e sair de determinada região e avaliar os riscos que corriam. Ao descrever a região pós – golfo de Cabo Verde, Cadamosto associa elementos naturais e a dificuldade de acessar tal lugar à segurança:

O seu país está cheio de mato e é abundante em lagos e águas; e , por isso , se tem muito seguro, porque lá não se pode entrar, senão por passos estreitos, e por isso não temem nenhum rei nem senhor das redondezas. (CADAMOSTO, 1988, p. 122)

O clima é o último tópico que destacamos nas descrições geográficas da Guiné dos relatos quatrocentistas. A compreensão da variação climática é, ao nosso ver, um dos elementos mais importantes no que tange à apropriação desse novo espaço pelos europeus. Na obra de Cadamosto a descrição do clima é um ponto que o autor enfatiza sempre que chega a uma nova região. Assim, acerca do clima na região do rio Senegal o autor assinala o seguinte: “Nesta terra é sempre muito calor e quanto mais para o sul, muito mais é o calor. E comparativamente por janeiro não faz mais frio nesta região do que em Abril nestas nossas partes.” (CADAMOSTO, 1988, p. 122)

Ao relatar o tipo de clima na região do Rio Gambia, Cadamosto preocupa-se em diferenciar a variação climática em diferentes épocas do ano procurando assim compreender e definir o que os guinéus “chamam inverno”:

Este país é sempre quente o ano todo. Verdade que há uma mudança a que eles chamam inverno: porque desde julho até fins de outubro chove continuamente quase todos os dias, por volta do meio-dia, deste modo: levantam-se umas nuvens continuamente de sobre a terra, entre nordeste e levante, ou entre levante e sudeste, com grandes trovões, relâmpagos ou raios; e assim chove uma grande quantidade de água, e por este tempo os negros começam a semear. [...] e informo-vos de que eu soube que, neste país, para o interior, por causa do grande calor do ar, a água que chove é quente. (CADAMOSTO, 1988, p. 156)

É interessante notar na narrativa de Cadamosto de que forma dá essa apreensão do clima. No primeiro trecho, quando navegava pelo rio Senegal, o autor tenta entender as variações climáticas comparando-as com o clima europeu. No segundo, há a tentativa de entender como era o inverno na região, mas não a partir da sua própria perspectiva mas do olhar do outro. Observa-se então em um primeiro momento um estranhamento absoluto e depois uma tentativa de compreensão dos fenômenos climáticos que ao nosso ver se revela como uma forma de apropriação daquele espaço.

Em obras com naturezas e objetivos distintos, como o relato de viagem de Cadamosto ou a *Crônica da Guiné* de Zurara, é possível observar que o avanço sobre o Atlântico e o continente africano estabeleceu um “confronto” entre dados imaginados e dados do vivido obtidos a partir da conquista de territórios. Tal confronto tardou a ser exaurido e é nesse sentido que podemos falar de uma atualização do imaginário, pois certos elementos e alegorias, frutos de especulações míticas de um passado não tão distante passam a conviver com dados empíricos.

Assim, se no início do século XV acreditava-se ser a região abaixo do Saara, tórrida, inabitável e, por consequência, intransponíveis, ainda na primeira metade deste século, os navegadores europeus

estarão adentrando esse espaço e construindo relações sociais nele. Como é possível inferir através da análise do relato de Cadamosto e de Zurara. Fontes estas que se cruzam em muitos momentos da narrativa. Tanto Zurara quanto Cadamosto descrevem ao longo de suas obras o processo de colonização nas ilhas atlânticas e sua incorporação as práticas comerciais portuguesas, sendo possível observar em suas obras, especialmente em Zurara, que os espaços do “Eu” do “Outro” aparecem muito bem definidos, assim como as distinções hierárquicas entre esses espaços e os seus habitantes. A alteridade, portanto, se dá somente em relação ao espaço que é cuidadosamente delimitado e hierarquizado.

A observação e descrição geográfica da costa ocidental africana pelos navegadores quatrocentistas compõem as primeiras imagens da região feitas com base em dados empíricos. Tais informações serão fundamentais para a construção das primeiras cartas de navegação a registrarem África subsaariana, contribuindo para a formulação de novas formas de representação da África.

Tabela 2: A percepção do espaço nos textos de Zurara, Cadamosto e Diogo Gomes Sintra

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	África Ocidental (Cabo Bojador, Rio Senegal, Terra de Budomel, alcuzet, Cabo Verde, Rio Gambia)	Descrição das paisagens e da geografia do local Descrição da fauna	Sentimento de poder: apropriação do espaço, Sentimento de superioridade em relação aos nativos

Fonte: Elaboração própria

4.3 A ÁFRICA E AS REPRESENTAÇÕES

4.3.1 Representações, Ideologia e Representações Sociais

O que aspiramos com a utilização do conceito de *representações sociais* é a compreensão da forma com a qual os portugueses encaravam a relação com os povos africanos, na tentativa de entender de que maneira

essa representação do outro contribuiu para a constituição de uma identidade portuguesa no século XV. Observamos nas fontes quatrocentistas uma tentativa de demarcação de um espaço e de uma identidade portuguesa, a partir da forma com a qual o “outro” é retratado.

O historiador britânico Peter Burke (2005) afirma ser a noção de representação um dos conceitos centrais da chamada “Nova História Cultural”, que por sua vez está relacionada, ao que o autor chama de “virada cultural” das ciências humanas, movimentos que começa a surgir nos finais dos anos 1960, consolidando-se, nos anos de 1980.

No início da década de 1980, Henri Lefebvre publica a obra *La présence et l'absence*, uma ensaio filosófico no qual o autor buscou compreender como a ideia de representação era usada na filosofia, com o intuito não de conceituar ou de encerrar tal noção dentro de uma delimitação, mas sim de contribuir para a teoria das representações de forma ampla. O autor atenta para a complexidade do conceito que, muito embora não seja novo na filosofia ocidental, figura, a partir da década de 1970, como um dos conceitos essenciais das ciências humanas. Lefebvre elabora um quadro semântico do termo “representação”, apresentando seu significado em seis áreas distintas, a saber:

1. Significación científica del término: una curva representa un fenómeno físico de varios parámetros, etcétera.
2. Significación política: un diputado representa un territorio y sus habitantes, en la democracia parlamentaria –el sindicato “representa” a los trabajadores de una empresa o de un grupo de empresas, etcétera.
3. Significación “mundana”: hacerse representar en una ceremonia, estar en representación, o sea ser el espectáculo, etcétera.
4. Significación comercial: hay representantes de comercio que representan tal casa, que colocan los productos de tal compañía.
5. Significación estética, a su vez plural: un cuadro representa una escena histórica o un paisaje; una compañía teatral da representaciones; una obra de teatro representa tal escena histórica, tal carácter, etcétera.
6. Significación filosófica, la más amplia, sin duda la más importante y la que da la clave de las demás. Invade el

pensamento filosófico desde Kant, sin por* ello definirse claramente. Para la filosofía moderna, la representación no es ni la verdad ni el error, ni la presencia ni la ausencia, ni la observación ni la producción, sino algo intermedio. Los filósofos se propusieron trascender la representación por el conocimiento o bien, por el contrario, mostrar que el conocimiento no puede realizar esa operación; lo cual limita el conocimiento a las representaciones y a su crítica. (LEFEBVRE, 1983, p. 14)

A polissemia observada em relação ao significado do termo “representação” indica sua complexidade semântica, mas também nos convida a refletir sobre os múltiplos usos e sentidos que o conceito pode ter, sobretudo, no que concerne à sua delimitação no âmbito das ciências humanas. O historiador italiano Carlo Ginzburg aponta para a ambiguidade do conceito, o que, por sua vez, estaria relacionado à larga utilização do mesmo nas ciências humanas. Acerca desta ambiguidade, Ginzburg explica o seguinte:

Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar. (GINSBURG, 2001, p. 85)

Quando analisamos a noção de representação na Idade Média, observa-se essa relação ambígua entre presença e ausência, apontada tanto por Ginzburg quanto por Lefebvre. A ideia de representar associa-se a noção de presentificar, o que torna presente, corpóreo. Atualmente o conceito de presentificação vem sendo muito utilizado para os estudos das imagens e sua função social na Idade Média, sobretudo, graças aos trabalhos no campo da antropologia histórica, iniciados por Jacques LeGoff, a partir da década de 1970, e continuados por Jean-Claude Schmitt (2007) e Jérôme Baschet (2008), os quais são hoje grandes referências nos estudos de imagem e iconografia medievais.

Obviamente, os conceitos são elaborações circunscritas dentro de uma lógica e uma dinâmica social própria. Como vimos até aqui, o conceito de representação é bastante complexo e largamente utilizado em diversas áreas como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a História e sobretudo a Filosofia. De modo que não há uma definição única e fixa acerca dessa noção. Diante disso, nossos questionamentos acerca desse conceito no presente trabalho giram em torno da seguinte pergunta: A partir de qual perspectiva podemos entender o que é representação? A resposta de tal questão se dá não com a delimitação de um conceito rígido, mas de sua associação a uma outra noção cara a nossa pesquisa, a ideologia.

Assim como “representação”, o termo “ideologia”, bem como o conceito, é repleto de significados, variados e complexos, que muitas vezes não se relacionam. Para exemplificar essa gama de sentidos atribuídas ao termo ideologia, o filósofo britânico Terry Eagleton apresenta, no livro *Ideology: an introduction*, uma lista de alguns dos significados mais recorrentes do termo, circulantes no final do século passado:

- a) el proceso de producción de significados, signos y valores en la vida cotidiana;
- b) conjunto de ideas característico de un grupo o clase social;
- e) ideas que permiten legitimar un poder político dominante;
- d) ideas falsas que contribuyen a legitimar un poder político dominante;
- e) comunicación sistemáticamente deformada;
- f) aquello que facilita una toma de posición ante un tema;
- g) tipos de pensamiento motivados por intereses sociales;
- h) pensamiento de la identidad;
- i) ilusión socialmente necesaria;
- j) unión de discurso y poder;
- k) medio por el que los agentes sociales dan sentido a su mundo, de manera consciente;
- l) conjunto de creencias orientadas a la acción;
- m) confusión de la realidad fenoménica y lingüística;
- n) cierre semiótico;
- o) medio indispensable en el que las personas expresan en su vida sus relaciones en una estructura social;

p) proceso por el cual la vida social se convierte en una realidad natural. (EAGLETON , 1997, p. 19-20)

Em uma análise abrangente de tais concepções, Eagleton destaca três fatores observados nessas definições: primeiro, o fato de nem todas serem compatíveis entre si; em segundo lugar, o autor aponta as formulações pejorativas do termo; por último, Eagleton, destaca o caráter epistemológico de algumas das acepções, remetendo às questões relacionadas ao nosso conhecimento do mundo.

Tamanha variedade semântica também foi pontuada pelo cientista político italiano Mario Stopinno, o qual inicia o verbete “ideologia” do dicionário de política (STOPINNO, 2004, p. 585), alertando tanto para a grande utilização do termo, seja em textos filosóficos, políticos ou sociológicos, quanto para as suas múltiplas acepções (p. 585).

Para Stoppino, há duas tendências gerais para o conceito de Ideologia, seguindo, em sua formulação, as noções de “significado fraco” e de “significado forte”, elaborada por Norberto Bobbio. De acordo com essa perspectiva, a ideologia, entendida a partir de seu “significado fraco” designa *o genus ou a espécie diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes a ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos* (STOPINNO, 2004, p. 586), ao passo que, segundo o “significado forte”, cuja origem é o conceito de Ideologia de Marx, a ideologia consiste na falsa consciência das relações de domínio entre as classes, afirmando, portanto, a noção de ideologia como a crença em uma coisa falsa (p. 586). Stoppino, ainda, considera que:

No significado fraco, ideologia é um conceito neutro que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante da falsa consciência de uma crença política. (STOPINNO, 2004, p. 587)

Muito embora as definições de ideologia delineadas por Stopinno estejam relacionadas à filosofia e à ciência política, a noção de falsa consciência associada à ideologia, vinculada por sua vez ao

pensamento marxista, é amplamente utilizada, de formas diferentes, em diversas áreas das ciências humanas.

Assim como Stopinno, o sociólogo brasileiro Pedrinho Guareschi apresenta duas vias de entendimento para a noção de ideologia. Para Guareschi, a ideologia pode ser compreendida a partir de um sentido positivo ou neutro ou a partir de um sentido negativo, ou crítico. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

Ideologia no sentido positivo, ou neutro, é entendida como sendo uma cosmovisão, isto é, um conjunto de valores, ideais, filosofias de uma pessoa ou grupo. Nesse sentido, todas as pessoas, ou grupos sociais, possuem sua ideologia, pois é impossível alguém não ter suas ideais ou valores próprios. Já a ideologia no sentido negativo, ou crítico, (alguns falam até em sentido “pejorativo”), ideologia seria constituída pelas ideias distorcidas, enganadoras, mistificadoras; seriam as meias-mentiras, algo que ajuda a obscurecer a realidade e a enganar as pessoas. Ela apresentasse como algo abstrato ou impraticável; como algo ilusório ou errôneo, expressando interesses dominantes e como que sustentando relações de dominação. (GUARESCHI, 2000, p. 40)

O filósofo Alípio de Sousa Filho critica tal visão do conceito de ideologia. Para ele é importante afastar a ideia que considera a ideologia como uma espécie de “conceito do senso comum cotidiano” (SOUSA FILHO, 2003), uma vez que esta é entendida como sinônimo de ideias, opiniões, convicções, bem como pensar a ideologia para além da tradição marxista que entende a ideologia como instrumento de dominação política e econômica.

Para o autor o termo ideologia é mais complexo do que a visão marxista que o entende como reprodutor de relações econômicas e políticas, já que a ideologia asseguraria a manutenção da ordem social, como também da ordem simbólica. Através de representações socialmente construídas haveria um processo de naturalização e perpetuação de crenças que tornaria possível a conservação dessa ordem sem que a mesma seja posta em questão pelos que a ela estão submetidos.

Ideologia atenderia ao anseio da preservação da ordem social, consagrando normas, padrões e costumes. Esta seria a responsável

por promover a coesão social e a aceitação, sem grandes resistências, de tarefas, papéis e lugares sociais. Assim, a reprodução das relações de produção só poderia ser vista, segundo este Souza Filho, secundariamente.

A ideologia estaria sustentada pelo desconhecimento da cultura e da ordem social por parte dos indivíduos inseridos na sociedade e tal desconhecimento seria a fonte da produção das representações que consolidam a ordem instituída (SOUSA FILHO, 2003, p. 34). O autor concebe ideologia *como a forma simbólica da dominação a que todos os sujeitos sociais estão submetidos no espaço da cultura*, entendendo forma simbólica a partir do pensamento de Pierre Bourdieu.

Desta forma, Sousa Filho entende a representação como a menor parte da ideologia, sendo o veículo pelo qual esta circula na sociedade. Com as representações, a ideologia seria capaz de significar como o indivíduo deve conduzir seu papel nessa dinâmica social (SOUSA FILHO, 2003, p. 37).

Acerca da questão que envolve a relação entre representação e ideologia, o historiador Francisco Falcon assinala que quase todos os autores preocupados com a noção de ideologia a consideram como representação. No que tange aos problemas epistemológicos oriundos desse entendimento, o autor apresenta como solução a distinção dos conceitos de ideologia no sentido amplo e no sentido restrito. Identificando o primeiro com a representações sociais e o segundo com os mitos e as utopias (FALCON, 2000, p. 48).

O conceito de representações sociais é muito caro à Nova História Cultural, tendo como principal expoente de seu estudo o historiador francês Roger Chartier, segundo o qual a noção de representações praticamente define a História Cultural contemporânea (CHARTIER, 2015, p. 15-29). Para Chartier:

[...] o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a

fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. (CHARTIER, 2015, p. 22)

De acordo com o historiador, as percepções do social não constituem discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas que impõem uma autoridade, em detrimento de outros, legitimando e justificando para os indivíduos suas escolhas e condutas (CHARTIER, 2015, p. 17). Nesse sentido Chartier aponta para a importância da noção de *luta de representações*, dessa forma, segundo o autor:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica. (CHARTIER, 2015, p. 22)

Muita embora o conceito de representações sociais se relacione com o conceito de representação, não se deve confundir ambos, uma vez que estes possuem significados distintos, ainda que funções similares.

O conceito surgiu no campo da psicologia Social, em finais da década de 1970 e tem como principal referência a obra do psicólogo francês Serge Moscovici. O autor baseia-se na noção de representação coletiva de Emile Durkheim, para quem os fenômenos coletivos não devem ser explicados a partir do indivíduo, mas através do olhar sobre uma comunidade ou um povo. Esta divisão, que separa o individual do social, está fundamentada na ideia de que existem regras diferentes, que conduzem a vida individual e suas representações, daquelas que regem a vida coletiva e, conseqüentemente, suas representações (ALEXANDRE, 2004, p. 122-138).

Ao analisar o Sistema cognitivo Moscovici aponta a presença de dois elementos no processo de cognição, a saber: o fato dos indivíduos reagirem a estímulos do meio em que vivem (fenômenos naturais, relações sociais, etc) e o entendimento de que compreender consiste em processar informações. No entanto, o autor observa que em muitos momentos fazemos coisas sem sequer termos consciência de nossos atos, os quais se processam e se realizam com naturalidade. Acerca disso, Moscovici aponta três situações em que tais movimentos inconscientes se dão:

a) *Primeiro*, a observação familiar de que nós não estamos conscientes de algumas coisas bastante óbvias; de que nós não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos. É como se nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados, de tal modo que uma determinada classe de pessoas, seja devido a sua idade – por exemplo, os velhos pelos novos e os novos pelos velhos – ou devido a sua raça – por exemplo os negros por alguns brancos, etc. – se tomam invisíveis quando, de fato, eles estão “nos olhando de frente”.

b) *Em segundo lugar*, nós muitas vezes percebemos que alguns fatos que nós aceitamos sem discussão, que são básicos a nosso entendimento e comportamento, repentinamente transformam-se em meras ilusões. Por milhares de anos os homens estavam convencidos que o sol girava ao redor de uma terra parada. Desde Copérnico nós temos em nossas mentes a imagem de um sistema planetário em que o sol permanece parado, enquanto a terra gira a seu redor; contudo, nós ainda vemos o que nossos antepassados viam. Distinguimos, pois, as aparências da realidade das coisas, mas nós as distinguimos precisamente porque nós podemos passar da aparência à realidade através de alguma noção ou imagem.

c) *Em terceiro lugar* nossas reações aos acontecimentos, nossas respostas aos estímulos, estão relacionadas a determinada definição, comum a todos os membros de uma comunidade à qual nós pertencemos. (MOSCOVICI, 2003, p. 31)

A partir de tais considerações, é possível que o nosso processo cognitivo e as nossas respostas aos estímulos estão impregnados pelo contexto social em que estamos inseridos. Nesse ponto, atenta-se para a importância das representações, notadamente das representações sociais para a percepção e compreensão da realidade. De acordo com Moscovici, as representações devem ser entendidas como variáveis independentes que estão na origem das respostas comportamentais e nas formas de percepção dos estímulos (BAPTISTA, 1996, p. 2). Quanto à isso, Moscovici assinala o seguinte:

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (MOSCOVICI, 2003, p. 34)

As representações sociais podem ser entendidas como elementos simbólicos que os sujeitos expressam através da linguagem, que pode ser oral ou gestual. Ciro Flamarion Cardoso aponta que elas se dão essencialmente a partir de dois processos, a saber: objetificação e ancoragem (CARDOSO, 2000). Ressalta-se a importância de conhecer as condições contextuais em que determinadas representações sociais surgem, uma vez que muito embora elas se expressem através de um ou de alguns indivíduos, elas se estabelecem em uma sociedade específica e reflete as peculiaridades de determinados contextos sociais. Entende as representações sociais são historicamente construídas e se vinculam aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos que as expressam por diferentes meios, refletindo diversificadas práticas sociais (FRANCO, 2004). No que concerne à relação das representações com determinada realidade social e o impacto das mesmas nos contextos em que estão inseridas, Moscovici faz as seguintes considerações:

Através de sua autonomia e das pressões que elas exercem (mesmo que nós estejamos perfeitamente conscientes que

elas não são “nada mais que ideias”), elas são, contudo, como se fossem realidades inquestionáveis que nós temos de confrontá-las. O peso de sua história, costumes e conteúdo cumulativo nos confronta com toda a resistência de um objeto material. Talvez seja uma resistência ainda maior, pois o que é invisível é inevitavelmente mais difícil de superar do que o que é visível. [...] Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não é suficiente começar diretamente de tal ou tal aspecto, seja do comportamento, seja da estrutura social. Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. Ao criar representações, nós somos como o artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse um deus. (FRANCO, 2004, p. 40)

Outro tópico importante em um estudo das representações sociais, diz respeito à ou às funções que elas exercem nas sociedades em que são criadas. Os primeiros questionamentos a serem feitos consideram a razão da criação de representações e, uma vez que tal motivação é identificada, o que explica as propriedades cognitivas dessas representações. Nessa perspectiva, Moscovici aponta três hipóteses tradicionais para dar conta de tais questionamentos:

1) a hipótese da desiderabilidade, isto é, uma pessoa ou um grupo procura criar imagens, construir sentenças que irão tanto revelar, como ocultar sua ou suas intenções, sendo essas imagens e sentenças distorções subjetivas de uma realidade objetiva; 2) a hipótese do desequilíbrio, isto é, todas as ideologias, todas as concepções de mundo são meios para solucionar tensões psíquicas ou emocionais, devidas a um fracasso ou a uma falta de integração social; são, portanto, compensações imaginárias, que teriam a finalidade de restaurar um grau de estabilidade interna; 3) a hipótese do controle, isto é, os grupos criam representações para filtrar a informação que provem do meio ambiente e dessa maneira controlam o comportamento individual. Elas funcionam, pois, como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhantes àqueles métodos de controle “comportamental” e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão dirigidos. (FRANCO, 2004, p. 54)

Uma última questão que levantaremos aqui acerca do estudo das representações sociais, diz respeito a sua relação com a noção de ideologia. Como dissemos acima, Francisco Falcon identifica representações sociais com o que ele chamou de “conceito de ideologia no sentido amplo”. Contudo, entendemos que tal identificação não deva ser implicar que os conceitos sejam sinônimos e há que se fazer a diferenciação de ambos.

Observa-se semelhanças e distanciamentos entre os dois conceitos. Segundo Guareschi, quando entendemos a ideologia como cosmovisão estabelecida há uma proximidade com a noção de representações sociais, pois esta também constitui uma cosmovisão, isto é, uma construção simbólica socialmente elaborada.

Contudo, o autor atenta que ao contrário da ideologia, a representação social não é estática ou fixa, mas sim dinâmica, capaz de suportar certas contradições em sua superfície, *embora possuindo um mundo subjacente, relativamente estável, fundamentado, nas tradições, memórias sociais e cultura* (GUARESCHI, 2000, p. 43). Outro ponto de encontro entre as duas noções, de acordo com

Guareschi, é o fato de ambas serem frutos de construções simbólicas, servindo para criar, reproduzir e transformar as relações sociais. Por fim, Guareschi aponta como fator distintivo entre ambas, o fato de que as ideologias servem para afirmar relações assimétricas de dominação, ao passo que as representações sociais nem sempre cumprirão esse papel, muita embora, às vezes o façam (p. 43).

Nosso intento nesta seção foi o de demonstrar como as noções de representação e representações sociais estão presentes nos debates acadêmicos nas áreas de ciências humanas, principalmente, a partir da chamada “virada cultural”, apontando de que forma tais conceitos podem ser relacionados com a noção de ideologia.

Entende-se que a ideologia é um elemento que organiza e assegura a ordem social e simbólica, o que o faz através de um complexo sistema de representações. Destaca-se, nessa perspectiva, a importância das representações sociais para a manutenção de uma ordem simbólica, uma vez que elas constituem uma via de apreensão do real. Tais noções serão muito úteis em nosso trabalho, pois, doravante, abordaremos aqui as formas como o continente africano e os africanos foram representados pelos portugueses do século XV e de que forma tais representações atenderam às suas expectativas ideológicas.

4.3.2 A África nas representações cartográficas do século XV

O despeito de o Oceano Atlântico ter sido envolto em elementos simbólicos e míticos durante boa parte da Idade Média, os portugueses quatrocentistas aventuraram-se em suas águas, integrando este espaço, outrora considerado intransponível, às práticas sociais. Tal processo de apreensão se deu, não sem muitas desventuras, a partir do desenvolvimento de técnicas navais mais aprimoradas. O movimento expansionista português apresentou novas maneiras dos europeus se relacionarem com o Atlântico e com o continente africano. Doravante, inicia-se um processo de intensas mudanças, no que concerne ao desenvolvimento tecnológico e as percepções geográfico-espaciais.

O conjunto de saberes, sobretudo os de origem “científica” obtidos através das novas técnicas de navegação que envolviam desde a matemática até o conhecimento das correntes marítimas, bem como as interações culturais, primeiramente com os habitantes

da África subsaariana, seguidas pelos orientais e finalmente pelos nativos americanos, foram os pilares de uma nova forma de apreender a realidade.

Essa nova forma de conceber o mundo se expressa nas representações textuais e cartográficas do período. No que tange às representações cartográficas destacamos três cartas náuticas que marcam o início da cartografia portuguesa, sendo igualmente relevantes por estarem entre os primeiros mapas a representarem a costa ocidental africana e o Atlântico Central. Os mapas a serem analisados aqui são: a carta de Módena, a Carta de Pedro Reinel e Carta de Jorge Aguiar.

4.3.2.1 A Carta de Modena

É a carta atlântica portuguesa mais antiga de que se tem conhecimento, possuindo datação aproximada entre 1471 e 1482. Sua autoria é anônima e sua existência e nacionalidade foram por séculos desconhecidas. Esta carta foi roubada da casa ducal de Este no século XIX, sendo recolhida posteriormente e conservada na Biblioteca Estense de Modena (MARQUES, Alfredo, 1987, p. 21). Essa carta foi referida algumas vezes por autores italianos e somente no início do século XX, Roberto Almagià a descreveu e a reproduziu (ALMAGIÀ, 1926, p. 337-347), vislumbrando a possibilidade da nacionalidade da carta ser portuguesa, considerando que a toponímia encontrava-se em Português (p. 21).

A primeira vez em que se afirmou a nacionalidade portuguesa da Carta foi em 1940, quando A. Fontoura da Costa publicou um estudo da carta, com uma reprodução colorida do padrão e texto em várias línguas. Costa havia tomado conhecimento da carta em 1938, em um congresso de geografia em Amsterdã, através de Marcel Destombes. A datação que Costa atribuiu à carta foi a de 1471. A motivação para tal deve-se ao fato de que a toponímia e os espaços representados serem os reconhecidos pelos portugueses após 1470, pois o Rio lago aparece como o último dos topônimos, já na reentrância do Golfo da Guiné. Estas paragens foram reconhecidas por navegadores a serviço do mercador Fernão Gomes, no princípio de 1471.

Para Costa, a carta provavelmente fora copiada do padrão real por um cartógrafo desconhecido, o topônimo rio Santarém aparece pela primeira vez, possivelmente indicando o seu explorador, o navegador João de Santarém (GASPAR, 2010, p. 86).

Figura 8: Carta Anônima de Módena



Fonte: Alfredo Marques, 1987

Trata-se de uma carta do Atlântico Oriental, mostrando as costas da Europa e África, desde a Bretanha, na França, até a atual Nigéria. Representa, com bastante correção a toponímia portuguesa, os arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo

Verde (MARQUES, Alfredo, 1987, p. 30). Quanto à presença de Ilhas fantásticas, a carta apresenta a ilha de *Mayda*, ao largo da Bretanha. Os espaços não portugueses que aparecem são a França e a Bretanha, representadas com tamanha deformação, em contraste com o resto da carta, o que, para Alfredo Pinheiro Marques, denota um desinteresse do cartógrafo por tais regiões. Note-se também que o Mediterrâneo, nem sequer é representado (p. 31).

Quanto às características estilísticas da carta, Marques assinala *que embora elegante, o colorido e o recorte do seu desenho são simples e parecem mostrar que estamos efetivamente perante uma carta para fins hidrográficos. Conclui-se que se trata de uma carta cujo objetivo era a navegação para novos espaços reconhecidos pelos portugueses* (MARQUES, Alfredo, 1987, p. 40).

A carta possui 617x732 mm de comprimento, foi feita em pergaminho, não apresentando a conformação integral do corpo do animal, sendo constituída por 16 rosas dos ventos, agrupando-se à volta de uma grande rosa dos ventos central. Estão desenhadas a central e seis das periféricas. No que concerne a sua tipologia, a carta é similar aos modelos catalo-maiorquino, Tratando-se de um exemplar de transição, pois para além das características mediterrânicas já são vistas algumas das novas feições atlânticas portuguesas (MARQUES, Alfredo, 1987, p. 41).

As sete rosas desenhadas já possuem o Norte indicado pela flor-de-lis, à maneira portuguesa; uma delas, na altura do Golfo da Guiné, tem uma outra flor de lis indicando o Ocidente. Aparecem já os recortes “realistas” típicos da cartografia portuguesa que os inaugurou.

Quanto à África, destacam-se as bandeiras muçulmanas no sul do Marrocos, Cabo Bojador, Serra Leoa, Cabo das Palmas e perto do Rio do Lago. No rio Gambia há uma bandeira com uma espada. Não há escudos em lado nenhum, nem na Europa, onde só há a bandeira da Bretanha. Há bandeiras portuguesas em Arguim, o primeiro entreposto português, já na época Henricina, e em Anima do Ouro, no centro do Golfo. Não possui meridiano graduado, nem qualquer técnica que indique a navegação astronômica. Tem dois troncos de légua na margem esquerda, posicionados no sentido norte-sul, sem nenhum elemento que permita inferir que estejam presentes para a prática do método de navegação astronômica (CORTESÃO, 1971, p. 240).

4.3.2.2 A carta de Pedro Reinel

Pedro Reinel é o primeiro cartógrafo português com produção conhecida. Fato este que, obviamente, não indica que tenha sido o primeiro cartógrafo luso, mas afirma a sua importância nos primórdios da cartografia portuguesa, bem como, o grande relevo de sua obra. Note-se que Pedro e seu filho, Jorge Reinel, foram responsáveis por uma vasta produção cartográfica entre os finais do século XV e o segundo quartel do século XVI. Ambos tiveram muito prestígio em seu tempo e posteriormente e, em razão disso, suas obras foram amplamente estudadas por historiadores e cartógrafos de diversas épocas (CORTESÃO, 1971, p. 240).

Quanto à produção dos reinados no século XV, destaca-se a *Carta de Pedro Reinel* que é o documento cartográfico português mais antigo do qual se tem conhecimento da autoria. Encontra-se em Bordeaux,⁵ na França e pouco se sabe sobre a sua história e de que forma chegou até ali. Tornou-se conhecido somente em 1960 em um colóquio de História Marítima, em Portugal, realizado nas comemorações das descobertas henriquinas. Por tal razão não há nenhuma bibliografia sobre o mapa anterior a década de 1960. Após tomar conhecimento de sua existência, Armando Cortesão dedicou-se ao seu estudo.

Trata-se de um portulano Atlântico que representa a Europa e a África desde as ilhas britânicas até o Golfo da Guiné, dedicando uma seção ao Rio Zaire, possuindo, portanto, uma amplitude maior do que a Carta de Modena, pois além de trazer mais detalhes da Costa ocidental africana, nela também consta o Mediterrâneo Ocidental. Sua toponímia é exata, sendo possível observar os arquipélagos atlânticos, além de duas ilhas fantásticas, quais sejam: Mayda e Brasil. A toponímia bastante numerosa indica uma exploração sistêmica da região (CORTESÃO, 1971, p. 241).

Há indícios de que seja uma carta hidrográfica, pois se observa em sua superfície a existência de picadas de compasso nos troncos de léguas, denotando uma intensa utilização. Ademais, os elementos de ornamentação são relativamente simples, indicando o pragmatismo com o qual fora concebida (ALBUQUERQUE, Luís, 1992, p. 62). É uma carta em pergaminho, apresentando a conformação completa do corpo do animal, inclusive o pescoço que ocupa o lado norte do

5 Nos arquivos de La Gironde.

mapa, o qual possui 711mm x 948mm de dimensão. Seu sistema de construção conta com uma rosa dos ventos central e dezesseis periféricas. Ressalta-se, a partir da análise tipológica da rosa dos ventos, que assim como a Carta de Modena, a Carta de Pedro Reinel ainda é considerada de transição, muito embora apresente menos características mediterrânicas que a de Módena.

No que tange às características decorativas da carta, esta possui duas grandes figuras na África: uma grande leoa com a bandeira portuguesa, para além de Serra Leoa como que defendendo essas paragens no Golfo da Guiné e da Costa da Mina e a segunda é uma enorme cruz na foz do rio Zaire que parece marcar os limites das explorações portuguesas à época. Além disso, a carta tem três escudos nas ilhas britânicas e vinte e seis bandeiras, das quais quinze estão na África. Outro detalhe interessante é a assinatura do cartógrafo, Pedro Reinel, que aparece em primeira pessoa.

No que concerne aos limites, a carta ultrapassa a região do rio Lago avançando para localidades bem ao sul do Equador, reconhecidas pela viagem de Diogo Cão na década de 1480. De acordo com Luís de Albuquerque, é claro que o mapa não poderia ter sido desenhado antes da descoberta de Diogo Cão, que só retorna à Lisboa em abril de 1484. Nesse sentido, o autor situa o mapa como sendo elaborado entre 1484 e 1487 (ALBUQUERQUE, Luís, 1992, p. 64).

Figura 9: Carta de Pedro Reinel. C 1482.



Fonte: Cortesão, 1971

Atenta-se para o fato do mapa não apresentar dados de latitude, contudo, já se tenha conhecimento da navegação

astronômica àquela altura, todavia alguns historiadores portugueses como Jaime e Armando Cortesão acreditam que a ausência desses dados esteja relacionada à política de sigilo adotada durante o governo de D. João II (MARQUES, Alfredo, p. 43). Quanto a isso, ressalta-se que embora não haja a indicação de nenhum meridiano, a correção do contorno na região do Golfo da Guiné denota uma correção de latitude.

Também chama atenção o fato de parte da costa está desenhada no interior do mapa, suscitando algumas hipóteses, como a informação de novos dados em um momento subsequente a elaboração do mapa, como quer Armando Cortesão ou a necessidade de adequar a Carta a um padrão cartográfico antigo, aos moldes mediterrânicos, que vai tornando-se obsoleto com o avanço das navegações e com ele a ampliação dos horizontes geográficos.

4.3.2.3 A carta de Jorge de Aguiar

Jorge Aguiar, tal qual, Pedro Reinel, é um dos pioneiros da cartografia portuguesa. É de sua autoria a carta portuguesa mais antiga com datação e assinatura. De acordo com Armando Cortesão, a carta fora influenciada pela carta de Pedro Reinel, pois o desenho do Golfo da Guiné também é feito no interior da carta (CORTESÃO, 1971, p. 241). Alfredo Pinheiro Marques assinala que o cartógrafo Jorge de Aguiar era, até o descobrimento da Carta na década de 1960, completamente desconhecido.

Segundo nos informa Joaquim Alvez Gaspar, a carta de Jorge de Aguiar foi levada ao conhecimento da comunidade internacional somente em 1968, durante a Primeira Reunião Internacional para a História da Ciência Náutica, sendo mantida atualmente na Biblioteca Beinecke, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos (GASPAR, 2010, p. 89). A carta está no local desde 1966, quando fora doada pela viúva de um antigo conservador da mapoteca da Universidade de Yale. Todavia, não temos nenhuma informação sobre como a carta chegou ao poder de seu último proprietário (MARQUES, Alfredo, p. 135).

A carta de Jorge de Aguiar trata-se de um portulano que representa a Europa, os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canária e Cabo Verde e a costa africana até a fortaleza de S. Jorge da Mina. Os arquipélagos africanos são representados com bastante correção.

É uma carta do Mediterrâneo e do Atlântico e de maneira distinta às cartas de Módena e de Pedro Reinel, esta representa todo o Mediterrâneo, denotando que a região era de grande importância para os objetivos do autor. No que concerne aos aspectos materiais e estilísticos da carta, observemos as seguintes considerações de Pinheiro Alves:

É uma carta em pergaminho, apresentando a conformação integral do corpo do animal, com a inclusão do pescoço, tal como acontecia na de Pedro Reinel. Mas ao contrário dela, aqui a parte do pescoço ocupa o lado ocidental do mapa. Aí esta desenhada a assinatura – com uma fórmula semelhante: *Jorge Aguiar me fez em Lixboa no anno dominus nostru Jhu Xpi de 1492*. As dimensões máximas são de 770mmx1030mm. O estado de conservação é bastante bom. O sistema de rosas-dos-ventos, agrupando-se à volta de uma central, maior e ricamente ornamentada. Além destas estão ornamentadas mais 6. A rosa central e a maior parte das periféricas desenhadas são do tipo mediterrânico. Duas delas tem mesmo seis rumos de ventos assinados com as habituais letras iniciais Greco, Siroco, Mezzogiorno, Africo, Ponente e Maestro. Aspecto interessante e inédito é o fato de quatro das rosas ornamentadas, incluindo a central, terem escritos os nomes dos ventos em português: norte, nordeste, leste, sueste, sul, sudueste, oeste, noroeste. Por tudo isto parece ser um exemplar de transição. (MARQUES, Alfredo, p. 135-137)

Quanto à decoração, a carta apresenta o padrão catalo-maiorquino, sendo, por esta razão, classificada como um exemplar da cartografia portuguesa do século XV, fortemente influenciada pelo estilo catalão. Embora seja de natureza hidrográfica, segundo Pinheiro Marques, a Carta de Jorge de Aguiar possui mais intenções geográficas que a de Pedro Reinel e a de Módena e quanto a isso o autor ressalta que *Esta natureza não “puramente hidrográfica quanto a nós parece estar visível na iluminura, ornamentação e legendagem e parece-nos também ser relacionável com o perfil “catalo-maiorquino” desta carta* (MARQUES, Alfredo, p. 135).

Figura 10: Carta de Jorge Aguiar. C 1492.



Fonte: Alfredo Marques,

Existem semelhanças a serem consideradas entre a Carta de Jorge de Aguiar e a de Pedro Reinel, como por exemplo a cercadura dupla que praticamente envolve a carta, onde se encontram os troncos de léguas e a caligrafia similar. Contudo, as diferenças também merecem destaque, a começar pela ornamentação da carta. Outra distinção notável, diz respeito ao padrão adotado por Aguiar que é, de acordo com Pinheiro Alves, claramente diferente do que é utilizado por Pedro Reinel. Tais distanciamentos, na perspectiva de Alves enfraquece a tese de Armando Cortesão, segundo a qual Aguiar pertenceria a mesma escola cartográfica que Pedro Reinel, aventado a hipótese de que o padrão adotado por Aguiar seria, na verdade, mais antigo do que aquele utilizado por Reinel (MARQUES, Alfredo, p. 136).

Ainda não são visíveis meridianos graduados capaz de provar a navegação astronômica expressa na cartografia. Embora as latitudes sejam já bastantes corretas, as longitudes ainda não o são, portanto, esta carta tal qual as outras ainda não é muito significativa quanto à inclusão de elementos da navegação astronômica das cartas de marear (MARQUES, Alfredo, p. 139).

4.3.4 A Cartografia Portuguesa Quatrocentista: representações e ideologia

É interessante perceber nos documentos quatrocentistas que tratam das explorações portuguesas na costa atlântica da África que mesmo obras de caráter mais “pragmático”, como cartas náuticas, ainda são repletas de simbolismo.

Acerca da relação entre símbolos e mapas, entende-se que estes são frutos de um contexto social, político e econômico e que, assim como os símbolos, também são constituídos no bojo de uma cultura sendo, portanto, uma expressão das formas com as quais essa cultura representa o espaço. Note-se que as primeiras representações gráficas do espaço datam do paleolítico superior (40.000 a 10.000 a.c.), destacando-se nesse sentido, as pinturas rupestres das cavernas de Lascaux, na França e de Altamira, na Espanha (FREIRE, 2010, p. 1). Observa-se, portanto, que a necessidade de representar o espaço está presente em todas as sociedades e tal necessidade relaciona-se com diversos elementos e demandas, peculiares a cada sociedade. Destarte, um mapa pode desempenhar uma ou mais funções, dependendo da sociedade em que ele foi criado.

Diante disso, este trabalho busca entender o porquê da criação das cartas náuticas aqui analisadas.⁶ Considerando o que foi exposto até aqui, não é difícil chegar à seguinte conclusão: foram construídos para a navegação na costa ocidental africana. A outra questão que se coloca a partir desta, diz respeito à forma como esses foram elaboradas. Quanto a isso, exploramos nos capítulos anteriores diversas questões referentes ao imaginário medieval, notadamente ao imaginário sobre o Atlântico e sobre a África, de modo que podemos afirmar que a produção das cartas náuticas portuguesas quatrocentistas estava imbuída de concepções oriundas desse imaginário, bem como de uma forma de conceber a produção de mapas ainda muito caracterizada pelo simbolismo.

Ainda que, séculos depois, a cartografia científica tenha atribuído ao conceito de mapa a ideia de algo objetivo, racionalizado e pragmático, e ainda que, em certa medida, isto seja verdade, os mapas são representações. Como representações, eles estão imbuídos de discurso e juízos de valor caros a sociedade onde foram produzidos,

6 Carta anônima de Módena, Carta de Pedro Reinel e Carta de Jorge Aguiar.

refletindo as ideologias daqueles que os elaboraram. Nessa perspectiva, o geógrafo britânico John Brian Harley afirma que os mapas não podem ser considerados como imagens sem valor, atentando para o seu valor como discurso inserido em um contexto historicamente definido e assinalando para a importância de entender os mapas como elementos socialmente construídos (HARLEY, 1988, p. 277-278).

No que tange especificamente às cartas Anônima de Módena, de Pedro Reinell e Jorge Aguiar, percebemos do contexto quatrocentista, especificamente, de um discurso de poder sobre o território que se cartografa. Primeiramente, destacamos a ausência de quaisquer referências das sociedades da Guiné, na toponímia dessas cartas. Todas já apresentam toponímias portuguesas, de modo que os pontos referenciados são aqueles que, de alguma forma, apresentam algum interesse aos navegadores e comerciantes europeus. As referências topográficas dessas cartas são, portanto, feitas de acordo com a perspectiva dos cartógrafos, revelando, dessa forma um discurso de dominação e apropriação do território, o que também pode ser observado nos relatos do período, especialmente em Cadamosto e Diogo Gomes Sintra, analisados no início deste capítulo.

Quanto às áreas de abrangência dos mapas, destaca-se o fato da Carta anônima de Módena não apresentar o Mediterrâneo, além de representar de forma pouco precisa a França. Tal fato sinaliza para uma importância muito maior às paragens do ocidente africano do que as da Europa mediterrânica, o que denota que a carta seria usada somente para a navegação da parte atlântica da França até o início do Golfo da Guiné.

No que concerne aos elementos simbólicos, as três cartas estão repletas de bandeiras, escudos, desenhos, espadas, dentre outros ornamentos. Entende-se que as partes ornamentais das cartas são tão relevantes quanto as coordenadas e referências geográficas, pois indicam as relações dos produtores dessas obras com o espaço. São apresentados portanto, referências do espaço material (os cabos, os elementos geográficos, etc), as representações desse espaço, isto é, o espaço conceitualizado (como determinados elementos são representados nas cartas) e os espaços de representação, ou seja, o espaço do vivido. Quanto a estes últimos, considera-se a presença de bandeiras, escudos, bem como a toponímia como formas de apropriação

do espaço, o que, ao nosso ver, relaciona-se com o sentimento de dominação do território.

Destacam-se nesse sentido a presença de bandeiras muçulmanas, que podem ser observadas nas três cartas, a presença de bandeiras portuguesas, também presentes nas três obras e, na carta de Pedro reinel a presença de uma enorme cruz na região do Rio Padrom, atual rio Zaire. Das três cartas, a Carta anônima de Módena é a que tem menos elementos ornamentais, o que pode indicar tanto um caráter mais pragmático quanto um menor conhecimento e domínio das regiões representadas. A carta de Pedro Reinel, apresenta cinco bandeiras portuguesas, nas costa ocidental africana, sendo uma delas segura por uma imponente leoa, ao passo que a carta de Jorge Aguiar possui quatro bandeiras de Portugal na mesma região, contudo, apresenta mais detalhes quanto ao relevo dos locais dominados pelos portugueses, além de apresentar a primeira representação do castelo da Mina e ser a primeira carta portuguesa a representar o Mar Vermelho. A presença de ilhas fantásticas nas três obras, demonstra a continuidade das ilhas como elementos do maravilhoso, ainda vivas no imaginário português tardo medievais. Abaixo elaboramos uma tabela com a frequência com que alguns elementos simbólicos aparecem nas cartas portuguesas do século XV.⁷

Tabela 3: Elementos simbólicos nas cartas náuticas portuguesas do século XV

Mapa	Bandeiras muçulmanas	Bandeiras portuguesas	Ilhas fantásticas	Outros elementos
Carta de Módena	5	2	1	Espada (1); Castelo muçulmano (1)
Carta de Pedro Reinel	3	5	2	Leoa, em Serra leoa (1); Cruz, no rio Zaire(1)
Carta de Jorge Aguiar	2	4	2	Castelo da Costa da Mina (1); Montanhas em Serra Leoa (1)

Fonte: Elaboração própria

⁷ Os elementos referem-se às partes norte e Ocidental da África e ao Atlântico Central.

As três cartas náuticas aqui estudadas apresentam uma nova forma de apreender e representar o espaço africano e o Atlântico. A África é representada de forma muito mais extensa e complexa do que no início do século, os topônimos indicados em língua portuguesa sinalizam, como já dissemos, uma apropriação desse espaço, o mesmo se aplica às bandeiras lusas observadas no interior dos portulanos. Os mapas quatrocentistas apresentam bem mais do que a expressão gráfica do continente, constituindo-se como os olhares do “outro” sobre a África.

NÓS E OS OUTROS: IDENTIDADE E ALTERIDADE NOS RELATOS QUATROCENTISTAS SOBRE A GUINÉ

“Há trezentos ou quatrocentos anos que os habitantes da Europa inundam outras partes do mundo e publicam novos relatos e narrativas de vigem, e estou persuadido de os únicos homens que conhecemos são os próprios europeus”

*Jean Jacques Rosseau*¹

5.1 IDENTIDADE E ALTERIDADE

Ao tratarmos das relações entre europeus e africanos no contexto da expansão marítima portuguesa, deparamo-nos com conceitos como o de representação social além de temas como a História das Viagens. Questões estas que ao longo dos últimos trinta anos têm sido largamente analisadas por historiadores da Nova História Cultural e que estão longe de serem esgotadas devido às possibilidades de estudo que delas advém.

Segundo a filósofa francesa Denise Jodelet, essa retomada do “cultural” nos estudos históricos trouxe à tona noção de sujeito como ser ativo e pensante, portanto, produtor e ator das práticas socioculturais de uma sociedade. Nessa perspectiva, a ideia de sujeito relaciona-se não só com a ideia de representações sociais, mas também com as noções de identidade, alteridade e, obviamente com o meio cultural na qual tais processos se desenvolvem.

1 Conferir em Rosseau (1993, p. 29) sobre tal reflexão francesa.

Entende-se que as noções de alteridade e identidade encontram-se intrinsecamente relacionada. A relação binária que se expressa nas noções de “nós” e “outros” denota uma perspectiva coletiva de identidade, reconhecemos os “outros” a partir da afirmação do “nós”. Se assumirmos uma perspectiva individual da identidade, a oposição que se dá não é entre o “nós” e os outros, mas sim entre o “eu” e o “outro”. Antes de compreendermos o processo de formação da identidade coletiva, isto é, do “nós”, é pertinente questionar o que é o “eu” e como ele se constitui. O antropólogo norte-americano Roy Wagner apresenta uma visão construtivista da noção de “eu” no livro *Invenção da cultura*. De acordo com o autor, o “eu” é fruto de uma construção dialética obtida na relação do indivíduo com o mundo externo. Nessa perspectiva, Wagner considera o seguinte:

Criamos o eu a partir do mundo da ação e o mundo da ação a partir do Eu. Uma vez que ambos esses reinos são igualmente produtos da invenção dialética, nenhuma deles pode ser descrito de forma inequívoca como a fonte de nossas dificuldades pessoais e emocionais. As crises e atribulações da “psique” individual são experienciadas e criadas mediante concepções de propensões e motivações inatas e compulsões externas ou espíritos-guia, produtos do compromisso do ator com uma orientação convencional particular. Eu e espírito, id, ego e superego são ilusões culturais nascidas de um ponto de vista cultural particular; o verdadeiro problema é o da relação entre elas. A formação e a administração dessa relação constituem assim fator crucial no desenvolvimento do indivíduo. [...] Para todos os povos, a criação de uma relação efetiva implica uma perícia em manipular o inato; para indivíduos “criativos” isso leva a uma inversão da identificação convencional daquilo que se “é” em oposição àquilo que se “faz”. (WAGNER, 2009)

Assim, na perspectiva de Wagner, o “eu” é uma construção ou uma “invenção” que se dá e está inserida em uma cultura, sendo esta determinante não só para o seu estabelecimento, mas também para a sua manutenção. Dessa forma, observa-se a essencialidade da cultura

quer para a formação do “eu” quer para a formação da identidade e, por conseguinte, para a compreensão da alteridade.

De acordo com o historiador britânico Peter Burke, a noção de “cultura” “*possui uma embaraçosa gama de definições*” (BURQUE, 2011, p. 180). O autor destaca que atualmente os historiadores, influenciados pela antropologia, mais precisamente pela obra de Clifford Gertz, têm adotado uma noção mais ampla do conceito de cultura (p. 181).

Para Todorov, a cultura existe em dois níveis, a saber: o das práticas sociais e o das imagens por estas deixadas nos membros da sociedade (TODOROV, 2010, p. 39). No que concerne aos fatores determinantes do caráter cultural, o autor afirma que:

A determinação do cultural não se opera por seu conteúdo, mas por sua difusão: a cultura é forçosamente coletiva; portanto, pressupõe a comunicação, da qual ela é um dos resultados. Enquanto representação, a cultura fornece-nos também uma interpretação do mundo, um modelo miniaturizado, de algum modo, um mapa que permite orientarmo-nos nesse mundo; possuir uma cultura significa que se dispõe de uma pré-organização da experiência vivida; a cultura apoia-se, ao mesmo tempo, em uma memória comum e em regras de vida comuns; ela está voltada ao mesmo tempo para o passado e para o presente. (TODOROV, 2010, p. 38)

Acerca da relação entre cultura e identidade, Todorov entende que a identidade cultural inicial é infligida ao indivíduo ainda na infância. Desse modo, considera-se que a identidade é uma imposição e não uma escolha, ao menos em um primeiro momento, pois, segundo Todorov, ao nascer a criança é mergulhada em uma cultura de seu grupo que lhe é anterior (TODOROV, 2010, p. 68). A amplitude da identidade vai ser aumentando conforme o indivíduo vive novas experiências. Assim, a identidade individual se forma a partir do encontro das múltiplas identidades coletivas que um indivíduo possui (p. 69), considerado a pluralidade identitária existente nas sociedades.

Entendendo a cultura como essencial à formação da identidade, o antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop, elencou, na obra *Civilization*

ou Barbarie, três fatores que considerou fundamentais na formação da identidade cultural: o fator histórico, o fator linguístico e o fator psicológico (DIOP, 2008, p. 271). Embora reconheça a importância e a correlação destes três elementos, o autor enfatiza a relevância do fator histórico para a estruturação da identidade cultural. Diop, que é considerado o maior expoente do pan-africanismo, elabora seu pensamento sobre identidade cultural, tomando como base a realidade das sociedades africanas. Nesse sentido, o autor parte da premissa de que há uma história comum a todos os povos da África, de modo que transpondo tal convicção ao fator linguístico de formação cultural, o autor entende que em situação de diáspora, como a ocorrida no continente africano a partir do século XVI, em razão do tráfico negreiro, as conexões linguísticas acabam por se perder (DIOP, 2008, p. 280). Ao contrário do fator linguístico, o fator histórico é, nas palavras de Diop:

Le ciment culturel qui unit les éléments disparates d'un peuple pour en faire un tout, par le biais du sentiment de continuité historique vécu par l'ensemble de la collectivité. Cette conscience historique ainsi engendrée qui permet au peuple de se distinguer d'une population, dont les éléments, par définition, sont étrangers le uns aux autres: la population du marché de n'importe quelle grande ville et composée de touristes étrangers venus des cinq continents et qui n'ont aucun lien culturel entre eux.

La conscience historique, par le sentiment de cohésion qu'elle crée constitue le rempart de sécurité culturelle le plus sûr et le plus solide pour un peuple cherche seulement à bien connaître et à vivre sa véritable histoire, à transmettre la mémoire de celle-ci à sa descendance (DIOP, 2008, p. 272).

Entende-se, portanto, a importância do fator histórico como elemento de coesão social, como formador de identidade e como gerador de identificação. A identificação, por sua vez, refere-se à forma com a qual nos identificamos com os outros (WOODWARD, 2014, p. 19), ou seja, a razão pela qual alguns elementos nos são próximos e familiares e outros não. Tal noção nos remete à ideia de representação. Retomamos aqui a noção de representações sociais

com o intuito de através de tal formulação compreender a forma com a qual os europeus, notadamente os portugueses, encaravam a relação com os povos da Guiné, na tentativa de entender de que maneira essa representação do “outro” contribuiu para a constituição de uma identidade portuguesa e europeia no século XV.

A noção de representações sociais pode ser compreendida de maneira completar aos conceitos de Identidade e Alteridade. Vimos que a própria noção de “eu” não é um elemento biológico inerente, isto é, não é “natural”, mas sim uma produção do cultural, da mesma forma que a identidade, seja individual ou coletiva. As identidades constituem-se como produtos dos sistemas de representação (WOODWARD, 2014, p. 17-18). Assumindo as representações sociais como produtoras e reprodutoras de significados, tais significados são o que conferem sentido às nossas experiências e a nossa forma de apreender o mundo. Nessa perspectiva, Denise Jodelet afirma que as representações sociais são construídas para que estabeleçamos o lugar que ocupamos física e intelectualmente no mundo (JODELET, 2001, p. 17- 44). Revela-se, portanto, a ligação entre as noções de representações sociais e identidades.

No que tange à relação entre identidade e alteridade, Jodelet afirma que o “outro” está intimamente relacionado com o eu. Dessa forma, a identidade se constitui através da diferença. Acerca dessa ligação que se estabelece entre o “eu” e o “outro”, Jodelet faz as seguintes considerações:

Au plan conceptuel, la notion d’altérité renvoie à une distinction anthropologiquement et philosophiquement originaire et fondamentale, celle entre le même et l’autre, qui comme l’un et le multiple fait partie des “méta- catégories” de la pensée de l’être, pour reprendre une expression de Ricoeur depuis l’antiquité grecque. Mais il faut d’emblée souligner que si elle fait couple avec l’identité, caractère qui fait qu’un individu est lui-même et se distingue de tout autre, si elle est toujours posée en contrepoint: “non moi”, d’un “moi”, “autre” d’un “même”, le rapport qu’elle engage d’emblée à l’identité, est pluriel et dialectique. En effet, si l’autre se définit par rapport à un même, le même s’affirme autant relativement à l’autre qu’à soi. (JODELET, 2005, p. 28)

Segundo Jodelet, o “outro” figura como uma negação do eu, assim as noções de diversidade, identidade, hierarquia, encontram-se no cerne da ideia de alteridade, visto que esta se constitui em oposição à noção de identidade, representando a diversidade e a pluralidade que envolve a diferença. Dessa forma, o outro implica uma ruptura com o eu, significando uma ameaça à integridade deste (JODELET, 2005, p. 28).

Também para Todorov, o “outro” somente pode ser percebido a partir da ótica do “eu” que pode concebê-lo como uma abstração em relação a si. O “outro” pode constituir um grupo social e nesse caso a diferenciação se faz não em relação ao “eu”, mas ao “nós”. Essa identificação social que opõe o “nós” aos “outros” ocorre internamente, do interior da própria sociedade ou externamente, a partir de elementos que são completamente estranhos a ela, como outra sociedade, que pode ser próxima ou longínqua (TODOROV, 2010, p. 6).

Cabem aqui as considerações de Paul Zumthor acerca dos tipos de alteridade que ele distingue: a alteridade absoluta e a alteridade relativa. De acordo com Zumthor, a alteridade absoluta é produzida por toda a confrontação entre um sujeito e um objeto, manifestando-se como uma alteridade radical que exclui todo o sentimento de pertença comum. A alteridade relativa não representa uma total falta de identificação com o “outro”, ao contrário, ela gera um desejo de entender a linguagem do outro (ZUMTHOR, 2009, p. 41).

Quando transpomos tais noções para a análise das fontes portuguesas do século XV, observamos que ao retratar os mouros ou os guinéus os autores sempre o fazem tendo por base as representações previamente construídas no imaginário social. Embora os mouros fizessem parte de outra sociedade, fossem, portanto externos a Cristandade, não eram completamente estranhos aos portugueses. Nesse caso é clara a relação de alteridade relativa, visto que havia da parte dos portugueses a compreensão dos mouros, o que não existia era a aceitação das diferenças existentes entre eles.

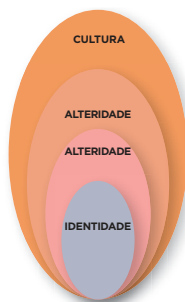
É importante ressaltar que a alteridade não significa o oposto da identidade. Ao contrário: o que se observa é que a identidade depende da alteridade, pois ela se constitui e se afirma na diferença. A diferença, por sua vez, é produzida por meio de sistemas simbólicos e marcada tanto por eles, quanto por meios de exclusão social, gerando duas formas de diferença, a saber: a diferença simbólica e a diferença social (WOODWARD, 2014, p. 40). Ressalta-se, nesse sentido, a função

do que o sociólogo francês Émile Durkheim chamou “sistemas classificatórios”, que se constituem como meios de estabelecer as diferenças. Para Durkheim, é através da “organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido.” (p. 41) Considerando a importância dos sistemas classificatórios, a socióloga norte-americana Kathryn Woodward assinala que:

Cada cultura tem as suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. (WOODWARD, 2014, p. 42)

Nesse sentido, os sistemas classificatórios atuam dentro de uma cultura como definidor do que está incluindo e o que está excluído, marcando a diferença entre o “nós” e o “outro”. A identidade, europeia, notadamente a portuguesa, se afirma face aos mouros com base na religião que é o principal elemento que os distancia. Ao passo que em relação aos negros o estranhamento é completo, evidenciando-se uma relação de alteridade absoluta, uma vez que tudo deles advém é externo a realidade dos portugueses. Isso é possível perceber nos relatos de Zurara e de Cadamosto que descrevem os aspectos físicos dos negros de forma a enaltecer o seu caráter “exótico”.

Esquema 1: relação entre cultura, representações, alteridade e identidade



Fonte: Elaboração própria

5.2 A GUINÉ NOS RELATOS DE ZURARA E CADAMOSTO: REPRESENTAÇÕES, ESPAÇO E ALTERIDADE

Em obras com naturezas e objetivos distintos como o relato de viagem de Cadamosto ou a Crônica da Guiné de Zurara, é possível observar que o avanço sobre o Atlântico e o continente africano estabeleceu um “confronto” entre dados imaginados e dados reais, obtidos a partir do reconhecimento das terras além do Bojador.

Tal confronto tardou a ser exaurido e é nesse sentido que podemos falar de uma atualização do imaginário, pois certos elementos e alegorias, frutos de especulações míticas de um passado não tão distante passam a conviver com dados empíricos. Assim, se no início do século XV acreditava-se ser a região abaixo do Saara, tórrida, inabitável e, por consequência, intransponíveis, ainda na primeira metade deste século, os navegadores europeus estarão adentrando esse espaço e construindo relações sociais nele.

As imagens da África criadas a partir dos contatos estabelecidos ao longo do século XV se lançam sob diversos aspectos e, nesse sentido, as representações que podemos extrair das fontes coevas não tratam apenas das pessoas que habitavam o continente, mas também da geografia e da natureza africana. Acerca da forma como os portugueses quatrocentistas encaravam os africanos, Luís de Sousa Rebelo aponta o seguinte:

O problema de como os portugueses viam os africanos nas primeiras fases das suas descobertas é bastante complexo. No início tiveram uma reação negativa, devido à cor da sua pele, que os associava ao Diabo. As descrições da literatura medieval fazem passar sistematicamente esta associação, mas a ideia religiosa por trás deste conceito mudaria o tom. O africano foi inicialmente apresentado como mouro, termo que cobria os negros e muçulmanos brancos. O mouro era o bem conhecido inimigo dos tempos da reconquista da Península Ibérica. Todavia esta noção estereotipada do mouro em oposição ao fiel cristão deixou de ser aplicável para definir todos os africanos. Nos textos dos viajantes do século XV ou na Crônica da Guiné escrita

por Zurara, o contato mais estreito com os africanos leva a que sejam representados com diversas gradações de religião muçulmana e diferentes atitudes em relação aos cristãos. (REBELO, 1997, v. I, p. 372)

Essas *representações* formaram “Imagens” que revelam não uma África, mas uma variedade de concepções acerca do continente. As várias Áfricas e os vários africanos inserem-se em um plano mental de concepções imaginárias e em um plano real, que só é possível apreender através da conquista, da experiência empírica estabelecida com o contato. Algumas dessas imagens nos são apresentadas por Zurara, Cadamosto e Diogo Gomes Sintra, autores de importantes obras sobre a Guiné no século XV. As obras desses autores constituem os primeiros relatos de Europeus acerca de terras na região da Guiné.

As “descobertas” portuguesas colocaram, em certa medida, à margem uma série de valores e concepções acerca da Terra e da humanidade arraigadas, há séculos, no pensamento cristão medieval. O que se observa, com a análise de fontes coevas, é que a partir das descobertas do século XV ocorre uma espécie de “atualização do imaginário”, decorrente do confronto entre a realidade que se coloca no cotidiano dos agentes da expansão e das lendas e especulações míticas acerca do Atlântico e do continente africano, frutos do imaginário cristão medieval que é base das estruturas mentais desses homens

A passagem do Cabo Não, em 1417 e, quase 20 anos após tal feito, a passagem do Cabo do Bojador, em 1434, foram marcos no que tange ao avanço do conhecimento sobre a navegação na Costa Africana. Isso se deu, pois se tratavam de regiões consideradas intransponíveis pelos Europeus e pelos próprios mouros que há muito navegavam pelos arredores dos cabos Não e Bojador. Acerca desse feito português, o navegador italiano Alvise de Cadamosto escreveu o seguinte:

E este cabo era o termo aonde não se achava que ninguém se dizia que ninguém que mais adiante tivesse passado jamais tornasse; e tanto assim que se dizia: Cabo Não quem o passa ou tornará ou não. De sorte que até este cabo, foram as ditas caravelas e dali não ousavam passar mais adiante. De modo que desejando o dito senhor conhecer

mais para além, determinou fazer que as ditas caravelas no ano seguinte passassem o dito cabo, com o favor e a ajuda de Deus, pois sendo as caravelas de Portugal os melhores navios que andam no mar, à vela, estando ela bem apercebidas de todas as coisas precisas, julgou ser possível poder navegar por toda a parte. (CADAMOSTO, 1944, p. 85)

Fundamental para as grandes transformações na forma de conceber e navegar no Atlântico foi, sem dúvida, a ultrapassagem do Cabo Bojador e a exploração que se seguiu às terras além dele e do Cabo Branco, integrando a região da Guiné nos projetos missionários e econômicos portugueses e europeus. A viagem de Gil Eanes para além do Bojador, em 1434, representou a superação de barreiras materiais e simbólicas que durante séculos serviram como impedimentos à navegação atlântica.

Primeiramente é importante ressaltar o espaço que o Bojador ocupava no imaginário europeu, notadamente, português, nesse período. Era considerado como a última fronteira e não haviam relatos de viagens marítimas na região. Na verdade, não era possível ter certeza sobre a existência de terra ou habitantes para além desse Cabo. Há que se considerar aqui a visão que se tinha do Hemisfério Sul no imaginário Medieval. Existiam muitas teorias sobre esta região que afirmavam a improbabilidade de vida no local ou que a parte baixa era coberta por água e mesmo que não era possível a navegação na região (KAPPLER, 1994). Acerca dessas barreiras imaginárias sobre o Cabo do medo, o cronista português Gomes Eanes de Zurara relata o seguinte:

Diziam os mareantes, que depois deste cabo não há gente nem povoação alguma; a terra não é menos arenosa que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore nem erva verde; e o mar é tão baixo que a uma légua de terra não nem fundo mais uma braça. As correntes são tamanhas que navio que lá passem nunca pudera tornar. [...] e por certo não foi a eles o seu conhecimento de pequena escuridão, quando o não souberam assentar nas cartas, porque se regem todos os mares, por onde gentes podem navegar. (ZURARA, 1989)

Tal atitude mental frente à África, notadamente a sua costa Atlântica, se deve, de acordo com o medievalista francês Jean Devisse e o africanista egípcio Shubi Labibi, em razão dos estudiosos das principais religiões monoteístas (judaísmo, Cristianismo e islamismo) afirmarem por séculos que a terra é cercada pelas águas de um oceano. Além disso, os autores apontam que os herdeiros da cultura grega antiga, árabes ou ocidentais, acreditavam que para além do Equador não era possível haver vida, devido ao calor tórrido (DEVISSE, 2010, p. 723).

A região constituía, assim, os limites do mundo em que o homem suportaria viver. Nenhuma dessas culturas tinha informações fiáveis acerca da navegação atlântica na costa africana. Do mais, a crença na inexistência de vida na África Ocidental permanece até depois do século X. os primeiros a entrarem em contato com os povos dessa região foram os viajantes muçulmanos, trazendo novas perspectivas aos conhecimentos geográfico-espaciais disseminados até então. Quanto à isso Devisse e Labibi assinalam o seguinte:

Os viajantes muçulmanos passam a ter uma perspectiva completamente diferente, pelo menos depois do século X, á medida que foram penetrando o sul do trópico de Câncer, pelo mar, nas costas orientais, ou por terra na África ocidental. Muitas observações desmentiriam os estereótipos da cultura livresca. (DEVISSE, 2010, p. 725)

A partir da Idade Média Central os muçulmanos começam a penetrar o interior do continente africano e ampliar seus conhecimentos sobre a região. Entretanto a África Ocidental permanece deveras desconhecida dos principais autores islâmicos do período, notadamente a região das florestas que somente virão a ser “descobertas” pelos portugueses no século XV. Acerca dos povos negros do Ocidente africano, Elikia M’Bokolo “afirma que as fontes árabes revelam um silêncio tanto mais eloquente quanto abundam em pormenores a respeito das estradas comerciais, dos bens de troca e da presença da fé e da cultura muçulmana” (M’BOKOLO, 2011, p. 123). Os autores árabes demonstram, portanto, um conhecimento extenso sobre as rotas e bens de troca dos chamados estados sudaneses, porém não revelam informações precisas sobre os mesmos,

muitas vezes misturando topônimos da África Oriental com os da África Ocidental (p. 123). Dessa forma, os relatos dos europeus que penetraram a região a partir da segunda metade do século XV são bastante elucidativos. Nesse sentido, destacamos o relato de viagem de Cadamosto.

Importa ressaltar que o conhecimento que os muçulmanos tinham das riquezas da região não ficou restrito ao mundo islâmico, chegando, ainda que parcialmente, à Cristandade, sobretudo a partir das trocas comerciais realizadas entre cristãos e muçulmanos na região. Já no século XIV, as cartas marítimas maiorquinas revelavam a existência de um “Rex Melli”, na terra dos negros, possuidor de muito ouro (DEVISSE, 2010, p. 726). Além do interesse no ouro da terra dos negros, havia, no conjunto de lendas cristãs sobre a região, a crença no Preste João, que seria um rei cristão que habitava o continente e certamente seria um aliado africano na luta contra o islamismo. Nessa perspectiva, Zurara aponta a quarta razão para que o infante D. Henrique mandar “buscar terras na Guiné”:

[...] Quarta razão foi, porque de trinta e um anos que havia que guerreava os Mouros, nunca achou rei cristão, nem senhor fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jesus Cristo o quisesse na dita guerra ajudar. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos, em que a caridade e o amor de Cristo fosse tão esforçada, que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé. (ZURARA, 1989, p. 56)

Acreditava-se, portanto que a superação do Bojador seria a porta de entrada para a Guiné, suas riquezas e seu rei cristão que iria combater o “infiel” ao lado dos demais cavaleiros da cristandade. Antes da bem sucedida expedição de Gil Eanes, outras esquadras cristãs ousaram atravessar o Cabo, no entanto, não lograram êxito. A travessia do Cabo do Medo² exigia uma melhoria técnica da qual os cristãos não dispunham antes do século XV, para superar os ventos alísios e a correntes da região.

Na crônica de Zurara é claro o seu esforço por enaltecer a dinastia de Avis, notadamente o infante D. Henrique como grande maestro

2 Como era conhecido o Bojador.

dos feitos em África. A passagem do Bojador figura, na Crônica da Guiné como a primeira razão para que o Infante armasse expedições para explorar a região:

E vós deveis bem notar que a magnanimidade deste príncipio, por um natural constrangimento, o chamava sempre para começar e acabar mui grandes feitos, por cuja razão depois de Ceuta, sempre trouxe continuamente navios armados contra os infiéis; e porque ele tinha vontade de saber a terra que ia além das ilhas Canária, e de um cabo, que se chama do Bojador, porque até aquele tempo, nem por escritura, nem por memória nenhum homens, nunca foi sabido determinadamente a validade da terra que ia além do cabo. E porque o dito senhor quis disto saber a verdade, parecendo-lhe que se ele ou algum outro senhor se não trabalhasse de o saber, nenhuns mareantes, nem mercadores, nunca se dele antremeriam, porque claro está que nunca nenhuns daquestes se trabalham de navegar senão para donde conhecidamente esperam proveito; e vendo outrossim como nenhum outro príncipe se trabalhava disto, mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e del-Rei dom Duarte seu senhor e irmão, que naquele tempo reinava. E esta até aqui foi a primeira razão de seu movimento. (ZURARA, 1989, p. 56)

É certo que o *navegador* tinha ciência de que ir além do *Cabo do Medo* não só abriria o caminho para terras nunca antes exploradas por nenhum europeu e para as riquezas da Guiné, mas também conferiria honra e glória para si e para a sua casa. Isso fica evidente no relato de Zurara, na passagem em que narra o que o infante D. Henrique disse a Gil Eanes antes da viagem, como podemos observar no excerto abaixo:

[...] Ca com graça de Deus, não podereis dela trazer senão honra e proveito. [...] Como de feito fez, Ca daquela viagem, menosprezando todo perigo, dobrou o cabo além, onde achou cousas muito pelo contrário do que ele e os outros até ali presumiram. (ZURARA, 1989)

Destaca-se no extrato acima o confronto entre imaginário e real. Pois o autor afirma que ao atravessar o Cabo, Gil Eanes “achou cousas muito pelo contrário do que ele e os outros até ali presumiram”. No entanto, ressalta-se que as imagens da África formadas a partir das representações espaciais dos relatos dos viajantes quatrocentistas, servem muitas vezes para confirmar dados do imaginário sobre a região. Leva-se em conta, nessa perspectiva, as seguintes considerações de Paul Zumthor:

Haber descubierto un espacio, un ser, un objeto nuevo, quiere decir que hemos partido de aqui, com la cabeza llena de ideas preconcebidas, com el corazón cargado de sentimientos anticipados, y convencerse de que la experiencia há verificado las primeras y há justificado los segundos: así será más o menos hasta el siglo XVIII, y tal es todavía la regla entre los turistas de nuestros días. (ZUMTHOR, 1994, p. 248-249)

Dessa forma, considera-se a relação que se estabelece entre espaço e alteridade na Idade Média. De acordo com Paul Zumthor, o “outro” se dá em função do espaço (ZUMTHOR, 1994, p. 249). Essa imagem preconcebida do “outro”, seja como espaço ou como indivíduo confronta os dados empíricos com os dados do imaginários, por vezes os primeiros se impõem e então ocorre o que chamamos aqui de “atualização do imaginário”³ que consiste na reformulação de certos elementos presentes no imaginário. No entanto, o que se observa é que muitas vezes ocorre um alargamento das fronteiras imaginárias ou, simplesmente, os elementos imaginários se sobrepõem aos empíricos. É o que ocorre, por exemplo, com Colombo ao chegar na América e acreditar piamente que está nas Índias (TODOROV, 2010). Com os viajantes quatrocentistas e até mesmo com os viajantes do século XVI⁴ ocorrem situações similares. Nesse sentido, o relato de Zurara configura um bom exemplo do que estamos tratando:

3 Conferir Fróes (2013, p. 287-302) sobre conceito elaborado pela própria Vânia Leite Fróes.

4 O Navegador quinhentista Duarte Pacheco Pereira afirmou ter avistado sátiros da região da Guiné.

Certamente, disseram eles, nós somos acerca do rio Nilo, ca esta agua bem parece que dele é e por sua grande força corta o mar, e entra por ele assim. E então fizeram sinal às outras caravelas e começaram todos a demandar o rio, do qual, não mui longe dali acharam a foz. E sendo já junto da boca dele lançaram as âncoras. (ZURARA, 1989, p. 166)

O trecho acima revela que o conhecimento geográfico e espacial da época estava atrelado a concepções pré-concebidas que lhes forneciam uma espécie de “lente” para enxergar e interpretar o mundo. O rio Nilo, estava, na verdade, a quilômetros de distância de onde os navegadores do relato de Zurara estavam. De fato, eles estavam nas imediações do Rio Senegal. Nesse sentido, entendemos, portanto, tratar-se de um exemplo claro de processo de ancoragem, que é um dos processos pelo qual as representações sociais se dão. Com base, nos elementos previamente conhecidos da geografia e, claro, fundamentados pelo imaginário da época sobre a região. Os navegadores acreditavam estar em um lugar que lhes era familiar, ainda que no plano simbólico e não em um lugar novo, completamente estranho aos seus conhecimentos.

Ressalta-se que a intenção do discurso de Zurara é menos de descrever o espaço e os habitantes do que de exaltar a ação dos agentes da empresa ultramarina portuguesa no que tange à expansão do evangelho e a conquista de novos territórios. No entanto, ele não foge a esse propósito, fazendo um rico relato sobre a natureza e os habitantes africanos. É importante acentuar que Zurara foi o segundo cronista-mor do reino de Portugal, cargo este criado no início do reinado de Duarte e que tinha por objetivo a guarda dos documentos régios e a produção de crônicas, isto é, de obras que exaltassem o reino e a Dinastia. Enfatiza-se que as crônicas quatrocentistas foram produzidas em um contexto de legitimação, consolidação e exibição do poder da Casa de Avis. Nessas obras revelam-se preocupação com a necessidade de criar uma memória oficial do reino e, por conseguinte, uma identidade portuguesa. O cronista-mor atuou como porta-voz de um discurso que se pretendia oficial. A linguagem passou a ser utilizada como forma legítima de expressão da realeza, representando uma autoridade que, nessa conjuntura, é delegada ao cronista, o qual a representa e a propaga através de sua produção.

As obras de Zurara inserem-se em uma perspectiva propagandística disseminam um discurso que visa elevar a honra do rei e do reino, destacando principalmente os grandes feitos realizados na África, e é nessa perspectiva que a *Crônica da Guiné* deve ser analisada. Ressalta-se que Zurara não foi um agente da expansão Marítima e segundo alguns estudiosos, como Duarte Leite, ele sequer teve convívio com tais agentes, sendo somente um observador distante. Os dados que recolheu sobre o movimento expansionista são narrativas de terceiros acerca dos feitos henriquinos na África. Note-se, em razão disso, as incorreções geográficas presentes no texto. Contudo, de forma alguma sua obra deve ser desprezada como fonte da história dos descobrimentos portugueses do século XV.

Como já dissemos, A *“Crônica dos Feitos e Conquistas da Guiné”*, foi a primeira obra a tratar dos “descobrimientos” na região da Guiné, sendo bastante reveladora no que concerne às representações portuguesas da África Negra e ao esboço da constituição de um império ultramarino português, ainda que no plano simbólico, fundamentado em ideais missionários cristão. Trata-se do relato dos primeiros contatos de europeus com povos detentores de padrões culturais completamente desconhecidos, bem como da conquista de novos territórios além do Bojador e da colonização das ilhas atlânticas próximas da Costa Africana. Uma obra riquíssima por apresentar diferentes momentos da expansão quatrocentista e as múltiplas impressões dos portugueses em relação ao continente, sua grandeza, sua natureza e os seus habitantes.

O relato do autor é, em muitos pontos, geograficamente impreciso, visto que ele se vale de dados anteriormente especulados e tenta coaduná-los aos dados empíricos advindos do processo de expansão. Em uma perspectiva distinta está a obra de Luís de Cadamosto, navegador italiano que realizou duas viagens a África, ainda na primeira metade do século XV, a sob as ordens do Infante D. Henrique. Seu relato descreve as duas viagens do navegador italiano para a África, em meados da década de 1450. Trata-se de uma narrativa que dialoga bem com a *Crônica da Guiné*, de Zurara, mas ao contrário desta, o relato de Cadamosto é rico em elementos práticos de navegação, tais como a distância de uma paragem a outra, detalhes sobre ventos e correntes marítimas, entre outros. Ressalta-se que após o retorno de Cadamosto à Veneza, em 1463, muitos mapas

do Atlântico Ocidental foram produzidos por cartógrafos italianos o que, para alguns especialistas, denota a influência do autor e sua obra na concepção desses mapas.

O livro de Cadamosto constitui um relato de viagem escrito por ocasião das viagens que fez ao continente africano, relatando as suas impressões pessoais acerca do que pôde observar. Embora preocupado em relatar os acontecimentos ocorridos nas primeiras viagens de exploração à África, Zurara não tomou parte dessas viagens, apenas compilou as histórias das quais teve acesso. Tratamos aqui de duas fontes de naturezas diferentes, escritas com propósitos diversos e sob perspectivas distintas.

Enquanto Cadamosto fora um agente do movimento expansionista, a Zurara restou à tarefa de historiador. Ponto comum aos dois autores é o fato de ambos terem publicado suas obras anos após os fatos por eles narrados. Tratamos aqui não de fatos cuja veracidade seja incontestável, mas de dados de realidade, de concepções e de representações de mundo, os quais embora não correspondam ao real, se constroem sobre o real e, de acordo com Pierre Bourdieu, se fazem acontecer na realidade, pela eficácia própria do que representam (BOURDIEU, 2011, p. 112). Nessa perspectiva, elaboramos algumas tabelas de análise que representam essa relação entre espaço e imaginário, não apenas nas obras de Zurara e Cadamosto, mas também em Diogo Gomes Sintra:

Tabela 4: Geografia e Imaginário

Autor	Página	Topônimo	Espaço e Imaginário
Zurara	200	Terra dos Negros	Encaminharam sua viagem, firmados de seguir o propósito daquele que os mandava; e assim foram navegando por aquele grande mar Oceano, até que chegaram ao rio Nilo, do qual sendo em conhecimento pelos sinais que já disse, filharam duas pipas de água das quais uma trouxeram à cidade de Lisboa. E não sei de Alexandre, que foi um dos monarcas do mundo, bebeu em seus dias água que de tão longe lhe fosse trazia! Daqui foram avante, até que passaram o Cabo verde, e além do qual viram uma ilha, onde saíram pra ver se achariam alguma gente, tendo, porém, acerca de si aquele resguardo.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5: Geografia e Imaginário

Autor	Página	Topônimo	Espaço e Imaginário
Zurara	P. 155	Terra dos Negros	<p>E quando das caravelas viram as primeiras palmeiras e árvores altas, segundo já temos contato, bem conheceram que erram perto do <i>Rio do Nilo</i>, da parte donde vem sair o mar do poente a qual ui chamam Çanaga, Ca o Infante lhes dissera, que depois da vista daquelas árvores pouco mais de vinte léguas, esguardassem pelo dito rio.</p> <p>Todos estes segredos e maravilhas trouxe o engenho do nosso príncipe ante os olhos dos naturais do nosso reino; porque posto que todas as cosas que falei maravilhas do Nilo, por seus olhos não puderam ser vistas, o que fora impossível, grande coisa foi chegarem ali os seus navios, onde nunca é achado por escrituras que outro navio destas partes chegasse; o que é bem de afirmar segundo as coisas no começo deste livro tenho ditas acerca da passagem do Cabo Bojador</p>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 6: Geografia e Imaginário

Autor	Página	Topônimo	Espaço e Imaginário
Cadamosto	150	Rio Gambia	Junto a este rio não seria de admirar encontrar-se boa e fértil terra onde facilmente, achada ela, se podia ter a boa sorte de alcançar ouro, especiarias e outras coisas preciosas.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7: Geografia e Imaginário

Autor	Página	Topônimo	Geografia e Imaginário
Diogo Gomes Sintra	63	Cabo de Tofia	Estas coisas que aqui se escrevem com a devida vênia do ilustríssimo Ptolomeu, que muito de bom escreveu sobre a divisão do mundo, mas nesta parte enganou-se. Escreveu, com efeito, que o mundo se dividia em três partes: uma povoada que ficava no meio do mundo; a setentrional, segundo escreveu não era povoada devido ao frio excessivo;

continua

Autor	Página	Topônimo	Geografia e Imaginário
Diogo Gomes Sintra	63	Cabo de Tofia	escreveu também que na parte equinocial não era habitada devido ao calor excessivo. Descobrimos que tudo era diferente, pois o polo ártico vimo-lo habitado até para além do prumo do polo e bem assim a linha equinocial habitada também por negros e em tão grande multidão de gente que custa acreditar; a parte meridional está coberta de árvores e de frutos, ainda que os frutos sejam de natureza fora do comum e as arvores sejam de tal grossura e tão altas que não dá para crer. Sem mentir digo que vi uma grande parte do mundo, mas nunca vi coisa semelhante a esta.

Fonte: Elaboração própria

5.3 OS PORTUGUESES E OS GUINÉUS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Conforme aponta Anthony Disney, Dinis Dias fez o primeiro avistamento europeu registrado de negros africanos em seu próprio país. O fato ocorreu, em 1444, próximo ao cabo verde e foi relato, posteriormente, por Zurara, na *Crônica da Guiné*. Sobre esse contato entre portugueses e africanos, Disney afirma que teria sido um dos primeiros momentos etnográficos da História da Expansão Marítima Europeia. Para o autor esse encontro consistiu em um:

Marcante primeiro contato entre indígenas e um barco cheio de intrusos brancos. Estes momentos repetir-se-iam muitas vezes nos três séculos e meio seguintes, durante as viagens globais dos portugueses e de outros europeus. Tal como aconteceu neste caso, o aparecimento dos europeus foi muitas vezes acolhidos com intensa curiosidade pelos “descobertos”. No início, suscitou habitualmente uma curiosidade notoriamente descontraída e sem receios, embora dada a converter-se rapidamente em medo e depois hostilidade quando as intenções dos recém-chegados se tornaram mais suspeitas. (DISNEY, p. 296)

Se havia curiosidade dos nativos em relação aos estrangeiros, da mesma forma que os guinéus demonstravam interesse nos europeus, estes também estavam bastante atentos aos costumes e práticas políticas e comerciais dos povos da África Ocidental. As fontes que temos sobre estes primeiros encontros, retratam o olhar do europeu sobre os guinéus. Tal visão do outro serviu para construir algumas imagens destes povos. Por sua vez, tais imagens, em muitos aspectos, ligam-se às expectativas dos europeus, o que faz com que entendamos mais sobre quem eram estes homens que participaram do movimento expansionista, do que sobre aqueles que eles se esforçam em descrever. Dessa forma, entendemos que ao olhar para o outro, os europeus também e principalmente viam e buscavam a si próprios. Não temos relatos feitos pelos povos que habitavam a região da Guiné nesse período, de modo que os sentimentos de estranhamento e curiosidade que estes demonstraram em relação aos europeus, são, na verdade, narrativas dos próprios europeus, descrevendo a percepção que tiveram do comportamento do “outro” nesses primeiros contatos. Sobre a reação dos guinéus a esses primeiros encontros, Cadamosto narra o seguinte:

Estes negros, tanto machos quanto fêmeas, vinham ver-me como ma maravilha, e parecia-lhes coisa extraordinária ver um cristão em tal lugar, nunca dantes visto; e não menos se espantavam do meu traje e da minha brancura. (CADAMOSTO, 1988, p. 141)

São muitas as formas encontradas pelos autores desses relatos para expressar a diferença entre eles e os guinéus. Contudo, observamos, a partir do método de análise de conteúdo, a ocorrência de certos elementos nas descrições de Zurara, Cadamosto e Diogo Gomes Sintra. Tratam-se de tópicos discursivos que se repetem nos três relatos, muito embora tenham sido escritos em contextos e com objetivos distintos. Assim, notamos que ao tratar do “outro”, os autores recorrem a determinados que, de forma geral, relacionam-se com as suas próprias vivências e experiências em sociedade. Na verdade, refletem valores de uma sociedade, denotando assim pontos de identificação dos autores face à sociedade e ao grupo social a que pertencem. Dessa forma, elencamos os seguintes tópicos: Características físicas, Características morais, vestimentas, religião,

alimentação, moradia e rei. Diante disso, nos dedicaremos, doravante à análise de tabelas relativas aos tópicos supracitados, organizamos as tabelas por autores e temas.

a) Descrições físicas e descrições morais

Tabela 8: Descrições físicas

Autor	Página	Topônimo	Características físicas
Diogo Gomes Sinta	65	Cabo Verde	As suas gentes são extremamente negras

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9: Descrições físicas

Autor	Páginas	Topônimo	Características físicas
Cadamosto	115-116	Rio Senegal	E maravilhosa coisa me apreço, que para cá do rio tidos sejam negríssimos; e além de muito pretos grandes e gordos, bem constituídos e para lá sejam os sobreditos Azenegues pardos, enxutos e de pequena estatura e para cá do dito rio

Fonte: Elaboração própria

Tabela 10: Descrições físicas

Autor	Página	Topônimo	Características físicas
Zurara	97	Terra dos negros	E esta gente desta terra verde, é toda negra, e porém é chamada terra dos negros, ou terra de Guiné, por cujo ao os homens e mulheres dela são chamados Guinéus, que quer tanto dizer como negros.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 11: Descrições físicas

Autor	Página	Topônimo	Características físicas
Zurara	97	Lagos (Portugal)	(...) outros tão negros como etiópios, tão desafeiçoados, assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 12: Descrições morais

Autor	Página	Topônimo	Características morais
Cadamosto	147	Pós golfo de Cabo Verde	Estes são grandes idolatras, não tem nenhuma lei e soa homens muito cruéis.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13: Descrições morais

Autor	Página	Topônimo	Características morais
Zurara	79		E aqui haveis de notar que estes negros posto que sejam mouros como os outros, são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição, que depois do dilúvio lançou noé sobre os seu filho Caim, pelo o qual o maldisse que absua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo, da qual estes descendem.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14: Descrições morais

Autor	Página	Topônimo	Características morais
Zurara	79		Ca, pero negros fossem, assim tinha almas como os outros, quanto mais que estes negros não vinham da linhagem de Mouros, mas de gentios, pelo qual seriam melhores, de trazer ao caminho da salvação

Fonte: Elaboração própria

Tabela 15: Descrições morais

Autor	Página	Topônimo	Características morais
Diogo Gomes Sinta	67	Cabo Verde	Avançaram para além , até uma terra de homens malvados chamados Sereres

Fonte: Elaboração própria

Embora tenhamos separado, nas tabelas, as características físicas das morais, escolhemos analisá-las conjuntamente, posto que ambas se confundem, em muitos aspectos, sendo associadas à um tipo de determinismo geográfico, elaborado no plano teológico, o qual considera a hierarquia das disposições dos seres na terra.

Dito isto, considera-se o lugar ocupado pelo Hemisfério Sul na geografia imaginária Idade Média. Claude Kappler atenta para a noção de hierarquia na concepção geográfica do período, levando em conta a lei do alto e do baixo, do superior e do inferior, de modo que a zona habitada, estaria localizada no Hemisfério Norte e, seguindo essa lógica, seria a região mais nobre do planeta. Por outro lado, o Hemisfério Sul estaria corrompido, sendo, portanto, um mundo malformado e degradado (KAPPLER, 1994, p. 32-33). Essa região do mundo representava o *alter orbis*, isto é, “um lugar inacessível, onde tudo corria ao contrário, já que era a parte de baixo da terra” (KAPPLER, 1994, p. 43). Nesse sentido, observa-se a associação que Zurara (tabela 9) faz em relação às feições físicas dos negros e o Hemisfério Sul.

“As suas gentes são todas negras” (SINTRA, 2002, p. 65) ou “esta gente desta terra verde é toda negra” (ZURARA, 1989, p. 97) são formas que Diogo Gomes Sintra e Zurara a característica que marca de imediato a diferença entre os portugueses e guinéus: a cor. A cor negra, no imaginário medieval está relacionada a elementos negativos, ao mau, ao diabólico, inclusive diversas representações do demônio o apresentam na cor negro (ROCHA, 2011, p. 151). Nesse sentido, a própria etimologia da palavra “etíope” que significa “face queimada”, que foi por muito tempo utilizada para designar parte da África e no início da expansão marítima ainda aparece bastante para se referir aos habitantes da região subsaariana, já denota um sentido pejorativo.

A ideia da “África etíope” como região imprópria e avessa à existência humana relacionava-se com a teoria das zonas climáticas que segundo, Jacques Le Goff foi a teoria geográfica mais difundida e estável na Idade Média. Desse modo, a ideia de uma “Etiópia”, que se localizava na Zona tórrida gerou consequências na formulação do imaginário sobre esta região, levando a criação de teorias psicológicas e morais de caráter negativo que apontam para a insalubridade da região, em razão do calor intenso (LE GOFF, 1985, p. 8). Assim,

[...] O clima debilitante não permitia o desenvolvimento saudável, engendrando a incapacidade de agir e pensar com clareza, bem como, de comandar. Essa África negra, era, nesse imaginário universo dos monstros e dos pigmeus. (LE GOFF, 1985, p. 8)

De acordo com a Historiadora portuguesa Maria José Goulão, “A visão do Outro transmitida pela literatura da época é globalizante, não contemplando o retrato, já que o encontro se realiza no plano coletivo e nunca no plano individual.” (GOULÃO, 1994, p. 451-484). Portanto, nesse primeiro momento do processo expansionista português ainda é observada uma noção genérica dos povos negros, que passam a ser chamados de guinéus e não mais ou apenas de “etíope”, mas sem ainda apresentar uma visão mais específica e menos mistificada das populações negras.

Outra questão que se observa nas fontes, em especial em Zurara (Tabelas 11 e 12), é a associação com a bíblia. A África pertence à geração de Noé. De acordo com Le Goff, a região da África negra é definida no antigo testamento como o país dos cuxitas, ou seja, dos descendentes de Cuxe que é filho de Caim, o filho amaldiçoado de Noé. Assim, a “geração” dos negros estaria estigmatizada pela maldade de seu patriarca.

Esquema 2: O outro de acordo com as descrições físicas e morais das fontes do século XV



Fonte: Elaboração própria

b) Vestimentas

Tabela 16: Vestimentas

Autor	Página	Topônimo	Vestimentas
Zurara		Terra dos Negros	As vestiduras que trazem são almexias de coiro, e assim bragas dele; porém alguns honrados têm alquicés; e alguns especiais, que quase são sobre todos os outros, trazem vestidos bons, assim como os outros Mouros, e bons cavalos e boas selas, e boas estrebeiras; mas estes mui poucos. As mulheres vestem alquicés, que são assim como mantos, com os quais somente cobrem os rostos, e por ali entendem que acabam de cobrir toda sua vergonha, Ca os corpos trazem todos nus. Por certo diz aquele que ajuntou esta história, que esta é uma das cousas por que homem pode conhecer sua grande bestialidade.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 17: Vestimentas

Autor	Página	Topônimo	Vestimentas masculinas
Cadamosto	117	Rio Senegal	Quanto ao vestir desta gente quase todos andam nus continuamente salvo que trazem um coiro de cabra posto em forma de Braga com que cobrem as vergonhas; mas os senhores e aqueles que podem alguma coisa vestem camisas de pano de algodão, pois naquela terra produz-se algodão e com ele fiam as suas mulheres e fazem panos de algodão com a largura de um palmo, pois não sabem fazê-los mais largos por não saberem fazer os pentes para os tecer : e assim cosem quatro ou cinco daqueles panos de algodão uns aos outros, quando querem fazer algum trabalho amplo. Quanto à forma as suas camisas são compridas até meia coxa e largas; e têm as mangas largas e curtas até meio braço. Também usam umas bragas do tal pano de algodão, com que cingem o corpo pelo meio; e vão até ao meio do pé; e são sobremodo largas, pois delas v que na boca mediam 30 a 35 palmos e delas ainda 40: quando estão cingidas pelo meio do corpo ficam fraudadas por causa da as largura e comprimento e vem a formar uma bolsa à frente e outra atrás as quais chegam ao chão e quase trazem cauda; e é mais extravagante coisa do mundo, porque andam com as saias largas e trazem cauda.

Fonte: Elaboração própria

Zurara descreve as formas de vestimentas de homens e mulheres da “Terra dos Negros” (Tabela 16) destacando, na forma de vestir dos negros, a distinção social que delas advém. Em geral, usam almexias, que são pedaços de couro que cobrem somente as genitálias, os que estariam em uma posição social superior trazem consigo alquicés, que são uma espécie de túnica, enquanto aqueles que estariam hierarquicamente acima dos demais usam vestidos, comparando, por fim, a hierarquia das vestimentas àquelas observadas entre os mouros.

Para os europeus medievais a vestimenta possuía um significado muito grande, pois designa cada categoria social. “Não se vestir de acordo com a sua condição social equivalia ou a cometer o pecado maior da ambição ou a degradar-se” (LE GOFF, 2005, p. 359). Ao destacar a vestimenta do “outro” os autores buscam entender como as categorias sociais são definidas nessas sociedades.

Quanto aos modos de vestir das mulheres, o autor destaca que a única parte coberta é o rosto, entendido pelos guinéus como a região do corpo feminino onde reside a vergonha. O que traz grande espanto ao cronista que resume tal fato como um traço da bestialidade dos guinéus, revelando, portanto um juízo de valor, que se relaciona com as características morais anteriormente analisadas. Infere-se assim que os nativos são, então, vistos como inferiores aos portugueses.

Em seu relato, Zurara nos oferece poucos dados acerca das etnias encontradas nas terras da Guiné. Assim, não encontramos em sua obra um olhar mais aprofundado sobre os diversos povos das terras além do Cabo Branco. Na verdade, nenhum dos três autores aqui analisados fazem isso com clareza.

O fato de Zurara não se aprofundar na descrição dos povos encontrados na guiné se justifica pelas condições de produção da obra e pelas intenções do autor ao escrevê-la. Acerca da localização desses povos, Zurara, ao contrário de Cadamosto e Sintra, refere-se sempre como “Terra dos negros” ou “Guiné”, para designar as regiões abaixo do Cabo branco.

Cadamosto (Tabela 17) revela uma preocupação muito maior com a posição geográfica das terras relatadas, bem como, um olhar mais apurado acerca dos costumes nativos. Assim como em Zurara, podemos observar na descrição de Cadamosto a tentativa de diferenciar os modos de vestir de homens e de mulheres, bem como de se fazer a distinção entre grupos sociais a partir da vestimenta masculina.

Pela sua própria natureza, o relato de Cadamosto é bem mais rico em detalhes. O autor preocupa-se mensurar o tamanho das roupas, a quantidade de tecido usada para confeccioná-las, as técnicas de costura empregadas. Além disso, aponta os elementos comuns a homens e mulheres, como, por exemplo, a não utilização de calçados e o uso de tranças. Cadamosto apresenta um verdadeiro “relato etnográfico,” lançando sua atenção sobre diversos aspectos das práticas e dos costumes nativos.

A partir de uma análise mais profunda da obra de Cadamosto, é possível identificar com maior clareza as diferenças culturais dos povos nativos da Guiné, bem como as práticas sociais e estruturas políticas distintas que refletem inclusive no tratamento que os portugueses irão desferir a eles. Podemos destacar a partir da demonstração dos modos de representar o “outro” em Zurara e em Cadamosto que ambos utilizaram como parâmetros para descrever os guinéus critérios de distinção de gênero e de grupos sociais, com base na descrição das vestimentas dos nativos.

c) Alimentação

Tabela 18: Alimentação

Autor	Página	Topônimo	Alimentação
Zurara	205	Terra dos negros	Sua vianda pela maior parte é leite, e algumas vezes poucas carnes, e sementes e ervas bravas, que colhem por aqueles montes; e disseram alguns dos que lá foram, que aprecem estas ervas painço desta terra, mas não aí delas muitas. [...]

Fonte: Elaboração própria

Tabela 19: Alimentação

Autor	Página	Topônimo	Alimentação
Cadamosto	118-119	Rio Senegal	Procedem assim: todos os dias de manhã cedo, ao nascer do sol, tem preparadas 3 ou 4 iguarias, cada uma com diversas coisas, quais de carne, quais de peixe e outros manjares mouriscos, conforme seus costumes.

continua

Autor	Página	Topônimo	Alimentação
Cadamosto	118-119	Rio Senegal	Mandam-nas apresentar, pelos escravos, na casa da despensa do dito senhor; de modo que numa hora, acham-se prontas 40 a 50 iguarias; e quando chega em que o senhor quer comer, acha-o sem qualquer preocupação; e assim toma para si, daquelas coisas o que entende. Os restos mandam dar a sua gente, mas nunca dar de comer a essa gente com fartura, pois sempre tem fome. Deste modo vai de lugar a lugar e vive sem se preocupar com a sua comida.

Fonte: Elaboração própria

Acerca da alimentação Zurara (Tabela 18) e Cadamosto (Tabela 19) fazem relatos bem distintos. Enquanto Zurara parece inventariar o tipo de alimentos que se pode encontrar na “Terra dos Negros”, Cadamosto mostrou-se bastante atento aos hábitos alimentares do rei da “Terra de Senega”. Note-se que, assim como as vestimentas, a alimentação também era cercada de simbolismos, constituindo-se como um fator de distinção social para os europeus, de modo que nesse universos, a corpulência era um sinal de privilégio (LE GOFF, 2005, p. 121). Segundo Le Goff, a aparência era valorizada na Baixa Idade Média, sendo esta uma civilização que valoriza os símbolos e os gestos, e nessa perspectiva, o corpo é a primeira aparência (LE GOFF, 2005, p. 355). Assim, de acordo com o autor:

[...] A alimentação é a primeira ocasião para as camadas dominantes da sociedade manifestar a sua superioridade neste domínio fundamental que é o das aparências. O luxo alimentar ocupa o primeiro lugar. Por ele exibem-se os produtos reservados: a caça das reservas senhoriais, os ingredientes preciosos comprados a alto preço, como as especiarias e os pratos raros preparados pelos cozinheiros. As cenas de banquete figuram em um lugar de destaque nas canções de gesta. (LE GOFF, 2005, p. 357)

É uma constatação óbvia que pessoas em uma categoria social privilegiada têm mais alimentos a sua disposição. Desse modo,

espera-se que o “rei” tenha ao seu redor uma vasta oferta de alimento, nesse sentido, o rei do relato de Cadamosto impressiona o comerciante com a sua fartura alimentar.

d) Moradia

Tabela 20: Moradia

Autor	Página	Topônimo	Moradias
Cadamosto	129	Terra de Budomel	Nesta sua aldeia onde estive que se chama a sua casa, pode haver de 45 a 50 casas de palha, todas chegadas umas às outras, formando um redondo, e cercadas em toda a volta, de sebes e estacadas de troncos grossos, deixando só uma abertura ou duas, por onde se entra: e cada uma destas casas é cercada por um quintal, também com sebes.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 21: Moradia

Autor	Página	Topônimo	Moradias
Diogo Gomes Sintra	79	Alcuzet	P.79- [...] fui à sua residência (senhor de alcuzet) onde habitavam muitos negros. As suas casas são feitas de canas marinhas cobertas de colmo.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 22: Moradia

Autor	Página	Topônimo	moradia
Zurara	204	Terra dos negros	Na terra dos negros não outro lugar cercado se não aquele a que eles chamam de Oadem, nem povoação algumas que estão à beira do mar, de casas de palha

Fonte: Elaboração própria

Outro tópico valorizado pelos autores quatrocentistas e que também se relaciona com a questão da distinção social é a moradia. Cadamosto (Tabela 20), Sintra (Tabela 21) e Zurara (Tabela 22) atentam para diversos aspectos relativos à moradia, como a forma das casas, o tipo de arquitetura, as saídas de ar e os materiais com que as casas eram

construídas. De acordo com Le Goff, casa é a última manifestação de distinção social. Se para os pobres da Idade Média, tanto no campo quanto na cidade, o risco de perder a suas moradias para as intempéries na natureza ou para o fogo era uma realidade sempre presente, para os membros da nobreza este risco era demasiado afastado. O castelo era sinônimo de segurança (LE GOFF, 2005, p. 360). Na Guiné, os europeus não vão encontrar grandes fortalezas. Nem mesmo os reis e os grandes senhores possuíam moradias que se comparassem aos castelos medievais. Os materiais e as técnicas de construção, bem como a disposição das casas eram muito simples em comparação com o que se via na Europa no mesmo período.

e) Religião

Tabela 23: Religião

Autor	Página	Topônimo	Religião
Cadamosto	119	Rio Senegal	A fé destes primeiros negros é maometana; mas nem por isso estão bem firmes na fé (como estes mouros brancos), particularmente a gente miúda. Os senhores, porém, seguem aquela crença, porque tem continuamente consigo alguns pretos azenegues ou algum árabe (pois igualmente por lá aparecem um ou outro). E estes dão algum ensino, aos sobreditos senhores, da sobredita fé maometana, dizendo-lhes que seria para eles enorme vergonha serem senhores e viverem sem qualquer lei de Deus e fazerem como fazem os seus povos e gente miúda, que vivem sem lei. Deste modo , por não terem tido nunca outra convivência senão com os sobreditos azenegues ou com algum árabe, foram levados os sobreditos senhores para a fé maometana. Mas desde que tem tido conversação e familiaridade com os cristãos, creem ainda menos porque agradando-lhes muito os nossos costumes e vendo ainda as nossas riquezas e o nosso engenho em todas as coisas em relação a eles dizem que o deus que nos deu tantas boas coisas mostra sinais de grande amor para conosco, o que não podia ser se não nos tivesse dado boas leis; mas que não obstante, também a sua lei de Deus, e que nela se pode salvar tanto como nós na nossa, etc.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 24: Religião

Autor	Página	Topônimo	Religião
Cadamosto	131	Terra de Budomel	<p>- E chamava os seus azenegues ou árabes, que eles têm continuamente em sua cada, quase como nós aos nossos padres, pois são os que lhes ensinam as leis rezava o dito Budomel de pé: dava duas palavras e dizia algumas palavras em voz baixa, e olhava para o céu. Depois lançava-se ao comprido por terra e depois beijava a terra; e o mesmo faziam todos os outros com ele. Depois levantava-se e fazia o mesmo, por espaço de 10 a 20 vezes. Gastava a rezar o tempo de um quarto de hora. Depois quando acabava perguntava o que é que me parecia. é porque ele tinha grande prazer em ouvir falar coisas da nossa fé, dizia-me que lhe dissesse alguma coisa da minha fé: de modo que eu lhe dizia que a sua fé era falsa e que aquele que lhe ensinava semelhante coisa eram ignorantes da verdade; e, presentes aqueles seus mouros reprovava a lei de Maomé, como má e falsa, por muitas razões; e a nossa ser verdadeira e santa: de modo que eu fazia irritar aqueles mouros, mestres da sua lei. O senhor ria disso e dizia que a nossa fé ele tinha por boa, pois não havia deixar de ser visto que Deus nos havia dado tantas coisas boas e ricas, e tanto engenho e saber, igualmente nos devia ter dado boa lei; e que ele achava que, com boas razões, os seus negros se pudessem salvar do que nós Cristãos; porque Deus era senhor justo; e a nos neste mundo, nos havia dado muitos bens de diversas coisas e a seus negros quase nada, em relação a nós; portanto, havendo-nos Deus dado o paraíso, a nós, para cá, eles deveriam tê-lo para lá. Nestas semelhantes coisas mostravam boas razões e bom entendimento de homem. E muito lhe agradava o que lhe dizia respeito aos cristãos: e eu estou certo de que muito facilmente se podia converter a fé cristã, se o medo de perder o posto não se lhe apresentasse; pois o sobrinho mo disse; ele mesmo tinha prazer em que eu lhe falasse da nossa lei; e dizia-me que era boa coisa ouvir a palavra de Deus.</p>

Fonte: Elaboração própria

A religiosidade é outro fator que aparece nos três autores. Os negros eram entendidos como idólatras ou “maometanos”, mas no relato de Cadamosto (Tabela 23) o autor sugere que estes não são

tão firmes nesta fé. Ao contrário, desde que tiveram contato com os cristãos mostraram bastante interesse no cristianismo, considerando que, de acordo com o autor, se agradaram muito dos costumes dos cristãos, além de terem ficado impressionados, com as suas riquezas. Quando se refere a “Budomel” (Tabela 24), o autor afirma que o rei “tinha grande prazer em ouvir falar coisas da nossa fé” (CADAMOSTO, 1988, p. 131). De modo que para Cadamosto a única razão de Budomel seguir na fé maometana era o medo de perder a sua posição política. O autor demonstra em seus relatos (Tabelas 23 e 24) a militância em nome do cristianismo e certa determinação em apresentar a sua fé, que ele considera única e verdadeira, traço característicos do universalismo cristão tardo medieval, aos povos com quem ele entra em contato.

Também nos chama a atenção a forma como o autor menospreza a religiosidade alheia, afirmando que os nativos não são “firmes” na fé maometana ou que, como no caso de Budomel, sua conversão seria fácil, não fossem fatores de outra ordem que não a política. A religião figura no relato do autor também como um traço de distinção não só entre os cristãos e os guinéus, mas também entre os cristãos e os mouros, uma vez que estes, considerados infiéis e inimigos da cristandade, não têm a sua fé negada ou subestimada. Por outro lado, os guinéus são considerados de fácil conversão, denotando aqui um tratamento diferenciado em relação a estes povos quando comparados ao tratamento dado aos povos da região magrebina.

f) Organização Política

Tabela 25: Organização política

Autor	Página	Topônimo	Rei
Cadamosto	128	Terra de Budomel	Segue o modo de viver do rei : tem umas casas no campo destinadas à habitação do senhor e de suas mulheres, e de toda a sua família porque não estão fixados nunca em um lugar .

Fonte: Elaboração própria

Tabela 26: Organização política

Autor	Página	Topônimo	Rei
Cadamosto	129	Terra de Budomel	P. 129 (...) Neste lugar Budomel tinha nove mulheres (e outras muitas mulheres ele tem que estão repartidas por vários lugares). Cada uma dessas mulheres tinha 5 ou 6 raparigas negras que a servem. E é lícito ao senhor dormir tanto com as servas das mulheres quanto com as mulheres; nem as ditas mulheres têm isso por injúria por ser assim o costume. Deste modo, o sobredito Budomel, muda cada noite de repasto. E são estes negros e negras muito luxuriosos, porque uma das coisas principais que instantaneamente me pedia Budomel era estando informado de que nós Cristãos sabíamos fazer muitas coisas, se , porventura não poderia ensinar-lhe a maneira dele poder contentar muitas mulheres; pois me pagaria por qualquer preço. Pelo que podeis avaliar quanto se esforçam por luxuriar , o que faz com o que os seus senhores sejam muito ciumentos de suas mulheres; e assim não consentem que ninguém entrem em onde estão suas mulheres; e nos seus próprios filhos não se fiam

Fonte: Elaboração própria

Tabela 27: Organização política

Autor	Páginas	Topônimo	Rei
Cadamosto	129-130	Terra de Budomel	Este Budomel tem sempre 200 negros em casa, pelo menos, os quais, continuamente o seguem e vão com ele: verdade seja que uns vão e outros vêm; não falando nestes, nunca faltava gente em quantidade, pois o vinham procurar de diversos lugares. Há chegar em casa deste Budomel, há sete quintais, fechados e grandes, que dão uns para os outros. No meio de cada um destes quintais há uma grande árvore, para que os que esperam nesses tais quintais possam sempre acolher-se à sombra. Por estes quintais estão de grau em grau, conforme as pessoas e a sua dignidade; isto é, no primeiro quintal estão família e gente miúda; mais além estão outros de mais categoria; e assim de grau em grau até a porta do senhor Budomel. Pouquíssimos homens ousam chegar à sua porta, a não ser os cristãos, pois os deixam andar livremente; e os Azenegues (que são os que ensinam a lei de Maomé). A estas duas nações é dada mais liberdade do que aos negros seus naturais e a quem quer que seja.

continua

Autor	Páginas	Topônimo	Rei
Cadamosto	129-130	Terra de Budomel	<p>Este Budomel mostrava seu estado deste modo: não se deixava ver a não ser uma hora pela manhã e, igualmente, pela tarde, um outro bocado; estando, durante este tempo, no seu primeiro quintal, junto da porta de casa, onde não entravam senão homens de importância e, principalmente, os estrangeiros. Usam também de grandes cerimônias. Quando estes tais senhores dão audiência a alguém: porque quando vinha perante este Budomel alguém para lhe falar, por principal que ele fosse ou por muito seu parente, à entrada da porta do quintal, haviam de lançar-se de joelhos com ambas as pernas e com a cabeça bem para baixo e com ambas as mãos até a lançar areia para tras das costas e para cima da cabeça, estando inteiramente nu. Desta maneira sauda o seu senhor, pois ninguém se atrevia a vir a ele para lhe falar que não se pusesse nu, apenas com as ceroulas de couro que trazem para cobrir as vergonhas.</p> <p>Depois aproximam-se mais dele não se levantando nunca, mas rojando-se com os joelhos por terra e as pernas. E quando ele está junto do senhor, dois passos, detém-se falando e expondo o seu caso. Lançando sempre areia para as costas, de cabeça baixa em sinal de muito grande humildade. O senhor aparenta vê-lo muito pouco e não deixa de falar com este ou com aquele; depois quando o vassalo já muito falou, com arrogante frieza, dá-lhe uma resposta em duas palavras. Nisto reserva tanta altivez e reserva que ainda que Deus estivesse na Terra não creio que mais honra nem reverência se lhe pudesse fazer do que aquela que fazem estes negros aos seus senhores. Tudo isso me parece do grande temor e medo que tem deles, porque à mais pequena falta que cometam, o senhor manda prender mulher e filhos, e manda-os vender como escravos: pelo que nestas duas coisas parece-me que tem modos de senhor e mostram estado, isto é, no séquito de gente, em deixar-se ver poucas vezes e em serem muito reverenciados por seus súditos</p>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 28: Organização política

Autor	Página	Topônimo	Rei
Cadamosto	120	Rio Senegal	E deveis saber que este rei não é nada semelhante ao nosso rei da cristandade: porque o rei é senhor de gente selvagem e muito pobre; e não há no país nenhum lugar nem cidade murada, senão aldeias e casas de palha (que eles não sabem fazer casas de paredes porque não tem cal e tem grande falta de pedras). (...) o modo de vida deste rei é o seguinte: não tem rendimento certo, além daquele que lhe dão os senhores deste país para estarem de bem como ele; os quais presentes são de cavalos que lá muito apreciados, por deles haver falta, arreios de cavalo e algum gado, isto é vacas e cabras, e alguns camelos e coisas semelhantes a estas. Este rei vive também com outros roubos que faz e tem sempre muitos escravos negros que manda pilhar não só no país como em outros países vizinhos. Destes escravos ele se serve de muitos modos; fá-los principalmente trabalhar no cultivo de certas terras e propriedades a ele destinadas. Muitos deles vendem-se aos mercadores azenegues que lá aparecem com cavalos e azenegues (e vendem também aos cristãos desde que os ditos cristãos começaram a mercadejar na terra dos negros.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 29: Organização Política

Autor	Página	Topônimo	Rei
Diogo Gomes Sintra	77	Quioquia	Disseram que o rei era borneli e que toda a terra dos negros, pela parte direita do rio estava sobre o seu domínio e a ele sujeita e que ele habitava na cidade de Quioquia Disseram também que ele era senhor de todas as minas e que ele tinha diante da porta de sua residência uma pedra de outro, tal como nasce da terra, ou seja, se ter passado pelo fogo, de tal tamanho que a custo vinte homens poderiam mover; que o rei costumava prender seu cavalo a ela e que mantinha aquela pedra ali não pelo valor, mas pela dignidade de um achado de tanta grandeza; que os nobres de sua corte trazem no nariz e nas orelhas argolas de ouro puro.

Fonte: Elaboração própria

Podemos observar análises acerca do modelo de rei encontrada tanto em Cadamosto quanto em Sintra são pautadas por uma concepção de rei e realeza europeia, que por sua vez está diretamente relacionada com a noção de Cristandade. Na descrição, o autor destaca sempre o que é diferente daquilo que conhece na Europa (Tabela 26). A identidade é construída a partir da negação do outro.

Observamos também que ao descrever o modo de viver dos reis africanos, Cadamosto o faz com base em ancoragens em modelos de realeza que lhe são conhecidos. Desse modo, podemos destacar que a construção da alteridade se faz com base no que na teoria das representações sociais convencionou-se chamar de ancoragem. Processo este que, De acordo com Jodelet, resulta da integração cognitiva do objeto que se representa a um sistema de pensamento social previamente constituído (JODELET, 1984, p. 39). Em outras palavras, podemos dizer que todas as vezes que nos deparamos com algo novo buscamos interpretá-lo com base naquilo que já conhecemos.

Os relatos de Cadamosto, Zurara e Diogo Gomes Sintra constituem fontes riquíssimas para o estudo da expansão portuguesa no século XV. Note-se que estas fontes se cruzam em muitos momentos da narrativa. Os três autores descrevem, ao longo de suas obras, o processo de colonização nas ilhas atlânticas e sua incorporação às práticas comerciais portuguesas. O mesmo acontece com os relatos acerca da penetração na Guiné. Observamos quanto a isso uma preocupação em descrever as correntes as marítimas, o tipo de embarcação adequado para cada trecho

Ao utilizarmos uma fonte como a *Crônica da Guiné* que traz uma série de histórias de viajantes e suas impressões sobre o outro, necessitamos buscar recursos metodológicos que ultrapassem os limites da ciência histórica. A alteridade presente no olhar de europeus tardo-medievais, nos aproxima de uma etnografia histórica, tratando aqui da descrição que homens de uma determina época fazem daqueles que lhes são externos.

Na crônica de Zurara muitas são as passagens em que viajantes portugueses, em geral cavaleiros, descrevem a exuberância da natureza, a qual parece chamar mais a atenção do que o povo que habita a região. A descrição das pessoas preocupa-se em apontar as diferenças físicas e de que forma estas maravilham os viajantes, mas pouco se fala acerca das estruturas políticas e sociais observadas

no local, que parecem ser ignoradas pelos estrangeiros que vem os nativos apenas como presas a serem tomadas.

No relato de viagem de Cadamosto, observamos descrições mais detalhadas acerca dos costumes e das relações de poder em diferentes partes da Guiné o que revela com maior clareza que os portugueses estabeleciam hierarquias entre os reinos africanos e que mantinham relações com aqueles que mais vantagens lhe oferecessem. No mesmo sentido, encontra-se o relato de Diogo Gomes Sinta, que oferece muitas informações acerca das riquezas e possibilidades comerciais encontrada em cada região, bem como dos povos com os quais as relações comerciais foram estabelecidas.

Tomando por base a relação entre espaço e alteridade, considera-se que o outro no imaginário medieval estava diretamente relacionado ao espaço (ZUMTHHOR, 1994, p. 249). Esse espaço, que se constitui não só no campo geográfico, mas também no social, sofre significativas modificações com o início das grandes navegações, alargando-se consideravelmente e na mesma medida ocorrem alterações em suas formas de representação. Tal alargamento se dá tanto de maneira concreta quanto abstrata, de modo que ele pode ser observado no imaginário do período. Dessa forma, a constatação de que determinados dados geográficos não eram reais, no sentido de sua concretude, não desconsiderou, por exemplo, o imaginário sobre seres fantásticos e criaturas monstruosas, que supostamente habitavam terras longínquas, ocorrendo assim uma ampliação das fronteiras desse imaginário e, por conseguinte, uma atualização do mesmo.

O estabelecimento da alteridade, a partir da delimitação do outro, espacial, social ou moralmente, possibilita a estruturação do “e” e do “nós”. Nesse sentido, observou-se que o contato com outros indivíduos e outros espaços serviram para fomentar uma identidade europeia, baseada na afirmação e exaltação dos elementos políticos e religiosos do ocidente e na negação do “outro” e de tudo que destoasse desse universo. Muito embora esses “outros” tenham passado a se relacionar com o mundo europeu a partir do século XV, fosse pelas práticas comerciais ou pelas conversões religiosas, as fronteiras simbólicas que os separavam o “nós” estava bastante consolidada. Considera-se, por fim, a afirmativa de Paul Zumthor de que “toda sociedade experimenta a necessidade vital de se opor a algum outro para afirmar o seu ser” (ZUMTHHOR, 1994, p. 249).

CONCLUSÃO

Em 1978, o intelectual palestino Edward Said publicou o livro *orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Esta, que é considerada sua obra mais importante, discute como as noções de Oriente e Ocidente estão muito além de denominações geográficas e que o *oriente* como conceito não é algo inerente, criado pela natureza, mas sim uma construção histórico-cultural. Uma das premissas do autor, afirma ser a relação entre oriente e ocidente uma relação de poder e dominação. As reflexões de Said nos ajudam a pensar no caso do continente africano e de como este foi simbolicamente e territorialmente dominado pelos europeus, que forjaram uma noção de África que se perpetua no pensamento ocidental. Dessa forma, observa-se a existência de duas Áfricas: uma concreta e uma inventada.

A ideia da África como uma invenção ou construção ocidental também vem sendo bastante trabalhada por intelectuais africanos, destacando-se, nesse sentido, o filósofo congolês Valentim Mudimbe. Na verdade, desde a década de 1960, motivados pelos movimentos emancipacionistas, muitos intelectuais de diversos países da África esforçam-se para criar uma nova imagem da África, desvinculada do discurso eurocêntrico. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do movimento pan-africanista e de figuras como o filósofo beninense Cheik Anta Diop. Importa assinalar que a produção historiográfica africana é de extrema relevância para que passemos a enxergar a África a partir de dentro e não somente sob o olhar do outro.

Quando compara a Europa do final da Idade Média a outras civilizações, como a chinesa, que, no mesmo período, era a mais poderosa do mundo, o historiador francês Jacques Le Goff, afirma que as ideias e práticas sustentadas pelos europeus garantiram sua notável expansão no século XV. Tal expansão representa o momento da tomada de consciência e da afirmação europeia. Esta afirmação europeia, essa gênese identitária, se deu pelo contato com o outro e tal contato, muitas vezes ocorreu de forma violenta, estabelecendo um distanciamento entre os europeus e outros povos e outros espaços. Esta negação de outras formas de ser e a exaltação de uma superioridade dos europeus em relação aos demais povos pode ser

observada nos discursos produzidos pelos conquistadores em relação aos dominados na África, na Ásia e, por fim, na América.

Sustentamos e demonstramos a hipótese de que o contato com o outro contribuiu para fomentar uma identidade europeia e, nessa perspectiva, as representações do outro, quer seja o espaço ou os habitantes, foram elementos que atuaram como constitutivos do “eu” e do “nós”, de modo que a apreensão do externo e de tudo aquilo que lhe é estranho refere-se, também, ao entendimento de si.

Para tanto, utilizamos diversas abordagens e conceitos da Nova História Cultural. Observa-se que o surgimento da África como problema para os historiadores é relativamente recente. Como dissemos, a historiografia atual tem cada mais trabalhado questões referentes ao continente africano e sua diversidade. Nesse sentido, destacam-se as mudanças que a Nova História Cultural trouxe em termos de teoria e metodologia, bem como a ampliação do rol de fontes a serem objetos de pesquisa. Acerca da importância de tal corrente historiografia, o historiador britânico Peter Burke, aponta para a pertinência da incorporação do que ele chama de “conceito amplo de cultura” nas pesquisas históricas.

Nessa perspectiva, destacam-se os estudos do antropólogo norte americano Clifford Geertz, os estudos de Marshall Sahlins sua contribuição para o desenvolvimento da antropologia histórica e, mais recentemente, a noção de cultura como “invenção” do antropólogo Roy Wagner. Desse modo, a noção de cultura, no sentido amplo, serviu como ponto de partida para pensarmos determinadas questões caras a este trabalho, como as noções de representações sociais, identidades e alteridade.

Discutimos aqui a relação entre os conceitos de representações, representações sociais e ideologia, considerando a sua importância para as ciências humanas, de forma geral, e a História, especificamente. No que concerne à relação de tais conceitos com as problemáticas desta pesquisa, demonstramos como as representações sociais fornecem subsídios para a apreensão do outro e de si próprio no bojo de uma determinada sociedade, relacionando-se assim às noções de identidade e alteridade.

A partir do levantamento de diversos tipos de fontes que tratavam da África no século XV, mostramos ser possível a utilização de textos literários, crônicas e cartas náuticas, ou seja, fontes com

natureza tão distintas, para o estudo das formas de representação da Guiné na Baixa Idade Média.

Retomando à questão conceitual, discutimos e analisamos a noção de espaço e as formas como ele fora apreendido e representado no período medieval, demonstrando como o espaço, entendido não só como elemento físico, mas principalmente como elemento sociocultural, é essencial para a cultura de uma determinada sociedade e para a formação e consolidação de identidades.

Nesse sentido, as fontes cartográficas aqui utilizadas serviram para exemplificar como se dá a apreensão do espaço através de representações e de como estas representações estão imbuídas de um caráter ideológico, referente à sociedade em que foram concebidas. O trabalho cartográfico está intimamente ligado ao domínio, ainda que simbólico do espaço e também é capaz de produzir um discurso sobre este. Assim, podemos afirmar que os mapas nunca estão desprovidos de um discurso ideológico.

Considerou-se também a noção de espaço vivido tanto para a geografia crítica quanto para a geografia cultural e a aplicação de tal noção nos trabalhos de história cultural. A partir desse referencial, o espaço é entendido como uma construção elaborada a partir das relações e práticas sociais. Tal perspectiva mostrou-se bastante a fim com este trabalho, visto que analisamos a construção de um novo espaço a partir da relação entre os europeus e os africanos, bem como dos europeus com a própria África, em seus aspectos geofísicos e da percepção desse espaço também como um elemento de alteridade.

Encerrar um trabalho é sempre o momento de se fazer novas reflexões. Assim, assinala-se para a necessidade de se buscar outros tipos de fonte, como as fontes arqueológicas e a tradição oral. Reconhece-se, por fim, que este trabalho apresentou somente alguns caminhos de interpretação para o tema aqui proposto. Todavia, esperamos ter contribuído de alguma maneira para os estudos da região da Guiné, no período pré-colonial, e para os estudos dos primeiros contatos entre europeus e africanos, bem como para a compreensão das formas de apreender o espaço na Baixa Idade Média e das relações de alteridade e identidade.

Entendemos que, embora este trabalho esteja circunscrito em um determinado período histórico, no caso a transição da Idade Média para a Modernidade, questões referentes à Identidade e

Alteridade são atemporais. Nesse sentido, atenta-se para a importância de se discutir e entender tais questões neste início do século XXI, momento no qual assistimos a emergência de ideias perigosas até então julgadas mortas ou adormecidas e que já podem ser consideradas uma ameaça a médio prazo, sobretudo, a partir do fechamento paulatino das fronteiras de um mundo que até então se dizia “globalizado”.

Adriano de Freitas Carvalho.

Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos
Descobrimentos Portugueses, 1988.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, Paulo. **Do Azambujeiro bravo à mansa oliveira**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997. Cópia reprografada.

AIRAUD, Frédéric; SY, Oumar; CAMPREDON, Pierre. Descobrimo o ambiente costeiro da África Ocidental. **Caderno dos Conhecimentos**, Guiné-Bissau, 2011.

ALBUQUERQUE, Luís de. **Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses**. 2 v. Lisboa: Caminho, 1994.

ALBUQUERQUE, Luís de. Cartógrafos. *In*: CHANDEIGNE, Michel. **Lisboa Ultramarina, 1415-1580**: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ALBUQUERQUE, Luís de. Introdução. *In*: MARQUES, Alfredo Pinheiro. **Origem e desenvolvimento da cartografia à época dos descobrimentos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

ALBUQUERQUE, Mário. **O significado das Navegações**. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, p. 50, 1930.

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesco. Cartografia e viagens. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (orgs.). **História da Expansão Portuguesa**. 5 v. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 1.

ALEXANDRE, Marcos. **Representação social**: uma genealogia do conceito. *Comum*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, 2004.

ALMAGIÀ, Roberto. Notizie di quattro carte nautiche dela R. Biblioteca Estense. *In*: La Bibliofilia, anno XXVII, disp. 10-11, Firenze, 1926, p. 337-347, *apud* MARQUES, Alfredo Pinheiro. Adendo à Portugaliae monumenta Cartográfica. *In*: CORTESÃO, Armando. **Portugaliae**

monumenta Cartográfica, v. 6, 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1987.

ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias. **Monumenta Henricina**. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário de Morte do Infante D. Henrique, 1960.

AMARAL, Clinio. **A Construção de um Infante Santo em Portugal**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

AMARAL, Clinio. **O Culto ao Infante Santo e o Projeto Político de Avis (1438-1481)**. Tese. Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

ANTT, Livraria, cod. 1928, fl 126v. *In*: ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias. **Monumenta Henricina**. Coimbra: Comissão executiva das comemorações do V centenário de morte do Infante D. Henrique, 1960, v. IV. Documento 101, p. 203.

AZNAR VALLEJO, Eduardo. **Viajes y descubrimientos en la Edad Media**. Madrid: Síntesis, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Luís Filipe. **Gomes Eanes de Zurara e o problema da “crónica da Guiné”**. *Studia*: Lisboa, v. 47, p. 311-369, 1989.

BARROS, José D’Assunção. **História, espaço e tempo: interações necessárias**. *Varia hist.* [online]. 2006, v. 22, n. 36, p. 460-475. ISSN: 0104-8775. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>. Acesso em: 16 de julho de 2016.

BARROS, José D’Assunção. **As Três Imagens do Rei – o imaginário régio nas cantigas trovadorescas Portuguesas (Séculos XIII e XIV)**.

1999. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

BASCHET, Jérôme. **A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América.** Tradução: Marcelo Rede. Prefácio Jacques Le Goff. São Paulo: Globo, 2006.

BASCHET, Jérôme. **L'iconographie médiévale.** Paris: Gallimard, 2008.

BAPTISTA, Maria Manuel. **Estereotopia e Representação Social: uma abordagem psico-sociológica.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 1996.

BENSAÚDE, Joaquim. **A cruzada do Infante D. Henrique.** [S.l.]: [s.n.], 1959.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** São Paulo: UNB - Imprensa Oficial, 2004. 2 v.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni. (orgs.). **Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p. 281.

BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico. **Coisas Ditas,** São Paulo, 1990.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOXER, Charles R. **The Portuguese Sea Born Empire.** Nova York: Knopf, 1969.

BRÁSIO, António. A ação missionária no período henriquino. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique [S.l.]: [s.n.], 1958.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

BRESC, Henri. “Mar”. *In*: SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: EdUSC, 2002. 2 v.

BURQUE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: EdUNESP, 2011.

BURQUE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURQUE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURQUE, Peter. **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: EdUNESP, 2011.

CADAMOSTO, Luís de. **Navegações de Luís de Cadamosto**. Lisboa: Instituto para a alta cultura, p. 85, 1944.

CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.

CADAMOSTO, Luís de. **Crônica de D. Pedro de Meneses**. Nota de apresentação de J. Adriano de Freitas carvalho. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. *In*: Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. v. 1. São Paulo: EdUSC, 2002.

CARDOSO, Ciro. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: EdUSC, 2005.

CARDOSO, Ciro. **Narrativa, sentido, História**. Campinas: Papirus, 1997.

CARDOSO, Ciro. **Uma opinião sobre as representações sociais**. In: Representações-Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p. 9-29.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHANDEIGNE, Michel. **Lisboa Ultramarina, 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras, Dourados (MS)*, v. 13, n. 23, p. 15-29, jan.-jun. 2011.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Portugal na época dos descobrimentos. **Revista História das Ideias**, 1992.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORTESÃO, Armando. **History of Portuguese Cartography**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971. v. 2.

CORTESÃO, Armando. *Portugalia Monumenta Cartográfica*. Lisboa: Comissão para as comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960. CORTESÃO, Armando. **História da cartografia portuguesa**. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1969, v. 1.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, 3 v.

CORTESÃO, Jaime. **Os portugueses na África**. Lisboa: Portugalia, 1968.

CORTESÃO, Jaime. **A política de sigilo nos descobrimentos: nos tempos do infante D. Henrique e de D. João II**. Lisboa: *s.n.*, 1960.

COSTA, Ricardo da. **A Guerra na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. Tradução: José Augusto Ribeiro. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

CURTO, Diogo Ramada. A literatura e o império: entre o espírito cavaleiresco, as trocas da corte e o humanismo cívico. *In: BETHEN*

COURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirt (Orgs.). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1997, v. 1.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais**. Campinas: Unicamp, 2009.

DELORT, Robert. **La vie au Moyen Age**. Paris: Seuil, 1982.

DEVISSE, Jean; SHUBI Labibi. A África nas relações intercontinentais. *In: NIANE, Djibril Tamsir (org.). História Geral da África*. Brasília: UNESCO, 2010, v. 4.

DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos. *In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral de África. Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, v. 1, cap. 13.

DIOP, Cheikh Anta. **Civilization ou Barbarie**. Paris: Présence Africaine, 2008.

DOMINGUES, Francisco Contente. Da exploração do Atlântico à demanda do oriente: caravelas, naus e galeões nas navegações portuguesas. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (Orgs). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1997, v. 1.

DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

EAGLETON, Terry. **Ideología, Uma introducción**. Barcelona: Paidós, 1997.

ERDMANN, Carl. **A ideia de cruzada em Portugal**. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral de África. Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010, v. 1.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. *In*: **Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 41-63.

FARINHA, António Dias. Norte da África. *In*: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

FERNANDES, Fabiano. O “**Reino de Deus e a Espada do Rei**”: a formação do poder eclesiástico da Ordem de Cristo nas Comendas de Ega, Soure, Redinha e Pombal na primeira metade do século XIV. 2 v. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. **O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: Análise do Mito Afonsino (Século XIII – XV)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

FONSECA, Luís Adão da. **Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

FONSECA, Luís Adão da. **O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI**. Disponível em: www.Scielo.br Acesso em: 19 ago. 2013.

FONSECA, Luís Adão da. A consciências da Europa no horizonte da expansão portuguesa. **Revista Camoniana**, Bauru, 2001.

FONTES, João Luís Inglês. Cruzada e Expansão. A bula sane Charissinus. **Lusitânia Sacra. Revista do centro de Estudos de história religiosa**. Lisboa, 1995. Tomo VIII. Confrarias, religiosidade e sociabilidade: século XV a XVIII. 2. Série.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, jan.-abr. 2004.

FREIRE, Neison Cabral Ferreira; FERNANDES, Ana Cristina de. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, **Atas...**, Recife, 2010.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **Viagens e viajantes, Almocreves, Bandeirantes, Tropeiros e Navegantes**. *In*: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO, 3. Niterói: FAPERJ, 1996.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **Era no tempo do rei**. Tese Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995. Cópia reprografada, p. 4.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1523)**. Tese. (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, USP, São Paulo, 1985.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **O Atlântico e o além-mar no discurso poético-dramaturgo**. In: Brasil e Portugal: unindo as duas margens do Atlântico. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2013, p. 287-302.

GASPAR, Joaquim Alves. **From the Portolan Chart of the Mediterranean to the Latitude Chart of the Atlantic**: Cartometric Analysis and Modeling. Lisboa: ISEGI/UNL, 2010.

GASPAR, Joaquim Alves. Using Empirical map projections for modeling early nautical charts. In: RUAS, Anne (org.). **Advances in Cartography and Giscience**. Berlin: Springer-Verlag, 2011, v. 2, p. 227-247.

GASPAR, Joaquim Alves. De la Méditerranée à l'Océan: Nouveaux problèmes, nouvelles solutions. In: HOFMANN, Catherine *et al* (org.). **L'Âge d'or des cartes maritimes - Quand l'Europe découvrait le monde**. Paris: Seuil & Bibliothèque Nationale de France, 2012, p. 126-135.

GASPAR, Joaquim Alves. Pedro Nunes e a Carta de Marear. In: FIOLHAIS, Carlos *et. al.* (org.). **História da Ciência Luso-Brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 35-49, 2013.

GINSBURG, Carlo. **Olhos de madeira. Nove Reflexões Sobre a Distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962.

GOMES, Saul António. **D. Afonso V**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

GOULÃO, Maria José – O negro e a negritude na arte portuguesa no século XVI. In: **A Arte na Península Ibérica ao tempo do Tratado de Tordesilhas**. Coimbra: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 451-484, 1994.

GUARESCHI, Pedrinho. **Representações Sociais e Ideologia**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, p. 33-46, 2000.

HARLEY, John Brian. Maps, Knowledge and power. In: COSCROOVE, Denis; DANIELS, S. **The iconography of landscape**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HARVEY, David. Space as a keyword. *In*: Castree, N.; Gregory, D. (orgs.). **David Harvey: a critical reader**. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**, v. 14, n. 28, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551>. Acesso em: 12 de julho de 2014.

JODELET, Denise. Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie. *In*: MOSCOVICI, S. **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. Formes et figures de l'altérité. *In*: SANCHEZ-MAZAS, Margarita; LICATA, Laurent. **L'Autre: regards psychosociaux**. Grenoble: Les Presses de L'Université de Grenoble, 2005.

KAPPLER, Claude. **Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média**. São Paulo: Martins fontes, 1994.

KING, Larry. "Introdução". *In*: ZURARA, Gomes Eanes. Crônica de D. Duarte de Meneses. **Edição diplomática de Larry**. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978.

KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África**. Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1.

KRUS, Luís. O imaginário português e os medos do mar. *In*: NOVAIS, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 95-106.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: EdUSC, 2002, 2 v.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **As raízes Medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000) Primeira versão: fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. Cidade do México: Fundo de Cultura Económica, 1983.

LEITE, Duarte. **Acerca da crônica da Guiné**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1941.

LOPES, Oscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto, 1976.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2014.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: no alvorecer da modernidade. O enquadramento do Espaço Nacional**. v. 2.

MALEVAL, Maria Tavares do Amparo. O discurso de conquistadores e conquistados nas crônicas de Zurara. *In*: *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro: **Real Gabinete Português de Leitura**, 1994.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da Leitura**. São Paulo: Cia das Letras, s/d.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **Nova História da Expansão Portuguesa: a expansão quatrocentista**. Lisboa: Estampa, 1998.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **Origem e desenvolvimento da cartografia à época dos descobrimentos**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988.

MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. Adendo à *Portugaliae monumenta Cartográfica*. *In*: CORTESÃO, Armando. **Portugaliae monumenta Cartográfica**. v 6, p. 21, 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1987.

MATTOSO, José (org.). **História de Portugal: a monarquia feudal**. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, José. Antecedentes da Expansão Portuguesa. *In*: **História da Expansão Portuguesa**. 5 v. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 1, 2 e 3.

MATTOSO, José. Antecedentes medievais da expansão portuguesa. *In*: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirt (orgs.). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1997, v. 1.

MATTOSO, José. **As formas africanas de auto inscrição**. *Estud. Afro-Asiát.*, 2001, v. 23, n. 1, p. 171-209. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>. Acesso em: 14 jan. 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Tradução: Manuel Resende. Salvador: EdUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MEDEIROS, François. **L'Occident e L'Afrique (XIIIe-XV siècle)**. Paris: Karthala, 1985.

MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal no Final da Idade Média**. Lisboa: Notícias, 1998.

MORENO, Humberto Baquero. **A Organização Militar em Portugal nos Séculos XIV e XV**. Revista da Faculdade de Letras, v. 1, Lisboa, 1945.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Pedagogo; Mulemba, 2013.

NASCIMENTO, Aires Augusto. Introdução. *In*: SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento primeiro da Guiné**. Lisboa: Colibri, 2002, 173p.

NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África** Brasília : UNESCO, 2010. v. 4.

NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos Ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII-XV)**. Espanha: Martins Fontes, 1988, cap. 2, p. 42.

NOVAIS, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O'DOHERTY, Marianne. **A peripheral matter?** Oceans in the East in late-medieval thought, report, and cartography. Southampton: bulletin of International Medieval Research, n. 16, p. 14-59, 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Da Aethiopia à África: as idéias de África, do medievo europeu à Idade Moderna**. Fênix: revista de história e

estudos culturais, v. 5, n. 4, p. 1-20, out.-dez, 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_02_ANDERSON_RIBEIRO_OLIVA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.

PEREIRA, Antônio dos Santos. **O conhecimento do mar no século XV:** entre a fantasia e a esquadria, o Bojador e o pego do mar. Arquipélago. História, v. 9-10, 2. série, p. 43-67, 2005-2006. Disponível em: <http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/410>. Acessado em: 10 out. 2015.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. *In*: ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica da tomada e Ceuta. Coimbra: **Imprensa da Universidade**, 1915.

PERES, Damião. Introdução. *In*: CADAMOSTO, Luís de. (org.). **Viagens**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.

PERSON, Yves. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance as lagunas da costa do Marfim. *In*: NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África**. Brasília : UNESCO, 2010. v. 4.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto, 1950. v. 1, séc. XII-XV.

PINA, Ruy de. **Chronica de el-rei D. Afonso V**. Lisboa: Escriptorio, 1901. Bibliotheca da Clássicos Portuguezes, 3 v.

QUEIRÓS, Silvio Galvão de. **Pera espelho de todollos Uiuos:** a imagem do infante D. Henrique na Crônica da tomada de Ceuta. 1997. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

REBELO, Luís de Sousa. Língua e Literatura no Império Português. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (Orgs). História da Expansão Portuguesa. Lisboa: **Círculo dos Leitores**, 1997. v. 1.

REIS BRASIL. Introdução. *In*: ZURARA, Gomes Eanes. Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné. Lisboa: **Europa América**, 1989.

ROCHA, Teresa Renata. **As criaturas do mal na Hagiografia Dominicana - Uma pedagogia do século XIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

ROSSEAU, Jean Jacques. **Discour sur l'origine de l'inegalité**. *apud* TODOROV, Tzevetan. Nós e os outros a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 29.

RUSSEL-WOOD. **A world on the Move: the portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1805**. London: Johns Hopkins University, 1992.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In*: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**, 4. ed, Coleção Milton Santos, v. 1. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, João Marinho dos. **A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: séculos XV e XVI**. Lisboa: GTMECDP, 1998.

SARAIVA, António José. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Tradução: José Rivair Macedo. Bauru(SP): Edusc, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1980, v. 2, p. 25.

SERRÃO, Joel (org.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, 1968. 6 v.

SERRÃO, Joel (org.). **Cronistas do Século XV Posteriores a Fernão Lopes**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SINTRA, Diogo Gomes. **O descobrimento Primeiro da Guiné**. Lisboa: Colibri, 2002.

SOUSA FILHO, Alípio. Cultura, ideologia e representações sociais. *In*: CARVALHO, Maria do Rosário; PASSEGGI, Maria da Conceição; SOBRINHO, Moisés Domingos (orgs.). **Representações Sociais**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2003.

STOPINNO, Mario. Ideologia *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB (Imprensa Oficial), 2004. 2 Volumes, p. 585.

THOMAS, Luís Felipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Petrópolis: Vozes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

THORNTON, John K. Os portugueses em África. *In*: CURTO, Diogo Ramada; BETHENCOURT, Francisco. **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: 70.

ULLMAN, Walter. **Principios de Gobierno y Política en la Edad Media**. Madrid: Alianza, 1985.

VALLEJO, Eduardo Aznar. **Viajes y descruimientos em la Edad Media**. Madrid: Síntesis, 1994.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política 1383-1415**. Lisboa: Cosmos, 1992.

WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosacnaify, 2009.

WESSELING, Hank. História de Além-mar *In*: BURQUE, Peter (Org.). **A escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: EdUNESP, 2011.

WOOD, Stephen. The Gambia River. *In*: HOWARTH, Robert. W. **Biomes and Ecosystems An Encyclopedi**. Ipswich: Salem Press, 2013. p. 584-586.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. *In*: WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomas Tadeu da; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZINK, Michel. Literaturas. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EdUSC, 2002.

ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Essai de Poétique Medievale**. Paris: Seuil, 2000.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. **La medida del Mundo**. Madrid: Catedra, 1994.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné**. Lisboa: Europa-America, 1989.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica de D. Pedro de Meneses**. Reprodução fac-similada com nota de apresentação de J. Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988, p. 213.



APÊNDICES

APÊNDICE I [QUADRO COMPARATIVO DOS MAPAS PORTUGUESES DO SÉCULO XV]

Mapa	Abrangência	Data	Procedência	Características
Carta anônima de Módena	Representa as Costas Ocidentais da Europa e da África, desde a França ao Golfo da Guiné Arquipélago dos Açores, da madeira, Canárias e Cabo verde	c. 1471	Portuguesa, Anônima. Atualmente se encontra na Biblioteca Estense de Módena	Pergaminho; 617X732mm Primeiro registro de origem portuguesa que representa a costa africana para lá do Bojador
Mapa	Abrangência	Data	Procedência	Características
Carta de Jorge Aguiar	Trata-se de um portulano que representa a Europa, os arquipélagos dos açores, Madeira, Canária e Cabo Verde e a costa africana até a fortaleza de S. Jorge da mina. Os arquipélagos africanos são representados com bastante correção. Mostra o litoral Atlântico até a altura do castelo da Mina	1492	Atualmente encontramos na Biblioteca Beinecke, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos	É uma carta em pergaminho, apresentando a conformação integral do corpo do animal, com a inclusão do pescoço; suas s dimensões máximas são de 770mmx1030mm; O estado de conservação é bastante bom.

Mapa	Abrangência	Data	Procedência	Características
Carta de Pedro Reinel	Atlântico Ocidental com os arquipélagos e as Costas Ocidentais da Europa e da África, desde as ilhas britânicas ao Congo com o Mediterrâneo Ocidental e central	c. 1485	Localizada nos Archives de La Gironde, em Bordéus.	<p>Pergaminho; 711X948mm</p> <p>Trata-se de um portulano Atlântico que representa a Europa e a África desde as ilhas britânicas até o Golfo da Guiné, dedicando uma seção ao Rio Zaire, possuindo, portanto, uma amplitude maior do que a Carta de Modena, pois além de trazer mais detalhes da Costa ocidental africana, nela também consta o Mediterrâneo Ocidental. Sua toponímia é exata, sendo possível observar os arquipélagos atlânticos, além de duas ilhas fantásticas, quais sejam: Mayda e Brasil. A toponímia bastante numerosa indica uma exploração sistêmica da região.</p> <p>Há indícios de que seja uma carta hidrográfica, pois se observa em sua superfície a existência de picadas de compasso nos troncos de léguas; elementos de ornamentação são relativamente simples, indicando o pragmatismo com o qual fora concebida; apresenta a conformação completa do corpo do animal, inclusive o pescoço que ocupa o lado norte do mapa, o qual possui 711 mm x 948 mm de dimensão. Seu sistema de construção conta com uma rosa dos ventos central e dezesseis periféricas; é considerada de transição</p>

APÊNDICE II [CATÁLOGO DE MAPAS]

INTRODUÇÃO

Ao longo deste trabalho foram apresentados diversos mapas produzidos durante o período medieval. Nosso intuito foi observar as formas de apreensão do espaço no período, através das representações gráficas. Ressalta-se que não havia na Idade Média uma cartografia científica, da forma como concebemos hoje. No entanto, as representações cartográficas formaram um interessante repertório do imaginário medieval em relação ao espaço. Nesse sentido, nossa ênfase foi a análise das representações do espaço africano, a partir do século XV e para tanto utilizamos como fontes as cartas náuticas produzidas em Portugal na época assinalada.

Diante disso, achamos necessário trazer aqui um catálogo dos mapas utilizados na tese, com informações acerca de seus autores, local de produção e abrangência. Além disso, verificou-se que após as navegações portuguesas foram produzidos mapas em outras regiões da Europa que dão conta dos novos descobrimentos na África. É o caso dos mapas de Fra Mauro, Andrea Bianco, Gracioso Benincasa e Cristoforo Soligo, todos cartógrafos italianos. Observou-se também a influência dos portugueses em produções cartográficas germânicas, destacando-se os mapas de Henricus Martellus e Martin Behaim.

Para a melhor apreensão das regiões que foram exploradas e cujos relatos constam nas obras literárias aqui analisadas, foram produzidos dois mapas, nos quais se observa a trajetória da primeira viagem de Luís de Cadamosto, bem como da viagem de Diogo Gomes Sintra. Elaboramos também um mapa com a cronologia dos descobrimentos desde o período joanino até a última paragem conquistada no reinado de D. Afonso V. Por fim, fizemos um mapa com uma transparência da Carta de Jorge Aguiar sobre a África Ocidental.

Para facilitar a visualização deste catálogo, nós o dividimos em quatro partes: (1) a primeira refere-se aos mapas produzidos antes do século XV; (2) na segunda, apresentamos os mapas produzidos no século XV; (3) a terceira parte é composta com os mapas produzidos para esta publicação. Ressalta-se que a segunda parte está disposta

em três tópicos: 2.1) mapas portugueses, 2.2) mapas italianos e 2.3) mapas germânicos; (4) e a quarta e última parte segue com a descrição dos mapas na ordem em que se apresentam.

1 Mapas anteriores ao século XV

Figura 1: Mapa em T.O. de Santo Isidoro de Sevilha



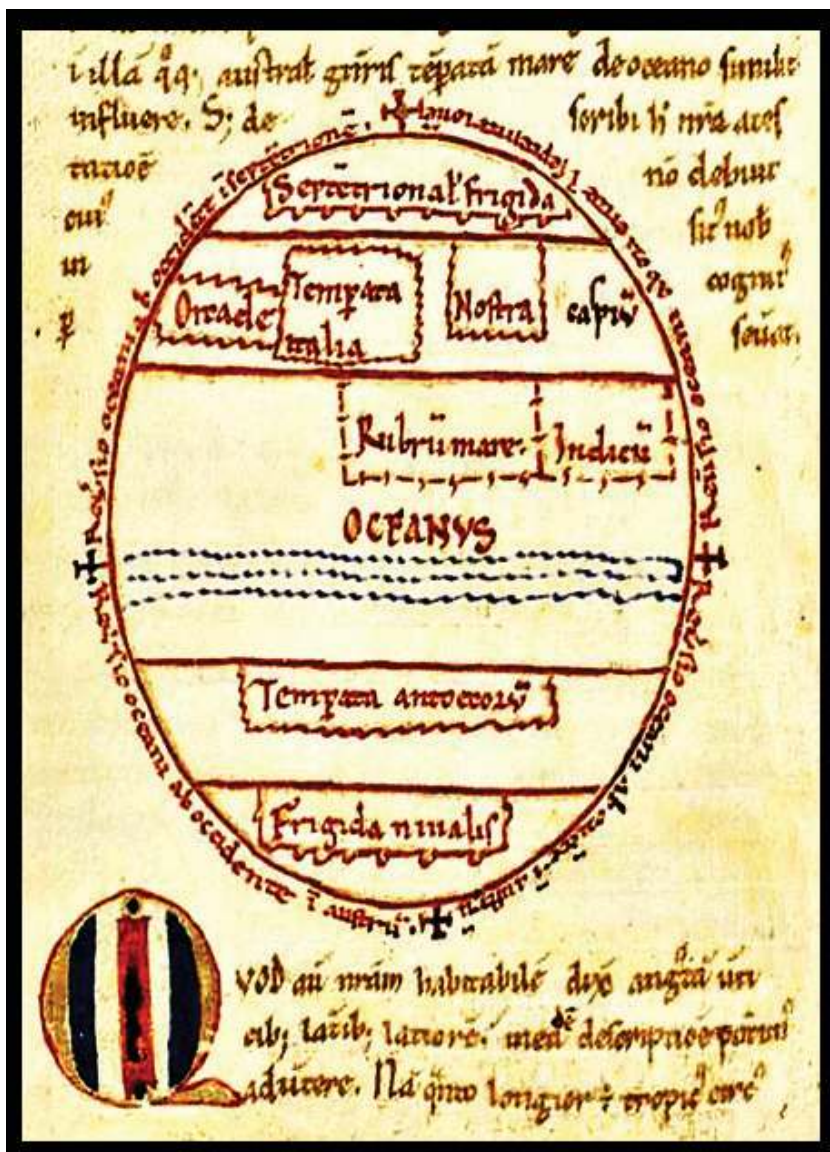
Fonte: Isidoro de Sevilha/reprodução do tipógrafo Günther Zainer

Figura 2: Mapa-mundi de Ebstorf



Fonte: autoria de Gervasio de Ebstorf (O mapa foi destruído em 1943)

Figura 3: Mapa das Zonas climáticas de Macróbio



Fonte: Copenhagen, Det Kongelige Bibliotek, ms. NKS 218 4°, fol. 38v

Figura 4: Mapa do Beatus de Liébana



Fonte: Produzido no mosteiro clunisiense de Saint-Server-sur-I' Adour
com base no mapa do Beatus de Liébana
Disponível em http://expositions.bnf.fr/cartes/grand/231_4.htm

Figura 5: Atlas catalão de 1375



Fonte: Abraão Cresques, localizado na biblioteca Estense de Módena
Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002481n/f13.item>

2 MAPAS DO SÉCULO XV

2.1 Mapas de cartógrafos Portugueses

Figura 6: Fragmento anônimo do século XV



Fonte: autoria anônima, ANTT

Figura 7: Carta anônima de Módena



Fonte: autoria anônima, localizado Biblioteca Estense de Módena

Figura 8: Carta de Pedro Reinel



Fonte: Pedro Reinel, Bordeaux, França

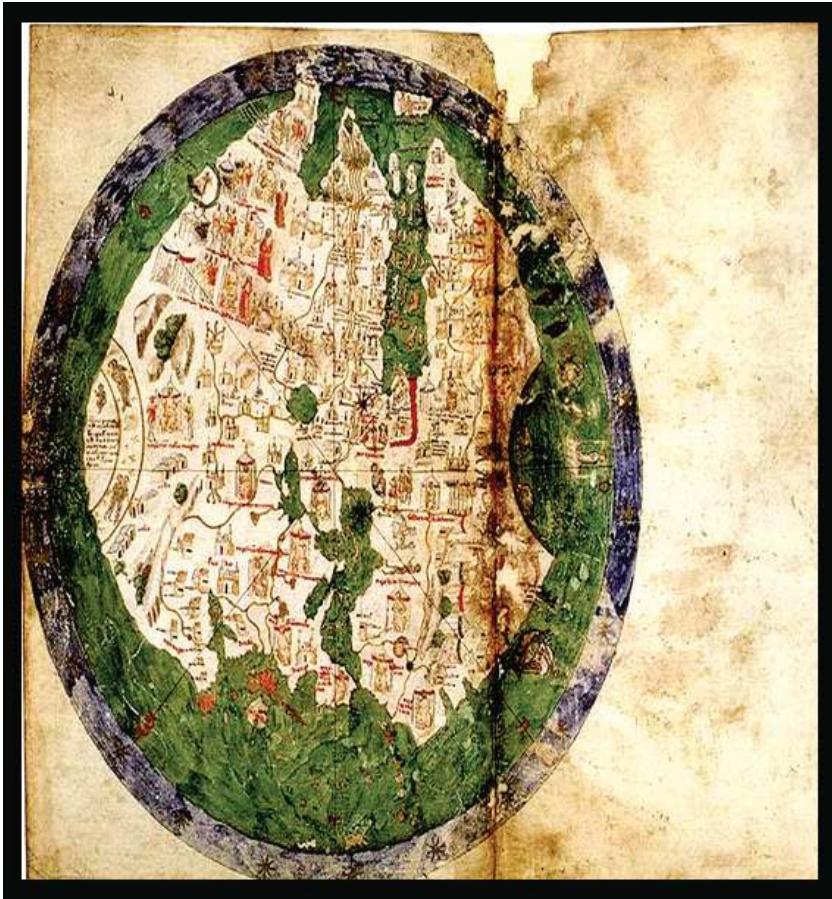
Figura 9: Carta de Jorge Aguiar



Fonte: Jorge Aguiar, localizado na Mapoteca da Universidade de Yale, EUA

2.2 Mapas de cartógrafos italianos

Figura 10: Atlas de 1436



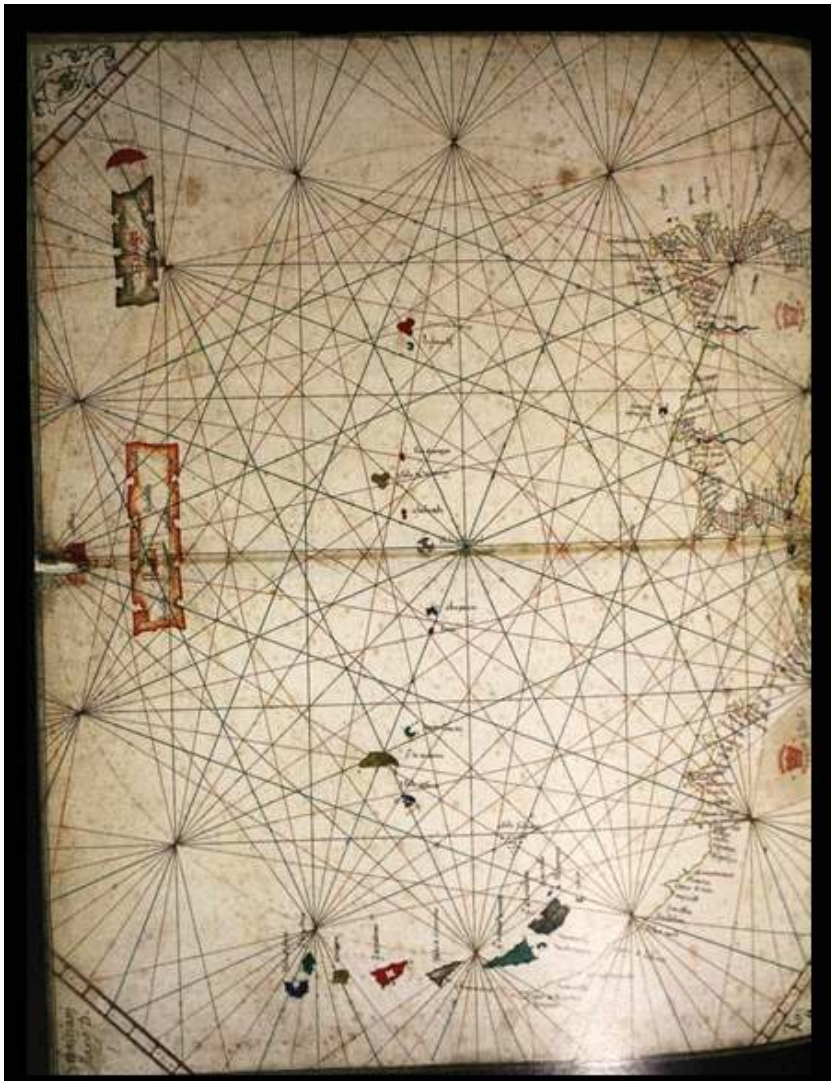
Fonte: Andrea Bianco, Biblioteca Marciana de Veneza

Figura 11: Mapa-múndi de Fra Mauro



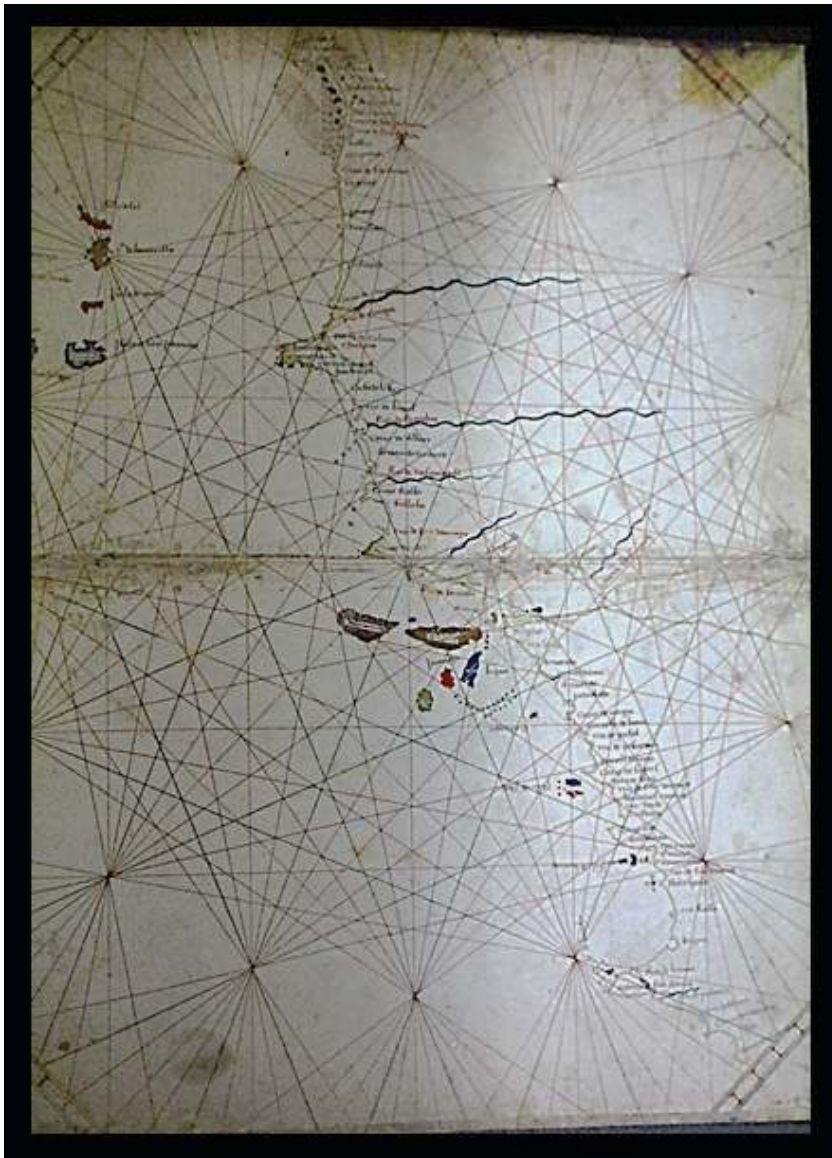
Fonte: Fra Mauro, Biblioteca Marciana de Veneza

Figura 12: Portulano de 1463



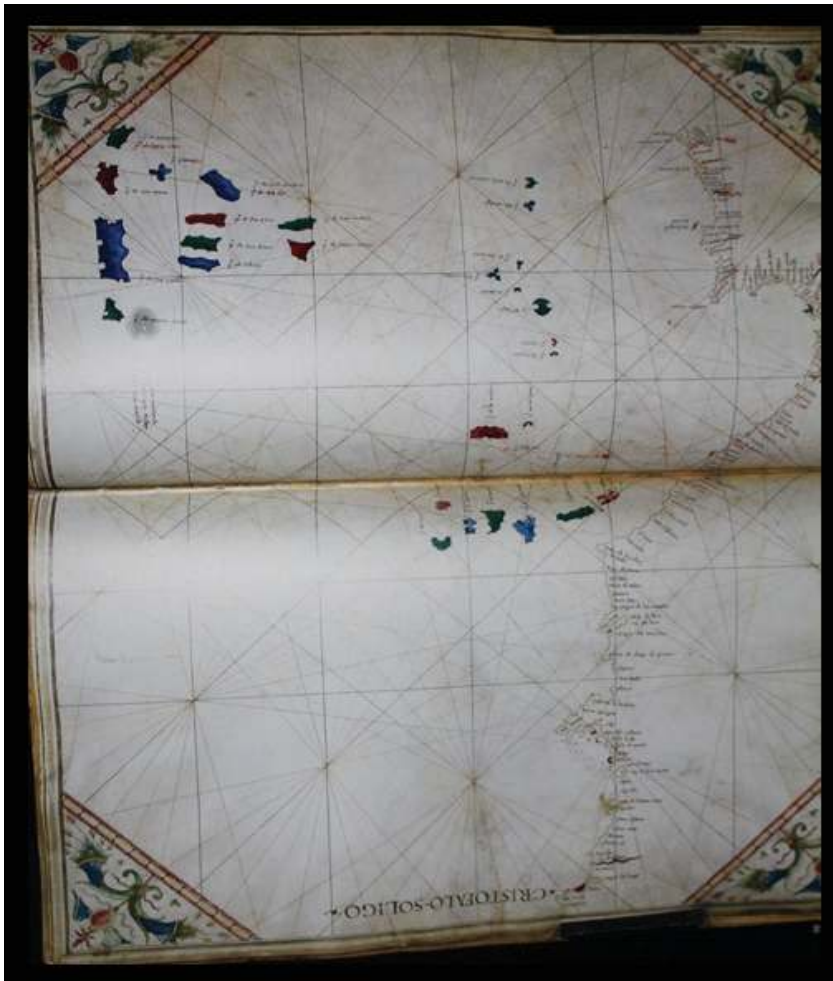
Fonte: Grazioso Benincasa, British Library

Figura 13: Portulano de 1468



Fonte: Grazioso Benincasa, British Library

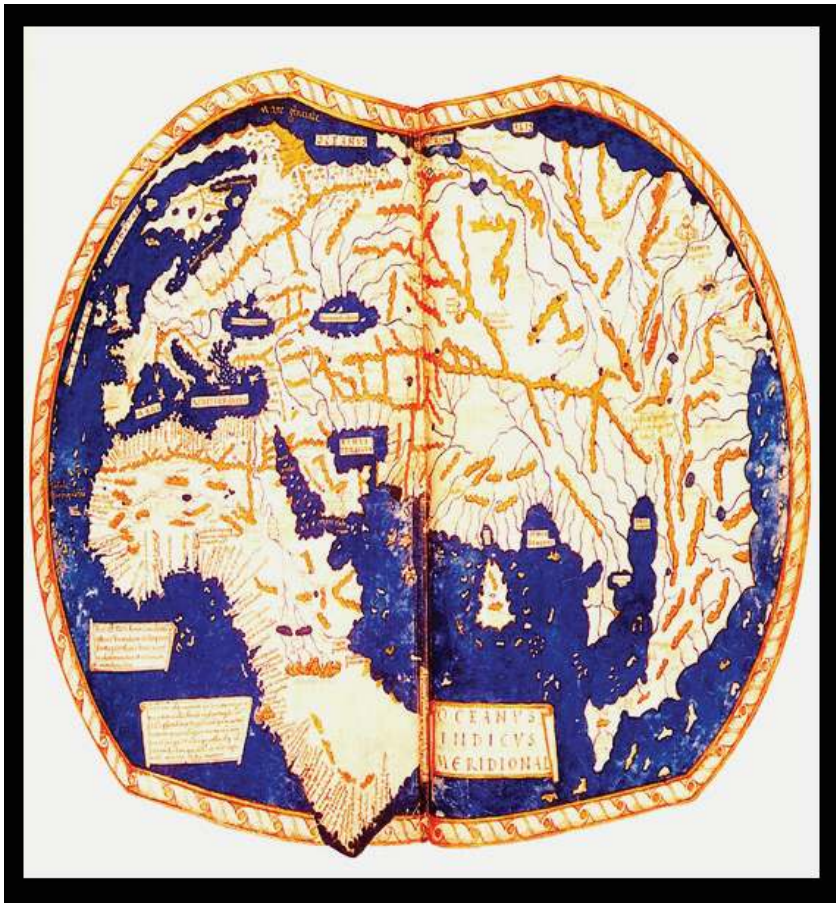
Figura 14: Carta de Soligo



Fonte: Cristofalo Soligo, British Library

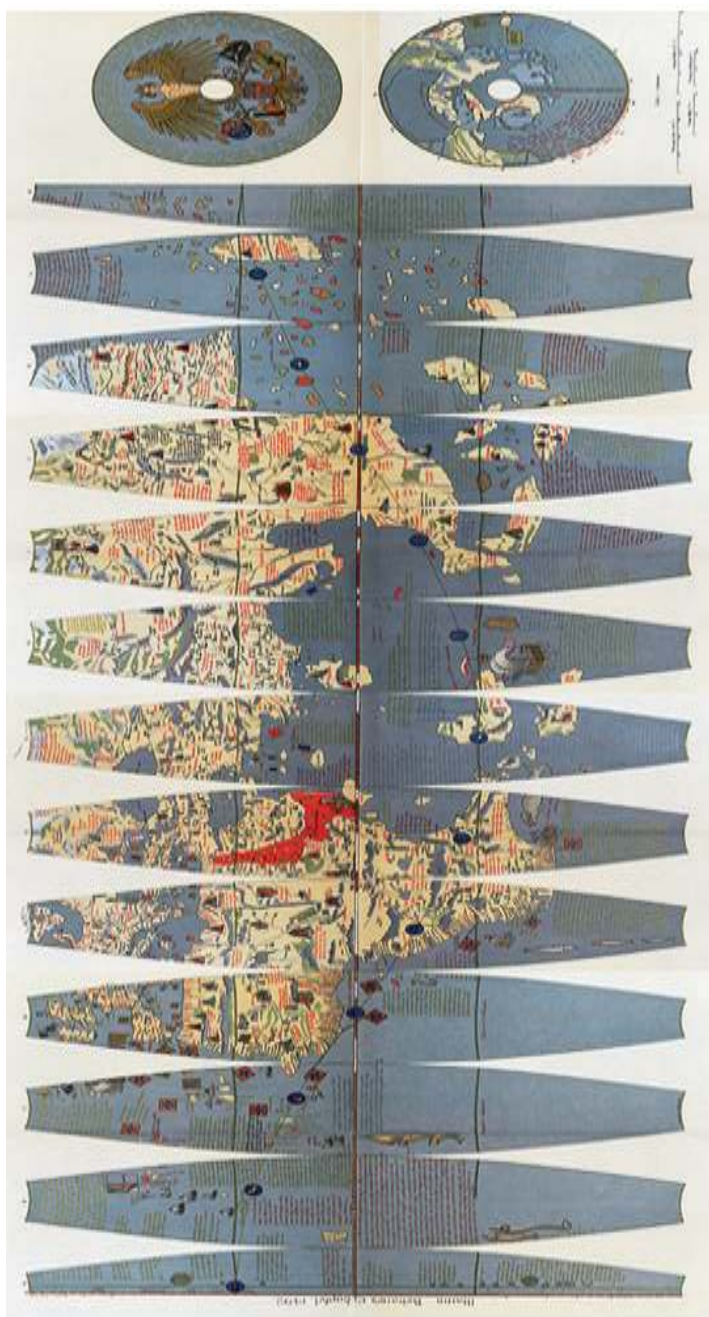
2.3 Mapas de cartógrafos germânicos

Figura 15: Mapa-múndi de Henricus Martellus



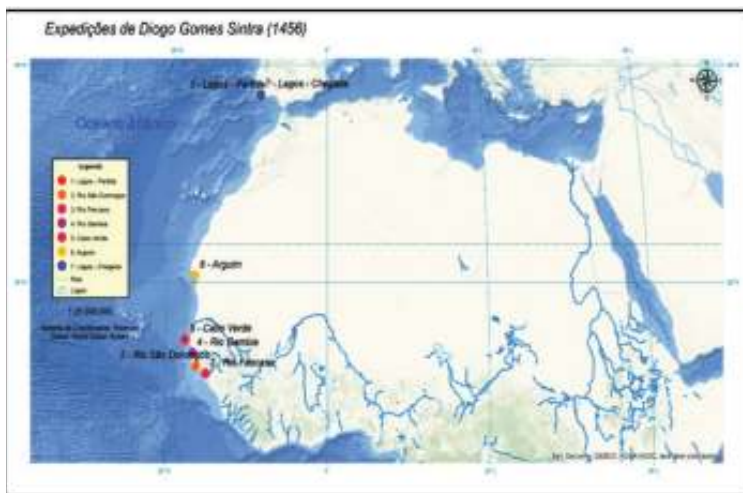
Fonte: Henricus Martellus, British Library

Figura 16: Globo de Martin Behaim



Fonte: autoria de Martin Behaim

Figura 19: Mapa das expedições de Diogo Gomes Sintra (1456)



Fonte: elaboração própria e cartógrafo Paulo José Viana

Figura 20: Mapa de Jorge Aguiar sobreposto ao mapa da Costa Ocidental Africana



Fonte: Sobreposição de imagem do *Google Earth* sobre a África Ocidental atual em mapa de autoria de Jorge Aguiar, de 1492

4 Descrição dos mapas que compõem o Catálogo

FIGURA 1

Título:	Mapa em T.O. de Isidoro de Sevilha
Autor:	Isidoro de SevilhaVersão impressa por Günther Zainer,
Data :	1472
Localização atual:	Augsburg,
Descrição:	Mapa em T.O. apresenta a terra em forma circular, dividida em três continentes, circundada pelo oceano.

FIGURA 2

Título:	Mapa-mundi de Ebstorf
Autor:	Gervasio de Ebstorf
Data :	Século XIII
Localização atual:	O mapa mapa foi destruído em 1943
Descrição:	Representa a Terra dividida em três continentes, com o oceano Atlântico circundando o planeta, Jerusalém ao centro e o paraíso terrestre, localizado na Ásia.

FIGURA 3

Título:	Mapa das Zonas climáticas de Macróbio
Autor:	-
Data:	Século XII
Localização atual:	Copenhague, Det Kongelige Bibliotek, ms. NKS 218 4°, fol. 38v
Descrição:	Mapa esquemático apresentando as Zonas climáticas teorizadas por Macróbio no século IV.

FIGURA 4

Título:	Mapa de Beatus de Liébana, <i>Commentarius in Apocalypsim</i>
Autor:	Produzido no mosteiro clunisiense de Saint-Server-sur-l'Adour com base no mapa do Beatus de Liébana
Data:	Aproximadamente 1060
Localização atual:	Saint-Server (Landes)
Descrição:	Manuscrito em pergaminho, 290 folios, 37 x 29 cm BnF, Manuscrits, Latin 8878, f° 45bis v° 45ter Disponível em: http://expositions.bnf.fr/cartes/grand/231_4.htm

FIGURA 5

Título:	Atlas catalão de 1375
Autor:	Abraão Cresques
Data:	1375
Localização atual:	Biblioteca Nacional da França
Descrição:	Manuscrito em pergaminho, 18 folios, 645x 250 mm e disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002481n/f13.item

FIGURA 6

Título:	Fragmento anônimo do século XV
Autor:	Anônimo
Data:	Aproximadamente segunda metade do século XI
Localização atual:	ANTT
Descrição:	Carta hidrográfica, possui 284mm x 289mm de dimensão e sua abrangência vai desde o Mar Adriático até o sul da Inglaterra.

FIGURA 7

Título:	Carta anônima de Módena
Autor:	Anônimo
Data:	C 1472
Localização atual:	Biblioteca Estense de Módena
Descrição:	Trata-se de uma carta do Atlântico Oriental, mostrando as costas da Europa e África, desde a Bretanha até a atual Nigéria. Representa, com bastante correção a toponímia portuguesa, os arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde

FIGURA 7

Título:	Carta de Pedro Reinel
Autor:	Pedro Reinel
Data:	C 1482
Localização atual:	Bordeaux, França
Descrição:	Portulano do Atlântico Oriental que representa a Europa e a África desde as ilhas britânicas até o Golfo da Guiné, dedicando uma seção ao Rio Zaire.

FIGURA 9

Título:	Carta de Jorge Aguiar.
Autor:	Jorge Aguiar.
Data:	1492.
Localização atual:	Mapoteca da Universidade de Yale, EUA.
Descrição:	Portulano que representa a Europa, os arquipélagos dos açores, Madeira, Canária e Cabo Verde e a costa africana até a fortaleza de S. Jorge da Mina.

FIGURA 10

Título:	Atlas de 1436
Autor:	Andrea Bianco
Data:	1436
Localização atual:	Biblioteca Marciana de Veneza
Descrição:	Mapa-mundi que representa os três continentes conhecidos. Possui bastante correção no que tange à geografia africana, apresentando as ilhas atlânticas conhecidas até o período e a região do cabo bojador, sendo o primeiro mapa conhecido a representar tal localidade com precisão.

FIGURA 11

Título:	Mapa-múndi de Fra Mauro
Autor:	Fra Mauro
Data:	1459
Localização atual:	Biblioteca Marciana de Veneza
Descrição:	Mapa-múndi que apresenta a divisão da Terra em três continentes, sendo o primeiro a apresentar a possibilidade de circum-navegação do continente africano.

FIGURA 12

Título:	Portulano de 1463
Autor:	Grazioso Benincasa
Data:	1463
Localização atual:	British Library
Descrição:	Portulano Atlântico que abrange desde a Península Ibérica até o Cabo Bojador, compreendendo as ilhas atlânticas próximas à Costa africana

FIGURA 13

Título:	Portulano de 1468
Autor:	Grazioso Benincasa
Data:	Data: 1468
Localização atual:	British Library
Descrição:	Portulano que abrange a região da Guiné, apresentando os principais rios da Região.

FIGURA 14

Título:	Carta de Soligo
Autor:	Cristofalo Soligo.
Data:	C 1489.
Localização atual:	British Library, Londres.
Descrição:	Carta Atlântica que abrange desde a Península Ibérica até a região do Cabo Verde.

FIGURA 15

Título:	Mapa-múndi de Henricus Martelus.
Autor:	Henricus Martelus
Data:	1489
Localização atual:	British Library, Londres.
Descrição:	Mapa-múndi que apresenta o mundo conhecido à época, em uma visão mais “realista” da geografia da Terra. Nele o Oceano Índico aparece aberto e não fechado como na maioria dos mapas-múndi anteriores ao século XV. O mapa também apresenta a possibilidade de circum-navegação do continente africano, além de porções maiores de mar, embora a quantidade de terra ainda seja significativamente maior do que a de água.

FIGURA 16

Título:	Globo de Martin Behaim
Autor:	Martin Behaim
Data:	1472
Localização atual:	-
Descrição:	Globo terrestre em que se observa porções muito maiores de mar, superando o espaço terrestre. A África aparece com grande distensão para Sul e Leste. O mapa também apresenta o Oceano Índico aberto e a possibilidade de circum-navegação do continente africano.

SOBRE A AUTORA

Katiúscia Quirino é Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional. Possui Mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Especialização em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além disso é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora Regente de História na Rede Estadual do Rio de Janeiro e na Rede Municipal de Nova Iguaçu Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (2007).

e-mail: kqb_rj@hotmail.com

